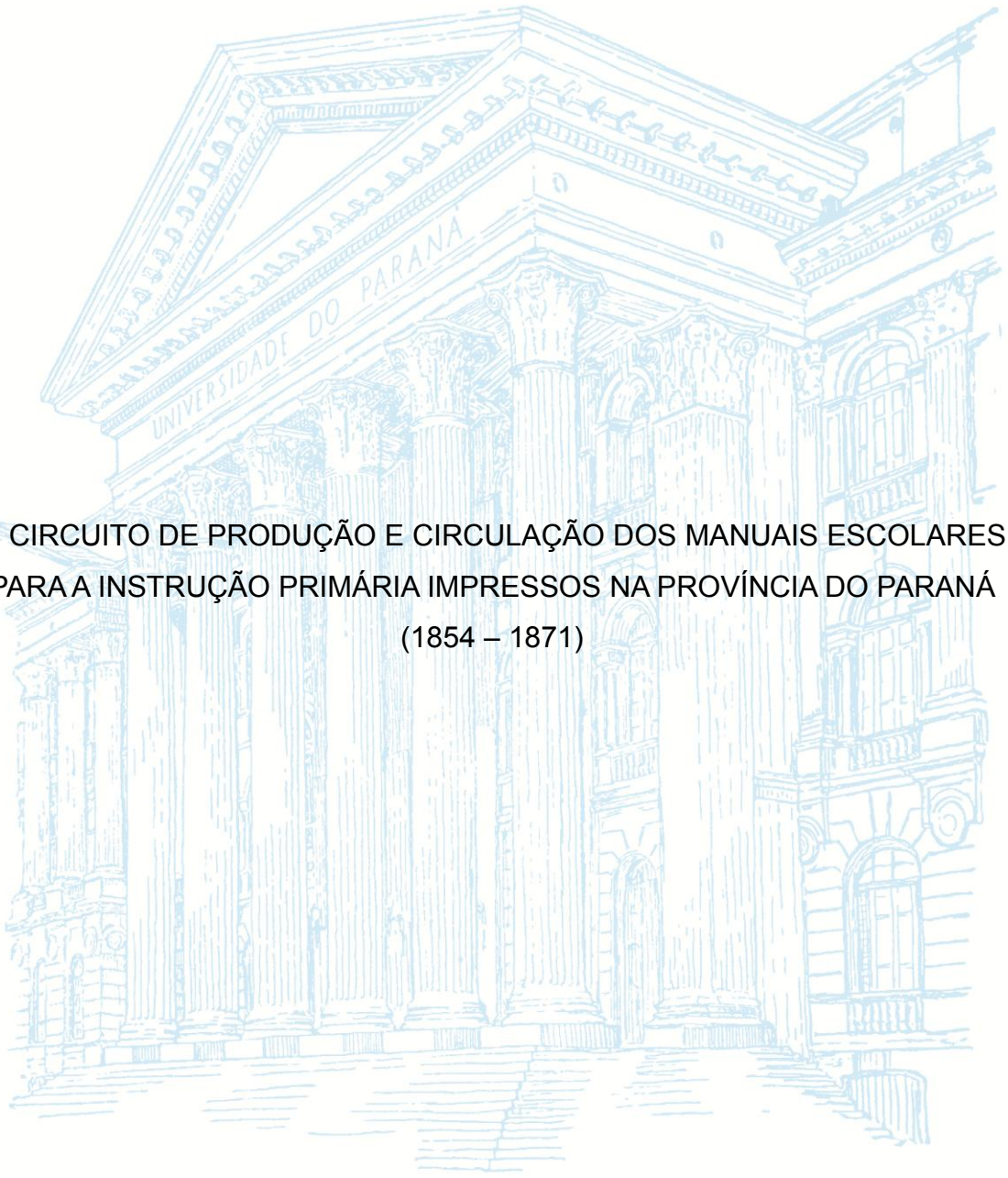
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MUNIQUE SANTIAGO MEDRADO



O CIRCUITO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854 – 1871)

CURITIBA

2018

MUNIQUE SANTIAGO MEDRADO

O CIRCUITO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854 – 1871)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Medrado, Munique Santiago.
O circuito de produção e circulação dos manuais escolares para a instrução primária impressos na Província do Paraná (1854-1871). / Munique Santiago Medrado– Curitiba, 2018.
240 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná . Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador : Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

1. Livros didáticos – História – Paraná. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 371.32

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MUNIQUE SANTIAGO MEDRADO**, intitulada: **O CIRCUITO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854 - 1871)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovada no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 21 de Março de 2018.

JUAREZ JOSE TUCHINSKI DOS ANJOS(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

ELAINE CÁTIA FALCADE MASCHIO(UCS)

GIZELE DE SOUZA(UFPR)

Dedico àqueles que incondicionalmente dão sentido ao meu existir:
minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por dar-me a consciência de poder sentir sua presença, de obter, nos silêncios de minhas orações, força e coragem. Agradeço a providência divina por colocar as pessoas, tempos, momentos e circunstâncias na mais perfeita harmonia para que a escrita desta dissertação fluísse pacificamente.

À minha mãe por ser meu alicerce, meu braço direito, por confiar em mim, e estar ao meu lado a todo instante. Foram e são muitas qualidades em nosso laço que me proporcionaram oportunidade e tempo para que eu pudesse trilhar e concluir mais esta etapa nos meus estudos. À minha avó Aurelina, Claudemir, irmã, e novamente, mãe, agradeço por acreditarem e me motivarem nos momentos de cansaço, além de compreenderem minhas ausências, recolhimentos, noites em claro, e manhãs dormidas.

Ao meu pai, que mesmo havendo os quilômetros que distanciam nossos abraços, se fez a se faz presente na confiança que deposita com relação as minhas escolhas, e isso tem um valor inestimável na motivação da escrita. Irmãos, obrigada pelas constantes mensagens e encontros na casa da mãe que enchem meu coração de amor e alegria. Nossas conversas foram espaços com que eu pude compartilhar o andamento de minha pesquisa, resultando em elucidações pertinentes. Obrigada aos meus tios e primos, que nas visitas nos períodos de festas natalinas, ano novo e carnaval, compreenderam e respeitaram meus momentos de trabalho, confortando-me com palavras positivas.

Aos amigos, que moram perto de minha casa e fora do Brasil, obrigada pelas mensagens diárias, muitas ligações e chamadas de vídeo, compartilhando vivências, energias positivas e palavras de motivação e sorte, que fizeram e fazem eu me sentir especial e abraçada por tanto carinho.

Jaqueline e Luis Fernando, obrigada pela hospitalidade nas várias vezes que viajei para Curitiba durante esses dois anos. Obrigada pelos pratos saborosos do *chef* Tomazi, pelas caronas, dicas de itinerários para eu chegar aos lugares de pesquisa da forma mais confortável, rápida e segura. Obrigada por fazerem eu me sentir à vontade para trabalhar como se estivesse em minha própria casa – afinal, não é qualquer pessoa que tira uma cópia da chave de sua residência e te entrega.

Volto agora meus agradecimentos aos novos amigos que fiz durante a jornada da escrita desta dissertação, e também às boas pessoas e instituições com

que tive a experiência benéfica de conhecer.

Ao professor e meu orientador Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, por acreditar em mim desde a entrevista no processo seletivo. Agradeço por compartilhar comigo seus conhecimentos e ter-se permitido ser meu guia norteando o caminhar desta pesquisa, e claro, também na minha formação como historiadora da educação. Agradeço pela paciência, serenidade, verdade e motivação. Definitivamente, senti-me muito bem amparada perante as várias orientações, abertura para contato e disponibilidade – mesmo que por telefone, devido o professor residir em Brasília.

Agradeço às professoras Dra. Elaine Cátia Falcade Maschio, Dra. Gizele de Souza e Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa por aceitarem e disporem-se à leitura deste trabalho, oportunizando-me com seus apontamentos e contribuições à qualificação da pesquisa. Estendo meus agradecimentos à professora Dra. Gizele de Souza, que ainda nas disciplinas da *História e Historiografia da Infância*, *Pesquisa em História e Historiografia da Educação II* e no *Seminário de dissertação em História e Historiografia da Educação*, vinha contribuindo no desenvolvimento deste texto, indicando sugestões valiosas para a pesquisa.

Ao professor Dr. Carlos Eduardo Vieira, sou grata pela disciplina *História dos Intelectuais e das Ideias Educativas*, e pelo livro *Educação no Brasil e na Argentina: escritos de história intelectual*. O presente foi de ótimo aporte referente ao esclarecimento da imprensa no Paraná oitocentista.

À professora Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves agradeço pela disciplina *Pesquisa em História e Historiografia da Educação I,* proporcionando-me nas aulas o primeiro contato com o que é a História da Educação.

Ao professor Dr. Claudio de Sá Machado Junior, sou grata pela disciplina *Tópicos Especiais em História e Historiografia da Educação I - História e Fotografia*, por proporcionar-me olhar com outro prisma para as análises da imagem fotográfica em perspectiva histórica.

Amplio meus agradecimentos aos meus colegas de mestrado juntamente com as colegas de disciplina e alunas do doutorado, pelas trocas de informações e fontes, pelos cafés nos momentos de apoio que compartilhamos no caminhar das pesquisas de uns aos outros. À amiga Graciele, agradeço pelas palavras de motivação durante o trilhar acadêmico, pelas conversas sobre fontes, viagens, trabalho, família, pela companhia na viagem para apresentação de trabalho em

congresso, pelas risadas. Obrigada.

Também faço questão em agradecer aos funcionários das bibliotecas e arquivos que frequentei para a consulta das fontes.

Ao Arquivo Publico do Paraná, onde trabalhei diariamente por quase 2 semanas, sendo atendida pela Marina e as estagiárias, excelentes profissionais, sempre solícitas e pacientes. Agradeço ao pessoal da Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes, por atender com atenção e deixar-me à vontade para pesquisar no computador. Sou grata à equipe da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que me disponibilizou o acesso ao *Compêndio de Geographia da Província do Paraná*, além de presentear-me com o *Dicionário Bibliográfico do Paraná*, de Júlio Estrella Moreira.

Agradeço à Biblioteca Pública do Paraná pelo ótimo atendimento e também por disponibilizarem acesso ao *Compêndio de Geographia da Província do Paraná*. Sobre a Biblioteca da Casa da Memória de Curitiba, agradeço por tornarem acessível todas as obras disponíveis que solicitei. Também agradeço à equipe do Instituto Neo-Pitagórico, pela prontidão em partilharem seu acervo para pesquisa, respondendo tanto por e-mail como pessoalmente.

Fiquei feliz com a acessibilidade das bibliotecas de consulta *online*, tanto as nacionais como as internacionais, que com presteza, gentileza e profissionalismo, responderam meus e-mails.

Por fim, também sou grata pela bolsa de estudos CAPES, com a qual fui agraciada em todo o período da pesquisa. Muito obrigada.

Os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem.

Robert Darnton (1990)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar a configuração assumida pelo circuito de comunicação dos manuais escolares produzidos e postos em circulação para a instrução primária na Província do Paraná, entre os anos 1854 a 1871. Ao perseguir o desenrolar histórico do processo de produção e circulação dos manuais escolares na província paranaense foi possível delinear o circuito de comunicação referente ao mercado editorial de livros escolares para a instrução primária do Paraná oitocentista. O recorte cronológico da pesquisa toma como baliza a criação da primeira tipografia na Província do Paraná, a Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, em 1854, e vai até o ano de 1871, quando, com a morte deste homem, parece ter havido um breve refluxo na ainda insipiente "indústria" tipográfica paranaense, dificultando a impressão de livros na província até fins da década de 1880. As fontes utilizadas foram: o jornal *Dezenove de Dezembro*, a legislação escolar paranaense entre 1854 e 1871, as correspondências de governo existentes no Arquivo Público do Paraná, os relatórios dos Presidentes de Província e Inspetores Gerais de Instrução Pública e evidências indiretas dos conteúdos e materialidade do livro escolar - possível de encontro – que fez parte daqueles produzidos para a instrução da mocidade na província. No primeiro capítulo, buscou-se apontar a situação precária que se encontrava a instrução pública referente aos suprimentos de impressos escolares, dentre eles, livros; como era realizado o processo de *produção* dessas obras para a instrução primária paranaense, partindo do princípio das demandas dos personagens solicitantes - professores, professoras e autoridades, sendo estes inspetores e presidentes da província – baseados na necessidade do ensino no Paraná na segunda metade do século XIX; o diálogo com os autores; e, por conseguinte, a montagem e impressão dos livros escolares pela editora de Candido Martins Lopes, a Typographia Paranaense. No segundo capítulo o escopo foi relatar a *circulação* dos livros escolares, delineando a atuação da imprensa com a divulgação, as articulações dos processos de compra, venda e aquisição dessas obras pelas instituições de ensino por meio dos distribuidores e a concepção de leitores ideais, sendo estes, a criança e os professores e professoras, presente neste circuito de comunicação do mercado editorial da instrução primária da Província do Paraná.

Palavras-chave: Livros Escolares. Circuito de Comunicação. Século XIX. Instrução Primária. Paraná.

ABSTRACT

The present dissertation has as objective to identify the configuration of the communication circuit of school books produced and put into circulation for a primary education in the Province of Paraná, between the years 1854 to 1871. In pursuing the historical development of the production process and circulation of school books in the province of Paraná, it was possible to point out the delineation of the communication circuit referring to the editorial market for school books for primary education in the nineteenth century of Paraná. The chronological cut of the research takes as a mark the creation of the first typography in the Province of Paraná, the Typographia Paranaense of Candido Martins Lopes, in 1854, and goes until 1871, when, with the death of this man, there seems to have been a brief reflux in the still insipient "typographic industry" of Paraná, making it difficult to print books in the province until the late 1880s. The sources used were the *Dezenove de Dezembro* newspaper, the Paraná school legislation between 1854 and 1871, the correspondence of the government in the Public Archive of Paraná, the reports of the provincial presidents and the Inspectors General of Public Instruction and indirect evidence of the contents and materiality of the school book - possible meeting - which was part of those produced for the education of the youth in the province. In the first chapter, it was tried to point out the precarious situation that was the public instruction regarding the supplies of school forms, among them, books; how the process of *producing* these books works for primary education in Paraná was carried out, starting from the principle of the demands of the applicant characters – teachers (men and women) and authorities, these inspectors and presidents of the province - based on the need for teaching in Paraná in the second half of the nineteenth century; the dialogue with the authors; and, therefore, the assembly and printing of the school books by the Candido Martins Lopes publisher, the Typographia Paranaense. In the second chapter the scope was to report the *circulation* of school books, outlining the press activities with the dissemination, articulations of the processes of purchase, sale and acquisition of these books by educational institutions through distributors and the conception of ideal reader, these being the child and the teachers, present in this communication circuit of the editorial market of the primary education of the Province of Paraná.

Keywords: School books. Communication Circuit. 19th Century. Primary Education. Paraná.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ed.	Edição
nº	Número
p.	Página
vol.	Volume
Obs.	Observação
IHGB	Instituto Historico e Geographico Brazileiro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS ESCOLARES PARA O ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854 – 1871) 45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PROGRESSÃO DE MATRÍCULAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871).....57
GRÁFICO 2 – PROGRESSÃO DE CADEIRAS CRIADAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871) ..57

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – ASSINATURA DE JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA 81
FOTOGRAFIA 2 – OFÍCIO DO VICE-PRESIDENTE JOSÉ ANTONIO VAZ DE CARVALHAES APROVANDO O COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRATICA PARA USO NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA 84
FOTOGRAFIA 3 – OFÍCIO DE APROVAÇÃO E QUE MANDA SER ADOTADO O COMPÊNDIO DE ARITHMÉTCA DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO E TOMADAS “AS PRECISAS COMUNICAÇÕES” 85
FOTOGRAFIA 4 – MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO ASSINANDO CORRESPONDÊNCIA AO PASSAR A ATUAR EM PARANAGUÁ 87
FOTOGRAFIA 5 – MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO ASSINANDO COMO INSPETOR 88
FOTOGRAFIA 6 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI ASSINANDO COMO CHEFE DA SEÇÃO DA TESOURARIA DO PARANÁ OITOCENTISTA 91
FOTOGRAFIA 7 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI ASSINANDO COMO INSPETOR DA TESOURARIA DO PARANÁ OITOCENTISTA 91
FOTOGRAFIA 8 – ASSINATURA DO AUTOR DO COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ 93
FOTOGRAFIA 9 – CAPA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870 96
FOTOGRAFIA 10 – PÁGINA “AO LEITOR” DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870 97
FOTOGRAFIA 11 – CANDIDO MARTINS LOPES SENDO REQUISITADO COMO EDITOR 112
FOTOGRAFIA 12 – CABEÇALHO DA RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE

RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES.....168
FOTOGRAFIA 13 – RODAPÉ DA RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES.....169
FOTOGRAFIA 14 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IDENTIFICANDO CRIANÇAS NO CÓDICE 119 COMO "MENINOS POBRES" 172

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – PUBLICAÇÃO NO JORNAL *DEZENOVE DE DEZEMBRO* EM QUE TORNA PÚBLICA A INFORMAÇÃO DE QUE O *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRÁTICA* DO AUTOR MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO FOI O PRIMEIRO MANUAL ESCOLAR CONFECCIONADO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ..... 86

IMAGEM 2 – O INSPETOR GERAL JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTA TORNA PÚBLICO A INFORMAÇÃO QUE O *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRÁTICA* DO AUTOR MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO FOI ADOTADO PARA USO NAS ESCOLAS..... 86

IMAGEM 3 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI OFERECENDO SERVIÇOS COMO PROFESSOR..... 89

IMAGEM 4 – DIVULGAÇÃO DE VENDA DA *GRAMÁTICA DA LÍNGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI..... 89

IMAGEM 5 – PROPOSTA DE LUIZ DA FRANÇA ALMEIDA E SÁ PARA TORNAR-SE SÓCIO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO..... 98

IMAGEM 6 – LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ É ADMITIDO COMO SÓCIO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO..... 99

IMAGEM 7 – CAPA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870..... 100

IMAGEM 8 – DEDICATÓRIA E ASSINATURA DO AUTOR LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1893..... 101

IMAGEM 9 – CANDIDO MARTINS LOPES..... 104

IMAGEM 10 – ASSINATURAS..... 107

IMAGEM 11 – ANÚNCIO PUBLICADO NO EDITAL QUE FOI PARA CIRCULAÇÃO NA DATA DO FALECIMENTO DE CANDIDO MARTINS LOPES..... 110

IMAGEM 12 – TYPOGRAPHIA DE CANDIDO MARTINS LOPES, ABREVIADO..... 111
IMAGEM 13 – PRIMEIRO NOME UTILIZADO NA VEICULAÇÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*..... 111
IMAGEM 14 – ANÚNCIO COM VARIEDADE DE MATERIAIS VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE..... 113
IMAGEM 15 – ANÚNCIO COM VARIEDADE DE MATERIAIS VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE, APRESENTADO COMO LISTA..... 113
IMAGEM 16 – EDIÇÃO INAUGURAL DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*..... 125
IMAGEM 17 – TÍTULO DA EDIÇÃO INAUGURAL DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*..... 126
IMAGEM 18 – O ENDEREÇO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* E O VALOR DO ANÚNCIO..... 127
IMAGEM 19 – INFORME SOBRE COBRANÇA DOS ANÚNCIOS A SEREM PUBLICADOS..... 128
IMAGEM 20 – PREÇO PARA ASSINANTES NA CAPITAL..... 128
IMAGEM 21 – PREÇO PARA ASSINANTES FORA DA CAPITAL..... 128
IMAGEM 22 – INFORME SOBRE A COBRANÇA DOS ANÚNCIOS A SEREM PUBLICADOS..... 129
IMAGEM 23 – QUARTA PÁGINA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*..... 130
IMAGEM 24 – “ABSTENDO-SE COMPLETAMENTE DE QUESTÕES POLÍTICAS”..... 131
IMAGEM 25 – ALTERAÇÃO DO NOME PARA *DEZENOVE DE DEZEMBRO*... 132
IMAGEM 26 – EDIÇÃO VINDA A PÚBLICO NA DATA DO FALECIMENTO DE CANDIDO MARTINS LOPES..... 133
IMAGEM 27 – SEÇÃO DOS ANÚNCIOS..... 134
IMAGEM 28 – PROGRAMAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE ANÚNCIOS PARA A EDIÇÃO..... 135
IMAGEM 29 – CAPA DA ÚLTIMA VERSÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* DISPONÍVEL NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL..... 136

IMAGEM 30 – SEÇÃO DE ANÚNCIOS DA ÚLTIMA VERSÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* DISPONÍVEL NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL..... 137
IMAGEM 31 – PUBLICAÇÃO SOBRE O *COMPÊNDIO DE GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUESA* DE JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA..... 140
IMAGEM 32 – PUBLICAÇÃO QUE INFORMA SOBRE A ADOÇÃO PARA O ENSINO DO *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*, EM FEVEREIRO DE 1857..... 141
IMAGEM 33 – DECLARAÇÃO DE CATÁLOGO DE LIVROS ADOTADOS, DENTRE ELES ANÚNCIO DE PUBLICAÇÃO SOBRE O *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*..... 142
IMAGEM 34 – ANÚNCIO DE “VENDE-SE NESTA TYPOGRAPHIA” O *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*..... 143
IMAGEM 35 – ANÚNCIO DE OPÇÃO DE DESCONTO NA COMPRA DE EXEMPLAR DO *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*.... 143
IMAGEM 36 – DIVULGAÇÃO DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI..... 145
IMAGEM 37 – ANÚNCIO DE VENDA DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI..... 146
IMAGEM 38 – ANÚNCIO DE VENDA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ..... 148
IMAGEM 39 – DISTRIBUIDORES DO *COMPENDIO DA ARITHMÉTICA PRATICA*, DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM 1856..... 150
IMAGEM 40 – DISTRIBUIDORES DO *COMPENDIO DA ARITHMÉTICA PRATICA*, DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM 1857..... 151
IMAGEM 41 – ANÚNCIO DE VARIAÇÃO DE PRODUTOS À VENDA DA ANTIGA FABRICA DE LICORES, COM MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ..... 156
IMAGEM 42 – ANÚNCIO DE VARIAÇÃO DE PRODUTOS À VENDA DA

ANTIGA FABRICA DE LICORES..... 157
IMAGEM 43 – LISTA DETERMINADA POR JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTA, EM 31 DE JANEIRO DE 1857, PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS NAS ESCOLAS..... 158
IMAGEM 44 – EDITAL DE LEVANTAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇO PARA PRODUTOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO, REALIZADA PELA SECRETÁRIA DA TESOURARIA DA FAZENDA DO PARANÁ..... 159
IMAGEM 45 – EDITAL DE LEVANTAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇO PARA PRODUTOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO, REALIZADA PELA SECRETARIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ..... 160
IMAGEM 46 – ADMINISTRAÇÃO COLOCANDO À VENDA O *COMPÊNDIO DE METROLOGIA* PELO DR. J. DE LOSSIO..... 161
IMAGEM 47 – LISTA DE LIVROS E OUTROS MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO OFERECIDOS PELO LIVREIRO E EDITOR BAPTISTA LUIS GARNIER, DO RIO DE JANEIRO..... 164
IMAGEM 48 – LISTA DE MATERIAIS COM PRODUTOS IMPORTADOS DE OUTRAS PROVÍNCIAS, E SIMULTANEAMENTE COM OBRA PRODUZIDA NO PARANÁ..... 167
IMAGEM 49 – NOTA DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* SOBRE O *COMPENDIO DE ARITHMÉTICA* DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM QUE DECLARA QUE A OBRA ERA DESTINADA À MOCIDADE PARANAENSE..... 178

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MANUAIS ESCOLARES PRODUZIDOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871) 76
QUADRO 2 – DISTRIBUIDORES DOS MANUAIS ESCOLARES QUE FORAM PRODUZIDOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871) 152
QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRATICA*, FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871) 153
QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871) 153
QUADRO 5 – DISTRIBUIDORES DE LIVROS E OUTRAS MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871) 154
QUADRO 6 – RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES EM 1863 168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ALUNOS QUE FREQUENTAVAM AS ESCOLAS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PERÍODO PÓS-EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ 55
TABELA 2 – ALUNOS QUE FREQUENTAVAM AS ESCOLAS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1857 55
TABELA 3 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA *ARITHMETICA PRÁTICA* (1854–1871) 144
TABELA 4 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA *GRAMMATICA DA LÍNGUA NACIONAL* (1854–1871) 145
TABELA 5 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DE LIVROS E MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE DE CANDIDO MARTINS LOPES (1854–1871) 147

LISTA DE SIGLAS DOS ARQUIVOS E FUNDOS DE PESQUISA CONSULTADOS E UTILIZADOS

BCEB-PR – Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes – Curitiba – PR

BNDIGITAL – Biblioteca Nacional Digital do Brasil – Hemeroteca Digital

DEAP-PR – Departamento de Arquivo Público do Paraná – Curitiba – PR

DDP/BPPR – Divisão da Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná – Curitiba – PR

LLTU- AU – Library of La Trobe University – Melbourne – Austrália

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 26

CAPÍTULO 1 - PRECISA-SE DE MANUAIS ESCOLARES: PRODUÇÃO DOS IMPRESSOS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854-1871)..... 42

1.1 UMA INSTRUÇÃO “CARENTE”: A FALTA DE MANUAIS ESCOLARES E AS TENDÊNCIAS RELATIVAS AO SEU PROVIMENTO..... 47

1.1.1 Primeira tendência: a precariedade da instrução primária na província paranaense..... 48

1.1.2 Segunda tendência: a prontidão atuante em fazer a escola funcionar é o alicerce para suprir a carência..... 54

1.2 AS ALAMEDAS DO PEDIR: OS PROCESSOS DE DEMANDA PELOS LIVROS ESCOLARES PREVISTOS E CONSTATADOS..... 62

1.2.1 No bastidor da legislação: a adoção de livros escolares determinada pelo plano de ensino através de um ordenamento social — os regulamentos..... 66

1.2.2 Solicitando livros como consta nas correspondências: a instrução pública do Paraná provincial que demanda impressos escolares..... 70

1.3 SENDO PROFESSOR, AUTOR E, ÀS VEZES, FUNCIONÁRIO PÚBLICO: ESCREVENDO MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DO PARANÁ NO OITOCENTOS..... 75

1.3.1 Adotado para uso: os autores de manuais escolares para a instrução primária na província paranaense..... 82

1.4 UM TIPÓGRAFO PARA O CIRCUITO DO MERCADO EDITORIAL ESCOLAR DA PROVÍNCIA PARANAENSE..... 103

1.4.1 A Typographia Paranaense a serviço de sua província..... 108

1.5 DO INICIAR E TRILHAR O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO: O CENÁRIO DA PRODUÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES, EM REFLEXÃO..... 117

CAPÍTULO 2 - DIVULGAR, DISTRIBUIR E ALCANÇAR O LEITOR: A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES IMPRESSOS PARA A MOCIDADE NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854-1871)..... 121

2.1 O *DEZENOVE DE DEZEMBRO* ANUNCIA: A IMPRENSA DO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES NO PARANÁ PROVINCIAL..... 124

2.1.1 "Vende-se nesta typographia": divulgando e distribuindo os livros escolares para a instrução da mocidade..... 138

2.2 OS DISTRIBUIDORES DE LIVROS ESCOLARES: VENDENDO PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ..... 149

2.2.1 Importando livros escolares de outras províncias..... 162

2.3 OS LEITORES IDEAIS DO LIVRO ESCOLAR DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PARANÁ DO OITOCENTOS: AS CRIANÇAS E OS PROFESSORES..... 170

2.3.1 Indícios do perfil do leitor no tempo da infância nas intenções dos livros que circularam na Província do Paraná..... 176

2.4 DO TRILHAR AO FINALIZAR O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO: O CENÁRIO DA CIRCULAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES, EM REFLEXÃO..... 181

CONCLUSÃO..... 184

FONTES..... 190

REFERÊNCIAS..... 212

APÊNDICE I – TÍTULOS DE OBRAS NÃO PRODUZIDAS NA PROVÍNCIA PARANAENSE, MAS QUE CIRCULARAM E FORAM USADAS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871)..... 219

APÊNDICE II – BIBLIOTECAS NACIONAIS CONSULTADAS..... 221

APÊNDICE III – BIBLIOTECAS INTERNACIONAIS CONSULTADAS..... 223

APÊNDICE IV – LISTA DE PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1856..... 225

APÊNDICE V – LISTA DE PROFESSORAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA

PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1856..... 226
APÊNDICE VI – MATERIAIS E LIVROS COLOCADOS À VENDA PELA TYPOGRAPHIA PARANAENSE, DE CANDIDO MARTINS LOPES, PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)..... 227
APÊNDICE VII – DISTRIBUIDORES DOS MATERIAIS E LIVROS ESCOLARES QUE FORAM COLOCADOS À VENDA PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)..... 229
APÊNDICE VIII – TABELAS DOS MATERIAIS E LIVROS ESCOLARES QUE FORAM DISTRIBUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871).... 233

INTRODUÇÃO

Motivada pela contribuição à História da Educação brasileira, juntamente ao meu particular interesse pelos livros, esta pesquisa toma por objeto de estudo o processo de produção e circulação de manuais escolares para a escola primária na Província do Paraná, entre os anos de 1854 e 1871.

Assumo o termo "manual escolar" no título desta dissertação (e em outros trechos quando abordo a identificação de marcas tipográficas) por tratar aqui do objeto livro sendo produzido com a *intenção de uso* à instrução primária. Assim como a definição colocada por Gabriela Ossenbach Sauter e José Miguel Somoza Rodríguez, identifico que

> [...] a denominação 'manuais escolares' abarcaria, em princípio, aquelas obras concebidas com a intenção expressa de serem usadas no processo de ensino e aprendizagem, indicada por seu título, por sua assinatura, nível ou modalidade, por sua estrutura didática interna, e por seu conteúdo, que contemplaria a exposição sistemática e sequencial de uma disciplina (OSSENBACH SAUTER. RODRÍGUEZ. 2009, p.19, tradução minha).

Porém, diante da configuração do circuito de comunicação no contexto paranaense na segunda metade do século XIX, (que será apresentado neste trabalho) o manual escolar, nele sendo inserido, passa a ser chamado de "livro escolar". Ainda em diálogo com a historiografia ibero-americana,

> [...] os livros escolares constituem a condensação em um objeto de numerosos interesses, intenções, intervenções e regulações. São a resultante do trabalho e da participação do autor, do editor, do ilustrador, da imprensa, do distribuidor, do professor, das autoridades educativas, etc., e constituem um fenômeno pedagógico, porém também cultural, político, administrativo, técnico e econômico. (OSSENBACH SAUTER. RODRÍGUEZ. 2009, p.15, tradução minha)

Observando em perspectiva histórica, todo livro escolar carrega em si as marcas sociais e culturais do momento no qual foi desenvolvido — marcas que perpassam todo seu processo de produção, distribuição e circulação, revelando, por isso, muito sobre a escola e a escolarização[1] de uma determinada época.

---

[1] Por escolarização entende-se, com Faria Filho et al. (2006, p. 7), "o estabelecimento de processos e políticas concernentes à organização de uma rede — ou redes — de instituições mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das

No campo da História, a abordagem da produção e circulação dos livros é bastante relevante, como observa Robert Darnton:

> Os novos historiadores do livro inseriram o tema dentro do leque de assuntos estudados pela escola dos *Annales* de história sócio-econômica. Ao invés de se deterem em detalhes da bibliografia, tentaram descobrir o modelo geral da produção e consumo do livro ao longo de grandes períodos de tempo. (DARNTON, 1990, p. 65).

Darnton (1990) traz à reflexão, ainda, a expressão “como” e os “porquês” de ler, o que proporciona aos historiadores da educação observarem que a história do livro escolar é anterior à da leitura, instigando o vir a conhecer quais eram esses objetos lidos e seu público.

No campo da História da Educação, Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes destacam que, em âmbito internacional, “os estudos nessa linha têm enfocado os três principais momentos do circuito que torna possível o ato de ler: a produção, a circulação e a apropriação dos materiais de leitura.” (2010, p. 48).

Ainda nesta perspectiva, as pesquisadoras relatam que muitos estudos “têm enfocado” a produção e comercialização das obras “para elucidar alguns momentos decisivos da história do mundo ocidental, que provocaram verdadeiras revoluções nas formas de ler” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 51). Destes momentos, destacam a invenção da imprensa e a ampliação da escolarização com “organização dos sistemas de ensino para as práticas de leitura.” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 51).

Já em âmbito nacional, analisando a produção veiculada no GT de História da Educação da ANPED nos últimos 15 anos, Ester Buffa (2015) destaca o levantamento anterior efetuado por Denice Bárbara Catani e Luciano Mendes de Faria Filho ao elencarem temas como a história da leitura, de impressos e dos livros didáticos que aparecem recorrentemente ligados à chamada Nova História. A autora complementa que Catani e Faria Filho, considerando o relatório do GT em cada Reunião Anual até o ano de 2000, observam que os pesquisadores, adeptos a novos subsídios teórico-metodológicos, articularam contatos com grupos de pesquisa de outros países, resultando em diálogos internacionais sobre temas vinculados à cultura do impresso, manuais e livros didáticos (BUFFA, 2015).

---

vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados”.

Por sua vez, Ana Maria de Oliveira Galvão et al. (2008), realizando um balanço da historiografia veiculada nas páginas da *Revista Brasileira de História da Educação* (*RBHE*) entre 2001 e 2008, expõem a contribuição do campo ao relatar como, por exemplo, os manuais e/ou os catálogos de editores de livros escolares têm sido usados como fonte complementar e objetos de estudo.

> Essas novas pesquisas analisam o livro escolar não apenas do ponto de vista dos conteúdos dos textos neles veiculados, mas como "artefato cultural" (Choppin, 2002): interessam-se, desse modo, pelos circuitos de produção, circulação e recepção do manual. Considerado um objeto efêmero e de pouco valor no mercado editorial, o livro escolar tem sido, recentemente, objeto de várias pesquisas e constituído, em grande parte, os acervos e centros de documentação e memória que vêm sendo criados nas universidades. (GALVÃO et al., 2008, p. 39).

No entanto, fazendo um balanço das pesquisas desenvolvidas na linha História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, por ocasião do seu décimo ano de funcionamento (1999-2008), os professores Marcus Levy Bencostta e Diana Gonçalves Vidal (2010) demonstram ainda um pequeno percentual (1,7%) acerca da temática História dos Livros e Práticas de Leitura em relação à produção da linha.

Por outro lado, especificamente em relação ao Paraná do tempo provincial, a partir de um balanço da produção sobre a institucionalização da escola primária, Juarez José Tuchinski dos Anjos (2017), ao constatar a existência de apenas dois artigos e comunicações num conjunto de 74 por ele analisados, afirma ser possível serem desenvolvidas ainda:

> [...] múltiplas abordagens sobre o livro didático na Província do Paraná, seja na perspectiva de compreender as representações de mundo que colocavam em circulação, ou a história editorial por trás desses impressos, muitos deles [...] produzidos na própria província, por autores locais. (ANJOS, 2017, p. 18).

Mas, se em relação à Província do Paraná percebe-se a carência de estudos sobre o processo de produção de manuais escolares para a escola primária, qual seria o investimento da historiografia brasileira recente acerca do assunto nas demais províncias que compunham o Império[2]?

---

[2] Em busca de trabalhos que tratassem da produção e circulação de livros escolares para o ensino primário no Brasil Imperial, realizei, num primeiro momento, um levantamento historiográfico em periódicos e congressos da área de História da Educação, encontrando 38 artigos e/ou comunicações

O trabalho de Ana Maria de Oliveira Galvão (2005) com o título “A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista”, traz o levantamento de autores na província de Pernambuco, além de demonstrar como era a formação da comissão julgadora para a permissão dos livros que seriam adotados nas escolas da província. A autora conclui que,

> a pesquisa sobre o livro escolar não pode se restringir aos aspectos “internos” desse objeto ou mesmo à sua materialidade. Deve incluir, também, outros elementos do “circuito do livro”, como a sua produção e a sua circulação em diferentes contextos. (GALVÃO, 2005, p. 15).

Em complemento, destaca a importância da pesquisa sobre a produção e circulação dos livros escolares nas províncias, “na medida em que, em muitas delas, havia uma produção significativa de títulos que, em alguns casos, não tinham uma circulação mais ampla e hoje se encontram apenas em acervos locais” (GALVÃO, 2005, p. 15).

Samuel Luis Velázquez Castellanos (2012), na tese “A Representatividade do livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições”, procurou compreender a representatividade dos livros escolares no Maranhão oitocentista, tendo como recorte a produção e indicação das obras das instituições escolares públicas e particulares de instrução primária e secundária. Especificamente sobre essas obras, o autor desvela que eram encontradas em lugares de leitura para além da escola, como nas bibliotecas, gabinetes de leitura e conferências populares e pedagógicas. Também como conclusão de pesquisa, destaca a importância do jornal como meio de divulgação dos livros escolares e aborda que havia a concorrência de livros adotados oriundos de outros países e províncias para com os autores locais.

No recente trabalho “Livros escolares à educação primária homogênea (Rio Grande do Norte, século XIX)”, publicado em 2016 nos *Cadernos de História da Educação*, Marta Maria de Araújo e Franselma Fernandes de Figueirêdo refletem a equidade da formação acadêmica para a educação primária através da adoção do livro escolar, que era reconhecido em todo o território nacional. Concluem que entre

---

que tratam sobre livros escolares, 9 dos quais abordam a produção e circulação desses impressos. Num segundo momento, consultando o Banco de Teses & Dissertações da CAPES, localizei 4 teses e 5 dissertações, sendo que, destas, 3 teses e 2 dissertações tratam diretamente da produção e circulação de livros escolares no Brasil Império.

as autoridades políticas e educacionais do Rio Grande do Norte havia a convicção de que a imposição do uso obrigatório do impresso, “reconhecido nacionalmente, uniformizava não somente a educação pública, mas, necessariamente, ordenava uma uniformidade formativa do aluno da educação primária.” (ARAÚJO; FIGUEIRÊDO, 2016, p. 26).

Tomando o impresso escolar como objeto de pesquisa, o texto “Entre idas e vindas: o trajeto dos livros escolares destinados ao ensino primário amazonense (1880 – 1900)”, de Carlos Humberto Alves Corrêa (2007), enfatiza as “circunstâncias em torno das quais se realizavam a compra e a distribuição dos livros escolares para as escolas primárias amazonenses nas últimas décadas do século XIX” (CORRÊA, 2007, p. 1). O autor conclui que essas condições de aquisição das obras referem-se ao financiamento, fornecimento e compra pelos governantes da província, além dos interesses dos professores em garantir a presença dos livros na sala de aula.

Na produção, também de autoria de Carlos Humberto Alves Corrêa, “Ciclo de vida dos livros escolares: breves notas sobre os mecanismos de controle e difusão implementados no circuito educacional amazonense (1852-1890)”, é feito um levantamento sobre “o circuito do livro escolar que se configurou durante a segunda metade do séc. XIX, na província do Amazonas” (CORRÊA, 2005, p. 1). Para tal, o autor se dispõe ao uso das seguintes fontes: os relatórios dos presidentes de província e de diretores da Instrução Pública, alguns jornais da época e as correspondências da instrução pública. Corrêa (2005, p. 10) identifica “as tentativas dos dirigentes políticos e da instrução pública em institucionalizar este circuito do livro escolar”; deste modo, eram estabelecidas as práticas e os indivíduos que seriam colocados em ação no instante de eleger quais livros circulariam para as escolas primárias do Amazonas.

O trabalho de Sara Cavalcanti Pinto Bandeira (2009), intitulado “Uma história da leitura: os livros didáticos na Paraíba no segundo reinado” traz como recorte de pesquisa os compêndios religiosos e os de literatura que circularam na Paraíba no século XIX, tendo sido eles adotados pelas escolas ou apenas anunciados nos jornais e periódicos. A partir da pesquisa nos Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, a autora constatou particularidades de tomada de decisão, conforme ela coloca:

> [...] uns se apresentam mais flexíveis e cuidadosos, sempre preocupados em adotar os melhores compêndios em vista do melhor aproveitamento dos

> alunos, pois ao presidente é que cabia o papel de escolher os materiais de leitura mais apropriados para serem adotados nas escolas. Outros presidentes se mostram menos pacientes adotando medidas mais radicais, e deixando sob a responsabilidade dos professores a responsabilidade de adotar o melhor método de educação, como também os melhores compêndios para os seus alunos. (BANDEIRA, 2009, p. 7).

A historiadora complementa a percepção de que, por meio dos livros adotados, houve interação, de aspecto cultural e intelectual, da Paraíba com a Corte e com o que se lia em outros países, através de títulos estrangeiros. (BANDEIRA, 2009, p. 7).

O texto de Elomar Tambara (2002), “Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil”, caracteriza a origem, natureza, conteúdo e distribuição de artefatos de leitura para as primeiras letras no Brasil no século XIX, observando que, mesmo com a fundamentação da padronização dos materiais escolares, na prática “a efetiva utilização dos conteúdos programáticos dependia [...], de modo especial, da capacitação profissional dos professores” (TAMBARA, 2002, p. 2).

No artigo “Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores”, Giselle Baptista Teixeira e Alessandra Frota de Schueler (2009), fazem a análise da pesquisa sobre produção, aprovação e adoção de livros para uso das escolas públicas primárias do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, resultando na observação da atuação de professores e professoras da instrução primária como autores e autoras e/ou tradutores e tradutoras dos textos. Como conclusão, destacam que os professores e professoras obtiveram notoriedade como intelectuais do ensino e da cidade, ao passo que, “desempenhando e disputando a *função-autor*, participaram na produção de saberes, textos, materiais e livros escolares, interferindo na configuração da cultura escolar na cidade do Rio de Janeiro” (TEIXEIRA; SCHUELER, 2009, p. 140, grifo do autor).

A produção “Andanças de Clio: intelectuais, intercâmbios e circulação de livros”, de Alexandra Lima da Silva (2015), faz o levantamento e investiga a importância das viagens realizadas por intelectuais que se dedicaram à escrita de livros didáticos de história, tangendo a circulação de livros e ideias referentes ao ensino de História do Brasil, entre o final do século XIX e a metade do século XX. Suas conclusões retratam que personagens como Gonçalves Dias e João Ribeiro

“aproveitavam os tempos de viagem para escrever, pesquisar, divulgar suas obras e fazer circular livros entre as regiões e países que visitavam”. Deste modo, são observados os “conflitos e competições do mercado editorial no período, com especial atenção à expansão do público escolar e às diferentes ações dos editores no sentido de ampliar a circulação de livros, dentro e fora do país” (SILVA, 2015, p. 14).

Maria Deusia Lima Angelo (2014), na sua dissertação “Livros didáticos de Geografia e seus autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil”, direcionando como objeto de análise os livros didáticos de Geografia e os sujeitos elaboradores desses impressos, enfocando os autores, traz como propósito evidenciar elementos que permitam conhecer e refletir sobre o processo de constituição da disciplina de Geografia no contexto escolar brasileiro, entre as décadas de 1870 e 1910. A autora observa uma maior expressividade de produção para o ensino primário. Quanto aos autores, identificou “uma heterogeneidade de sujeitos oriundos das diferentes províncias/estados, com diferentes formações e atuações” (ANGELO, 2014, p. 7). Destaca também que muitos autores eram professores e/ou “vinculados às instituições científicas e culturais do período, a exemplo do IHG[3]” (ANGELO, 2014, p. 7).

Tratando-se de uma pesquisa de história da educação que dialoga com a história do livro e da leitura e a história do comércio, a tese “Uma livraria entre o solar e a escola: Educação, Livros e Leitores na História de Ao Livro Verde (1844-1889)”, de Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira Lima (2015) tem como objetivo compreender as relações estabelecidas pelo comércio livreiro Loja do Livro Verde, fundada em 1844 em Campos dos Goytacazes por José Vaz Correa Coimbra, com o contexto político, econômico, social, cultural e educacional do local, entre os anos de 1844-1889. Porém, mesmo a tese não enfocando a produção e circulação dos livros escolares, destaca que os anúncios publicados por José Vaz Correa Coimbra eram, dentre outras funções, destinados para a divulgação de mercadorias e livros, voltados para a instrução primária e secundária.

Analisando a produção, controle e circulação dos livros nas escolas da corte imperial, a autora Giselle Baptista Teixeira (2008), em sua dissertação “O Grande

[3] Instituto Histórico e Geográfico.

Mestre da Escola: os livros de leitura para a escola primária da capital do Império Brasileiro", busca compreender as condições de surgimento e "permanência do livro na ordem escolar do Brasil e as ações que o elegeram como um suporte privilegiado para difusão dos saberes escolarizados" (TEIXEIRA, 2008, p. 9). Conclui que o livro é um "dos principais instrumentos para a escolarização dos saberes, e uma tecnologia a serviço de um projeto civilizatório posto em curso nos oitocentos" (p. 9). Deste modo, a autora ressalva que, no Brasil oitocentista, os livros mais produzidos foram os de "ensino da leitura e da escrita, ou seja, os destinados a inserir a população ao mundo letrado para que assim pudessem ser instruídas e também civilizadas" (TEIXEIRA, 2008, p. 222).

Buscando compreender a lógica de produção, circulação e utilização do *Livro do Povo*[4] na província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, Odaléia Alves da Costa (2013) desenvolve a sua tese "O livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)", e conclui que a obra "constituiu um elemento que compôs o cenário da expansão do ensino primário no Maranhão". (COSTA, 2013, p. 10). Prevalecendo-se de diferentes fontes escritas, tais como livros escolares, relatórios de presidente de província, inventário, ofícios, regulamentos, almanaques, jornais e dicionários, a pesquisadora identificou o surgimento de uma autonomia na província maranhense com a produção de seus próprios manuais escolares e também com a tradução de obras universais, ao implantar a imprensa tipográfica no Maranhão.

Por fim, o trabalho "'E, pois que valem escolas sem bons livros, ou sem livros totalmente?' Materiais utilizados para o ensino da leitura nas escolas primárias da província paranaense", de Franciele Ferreira França e Etienne Baldez Louzada Barbosa (2015), tem ligação direta com a presente pesquisa por ter como recorte a Província do Paraná, na segunda metade do século XIX, e objetivar o entendimento de "como se dava a escolha e aprovação dos livros enviados às escolas, buscando pistas de como se deu a sua circulação e utilização nas aulas paranaenses" (FRANÇA; BARBOSA, 2015, p. 1), através das correspondências da Inspetoria da Instrução Pública. Deste modo, buscam "evidenciar a constituição de uma *cultura*

[4] "*O Livro do Povo*, livro de leitura que continha lições da Bíblia e lições de moral, foi o ícone da imprensa tipográfica maranhense na segunda metade do século XIX, com a maior tiragem, a maior distribuição entre as escolas e o menor preço. O referido livro é de autoria de Antonio Marques Rodrigues" (COSTA, 2013, p. 10).

material escolar por meio da determinação, adoção e apropriação destes livros" (p. 1, grifo das autoras). As autoras inferem como conclusão, "que nesta relação entre prescrições e apropriações, determinações e usos, os professores primários paranaenses contribuíram para a constituição de uma *cultura escolar* na sua relação com os inspetores escolares e presidentes da província." (FRANÇA; BARBOSA, 2015, p. 12, grifo das autoras).

O conjunto desses trabalhos traz à luz três apontamentos-chave acerca da abordagem histórica e historiográfica do circuito da produção e circulação das obras escolares impressas.

Primeiramente, apontam uma busca de padronização por parte das províncias[5] no circuito de comunicação editorial dos livros escolares, principalmente na adoção dos títulos. Em segunda análise, contudo, também confirmam que havia uma grande produção e circulação de livros escolares no Brasil imperial, produzindo circuitos para muito além da Corte Imperial, mostrando a complexidade e diversidade do mercado editorial. Como terceira constatação, em termos historiográficos, é perceptível que, se há um investimento significativo dos historiadores, hoje, em investigar o circuito dos impressos produzidos e postos em circulação para a escola primária oitocentista em diferentes províncias, de semelhante modo há, de fato, uma grande lacuna no que diz respeito à Província do Paraná. Teria, afinal, existido ali também um circuito de produção e circulação de manuais escolares para a escola primária?

Em que pesem as controvérsias históricas — se foi convidado pelo então Presidente da Província, Zacarias de Góis Vasconcelos[6], ou se a decisão foi por iniciativa própria —, fato é que, em 1854, o tipógrafo Candido Martins Lopes mudou-se de Niterói, na Província do Rio de Janeiro, para o Paraná, instalando ali sua Typographia Paranaense, obtendo, conforme destaca Newton Isaac da Silva

---

[5] Pelas províncias, já que o ensino era descentralizado em decorrência do Ato Adicional de 1834.

[6] Segundo Osvaldo Pilotto, "ao inaugurar o governo provincial [...] Zacarias Góis de Vasconcelos, pela sua capacidade de estadista experimentado, incluiu entre suas primeiras providências a criação de uma impressora [sic], a fim de atender às necessidades da administração, relativamente à publicação dos atos oficiais." (1976, p. 7). O historiador Carlos Eduardo Vieira (2013) manifesta que foi iniciada a produção do periódico *Dezenove de Dezembro* quatro meses após a emancipação política do Paraná da Província de São Paulo, e logo em seu primeiro número de edição o jornal declara "dar publicidade à ação administrativa do estado". (VIEIRA, 2013, p. 207). Também o autor Newton Isaac da Silva Carneiro traz em sua obra *As artes gráficas em Curitiba* a seguinte assertiva: "A imprensa, trazida por Candido Martins Lopes, [...]" foi "instado pelo Conselheiro Zacarias a deslocar-se para a nova província [...]" (CARNEIRO, 1976, p. 10).

Carneiro (1976, p. 10), o quase “monopólio” das publicações ao ser encarregado de publicar no seu periódico, *Dezenove de Dezembro*, atos oficiais procedidos da nova administração provincial. Mas, além do jornal que veiculava os atos oficiais, anúncios e notícias da jovem província, de sua tipografia começaram a sair, também, alguns livros impressos, como aponta Newton Carneiro (1976), estando, dentre eles, livros escolares, como a *Grammatica da Língua Nacional*, do professor Sebastião José Cavalcanti. Este impresso e outros dados à luz até 1871, ano de morte de Candido Martins Lopes, eram postos em circulação em anúncios de jornais, lojas de secos e molhados e livrarias locais, como se infere da leitura contínua das páginas do *Dezenove de Dezembro*.

A partir deste dado, emerge a hipótese da existência de um circuito de produção de manuais escolares na Província do Paraná. Contudo, como esse circuito funcionava, que livros imprimiu e colocou em circulação, dentre outros aspectos, é um dado a ser investigado.

No âmbito da conceituação do “circuito de comunicação” de Robert Darnton (2008) — aqui entendido como o caminho editorial percorrido pelo livro escolar até chegar aos seus leitores, passando pela demanda do livro, o diálogo com os autores, a ação do tipógrafo, o divulgador, os distribuidores e a concepção de um leitor ideal — elegi como objetivo identificar a configuração assumida por esse circuito de comunicação no contexto paranaense entre os anos de 1854 e 1871, com relação aos manuais escolares.

Já os objetivos específicos são dois. O primeiro, que se refere à *produção* (abarcando as três primeiras etapas do circuito), tem como proposta apontar as demandas dos professores, professoras e autoridades pelas obras de leitura com fundo didático, retirando das sombras os personagens/autores e o tipo de negociações que eram feitas entre a província, esses autores e a tipografia, identificando, aqui, quem imprimia os livros escolares e quais livros foram impressos. O segundo, que trata da *circulação* desses livros (ocupando-se das três últimas etapas do circuito), visa delinear a atuação da imprensa com a divulgação, a forma da venda e aquisição dos títulos pelas escolas, e a concepção de leitor ideal presente neste processo.

Deste modo, o recorte toma como baliza a criação da primeira tipografia na Província do Paraná, a Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, em 1854, e vai até o ano de 1871, quando, com a morte deste homem, conforme aponta

Newton Isaac da Silva Carneiro (1975), parece ter ocorrido um breve refluxo na ainda incipiente “indústria” tipográfica paranaense, dificultando a impressão de livros na província até fins da década de 1880[7].

Falando da questão da empiria na pesquisa historiográfica, Jacques Le Goff (1990), destaca a variação de novas fontes quando diz que “a história nova ampliou o campo do documento histórico [...] por uma história baseada numa multiplicidade de documentos.” (LE GOFF, 1990, p. 28). Assim sendo, para interrogar indícios sobre a produção e circulação de manuais escolares para o ensino primário no Paraná provincial — e que chamo aqui de circuito — foram cotejados nesta pesquisa cinco tipos de fontes principais: o jornal *Dezenove de Dezembro*, a legislação escolar paranaense entre 1854 e 1871, as correspondências de governo existentes no Arquivo Público do Paraná, os relatórios dos presidentes de província e inspetores gerais de instrução pública e o exemplar de um livro escolar produzido para a província paranaense, existente nas bibliotecas públicas do Paraná e acervos em nuvens de arquivamento *online*[8], no qual foi possível colher evidências indiretas de sua materialidade.

Carlos Eduardo Vieira (2013), observando a imprensa no contexto paranaense do século XIX, aponta que a Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes foi a responsável pela criação editorial do *Dezenove de Dezembro*, que tinha como objetivo “dar visibilidade aos atos de poder e, assim, afirmar o protagonismo e o controle das ações administrativas e políticas por parte do estado” (p. 207). Portanto, agindo como diário oficioso, o jornal promovia a publicidade dos atos do estado e protagonizava “o debate acerca do tema da educação” (p. 209), defendendo a disseminação da escola popular e primária.

É neste cenário de debate articulado à legislação escolar que o jornal, em seu espaço de edital, publicava os anúncios de livros escolares — e outros objetos da escola — a serem adotados e vendidos na província paranaense. Revela-se aqui

---

[7] Essa afirmação pode ser levada à adesão histórica tendo em vista as pesquisas que já foram realizadas por Newton Isaac da Silva Carneiro (1975) e Osvaldo Pilotto (1976). São expostos os apontamentos dos autores em diálogo com as fontes, trazidas por mim, durante a dissertação, com enfoque nas seções 1.3, *Sendo professor, autor e, às vezes, funcionário público: escrevendo manuais escolares para a instrução primária do Paraná no oitocentos*, e 1.4, *A typographia do* Dezenove de Dezembro*: um tipógrafo para o circuito do mercado editorial escolar da província paranaense.*

[8] As listagens de todas as bibliotecas nacionais e internacionais, com seus respectivos resultados das pesquisas, encontram-se no Apêndice II e apêndice III.

a presença da circulação de livros escolares paranaenses e vindos de outras províncias no cenário pedagógico, além do potencial da imprensa periódica em ilustrar a materialidade que proporcionava forma à escola.

Neste viés, além de o *Dezenove de Dezembro* possibilitar o mapeamento da circulação dos livros escolares para a escola primária na segunda metade do século XIX, o periódico[9] foi a fonte documental que permitiu revelar pistas e indicativos acerca da autossustentação de manufatura da Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes através de suas divulgações de venda de materiais de confecção de livros.

No que diz respeito à legislação escolar como fonte, Luciano Mendes de Faria Filho (1998) defende que algumas informações, como o "ordenamento legal do processo pedagógico", e "o repertório discursivo que a legislação põe à disposição e em movimento" (FARIA FILHO, 1998, p. 20) oferecem apoio aos objetos de investigação histórica. No caso desta pesquisa, a legislação trouxe a prescrição de quais livros deviam ser usados nas salas de aula, na tentativa de fundamentar uma forma escolar vinculada a aparelhos legais que impuseram ao ensino o estabelecimento de regras. Além do auxílio na procura de entender os trâmites oficiais que este artefato cultural livro escolar foi submetido para ser aceito no ensino primário na segunda metade do Oitocentos, no Paraná.

Para compreender as razões que demandaram a produção de manuais escolares, foram consultadas as correspondências de governo[10]. Em um artigo elaborado por Gizele de Souza, Juarez José Tuchinski dos Anjos e Etienne Baldez Louzada Barbosa (2013) sobre as possibilidades para a pesquisa em história da

---

[9] Consultado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. A pesquisa estabeleceu-se em três momentos. No primeiro, foi selecionado o periódico e, depois, no viés de encontrar publicações sobre livros escolares, foi realizada a busca pelas seguintes palavras-chave: Compêndio, Leitura Graduada, Livro de Leitura, Manual, Lições, História Sagrada, Geographia, Cartographia, Cartilha, Taboada, Método, Geometria, Noções, Catecismo, Gramática, Grammatica e Arithmetica. No segundo momento, foi realizada a tabulação dos dados encontrados, recortando a imagem, salvando a data, número da edição e página. No terceiro, foi analisada a seção de anúncios onde apareciam livros e outros materiais para a instrução, catalogando o nome dos distribuidores, material, quantidade e preço.

[10] Presentes no Arquivo Público do Paraná. Em primeiro momento foi realizada a busca no índice impresso referente às correspondências de governo do período de 1853 a 1871, sobre livros didáticos e os autores catalogados no Quadro 1 desta dissertação. Com a busca, foram encontrados 498 ofícios. Após o levantamento, como segundo passo, foi desenvolvida a consulta de todos junto aos códices e, depois, foram fotografados. No terceiro momento foi realizada a leitura dos documentos e selecionados aqueles que contribuem para o entendimento do tecido social e profissional desses autores, aos quais aludem os elementos que os levaram a escrever um manual escolar.

educação no período provincial, destaca-se que o arquivo público paranaense disponibiliza instrumentos de pesquisas sobre

> [...] fundos arquivísticos que contêm documentação referente à instrução pública no Paraná província —, aos conteúdos e tipos de fontes que podem ser encontrados nos respectivos fundos e a relevância desse acervo para a escrita da história da educação no século XIX. (SOUZA; ANJOS; BARBOSA, 2013, p. 627).

Com essa possibilidade de encontrar correspondências do governo do século XIX que tratam da instrução pública, foi aberto o caminho para o cotejamento das fontes nos apontamentos do *Dezenove de Dezembro* que abordam os livros escolares indicados, aprovados, postos à venda e adotados para o ensino primário, com as correspondências trocadas entre os atores envolvidos na produção e circulação das obras de leitura, e com as metas para a instrução primária no Paraná província.

Trilhando as alamedas do cruzamento dos documentos, procurei entender os contextos em que foram escritas as correspondências, atentando para a posição ocupada pelos seus remetente e destinatário no momento da sua elaboração e recepção, juntamente com a estrutura textual — que indicavam a intenção formal nas correspondências. Neste viés, foi observado que as assinaturas dos remetentes davam indícios sobre o posicionamento e variedade de cargos com base em sua atuação profissional.

Em subsequência, a atenção dirigiu-se ao conteúdo. Em concordância com as observações do historiador Samuel Luis Velázquez Castellanos (2012), deveu-se levar em conta

> [...] as opiniões, os posicionamentos contrapostos e os constrangimentos impostos, seja pelas instâncias de poder, que controlavam o cumprimento das regras exigidas na produção, divulgação, venda e consumo das obras, seja pelas estratégias reguladas no processo de aprovação, adoção, substituição ou veto do livro escolar. (CASTELLANOS, 2012, p. 24).

Com isso, por serem documentos trocados entre presidentes da província, inspetores da instrução pública, professores e professoras, busquei mapear os livros escolares para o ensino primário, observando as solicitações de aprovação, as autorizações de adoção e até mesmo ausência deste dado em conjunto com a falta de anúncios, que pode indicar reprovação da obra, como também a circulação de títulos por autores paranaenses ou derivados de outras províncias.

O objetivo desses levantamentos foi a busca pela compreensão das circunstâncias em que essas obras foram inseridas para o ensino, e os preceitos objetivados para estes artefatos culturais na instrução paranaense do período imperial.

Com mesmo cunho estão os relatórios dos presidentes da Província. Juarez José Tuchinski dos Anjos (2016) esclarece que os relatórios possuíam caráter informativo e explicativo “da situação em que se encontravam, naquele momento, os diversos ramos de que se compunha o serviço público”. Esses balanços eram feitos periodicamente e apresentados “à assembleia legislativa (ou, em alguns casos, quando da mudança de governo, ao sucessor na administração da Província e depois do Estado)” (ANJOS, 2016, p. 105).

Por esse prisma, foi possível visualizar o registro da escolarização primária paranaense no século XIX através desses documentos, que ajudaram com seus múltiplos complementos de informações do período — complementos esses que poderiam trazer à luz como eram articuladas as tomadas de decisões para a configuração do processo de produção e circulação do livro escolar no oitocentos.

Com estes relatórios foi possível identificar os livros escolares mais utilizados na instrução pública, focando no ensino primário paranaense, produzidos ou adotados de outras províncias, como também ter acesso aos custos e recursos financeiros — mesmo que em raros apontamentos e apresentados de modo superficial — para a produção e circulação dos livros.

Tendo acesso também aos relatórios dos inspetores da instrução pública — por vezes mais detalhados que os relatórios dos presidentes — a procura foi por flagrar as necessidades das obras para a instrução primária que eram solicitadas para aprovação, adoção, substituição ou mesmo recusa, identificando nessas ocorrências as devidas justificativas por parte dos professores, ou mesmo pelos inspetores. Esses preservados diálogos oficiosos permitem também entender as possíveis relações que existiam entre os atores da instrução pública da província paranaense, repleta de vocábulos respeitosos, porém diretos, tendo em vista a objetividade das solicitações, pareceres ou textos informativos.

Com base nas marcas editoriais ou protocolos de leitura[11], o manual escolar

[11] “Os protocolos de leitura são compostos de prefácios, pareceres, notas ao leitor, advertências,

Compendio da Geographia da Província do Paraná, de autoria de Luiz de França Almeida e Sá — passível de ser localizado via nuvens de arquivamento *online* ou acessível em bibliotecas públicas[12] —, auxilia como fonte o entendimento das formas de produção material desses artefatos[13].

Alain Choppin (2002) pondera que "os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada" e que é relevante o interesse por questões relativas à "economia dos livros, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem" (CHOPPIN, 2002, p. 13).

E é nas, mencionadas por Choppin (2004), diferenciações tipográficas (fontes, grifos, corpo do texto, bordas, tipos de papel, cores, etc.) e suas mudanças ao longo das reedições, nos pareceres impressos nas obras, nas adaptações da escrita do autor para atender aos entendimentos particulares de um texto em prol de causas de aperfeiçoamento de acesso ao conteúdo e/ou imposições de padronizações educativas, que são encontradas possibilidades de evidências indiretas dos conteúdos e de materialidade dos manuais escolares, abonando indícios que ajudam a desenhar o circuito de comunicação dessas obras para o ensino primário no Paraná provincial.

Os passos trilhados nos dois capítulos que compõem essa dissertação foram perseguindo o itinerário do processo de produção e circulação — os objetivos específicos da pesquisa — que apontam a delineação do circuito de comunicação[14] referente ao mercado editorial de livros escolares para o ensino primário do Paraná, de 1854 até o ano de 1871.

O primeiro capítulo, intitulado "Precisa-se de manuais escolares: produção

---

dedicatórias, ou seja, toda e qualquer observação escrita nas primeiras páginas dos livros escolares de leitura e que não constituem o corpo propriamente dito desse objeto. Encontrados nos próprios livros escolares, os protocolos são escritos pelos atores que estão envolvidos no processo de produção dos livros: autores, editores, revisores, adaptadores, ilustradores, diretores da instrução pública da época, entre outros. Na maioria das vezes, além de um prefácio ou dedicatória do autor, vinha uma aprovação ou parecer feito por pessoas incumbidas [...], de aprovar ou não o uso do livro nas escolas de instrução primária. Em alguns casos os livros continham apenas os pareceres." (SILVA, 2003, p. 2).

[12] Listagem das bibliotecas e busca online presente nos apêndices II e III.

[13] Apesar de todos os esforços empreendidos, não foram localizados exemplares de livros produzidos na tipografia de Candido Martins Lopes no recorte de 1854 a 1871, com exceção do *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, de autoria de Luiz de França Almeida e Sá, que é um livro produzido para a província, mas impresso no Rio de Janeiro.

[14] Baseada na conceituação de Robert Darnton na obra *O que é a história do livro? Revisitado*, de 2008.

dos impressos para a instrução primária na província paranaense (1854-1871)", tem como proposta apontar como era realizado o processo de *produção* dos manuais escolares para a instrução primária paranaense, partindo do princípio das demandas dos personagens solicitantes — professores, professoras e autoridades estatais — baseados na necessidade do ensino na Província do Paraná; o diálogo com os autores; e, por conseguinte, a montagem e impressão das obras pela editora de Candido Martins Lopes, a Typographia Paranaense.

O segundo, "Divulgar, distribuir e alcançar o leitor: a circulação dos livros escolares impressos para a mocidade na província paranaense (1854-1871)", objetiva relatar a *circulação* desses livros, delineando a atuação da imprensa com a divulgação, as articulações dos processos de compra, venda e aquisição das obras pelas instituições de ensino, e a concepção de leitor ideal presente no circuito de comunicação do mercado editorial da instrução primária da Província do Paraná.

*****

Jacques Le Goff[15], certa vez, identificou a assimilação do pesquisador trazida nas reflexões e apontamentos de Marc Bloch quando este afirma que para o historiador há, em face seu objeto de pesquisa, "[...] antes do desejo de conhecimento, o simples gosto; antes da obra de ciência," estar "plenamente consciente de seus fins, o instinto que leva a ela." (LE GOFF, 2001, p. 43).

E é nessa busca pelo prazer nos próprios estágios de aprimoramento do saber que, através de suas particulares motivações, convido-lhe a trilhar a leitura desta pesquisa.

[15] Jacques Le Goff interpreta a reflexão ao escrever o prefácio do livro *Apologia da história*, de Marc Bloch (1886-1944).

CAPÍTULO 1
PRECISA-SE DE MANUAIS ESCOLARES: PRODUÇÃO DOS IMPRESSOS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854-1871).

> Os livros, [...] são sempre o resultado de múltiplas operações que supõem decisões, técnicas e competências muito diversas.
> (Roger Chartier, 2010)[16]

Olhando o ensino primário no Paraná do Império à luz do seu próprio tempo, no que tange ao artefato material livro escolar, as etapas apontadas como iniciais do processo de produção, que possibilitam o delinear do mercado editorial das obras didáticas, partem do princípio das demandas dos personagens solicitantes (professores, professoras e autoridades); do diálogo com os autores dos livros; e da montagem e impressão das obras pela Typographia Paranaense do senhor Candido Martins Lopes. Este, impressor do periódico *Dezenove de Dezembro*, dava "publicidade aos atos de seu governo e assembleia legislativa", situação que isentava o governo "do ônus de recorrer à Corte ou às províncias vizinhas para obter qualquer impresso". A editora também funcionava como "um estabelecimento de encadernação[17]", e atuava como imprensa, que por meio de editais, divulgava os livros escolares na província paranaense.

Diante esse cenário, cabe delinear uma pré-abordagem sobre o processo de produção e circulação das obras, já que o tipógrafo e divulgador dos livros na província paranaense eram a mesma pessoa. Aqui, começam a se desenhar os pontos — que se conectam — do circuito dos impressos; afinal, para o cumprimento das fases da produção e circulação dos livros escolares, havia o processo de comunicação do mercado editorial do Paraná oitocentista.

Atendo à conceituação, Robert Darnton (2008) nos lembra de que é necessária uma visão holística dos elementos que compõem a história do livro. Assim, as conexões viriam à luz formando "um todo" como um "circuito de comunicações". Elaborado em 1982, o adaptativo modelo esquemático do conceito "circuito de comunicações" configura um direcionamento ao quadro geral do sistema

---

[16] Retirado do texto *Escutar os mortos com os olhos*, p. 21.
[17] Relatório do presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 15 de julho de 1854, para a Assembleia Legislativa provincial, p. 45. Todas as referências das fontes apresentadas no texto desta dissertação serão colocadas em nota de rodapé da página ao qual foi mencionada, abreviadas. A referência completa consta no final deste trabalho.

mercantil para além da perspectiva basicamente editorial, tendo em vista a inserção dos indivíduos e suas particularidades na tomada de decisão e comportamentos que, de forma mútua, afetam a produção e circulação dos livros. Nessa perspectiva, leva-se à mesa a chamada história vista de baixo, "com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social" (BURKE, 1992, p. 3), mas que também é enxergada de outros ângulos, complexa, abrangente e almejada na busca pelo total, como defendem historiadores do movimento dos *Annales*.

Para ajudar a refletir o conceito, Robert Darnton propõe três indagações: "1) como é que os livros passam a existir?; 2) como é que eles chegam aos leitores?; 3) o que os leitores fazem deles?" (DARNTON, 2008, p. 156). Diante desses apontamentos, cabe pensar qual teria sido a configuração do "circuito de comunicação" na produção de manuais escolares para a instrução primária na Província do Paraná.

O próprio Darnton (2008) deixa claro que o modelo esquemático do circuito por ele proposto está aberto à adaptação, quando, com ilustre modéstia de seus dons analíticos, professa, "meu diagrama dificilmente fez justiça às complexidades", porém, traz clareza que procurou revelar "o caminho em que as partes achavam-se conectadas" (DARNTON, 2008, p. 163). Em vista desta abertura do modelo de Darnton, flexível a ajustes, e da ciência das particularidades contextuais do Paraná do século XIX brasileiro, foi necessária a adaptação do circuito de comunicação do mercado editorial para livros escolares paranaenses. Este se demonstrou configurar em seis momentos que abrangem a produção e circulação[18].

O primeiro, a *demanda pelo manual escolar*, refere-se às solicitações por parte dos presidentes da província, inspetores de instrução, professores e professoras, das obras a serem confeccionadas, ou adquiridas de outras províncias. O segundo trata-se do diálogo com os *autores*, geralmente professores[19], e a escrita das obras. O terceiro confere ao *tipógrafo* que, no caso, é Candido Martins Lopes, que realiza múltiplas funções ao possuir e comercializar a manufatura necessária para a confecção das obras e ao ser distribuidor. No instante em que o tipógrafo divulgava os títulos no *Dezenove de Dezembro*, assumia ali o papel de divulgador,

---

[18] Ver Figura 1.

[19] Não foram encontradas autoras de livros didáticos produzidos na Província do Paraná para a instrução pública primária no período de 1854 a 1871.

ou seja, passava a ser a *imprensa* referente ao quarto momento do circuito.

Para o quinto instante[20] são abordados os outros *distribuidores*, que adquiriam os livros da Typographia Paranaense — esta atuando nesta fase como fornecedora — e revendiam em seus estabelecimentos comerciais. As localidades que vendiam são identificadas como comerciantes de materiais e livros escolares, já a administração pública apresentava-se apenas como distribuidora. Por fim, e de relevante valor ao circuito, está o *leitor ideal*, público este que abraça sua extensão para além dos requerentes das obras, englobando alunos, alunas e quaisquer indivíduos da sociedade paranaense.

Nesta proposta em apontar os "estágios inter-relacionados do ciclo de vida de uma edição", leva-se em conta a "preservação e a evolução na história dos livros, haja vista que emergem sob a perspectiva de uma maior duração" (DARNTON, 2008, p. 165). Sobre esse olhar, o circuito mostrou-se por vezes cíclico devido à aceitabilidade da obra pelas determinações políticas e/ou por membros da comunidade escolar, os quais apresentavam sucessivas reedições, ou por alterações dos textos, como: revisões, traduções, abreviações e compilações; em outros momentos, encerrou-se após o *leitor ideal*, não havendo progressão de reedição do livro escolar.

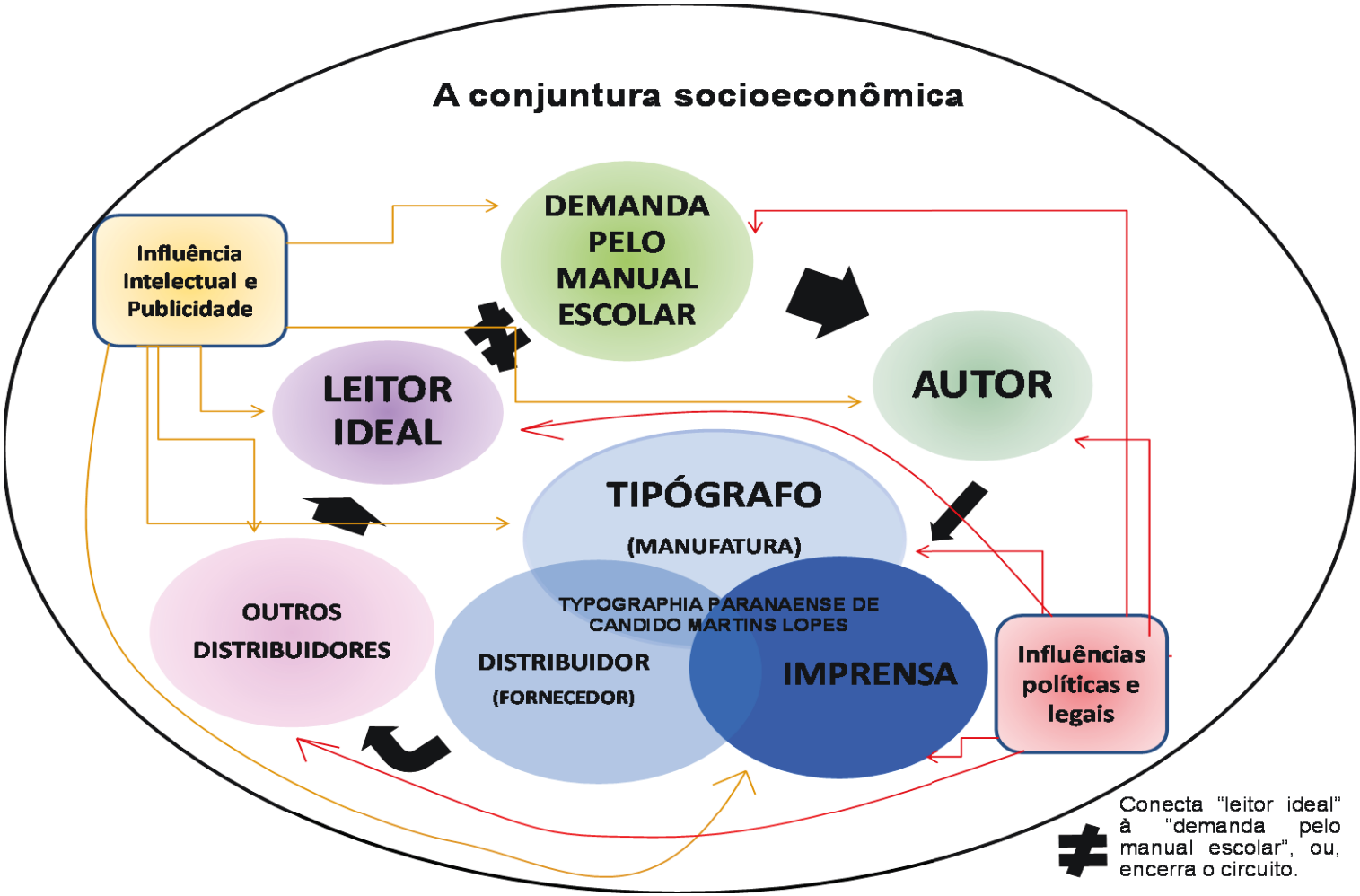
É observando a interconexão dos momentos da produção e circulação do livro no circuito de comunicação que a história do livro dialoga com a história social, quando os personagens envolvidos nas tomadas de decisões — solicitantes, autores, lugar de confecção, venda e fornecedor, distribuidores e leitor ideal —, configuram o desenho de uma rede de confecção do mercado editorial para os livros escolares do Paraná oitocentista.

As fontes (principalmente os relatórios e correspondências de governo) relatam os diálogos de professores, professoras, inspetores e presidentes da província, trazendo indicativos de que todas as etapas do circuito foram acionadas e/ou movidas à escolha de adoção e/ou confecção da obra por influência intelectual, de publicidade, política e da legislação escolar — todos também inseridos na conjuntura socioeconômica do século XIX.

---

[20] Serão narrados o papel do *Dezenove de Dezembro* como imprensa, além do quinto e sexto momentos do circuito, no capítulo dois deste trabalho (subitens 2.1, 2.2 e 2.3). Por hora, neste capítulo, cabe uma explanação sucinta destas fases do "circuito de comunicação" do mercado editorial de livros escolares na província paranaense (1854-1871).

FIGURA 1 – O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS ESCOLARES PARA O ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854 – 1871)



FONTE: A autora (2018).

O primeiro círculo do fluxograma (*demanda pelo manual escolar*) procura representar o instante da tomada de decisão para a publicação. Mesmo sendo determinada por ordens oficiais que levam a crer na influência política através da legislação escolar, a decisão, por fim e ao cabo, é tomada por pessoas (quem é o solicitante, quem é o autor, quem é o tipógrafo, quem apoia a causa de criação) ao definir a produção do material escolar livro, o que indica as influências intelectuais e publicitárias presentes nas relações interpessoais dos indivíduos envolvidos no processo.

O segundo círculo revela que os *autores* solicitados eram professores, que possuíam outro vínculo empregatício com o serviço de órgão público na província, indicativo de uma rede de sociabilidade com influência política e intelectual na escolha desses autores[21] com permissão para terem seus livros veiculados.

No terceiro instante, a Typographia Paranaense, nesta fase de produção, é o portador da manufatura para a confecção do livro e atua como tipógrafo. O seu diálogo com a administração do governo do Paraná, através de seu compromisso tipográfico provincial, revela sua condição no que diz respeito à influência política.

Esses tipos de influência para as deliberações, por vezes não por condição instantânea de decisão, mas por normas impostas pré-determinadas como lei, levam o homem a uma condição de ferramenta, conforme já falava Georg Wilhelm Friedrich Hegel (2008), no século XVIII e XIX. Segundo o filósofo, o homem[22], movido por objetos, leis e suas diretrizes, determinados por si próprios em consenso societário, é condicionado a uma forma de alienação em que a situação econômica e o estranhamento aos seus próprios mecanismos de ordem podem levar a crises.

Surge então a interdependência entre os indivíduos pertencentes à rede educacional na condição de lidar com as próprias normas, para em acordo, chegarem a soluções de problemas contidos no ensino. Foi o que se observou na instrução primária da província paranaense, devido aos relatos de escassez de material escolar e aos decorrentes alarmes de *precisa-se de livros*[23].

---

[21] Utilizada a terminologia *autor* porque os personagens neste trabalho que serão apresentados escrevendo manuais escolares para o ensino primário desenvolveram únicas obras, com finalidade pontual, não exercendo a profissão de escritores.

[22] Aqui não como distinção de gênero, mas como palavra que universaliza a condição humana, que envolve homens e mulheres.

[23] Grifo meu.

1.1 UMA INSTRUÇÃO “CARENTE”: A FALTA DE MANUAIS ESCOLARES E AS TENDÊNCIAS RELATIVAS AO SEU PROVIMENTO.

“Art.32 — Aos meninos pobres se dará papel, penas, tinta, livros e os compêndios necessários”[24]. Era o que estava previsto no Regulamento de 08 de abril de 1857, de ordem geral para as escolas de instrução primária, mas a precariedade era exposta nas correspondências do governo[25] trocadas tanto pelos professores e professoras como pelos inspetores e presidentes da província paranaense.

Respeitando as normativas da legislação escolar, os agentes integrantes desses diálogos (professores, professoras, inspetores e presidentes) apresentavam em seus relatórios a situação em que se encontrava a instrução pública paranaense.

Nos registros levantados, em que o foco de análise foram os livros escolares para o ensino primário, foi possível notar que a legislação escolar, com suas normativas, apresenta, por vezes, ideias prescritivas com caráter de ordenamento e, noutras, a ideia projetista, onde se estima o que está por vir. Estas estão correlacionadas na sua função de emanar regras que determinam o modo como deve ser e funcionar a instrução pública. Foi observado que tão firmes e presentes essas ideias estavam, que puderam reger os atos dos agentes da educação no oitocentos paranaense, a ponto de informarem as práticas rotineiras sobre suas ações didáticas e metodológicas para o ensino.

Neste viés, vê-se que os sujeitos atuantes na educação fazem com que a legislação se torne também um espaço de negociação. Em face ao contexto do circuito de comunicação do mercado editorial da instrução primária do Paraná oitocentista, ao explorar o potencial heurístico nos depoimentos dos personagens nas fontes, é possível deparar-se com duas tendências que circundaram o livro escolar ante a realidade do contexto histórico na segunda metade do século XIX

---

[24] Regulamento de 8 de abril de 1857. De ordem geral para as escolas da Instrução Primária.

[25] A função das cartas de governo já vinha seguindo o que traz o Regulamento da instrução pública primária de 13 de maio de 1871. O Art. 118 diz que as correspondências eram emitidas pela secretaria da instrução pública. Seus tipos são relatados no “Art. 119 – Toda a correspondência da Província. Dita com todos os empregados da instrução pública. Registros das nomeações e termos de juramentos. Distribuição de móveis pelas escolas. Despesas da repartição. Atos de exames dos professores de instrução primária e secundária. Do ponto de vista dos professores do Liceu e empregados da secretaria da instrução.”.

paranaense.

A primeira é a precariedade da instrução primária na Província do Paraná, onde destaca-se a carência material de manuais escolares. Trata-se de relatos de professores informando que, pela necessidade, muitas vezes, com os pais dos alunos e alunas, incumbiam-se de cobrir os custos com os materiais de leitura — solução, porém, nem sempre fácil ou eficaz, já que muitas das famílias destes estudantes não possuíam condições financeiras para tal.

A segunda tendência nos faz refletir que, apesar da precariedade, as escolas funcionavam (estavam abertas), e essa relatividade se faz por conta da necessidade do ensino, tendo em vista as solicitações e o empenho por parte dos professores e professoras em alertar e providenciar a aquisição de obras para o espaço escolar. Esta tendência ainda nos conduz a tentar entender a educação no Império à luz do seu próprio tempo, percebendo que as autoridades (presidentes da província) não negligenciavam os problemas, mas, paulatinamente, foram afirmando o papel do Estado, que pensa o projeto da escola e dos livros a serem nela lidos e utilizados.

Por certo, as tendências conversam entre si, posicionadas como coexistentes e pondo em cena atores numa intensa relação de interdependência. Aprofundemo-nos nelas.

1.1.1 Primeira tendência: a precariedade da instrução primária na província paranaense.

Três anos após a instalação do Paraná como província, o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, este, Inspetor Geral da Instrução Pública, escreve para o vice-presidente paranaense: “Bem pouco lisonjeiro é o estado da instrução pública da província, que nos meios de propagar conhecimentos, se há conservado quase no mesmo estado, em que se achava outrora a antiga 5ª comarca de São Paulo[...]”[26].

Poucos três anos passados e demonstrou-se visível que a situação da instrução ainda não apresentara melhoras em seu funcionamento no tocante aos suprimentos de materiais e preparo dos profissionais. Vê-se que a história se articula

[26] Relatório do Inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná, no dia 31 de dezembro de 1856, p. 108.

muito com a situação econômica do lugar. A autora Maria Elisabeth Blanck Miguel (2013), nos *Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1889)*, presente na Coleção Documentos da Educação Brasileira, observa que, por exemplo,

> os professores, [...] atribuíram a causa do insucesso da educação, os fatores externos à escola e citavam constantemente o descaso da população que preferia enviar os meninos ao trabalho na lavoura e aplicar as meninas nos trabalhos caseiros, à pobreza dos habitantes e à escassez de recursos. (MIGUEL, 2013, p. 13).

Na sequência de relatos das circunstâncias de suas escolas, os docentes descreviam a falta de livros escolares no espaço dedicado à exposição de verba para utensílios de escolas, atendendo ao Art. 6º do Regulamento de 30 de outubro de 1857, onde se lê "as despesas de papel, penas, tinta e livros necessários serão feitas pela verba 'utensílios de escolas'"[27].

Os professores encontravam em seus relatórios a abertura para expor a realidade da precariedade da falta de materiais em seu ambiente de trabalho, refletindo a escassez de livro escolar na província. Muitos lamentam o atraso da instrução aos meninos e meninas pobres, que, sem livros, reduziam os recursos disponíveis em seu meio de aprendizado apenas a ouvir as aulas. O professor de Paranaguá, Honório Décio da Costa Lobo, em 1856 escreve ao então inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos, especificando, sobre seus alunos meninos, a condição financeira precária dos responsáveis desses estudantes, que não podem providenciar as obras, e, por meio do inspetor, pede à administração da província "algumas previdências, porque é duro que a necessidade obrigue a esses pais prejudicarem o necessário para o pão do dia seguinte, ministrando o preciso a seus filhos"[28].

Ao tratar de suas alunas meninas, a professora Emília de Faria Erichsen, da cidade de Castro, em 1860, escreve também ao ainda Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná, que "muito atraso causa às alunas pobres não lhes serem ministrados os livros de que hão mister, como determina o artigo 32 do

---

[27] Página 76 da Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889, 2004. Regulamento de 30 de outubro de 1857.
[28] Ofício do professor Honório Décio da Costa Lobo ao Inspetor Geral, Ernesto Francisco de Lima Santos, em 20 de novembro de 1856, p. 193.

Regulamento de 08 de abril de 1857".

Relata ainda a dificuldade em conseguir impressos escolares, "por mais simples que sejam eles, mesmo alfabetos e cartilhas, não só custam aqui o duplo do que valem, mas até muitas vezes não os há à venda". A professora também traz a realidade de poucos recursos dos pais e/ou responsáveis dessas meninas. Emília de Faria Erichsen (1860) deixa claro em seu depoimento que havia falta de acesso até mesmo para a aquisição dos livros de outras províncias, sendo, no caso especificamente por ela mencionado, que pedidos até poderiam vir do Rio de Janeiro, porém "ou não trazem, ou trazem algumas vezes obras bem diversas do que se encomendou"[29]. A professora ainda enfatiza ao inspetor que era justamente a falta de compêndios e outros materiais de leitura que levava suas alunas ao atraso nos estudos de todas as matérias.

Também apresentando como razão de causa "que se oferece para jamais chegar-se ao fim a que atingem as instruções do mesmo ensino é não terem os alunos em que estudarem", escreve o professor de Castro, Custódio Cardoso Netto, em 1863, descrevendo a falta de livros escolares dentre os alunos, "uns trazem cartilhas, outros história, alguns aritmética, e só um o alfabeto de Roquette[30], mais dois ou três uns pequenos alfabetos, algum outro gramática" e finaliza a descrição dizendo "havia os que nada levavam para a sala de aula, na situação de não ter o que ler," ficavam "sentados de braços cruzados olhando para o alfabeto ou livro de outro"[31]. Essa carência e esse desfalque dos títulos, concluiu o professor, eram uma das fortes razões de apresentar dificuldade de avaliar seus alunos, organizá-los na classe e trabalhar com o ensino simultâneo[32].

Ainda em Castro, agora em 1863, novamente a professora Emília de Faria

---

[29] Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná Ernesto Francisco de Santos Lima. Castro, 30 nov. 1860, p. 191.

[30] O alfabeto de Roquette é um dos livros que se encaixam na categoria de obras que circularam na província paranaense para o ensino primário na segunda metade do século XIX. Estes irão ser colocados à explanação no capítulo 2 desta dissertação.

[31] Ofício do professor Custódio Cardoso Netto ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná. Curitiba, 2 out. 1863, p. 111.

[32] Conforme Franciele Ferreira França (2011) traz em suas pesquisas, o método do ensino simultâneo ora era apresentado "como forma de organização da classe ora era pensado como um procedimento didático. As determinações nos regulamentos, quanto ao ensino simultâneo, devem-se às orientações ao modo de organização do ensino; de que maneira seriam divididos os alunos, quais os materiais necessários para que o modo de ensino fosse executado, quantidade de alunos, frequência e permanência destes na escola. No entanto, 'ensino simultâneo' foi considerado pelos gestores de ensino, e consequentemente pelos professores, como sinônimo de 'método simultâneo', e este deveria ser aplicado de modo condizente às instruções prescritas em 1856." (FRANÇA, 2011, p. 5).

Erichsen envia um relatório sobre sua escola de trabalho ao inspetor geral de instrução pública da província, José Lourenço de Sá Ribas, informando-o que suas reclamações têm aparentado infrutíferas já que “desde que rejo esta escola, só no primeiro ano recebi uma pequena porção das coisas marcadas pelo regulamento para serem distribuídas pelas escolas”. A professora lamenta abertamente a ausência e necessidade de livros, principalmente para as estudantes pobres, revelando que supre a escassez com alfabetos feitos por ela própria. Porém, elogia suas alunas em face de seus “progressos sendo dotadas de bastante inteligência”, mas aproveita para solicitar a presença de Inspetores de Distrito, que deveriam “presidir aos exames e dirigi-los”[33], para que as estudantes pudessem se elevar de classe.

Procurando deixar clara a falta de obras na escola da qual levantou as condições de trabalho para a prática do ensino, o professor contratado da câmara de Paranaguá, Florindo Ferreira França, escreve ao inspetor do Distrito, relatando em números o que o local possuía para atender aos estudantes, sendo direto em suas palavras: “destes objetos nada existem nesta escola, pois unicamente só tem 03 gramáticas, 04 aritméticas e 02 história do Brasil”[34].

Em relatório, recorrendo ao cumprimento da lei para o inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos, a professora de Guaratuba, Ana Joaquina de Santana, em 1867, protesta pelo atendimento da administração da instrução provincial para que se supram as necessidades de utensílios — dentre eles, livros escolares, por motivo de os pais de suas alunas de famílias carentes “não terem meios de poder fornecer-lhes”[35].

Dois anos após esta solicitação, novamente a professora Anna Joaquina de Santana escreve ao ainda inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos: “peço a Vossa Senhoria, por sua digna bondade, fazer com que seja esta escola fornecida com ditos objetos de tanta necessidade”[36]. Em seu depoimento oficioso, expõe que

---

[33] Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná, José Lourenço de Sá Ribas. Castro, 30 nov. 1863, p. 117.
[34] PARANÁ. Ofício do professor Florindo Ferreira França ao Inspetor do Distrito. Vila de Guaratuba, 30 nov. 1862, p. 104.
[35] Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1867, ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná. Guaratuba, 30 nov. 1867, p. 231.
[36] Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1869, ao Inspetor Geral Ernesto Francisco da Silva Santos. Guaratuba, 30 nov. 1869, p. 322.

os pais de suas alunas eram desprovidos financeiramente, não possuindo condições de suprir as despesas com os materiais e utensílios envolvendo livros escolares para suas filhas. Esclarece assim, que os poucos objetos para o ensino dificultavam a ela cumprir seus deveres do cargo.

"Acham-se em péssimo estado e falta muita coisa indispensável, tornando-se quase de palpitante necessidade uma reforma radical"[37], enfatizou o professor interino José Cleto da Silva, quando também escreveu um ofício ao inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos, referindo-se aos utensílios — dentre eles, livros escolares —, de sua escola pública de Primeiras Letras em Paranaguá, no ano de 1867.

Por vezes, para amenizar os custos da carência dos materiais escolares durante o ano letivo, as despesas eram divididas entre o professor e pais e/ou responsáveis dos alunos, como relata o professor João Francisco de Santana Neves em seu relatório, escrito em 2 de dezembro de 1864[38], e em dois outros reincidentes, com mesmo conteúdo, em 1 de dezembro de 1865[39] e 1 de dezembro 1867. Esta alternativa para suprir as necessidades foi vivenciada na Colônia do Superagui, em um espaço de ensino, que a luz das informações prestadas do professor, pode ser considerado precário, no qual "tem nesta escola prestado pela Nação o que muito necessita". Do pouco material, "assim como livros, traslados e outros objetos, tudo é a custa do professor; pena e tinta é a custa dos pais de família"[40].

Essas três fontes apontam que, mesmo havendo esse espaço de diálogo sobre o qual os professores podiam expor suas frustrações e necessidades referentes a sua vivência no ofício na instrução primária na Província do Paraná, existiam obstáculos no retorno de suas solicitações, indicando, dentre as causas, o cumprimento dos deveres administrativos da província e as carências de materiais

---

[37] Ofício do professor José Cleto da Silva ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Santos Lima. Paranaguá, 28 nov. 1867, p. 234.
[38] Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí sobre seu estado pertencente ao ano de 1864, pelo João Francisco de Santana Neves. Colônia do Superaguí, 2 dez. 1864, p. 153.
[39] Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí, pelo João Francisco de Santana Neves. Guaratuba, 1 dez. 1865, p. 166.
[40] Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí pelo João Francisco de Santana Neves. Colônia de Superaguí, 1 dez. 1867, p. 242.

derivados de uma crise econômica[41].

Também em conseguintes anos (1866 e 1867), o professor de Morretes, Manoel Libânio de Sousa, escreve ao subinspetor Caetano Alves de Paula, demonstrando em seus relatos elementos de possível descaso ou carência de verba na província que pudessem cobrir custos das necessidades de utensílios de todas as escolas paranaenses, quando, em 1866, é enfático: “nunca mais foi essa aula fornecida de utensílios [...] estão [sic] hoje inteiramente desprovida”[42]. As escritas do professor Manoel Libânio de Sousa apontam indícios de um período histórico inicial problemático para a instrução primária da província, tendo em vista que, pouco mais de uma década após o Paraná deixar de ser a 5ª comarca de São Paulo, ainda se viam desajustes de suprimento dos elementos — dentre eles, o livro escolar — para atender o ensino. Vê-se essa reincidência quando, em 1867, em seu relatório enviado ao subinspetor, reitera que a classe que dirigia se encontrava “inteiramente desprovida de utensílios”[43].

Logo em 1868, o professor Manoel Libânio de Sousa, agora dirigindo a palavra em seu ofício ao subinspetor Manoel José de Sousa, reforça sua observação da falta de atendimento ao seu ambiente de trabalho e confere o almejo esperançoso de ser “atendido em favor dos alunos pobres”[44].

Esses diálogos escritos possibilitaram notar que se repetiam as reclamações de precariedade e falta de livros escolares nas escolas, em frases como “mais de uma vez tenho observado em meus relatórios”[45]. A percepção dessa constância de repasse de informação da realidade em que as instituições de ensino se encontravam pode ser constatada, também, nos ofícios das professoras Ana Joaquina de Santana, em 1866, e Emília Faria Erichsen, em 1870, ao informarem aos inspetores e subinspetores como a carência de títulos reflete no desempenho de suas alunas, em especial as pertencentes a famílias com poucos recursos.

Ana Joaquina de Santana enfoca a sua contribuição, em recursos, para

---

[41] Carências de materiais derivados de uma crise do período da guerra do Paraguai.
[42] Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Caetano Alves de Paula. Morretes, 1 dez. 1866, p. 206.
[43] Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Caetano Alves de Paula. Morretes, 1 dez. 1867, p. 245.
[44] Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Manoel José de Sousa. Antonina, 1 dez. 1868, p. 308.
[45] Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Subinspetor das escolas de Castro. Castro, 30 abr. 1870, p. 69

suprir com materiais de utensílios, que englobam os impressos escolares, “os alunos pobres durante o ano findo em razão dos pais de família não terem meio de poder formar com os necessários para o ensino delas”[46].

A professora Emília Faria Erichsen (1870) redige suas linhas em referência aos materiais na categoria de ensino, e revela “desejar que fosse cumprido o regulamento na parte em que manda fornecer às alunas pobres, os livros e compêndios de que hão mister para aprender”. É possível ler o grau de almejo de subsídio e a exposição explícita de suas dificuldades no ensino, que envolvem fatores econômicos, boa vontade dos envolvidos para a entrega dos materiais e condições de distanciamento espacial dos fornecedores, assim como consta no seguinte trecho: “pois, a aquisição deles é tão difícil e demorada neste lugar, que muitas vezes não consigo, até das meninas cujos pais tem meios, que tragam uma gramática, senão depois de exigir por muitos meses”[47].

Diante essas tantas evidências de carência de material, escritas e subordinadas aos conhecimentos dos inspetores, nota-se que estes também compartilhavam a indignação e o desejo de melhora da instrução primária na província paranaense. Nas averiguações por parte dos subinspetores e inspetores sobre as escolas cuja inspeção estava sob sua custódia, e ao serem indagados pelos professores e professoras, esses agentes observavam e preocupavam-se com a carência de títulos de obras escolares, reportando aos seus superiores — os presidentes da província — para que essa fenda na instrução fosse preenchida e, por que não, extinguida.

1.1.2 Segunda tendência: a prontidão atuante em fazer a escola funcionar é o alicerce para suprir a carência.

> “Dae-lhe porém um governo rigoroso e ativo, e seu espírito se comunicará, imprimindo o movimento e a vida.”[48]

Antes de adentrarmos a segunda tendência, é preciso olhar para o próprio

---

[46] Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1866, ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866, p. 189.

[47] Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Subinspetor das escolas de Castro. Castro, 30 abr. 1870, p. 69.

[48] Presidente José Francisco Cardoso, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná no dia 1 de março de 1860, p. 42.

processo de constituição da escolarização paranaense. No relatório de 1857, Joaquim Ignácio Silveira da Mota[49] expõe que, quando a província separou-se de São Paulo, havia na instrução primária do Paraná “26 escolas, sendo 19 do sexo masculino e 07 do feminino”. Com relação à quantidade de alunos, traz os seguintes dados:

TABELA 1 – ALUNOS QUE FREQUENTAVAM AS ESCOLAS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PERÍODO PÓS-EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Escolas públicas	Alunos
Sexo masculino	410
Sexo feminino	168
Sete escolas de cujos alunos não haviam informações	140
Total	718

FONTE: Relatório de Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1857, p. 118.
NOTA: Tabela elaborada pela autora.

No período do relatório, o inspetor declara que existiam 39 escolas públicas, “26 do sexo masculino e 13 do sexo feminino, daquelas [...] vagas 07, e destas 02”, sendo assim funcionavam “19 escolas masculinas, e 11 femininas”. Sobre a quantidade de alunos, informa:

TABELA 2 – ALUNOS QUE FREQUENTAVAM AS ESCOLAS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1857

Escolas públicas	Alunos
Sexo masculino	871
Sexo feminino	453
Total	1324

FONTE: Relatório de Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1857, p. 118.
NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Em quatros anos, a província demonstrou um acréscimo de 606 novos alunos frequentando a escola. Com relação ao número de professores e professoras, no relatório do ano de 1856[50], o inspetor descreve, por localidade da província, os nomes e as respectivas cadeiras que exerciam a profissão[51], resultando no total de 21 professores e 13 professoras.

---

[49] Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota. 7 nov. 1857, p. 44.
[50] Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, no dia 1 de março de 1856, p. 2.
[51] Quadro com a lista de professores de 1856, no Apêndice IV, e de professoras, no Apêndice V, desta dissertação.

Quando analisou os dados coletados em 1864[52], José Lourenço de Sá Ribas, então Inspetor Geral da Instrução, percebeu a propagação crescente das matrículas. Neste ano havia inscritos para cursar o ensino público primário, 1605 alunos — destes, 1101 do sexo masculino e 504 do feminino, que frequentavam as 42 cadeiras de instrução pública primária em exercício.

Assim como afirma o inspetor Ernesto Francisco de Lima Santos sobre a circunstância de que “duas são as espécies de aulas em que se” dão “à infância o ensino primário; definitivas e contratadas”[53], destaco aqui que, das cadeiras, 30 eram com provimento vitalício, 11 contratadas e 1 interina. Das vitalícias, 18 eram masculinas e 12 femininas. As outras compunham 8 do sexo masculino e 4 do feminino. A quantificação dos professores pode ser visualizada na seção orçamentária do relatório, quando o inspetor relata que havia 45 professores no total, incluindo 1 aluno-mestre.

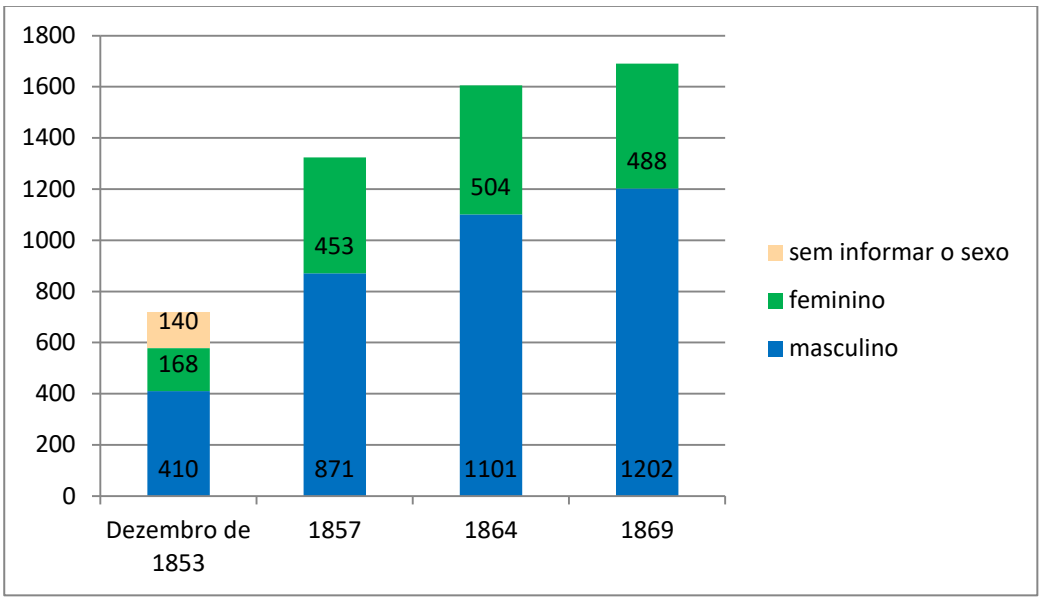
Por fim, expondo a situação da instrução pública primária ao fim do recorte de explanação histórica aqui proposta, em janeiro de 1870, o mesmo inspetor geral, Ernesto Francisco de Lima Santos, informa o balanço da escolarização na província com relação ao ano de 1869. Nele, relata que havia 32 cadeiras, sendo 18 do masculino e 14 do feminino. Destas, as escolas contratadas foram 14, sendo 11 do masculino e 3 do feminino. “As aulas foram frequentadas durante o ano por 1690 alunos: as definitivas do sexo masculino por 957, e as do feminino por 439; as contratadas do sexo masculino por 245, e as do feminino por 49”[54].

Analisando de modo geral, pode-se constatar um salto de alunos com acesso a educação nos primeiros quatro anos após a emancipação (ver Gráfico 1). Sobre essa crescente, tratando o cenário do plano da escolarização da província, Anjos e Barbosa (2013, p. 158) refletem que “essa ampliação exigiu que se providenciassem professores, mobília, materiais e espaços para as novas escolas, dependendo, portanto, de recursos financeiros”.

---

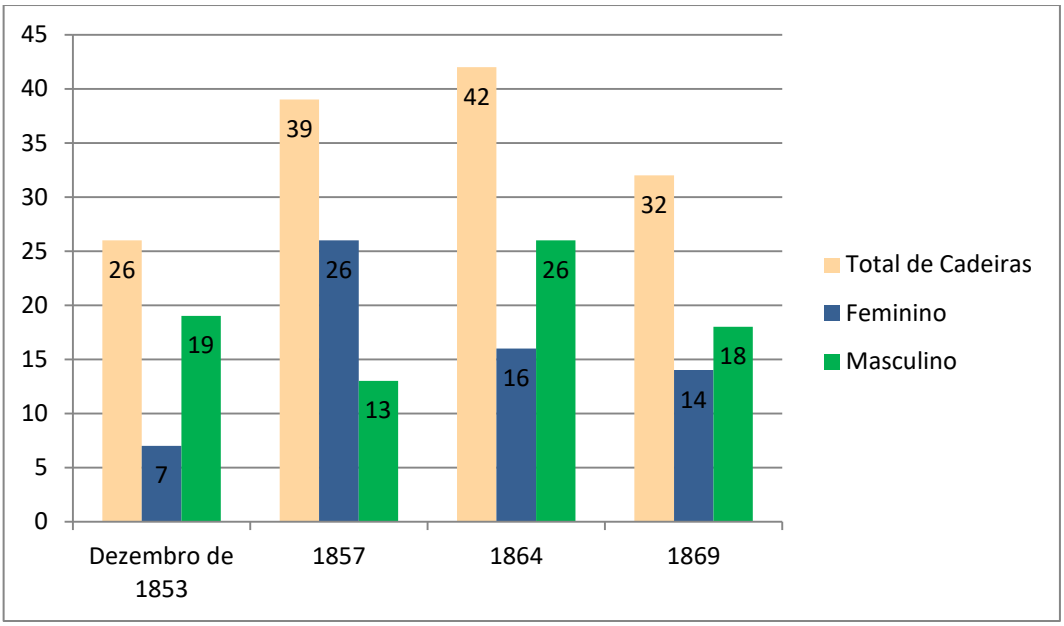
[52] Relatório sobre a instrução, escrito pelo Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas. 31 dez. 1864, p. 133 e 144.
[53] Relatório sobre a instrução, escrito pelo Inspetor Geral Ernesto Francisco de Lima Santos. 24 jan. 1870, p. 20.
[54] Relatório sobre a instrução, escrito pelo Inspetor Geral Ernesto Francisco de Lima Santos. 24 jan. 1870, p. 22.

GRÁFICO 1 – PROGRESSÃO DE MATRÍCULAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)[55]



FONTE: Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1871).
NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

GRÁFICO 2 – PROGRESSÃO DE CADEIRAS CRIADAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)



Fonte: Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1871).
Nota: Gráfico elaborado pela autora.

[55] Justifico a escolha dos anos explanados para os Gráficos 1 e 2 por motivo da disponibilidade de fontes, tendo em vista que nestes anos foram apresentados os relatórios completos, como um balanço, pelos inspetores.

A década seguinte, que engloba os anos de 1857 a 1869, apresentou uma progressão tímida, porém gradativa, tanto do aumento de crianças acessando a instrução como de números de cadeiras, demonstrando um pico em 1864 e posteriormente queda antes de adentrar o ano de 1870.

Com relação ao gênero, é evidente a predominância do masculino, matriculados durante todo o período. Nota-se que em 1864 o número de meninas matriculadas chega a 504, mas, até o fim do recorte, cai para 488. Com relação à criação de cadeiras, em 1857 é visível um maior crescimento para a educação de meninas em comparação ao de meninos, dado que indica um estímulo à educação feminina, reduzido, porém, durante os próximos anos, dando lugar a um investimento de espaços para o gênero masculino.

Neste viés analítico, pode-se dizer que a precariedade da instrução era um fato, mas fato também era o funcionamento das escolas. Juarez José Tuchinski dos Anjos (2015) defende esta ideia ao observar a historiografia da educação paranaense, em que, a seu ver, historiadores partilham do discurso de que os atores presentes nas fontes eram envoltos em uma explanação da precariedade da organização da instrução primária, que “não só evidenciava os limites de sua ação, como também legitimava uma realidade rebelde a suas vontades e aspirações” (ANJOS, 2015, p. 37). Claramente real foi a precariedade da instrução primária no Paraná do oitocentos; contudo, “apesar dos problemas, havia também vitalidade e realizações na escola primária imperial” (p. 38).

É nessa relatividade por conta da necessidade do ensino que a busca por apenas evidenciar seus cargos e próprios desempenhos era ofuscada em face da realidade e necessidades de ação, quando os agentes atuantes da instrução pública paranaense abriam mão de apontar causas em possíveis falhas alheias e olhavam para suas próprias funções, procurando enxergar formas de aperfeiçoamento. Foi o observado no ofício de Antônio Luiz Afonso de Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública, escrito em 1870 para a administração da província, em que admite a importância de se investir na educação, ressaltando os livros escolares, mesmo com poucos recursos. O governo atenta que a instrução solidifica o Estado, mas há ônus. Diante essa circunstância, o inspetor colocou seu posicionamento:

> O estado financeiro da província, enquanto se não concluírem as importantes obras da estrada da Graciosa, não permite outras despesas além das indispensáveis para a boa marcha dos serviços a cargo da

> administração: a instrução pública, porém constitui uma exceção para ser atendida ainda com algum sacrifício: porque conservá-la em atraso, imperfeita e mal provida de aulas, de mestres, de casas escolares, de compêndios, e outros livros próprios é o mesmo que não possuí-la, é faltar o Estado a uma das mais principais obrigações, a de procurar a instrução do povo. Cumpre, portanto que Vs. Srª informasse sobre o número, que presume necessário dos compêndios e livros, que escolheu como consta de seu ofício de 16 do mês próximo findo sob V.Srª.[56]

Nesta prontidão atuante em fazer a escola funcionar, observa-se que os agentes se mobilizavam, neste caso acima exposto demonstrando que a escolha dos livros para a instrução primária coube ao presidente da província. O inspetor então solicita que seja declarado, para articular seus passos ativos em favor da educação, "o melhor meio de fazer as distribuições, se convém fazê-lo indiretamente a todos os alunos, que frequentarem as aulas", ou se deve envolver os familiares dos estudantes (meninos e meninas) na distribuição das obras, "cujos pais, mães ou tutores solicitarem e bem assim quais destes livros escolhidos entende que deve ser adquirido em primeiro lugar para dar-se preferência na compra"[57]. Esta última frase induz ao entendimento de que havia pouca verba para suprir as despesas com os materiais, sendo necessário um filtro de títulos das obras e de unidades disponibilizadas. Porém, mesmo com poucos recursos, o plano de distribuição de materiais escolares estava sendo articulado.

Enquanto os livros não chegavam, em sala de aula os professores procuravam alternativas para suprir sua carência. Devido à escassez de livros e à necessidade de instruir a leitura aos alunos, reconhecendo que "a falta de leitura manuscrita é lançar os meninos em um embaraço, dificultando-lhes o conhecimento de diversos caracteres, usados, segundo a vontade de cada um, com prejuízo das regras da caligrafia"[58], o professor Honório Décio da Costa Lobo (1856) relata que procurou alternativas improvisadas para atender o reconhecimento por seus alunos das letras. De início, escolheu utilizar,

> [...] cartas comerciais, porque entendi que facilitando deste modo o conhecimento da leitura manuscrita e no desembaraço de diversos

---

[56] Ofício do inspetor geral Antônio Luiz Afonso de Carvalho ao presidente da Província do Paraná. Curitiba, 5 jan. 1870, p. 19.
[57] Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública Antônio Luiz Afonso de Carvalho ao presidente da Província do Paraná. Curitiba, 5 jan. 1870, p. 19.
[58] Ofício do professor Honório Décio da Costa Lobo ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos. Paranaguá, em 20 de novembro de 1856, p. 196.

> caracteres usados, também os ia acostumando para a frase seguida para correspondência comercial, cuja utilidade é absoluta pelo fato de ser um gênero de vida a que pela maior parte se dedica à mocidade.[59]

Porém, não funcionou por muito tempo devido ao "erro, a falta de ortografia, pontuação de que em maior escala é sempre ornada essa correspondência, vinham plantar em uma inteligência ainda latente e especulativa, vícios"[60] de escrita, além dos riscos, e ocorrências, ao descortinar-se na sala de aula segredos presentes nos conteúdos das correspondências que por vezes expunham famílias.

Por certo, o vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan, no relatório de 1 de março de 1856, apresentou a proposta de proibição deste método, em que diz:

> [...] julgo indispensável que se lithographem e se distribuão colleções de artigos espitolares, destinados ao tirocínio da infância, ficando inteiramente prohibida, tanto nas escolas públicas, como nas particulares, a introdução de cartas manuscriptas, como acontece agora.[61]

O professor então admite: "desprezando as cartas, passei a copiar períodos ou uma simples oração para o ensino da leitura manuscrita", mas também reconhece que era improfícuo o exercício devido às constantes repetições, que a tornavam uma atividade decorada.

Foi quando lhe surtiu mais uma alternativa devido "a falta de livros, com que lutava os meninos, uns por não continuarem a venda para os comprar e outros porque, sem recursos, não o podiam fazer": incumbiu aos seus alunos de 3ª classe copiar os períodos; deste modo, multiplicaram-se as cópias. Esta escolha apresentou apenas as despesas com cadernos. Aos alunos, a atividade promoveu "desembaraçá-los na leitura manuscrita, deixando ao meu cuidado o fazê-los reconhecer por meio de exemplos, no quadro preto, as abreviaturas e costumes seguidos na escrita". O professor Honório Décio da Costa Lobo contemplou vantagem proveitosa, tendo em vista o "aperfeiçoamento em caligrafia e pontuação dos alunos". Este é um exemplo de como a escola se institucionaliza pelo que ela

---

[59] Professor Honório Décio da Costa Lobo ao inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos. Paranaguá, em 20 de novembro de 1856, p. 196.

[60] Ofício do professor Honório Décio da Costa Lobo ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos. Paranaguá, em 20 de novembro de 1856, p. 196.

[61] Relatório do vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. 1 mar. 1856, p. 33.

faz, sendo, em destaque, os professores os agentes que dão suporte para essa empreitada.

Ainda compondo o cenário do funcionamento da escolarização, estão as normatizações governamentais direcionadas para o plano de ensino. Percebe-se que as autoridades no cargo da presidência atuavam ao intuito da progressão da educação paranaense, respaldados na lei. A legislação assume as funções de estratificação, ao selecionar, determinar e normatizar os estudos, as faixas etárias e os materiais didáticos para o ensino primário, e de regulação, ao estabelecer o papel do Estado no controle administrativo do ensino.

José Veríssimo (1906) constatou que o número do analfabetismo no Brasil Imperial era alto, não sendo diferente a situação da população na província paranaense. Se poucos liam, poucos poderiam tomar conhecimento das normas nas leituras contínuas da lei. Eis a legislação voltada para a instrução apresentando-se como ferramenta de duas vertentes, onde se legisla para melhorar a instrução do povo; e o povo instruído toma mais conhecimento sobre as leis.

Nesta condição de sine qua non, em que educar é preciso, e obedecer às leis também, vê-se que a instrução pública era tomada como uma ferramenta de manejo para a governabilidade, com desígnio de firmar a independência da província, onde as leis atuavam como constituição de estabelecimento da instrução. Como disse o inspetor geral Antônio Luiz Afonso de Carvalho ao presidente da Província do Paraná, em Curitiba, em 5 de janeiro de 1870, não pode “faltar o Estado a uma das mais principais obrigações, a de procurar a instrução do povo”.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo presidente da província José Francisco Cardoso, em 1860, é apontada a vinculação de discursos políticos com a educação: “Se quereis seriamente a educação do povo, acredite que tudo vem do governo que lhe derdes” (p. 42).

Em referência aos livros escolares para a instrução primária, o presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 1870, ao avaliar que à província paranaense “acresce ainda a necessidade de distribuir anualmente alguns compêndios, traslados e outros objetos para o ensino sem aos quais os pobres não podem absolutamente aproveitar, ainda que frequentem”, utiliza de sua função de autoridade para relembrar e enfatizar a responsabilidade da administração governamental, pois “no ensino gratuito, como o estabelece a constituição, não se compreende somente o professor, as casas e mobília, mas também livros, papel e penas. Não se exige do

pai de família, senão a pessoa de seu filho”[62].

As duas tendências correlacionam-se ao serem observadas sob a lente da precariedade da instrução primária no Paraná provincial, referente aos livros escolares e com a observância dos atores neste cenário dos oitocentos. Sobre o apontamento de que toda e qualquer decisão, governamental ou não, é tomada por pessoas, Roger Chartier (1994, p. 102) observa que:

> [...] O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.

Assumindo o indivíduo como alicerce nas tomadas de decisões na conjuntura em que o mercado editorial e a governança inserem-se no século XIX, Gisele Baptista Teixeira (2010) convida a refletir que este recorte da história do Brasil, por certo, ”pode ser caracterizado por um período de invenção e construção do sistema educacional estabelecido pelo Estado imperial”, em que, às voltas com a participação ativa das autoridades administrativas, professores e professoras da província, “a escola foi percebida como um espaço que poderia ser responsável pela criação de uma determinada ordem [...] desses distintos sujeitos” — ordem essa elaborada por estes próprios, promovendo uma institucionalização da escola e deixando claro que, embora houvesse carência de recursos, ela funcionava.

Conforme Teixeira (2010, p. 82) coloca, o livro escolar também foi utilizado como meio de viabilizar e amparar as políticas governamentais, tendo como protagonistas do processo de produção desse material educacional, indivíduos que estavam inseridos em cargos tanto na administração da província como diretamente na instrução.

1.2 AS ALAMEDAS DO PEDIR: OS PROCESSOS DE DEMANDA PELOS LIVROS ESCOLARES PREVISTOS E CONSTATADOS.

Existiam também, no Paraná provincial, duas realidades, não tanto desconexas, para as solicitações referentes à demanda de manuais escolares. Uma

---

[62] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo presidente o Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 15 de fevereiro de 1870, p. 13.

era a forma que estava prevista em lei; a outra, como de fato acontecia. Em ambas, as fontes evidenciaram o envolvimento dos agentes na elaboração e produção dos livros para o ensino primário — a exemplo da relação entre o estatuto legislativo e os autores na segunda metade do século XIX paranaense.

O regulamento de 24 de abril de 1857, que trata da inspeção da instrução pública da Província do Paraná, e o regulamento da instrução pública primária de 13 de maio de 1871 ditavam as normas prescritivas de funcionamento da rede de comunicação para a solicitação de livros escolares para as escolas, com base na carência de materiais constatada pelos professores, professoras e inspetores. Para trazer à luz a necessidade dessas obras para o ensino primário e ativar o circuito de comunicação do mercado editorial dos livros escolares no Paraná provincial, era imperioso que o requerimento passasse por uma hierarquia na administração da inspeção da instrução. Etienne Baldez Louzada Barbosa (2012), em sua dissertação de mestrado, ressalta que essa estrutura de criação de cargos de inspetores evidenciava “uma tentativa de organizar a inspeção do ensino” (BARBOSA, 2012, p. 56).

Esta pirâmide de cargos é apresentada no regulamento de 24 de abril de 1857, logo no Art.1º:

> A inspeção e governo da instrução em toda província compete:
> 1º Ao presidente da mesma.
> 2º A um inspetor geral da instrução pública.
> 3º Aos inspetores dos distritos.
> 4º Aos conselhos literários.
> 5º Aos sub-inspetores. (Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública (p. 67).

Analisando o surgimento e organização da inspeção para a instrução na província paranaense, Barbosa (2012, p. 57) convida a refletir que “a ideia de inspecionar o ensino não era novidade, uma vez que já existiam as comissões de inspeção e inspetores na província, de acordo com algumas das disposições do regulamento paulista de 08/11/1851”.

Ao tratar das localidades que deveriam ser inspecionadas, logo no artigo 2º do regulamento de 24 de abril de 1857, é estabelecido que fossem sujeitos à inspeção do Governo todos os estabelecimentos que se ocupavam “do ensino

primário e secundário, públicos ou particulares, para um e outro sexo"[63], os seminários e Liceus "instituídos por leis provinciais" e "os colégios e casas de educação", tanto para meninos como para meninas.

Cabia ao Inspetor Geral, dentre vinte parágrafos de função prescritos no regulamento e referente ao processo de averiguação dos livros escolares nas escolas, "inspecionar, instruir e dirigir a todos os empregados da instrução pública, assim como os estabelecimentos particulares e públicos", bem como reportar ao presidente da província "as informações que lhe forem exigidas". Destaco aqui o parágrafo 13º, que trata abertamente da inspeção de materiais escolares, onde se lê:

> Convocar para ouvir e informar-se sobre qualquer objeto concernente ao ensino, governo, disciplina e economia das escolas e aulas públicas, os *conselhos literários* em cada distrito e a todos os professores públicos [...], encarregando de toda escrituração, que julgar conveniente fazer, nas sessões dos conselhos e conferências de professores ao secretário [...][64].

Onde existisse uma escola, porém sem a assistência de um inspetor de distrito, "haverá um — sub-inspetor, ao qual compete: 1º – inspecionar as escolas públicas e particulares da instrução primária do lugar em que residir"[65].

A função de "adquirir perfeito conhecimento do número e da situação das escolas primárias, assim como do estado, do ensino que fazem"[66] era destinada aos inspetores dos distritos, assim como levantar em relatório os utensílios "de cada escola pública com informação sobre o seu estado[67] e convocar o conselho literário "uma vez por ano debaixo de sua presidência"[68]. Etienne Baldez Louzada Barbosa (2012, p. 211) lembra que os conselhos "foram pensados e organizados por inspetores gerais, presidentes, legisladores", juntamente com outros agentes da instrução pública "(professores, inspetores, câmaras municipais, párocos)", e possuíram duas formas de nomeação, "Conselho Literário (1857 e 1876) e Conselho de Instrução (1874)".

---

[63] Referente aos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 2 do regulamento de 24 de abril de 1857.
[64] Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 68. Grifo meu.
[65] Art. 20º do capítulo IV do Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 73.
[66] Inciso 1º do Art. 9º. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 69.
[67] Inciso 17º, parágrafo 2º. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 71.
[68] Inciso 8º do Art. 10º. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 70.

Conforme o Regulamento de 24 de abril de 1857, os relatórios apresentados pelos professores e professoras com as informações de necessidade de livros escolares eram reportados e explanados aos inspetores nos conselhos literários, sendo este o espaço previsto em lei onde o circuito de comunicação do mercado editorial escolar do Paraná provincial iniciava. O Art. 12 determinava que em cada distrito da província houvesse "uma corporação com o título de conselho literário de distrito, à qual pertence o exame sobre o estado da instrução primária e secundária do respectivo distrito"[69].

Dentre seus objetivos, tomava como função emitir conhecimento sobre a "ordem econômica e disciplinar das escolas" e "livros adotados e juízo sobre novas publicações"[70]. Barbosa (2012), ao observar as fontes que tratavam dos conselhos literários, apontou que esses espaços

> tinham a sua atuação atrelada ao território dos distritos e um papel muito próximo do que era feito por um inspetor ou subinspetor de instrução pública, o que talvez o tornasse mais uma das engrenagens que ajudavam a constituir a inspeção na província, até mesmo nos lugares em que não houvesse inspetor/subinspetor. (BARBOSA, 2012, p. 213).

Todos os ditos no conselho eram lavrados em ata, assinada por todos os presentes e, depois, emitida ao inspetor geral. Vê-se que esse espaço de conferência e exposição da situação em que se encontrava a instrução paranaense proporcionava voz aos professores e professoras, que descobriam ali a abertura para informar sobre os livros, compêndios e materiais das escolas, como também auxiliavam o inspetor geral a tomar conhecimento da condição para o ensino, sendo um mecanismo de vigia para a inspeção. Ciente dos conteúdos desses relatórios cabia ao inspetor geral levar as informações e demandas ao presidente da Província do Paraná.

Os conselhos literários por vezes aparecem nas correspondências de governo como Distritos literários, como se lê no ofício do inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, de 1855, quando coloca que "para melhor inspeção do ensino, foram subdivididos os Distritos literários, ficando cada povoação com um Inspetor de Distrito"[71].

---

[69] Art. 12. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 71.
[70] Art. 15. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública, p. 72.
[71] Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ao presidente

Conforme a verossimilhança das narrativas históricas, as fontes indicaram que não era porque estava na lei que o conselho funcionava como esperado. A fala do presidente José Francisco Cardoso, apresentada à Assembleia Legislativa em 1860, revelou: “no que respeita aos conselhos literários, asseguro-vos, senhores, que nenhum proveito vem desta instituição à província e nem tão cedo virá” [72].

Havia também, os inspetores paroquiais[73] — em atividade voluntária — que estavam imbuídos no propósito de atentar aos professores e suas atividades em sala de aula, averiguando de perto as problemáticas no ensinar e/ou desfalques físicos e de utensílios didáticos nos ambientes escolares:

> A inspeção do ensino é o governo da instrução e, ou torna-se imediata, constante e diária, traduzindo-se pela vigilância do inspetor de paróquia, ou mediata, acidental e periódica, resumindo-se ás vezes, como acontece atualmente, na atenção única e insuficiente do inspetor geral.[74]

Esta fala do vice-presidente de província, André Augusto de Pádua Fleury, supraexposta, é um indicativo de que, por vezes, era impossibilitada uma profícua inspeção das demandas nas escolas por parte dos inspetores gerais, cabendo aos inspetores paroquiais — estes vigiados pelos distritais — realizar a varredura inicial junto aos docentes sobre os materiais didáticos de leitura em desfalque ou inexistentes nas escolas, além de serem eles, eventualmente, os primeiros ouvintes das avaliações críticas dos professores e professoras sobre títulos de livros escolares.

1.2.1 No bastidor da legislação: a adoção de livros escolares determinada pelo plano de ensino através de um ordenamento social — os regulamentos.

Mas não só de dentro dos ambientes de ensino se deduziam os livros que

---

da Província do Paraná, Teófilo Ribeiro de Resende. 23 maio 1855, p. 55.

[72] Presidente José Francisco Cardoso, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná no dia 1 de março de 1860, p. 42.

[73] Lei nº 290 de 15 de abril de 1871. “Art.34 – Os inspetores paroquiais só exercem ação administrativa para fiscalizar assiduidade do professor, o seu procedimento moral, a frequência dos alunos, a ordem; a disciplina e o material das escolas, assim como as condições higiênicas do local a elas destinadas”.

[74] Relatório do vice-presidente André Augusto de Pádua Fleury, para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1866, p. 24.

deveriam ser utilizados com os alunos. Os regulamentos[75] apontam que as escolhas de títulos, resultando nas adoções de livros, eram deliberadas pelo Presidente da Província através de diálogo com os inspetores, norteados pela disposição das divisões do ensino nas escolas de primeira ordem e segunda ordem, e especificadas para a primeira, segunda e terceira classe da instrução primária[76].

Conforme o regulamento de Instrução Geral de 27 de dezembro de 1856, escrito por José Antonio Vaz de Carvalhaes, a primeira classe constava de dois bancos. No primeiro, ensinava-se a conhecer as letras, praticando as suas junções e formação de sílabas. No segundo banco ensinava-se a "soletrar e a decompor as palavras em sílabas, bem como a conhecer os números"[77] e a fazer linhas retas e curvas.

A segunda classe também constava de primeiro e segundo banco. No primeiro, instruía-se leitura de impressos e manuscritos, estimulando exercícios de memória. Para a matemática eram apresentadas a tabuada de Pitágoras e as operações básicas de soma de números dígitos, diminuição e multiplicação. O segundo banco também se destinava para o ensino de leitura, aritmética, escrita, conjugação de verbos, além do "catecismo de moral cristã com explicações racionais, doutrina da religião do Estado; noção de moral civil"[78].

Para a terceira classe constava único banco no qual eram instruídas aos alunos a gramática, a leitura de poesia e a "leitura metódica de prosa e verso escrita

---

[75] Os seguintes: Instrução Geral de 27 de dezembro de 1856, que trata das instruções contendo o plano e divisão do ensino nas escolas de primeira ordem; Regulamento Geral de 08 de abril de 1857, de ordem geral para as escolas da instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário; Lei nº 290, de 15 de abril de 1871, escrito pelo então presidente da Província do Paraná, Venancio José Oliveira Lisboa; Regulamento da Instrução Pública Primária de 13 de maio de 1871, que rege as condições, regimes e disciplinas.

[76] Bem explica Franciele Ferreira França (2014) sobre a disposição de classes para a instrução primária na Província do Paraná em sua dissertação defendida em 2014: "Uma escola de primeira ordem seria dividida em três classes, nas quais a primeira e segunda classe teriam dois bancos cada de acordo com o grau de adiantamento dos alunos, já a terceira teria somente um, o mesmo valia para as escolas femininas. Tais instruções dispunham de que modo deveria ser o ensino em cada classe e ainda como seria ocupado o espaço da sala em que o professor exerceria seu oficio. Os bancos da primeira classe ficariam um a direita e outro a esquerda em frente à cadeira do professor, já os bancos da segunda classe ficariam dispostos atrás dos da primeira, e o da terceira ficaria ao fundo da sala. Mesas não seriam necessárias na primeira classe e embora, as instruções pronunciem-se somente quanto a esta classe, sem mencionar a necessidade ou não desta nas classes posteriores, pedidos de professores de mesas para as suas escolas nos indicam de que estas eram necessárias ao ensino" (FRANÇA, 2014, p. 129).

[77] Regulamento de 27 de dezembro de 1856, p. 44-45.

[78] Regulamento de 27 de dezembro de 1856, p. 44-45.

ad libitum[79] tirada do livro que se lê na classe, ou determinada pelo professor no exercício de ortografia e análise das partes da oração"[80]. Novamente para a matemática a aritmética, teoria prática e de quebrados, e a regra de três e geometria prática. A partir dessa disposição do ensino, eram determinados quais os livros escolares que atenderiam a 1ª, 2ª e 3ª classes.

Igual análise decisória era tomada ao averiguar-se o Regulamento Geral de 08 de abril de 1857, que tratava da ordem geral para as escolas da instrução primária, referente à distinção em escolas de primeira e segunda ordem para o ensino primário, conforme consta em seu Art. 2º[81].

Não muito diferente era a proposta de ensino prevista em normativas, aqui descrita no Art. 3º:

> Art. 3º – As escolas de primeira ordem no seu ensino compreendem:
> Parágrafo 1: Para o sexo masculino: Leitura e caligrafia, gramática da língua nacional, religião — princípios de ordem moral cristã e doutrina, noções gerais de geometria, teoria e prática de aritmética até regra de três, sistema de pesos e medidas do império.[82]

Já no Art. 4º, era previsto que as escolas de segunda ordem, para o sexo masculino, compreenderiam "mais o ensino de noções gerais de história e geografia, especialmente do Brasil, e noções de ciências físicas aplicadas aos usos da vida."[83]. Ainda no regulamento de 08 de abril de 1857, os Artigos 30 e 31 trazem que só eram admitidos nas escolas públicas e particulares livros e compêndios autorizados pelo inspetor geral, e que todos os utensílios deveriam ser "fornecidos pelos cofres da Província".

Ariclê Vechia (2004), em sua pesquisa sobre os planos de estudo das escolas para o ensino primário no período do Paraná provincial, mapeia — em decorrência das determinações da lei relativas a livros — que as autoridades — aqui, o Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, e o Inspetor Geral, Joaquim Ignácio Silveira da Motta —, procuraram determinar o programa de

---

[79] Expressão em latim que significa "à vontade".
[80] Regulamento de 27 de dezembro de 1856, p. 44-45.
[81] "Art. 2º – A lei distingue as escolas públicas primárias em escolas de primeira e segunda ordem, tanto para sexo feminino como para masculino" (1857, p. 53).
[82] Regulamento Geral de 08 de abril de 1857, p. 53. No parágrafo 2 do Art. 3º deste regulamento, referente ao sexo feminino, "são as mesmas matérias com exclusão da gramática e limitado à aritmética, ao ensino das quatro operações de números inteiros completando o plano de ensino o trabalho de agulhas." (p. 53).
[83] "Para o sexo feminino, noções de história, geografia, música e língua francesa." (p. 53).

desenvolvimento do ensino público para a província paranaense. Nas intenções da proposta, destacava-se

> a questão da uniformização do ensino em todo o território paranaense, que deveria ser atingida pela adoção de um plano de estudos que traçaria os conteúdos a serem trabalhados, os livros didáticos a serem adotados e as orientações metodológicas que deveriam nortear o ensino de cada matéria. (VECHIA, 2004, p.136).

Nos relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 1860, é possível observar o apontamento de uma listagem de livros escolares que, por regra, deveriam ser adotados para o ensino na instrução primária no Paraná:

> Para a 1ª classe, 1º e 2º banco — o alfabeto de Roquette até a página 33; para a 2ª classe, 1º banco — História de animais, do mesmo alfabeto da página 34 até 66 e manuscritos do professor, tirados dos Rudimentos de Moral Religiosa, tradução de Galvão, para o 2º banco — Catecismo de Doutrina Cristã, Rudimentos de Moral Religiosa do Manual de Lunel, traduzido pelo professor Galvão, História do Brasil de Coruja, Gramática de Cavalcanti e Aritmética de Figueiredo; para a 3º classe, Poesias do Padre Caldas e Epítome de geometria prática de Albuquerque[84].

A Lei nº 290 de 15 de abril de 1871, escrita pelo então presidente da Província do Paraná, Venancio José Oliveira Lisboa, previa e ditava para a aquisição de impressos escolares que compreendessem "a instrução moral e religiosa, a leitura, a caligrafia, os elementos da língua nacional, a aritmética, até proporções inclusive o sistema métrico" (Art. 1º, p. 178). Em seu Art. 2º, esclarecia que o ensino religioso era a base da instrução primária e tinha "por objeto as orações do cristão, o catecismo e a História Santa, compreendendo esta o antigo e o novo testamento".

Em complemento da exposição das disciplinas que pré-determinavam as obras adotadas para o ensino primário está o Regulamento da Instrução Pública Primária de 13 de maio de 1871. Neste, foi dada atenção à instrução moral tendo como objeto "os deveres fundados na autoridade dos dogmas Cristãos" (Art. 2º, parágrafo 1º).

Os parágrafos 3º e 4º do mesmo regulamento tratam sobre a leitura e a caligrafia, a gramática da língua nacional e a aritmética. A prescrição sobre a autoridade da presidência referente aos livros que seriam autorizados é registrada

---

[84] *Dezenove de Dezembro*, n. 201, p. 4, de 7 mar. 1860.

no Art. 5º, assim como o papel da administração do governo de fornecer às escolas os livros — que pertenciam em lei à categoria utensílios — “papel, penas e outros objetos necessários ao ensino” (Art. 7º, p. 184).

Sobre a adoção de livros realizada por essa vertente de decisão, demonstra-se visível, à luz dos relatórios, que os regulamentos ditavam as diretrizes das matérias e quais obras deveria haver — como compêndios de leitura, disciplinas de História, Aritmética, Geografia e Doutrina Cristã — no ensino primário — aqui, em determinação final do presidente da província paranaense.

1.2.2 Solicitando livros como consta nas correspondências: a instrução pública do Paraná provincial que demanda impressos escolares.

Como observado na leitura contínua das correspondências de governo e relatórios da instrução pública da Província do Paraná, os professores possuíam espaço para reportar aos inspetores, conforme suas necessidades e avaliações de livros escolares utilizados, os pareceres de solicitação que conduziriam à compra e adoção desses impressos[85] para o ensino.

As informações prestadas pelos docentes nas práticas diárias do funcionamento da dinâmica escolar eram o principal meio de tomar conhecimento da real necessidade de livros para a instrução primária paranaense, como declara o inspetor geral da instrução pública Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 31 de dezembro de 1856, ao vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes: “[...] *Livros.* — Nenhuma regra tem sido fixada para a adoção dos livros nas escolas, está ela dependente da vontade e critério dos professores.”[86]

Neste mesmo relatório anexo ao apresentado na abertura da Assembleia

---

[85] Gabriela Ossembach (2009, p. 15-16), apresenta variações dos termos utilizados para os livros quando diz que “no idioma espanhol (o castelhano) se usam principalmente três substantivos para indicar o nível mais abrangente: livros, textos e manuais, seguidos ou não, do adjetivo ‘escolar’. Teríamos assim, em princípio: livros escolares, livros de texto, textos escolares, manuais, ou manuais escolares. Além do mais, destes há outra grande lista de nomes que designariam tipos mais específicos de livros usados na escola, como abecedários, silabários, tratados, enciclopédias, etc., [...] Na língua portuguesa ocorre algo similar: livros didáticos, textos didáticos, manuais escolares, livros para crianças, etc. para o nível mais geral, e catecismos, manuais de civilidade, livros de leitura, compêndios, etc. para os mais específicos”. Diante destas variações, destaco que também utilizo como sinônimo de livros escolares o termo “impressos escolares”.

[86] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 124.

Legislativa em 07 de janeiro de 1857, Joaquim Ignácio Silveira da Mota declara pela escrita sua adesão favorável ao Compêndio de Arithmetica do senhor Manoel Augusto de Figueiredo, autor do Paraná e funcionário na Tesouraria da Fazenda desta província. Alega que, neste caso, a compra e adoção não foram realizadas por especificação de professores e professoras solicitando o título, mas sim, sobre proposta do próprio inspetor, que justifica, assumindo um partido de defesa de se fazer produzir manual escolar:

> Sobre conter ele os rudimentos necessários para o ensino nas escolas primárias faz-se sentir a conveniência de acoroçoar a publicação de livros próprios para o ensino escolar, visto como temos grande pobreza de obras adotadas a educação da mocidade.[87]

O inspetor aproveita o espaço para alertar, em sua perspectiva, a necessidade de produção de obras que tratassem sobre moral civil e catecismo. Ele alega que faltava "algum livro que lhe instrua a mocidade, com noções claras de moral civil. Estas ideias os meninos precisam aprender na escola, porque elas completam o fim de um plano geral de educação nacional."[88]. Para estimular a produção local, Joaquim Ignácio Silveira da Mota propõe um prêmio, não especificado qual, para quem prontificasse a pôr em prática o projeto da escrita: "Lembrarei o expediente de assegurar-se um prêmio a quem publicar o catecismo que reúna melhores condições para esse ensino"[89]. Na mesma redação reportada ao vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, sugere também o desafio de se publicar de "um melhor compêndio de moral religiosa, aonde se procurasse associar o desenvolvimento do espírito despertando-lhe o sentimento de moral e piedade próprios para bem dirigir nas suas ações todas as classes da população"[90].

Sem mencionar títulos, o professor Manoel Dias da Costa remete um ofício no dia 26 de março de 1855, tendo como destinatário o Presidente da Província, solicitando que impressos escolares fossem adotados e enviados ao seu ambiente de trabalho. Dentre sua lista de pedidos, ele elenca 24 catecismos, 24 cartilhas, 24

---

[87] Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 1856, p. 125.
[88] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 126.
[89] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 126.
[90] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 126.

folhetos de aritmética, 24 ditos de sílabas e nomes e 24 tabuadas.[91]

Cabe relembrar a fala da professora Emília de Faria Erichsen, escrita em ofício em 1863, que reportou ao inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas a solicitação de livros para sua escola, em Castro, sem citar quantidades, matérias ou títulos, apenas a urgência da falta de utensílios, justificando que, para suprir a emergência diária, lecionava com alfabetos feitos por ela mesma.

Diferenciada é a escrita do professor Carlos Moricofer, que em remessa de ofício ao inspetor José Lourenço de Sá Ribas, em 1862, fez menção aos livros usados em sala de aula e citou que, para além das obras que eram de utilidades dos alunos, também havia o livro para o professor, o que ele chamou de "ajudadores". Em sequência, informa que na escola que lecionava possuíam apenas as *Noções de moral* e a *Apreciação de Padre nosso*, e faz a crítica: "livrinhos que servem unicamente para ler e pouco para entender, porque a matéria quase filosófica não agrada os meninos e por isso está incompreensível"[92]. E então, especificando a indicação da matéria, reitera — tendo em vista que menciona já ter reportado ao inspetor a necessidade do livro em "primeiro relatório" — o pedido de um livro didático que trate de ""História Sagrada", matéria tão agradável como útil e necessária, o que agora peço e reclamo por segunda."[93]

"Quando tomei posse, existia apenas nove volumes"[94]. Assim se inicia o ofício, mais com característica de relatório, do professor Joaquim Cândido da Rocha (1866), para o inspetor geral, Ernesto Francisco de Lima Santos. Ele completa seu discurso ao relacionar as matérias referentes: "dois de História do Brasil, quatro de Aritmética e três Catecismos de Agricultura[95]". No período em que escreve, atualiza

---

[91]Informação que consta no ofício do professor Manoel (ilegível) Dias da Costa ao presidente da Província do Paraná. Freguesia da Palmeira. 20 mar. 1855, p. 50.

[92] Ofício do professor Carlos Moricofer ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná José Lourenço de Sá Ribas. Núcleo colonial do Assunguí, 08 dez. 1862, p. 102-103.

[93] Ofício do professor Carlos Moricofer ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná José Lourenço de Sá Ribas. Núcleo colonial do Assunguí, 08 dez. 1862, p. 102-103.

[94] Relatório do professor Joaquim Cândido da Rocha, ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866, p. 192-193.

[95] Este catecismo foi utilizado também nas províncias do Amazonas (Corrêa, 2006), Pernambuco (Galvão et al., 2003), e na Paraíba (Sena et al.,2012). Conforme Galvão destaca "[...] tem como objetivo oferecer aos meninos uma leitura que incentive o gosto e simpatia pela principal fonte da nossa riqueza; que lhes aguce a curiosidade, e finalmente lhes dê noções, embora ligeiríssimas, de cousas que muitos homens, aliás, instruídos ignoram, porque nunca se deram ao seu estudo especial (Lopes, 1861, s.p., in Galvão et al., 2003, p. 49)."

o inspetor que destes livros já não havia mais nenhum e que, devido ao imediatismo da utilidade de livros escolares para a sala de aula, a falta desse recurso para o ensino obrigou o docente a comprar, por conta, outras unidades para que pudesse dar continuidade ao seu trabalho.

Parágrafos à frente, em uma repartição de seu texto que intitulou "conveniência", o professor traz a luz sobre um fator político, econômico e social que a Província do Paraná estava enfrentando, assim como todo o Brasil Imperial: a guerra do Paraguai[96]. Em suas falas, ele demonstra pesar e compreensão das dificuldades que recaem sobre uma Nação quando circundada e inserida em cenário de conflito bélico: "conhecendo o estado em que se acham as províncias do Império, em razão da guerra que reina; vejo que não será possível os cofres provinciais socorrerem a tantas coisas"[97]. Porém, devido a suas dificuldades de trabalho para com a instrução primária, fez a solicitação de compra para adoção de livros escolares e outros materiais:

> É de grande novidade que V. Sª permitisse que fosse suprida essa escola, ao menos com os seguintes pertences; como: quatro compêndios de História do Brasil; seis Aritmética, seis Gramáticas, oito compêndios de Doutrina Cristã, e uma ou duas resmas de papel almaço, para os alunos.[98]

Demonstra, em sequência da solicitação de utensílios, que necessitava de mais ferramentas de trabalho e estrutura, porém, devido à ciência de falta de recurso nos cofres públicos, permitia-se remediar. Mas, com relação aos livros, volta a ser enfático sobre a urgência e importância de ser suprida sua carência, já que "muitas vezes estão os alunos sem ter o que estudar ou escrever"[99].

Em raro contraste de exposição de precariedade, foi constatado em levantamento junto aos relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial

---

[96] A guerra do Paraguai é citada no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo presidente da Província, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 15 de fevereiro de 1870, p. 2. O intuito era noticiar a situação que se encontrava o conflito em circunstância que refletia no Império.

[97] Relatório do professor Joaquim Cândido da Rocha, ao Inspetor Geral da instrução pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866, p. 192 e 193.

[98] Relatório do professor Joaquim Cândido da Rocha ao Inspetor Geral da instrução pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866, p. 192 e 193.

[99] Relatório do professor Joaquim Cândido da Rocha, ao Inspetor Geral da instrução pública da Província do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866, p. 192 e 193.

(1854-1871) um modesto pedido de utensílios aos estabelecimentos de ensino junto aos inspetores e presidente. É o caso da solicitação do subinspetor João de Oliveira Franco ao inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos, que, referente aos impressos, almeja apenas quatro cartilhas[100].

Fator diverso e coerente é o exposto pelo Theolindo Ferreira Ribas, que atuava junto à repartição da instrução pública, quando seu relatório de 1857, apresentado como anexo à Assembleia Legislativa pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, aponta que o zelo pelos livros escolares era indicativo da demanda de adoção de novas obras e, consequentemente, a determinação da ordem de produção. Como normas, ele esclarece em seu texto:

> [...] N.B. 1º Os livros que vão marcados com duração de um ano, dados uma vez embora o aluno permaneça por mais tempo na leitura dele só poderá ter outro no caso que se tenha mutilado ou perdido, contra cujo [sic] acidentes deve sempre se acautelar o professor.
> 2º Aqueles que no fim do ano acabarem as leituras de tais livros os entregarão ao professor, que deles dará conta, não obstante a duração que lhe é marcada.
> 3º A precedente disposição lhe é aplicável a qualquer outros utensílios que permanecerem em bom estado, além da duração que ora se lhe marca.[101]

A declaração aponta que os livros escolares distribuídos pelo governo para as escolas pertenciam à instrução pública da província, fugindo da ideia de propriedade material para cada aluno. Sendo assim, conforme o estado físico do impresso pensava-se na possibilidade de nova compra e adoção de livros para o ambiente de ensino.[102] A produção de obras locais, com autores residentes na província, derivava das demandas por parte desses personagens — professores, inspetores e presidentes — que abraçavam a função, inseriam-se na realidade local à luz dos preâmbulos contextuais cercados pelas influências socioculturais, econômicas, midiáticas e políticas que, inevitavelmente, estavam presentes no cenário do mercado editorial da instrução primária paranaense entre 1854 e 1871.

---

[100] Ofício de João de Oliveira Franco, subinspetor ao inspetor geral da instrução pública Ernesto Francisco de Lima Santos. Rio Negro, 15 maio 1870, p. 54.
[101] Relatório de Theolindo Ferreira Ribas, apresentado como anexo à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 07 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. 31 jan. 1857, p. 155.
[102] Relatório de Theolindo Ferreira Ribas, apresentado como anexo à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 07 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. 31 jan. 1857, p. 155.

1.3 SENDO PROFESSOR, AUTOR E, ÀS VEZES, FUNCIONÁRIO PÚBLICO: ESCREVENDO MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DO PARANÁ NO OITOCENTOS.

> "De fato, eu não poderia nutrir entusiasmo por qualquer tipo de história que estivesse esvaziada de seres humanos. Daí que enfatizaria a importância de se estudar as pessoas ligadas aos livros a fim de entender a história dos livros."
> (Robert Darnton, 2008)[103]

O primeiro momento do circuito de comunicação dos manuais escolares[104] no Paraná Província apresenta mais uma vertente de impulso motriz para a produção de obras locais. Esta, especificamente, inicia a ligação com a segunda etapa do circuito — os autores — quando se lê o ofício de João Batista Brandão de Proença, enviado ao presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos, que informa submeter à comissão de avaliação, por ele chamada de censura, o *Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa*, destinado ao ensino da Língua Nacional para a instrução pública primária, obra da qual ele, João Baptista Brandão de Proença, é o autor. O professor e autor inicia seu ofício com a justificativa da elaboração e escrita do livro, confirmando reconhecer "a necessidade que há de um compêndio, que sirva para o ensino de gramática da Língua Nacional."[105].

Três meses após seu ofício, o então presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, resolveu nomear uma comissão composta pelo:

> [...] tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, padre Agostinho Machado Lima e Francisco Manoel das Chagas para dar o seu parecer

---

[103] Retirado do livro *A história do livro revisitada*, p.165.

[104] Auxiliando na definição do uso do termo, Ossenbach e Somoza Rodríguez (2009, p. 20) delineiam "características comuns que assinalam os diferentes autores acerca do manual escolar [...]

a) Intencionalidade, por parte do autor (ou editor), de ser expressamente destinado ao uso escolar;

b) Sistematicidade na exposição dos conteúdos;

c) Adequação para o trabalho pedagógico, ajustando-se a um determinado nível de complexidade dos conteúdos e a um determinado nível de amadurecimento intelectual e emocional dos educados;

d) Regulamentação dos conteúdos, de sua extensão, e o tratamento dos mesmos;

Intervenção estatal administrativa e política, através da regulamentação citada [...], e/ou da autorização expressa ou implícita posterior a publicação da obra."

Observando a intenção na produção das obras pelos autores na Província do Paraná nota-se que, a princípio, eram concebidas no intuito de serem usadas para a instrução primária – neste momento, a obra sendo um manual escolar.

[105] Ofício de João Baptista Brandão de Proença ao presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos. 28 set. 1854.

> sobre o Compêndio da Gramática da Língua Portuguesa, organizada pelo professor de 1ª letras da capital João Batista Brandão de Proença[106].

Por comissão de parecer[107] foram submetidos também outros três manuais escolares — conforme consta no Quadro 1 — para a instrução primária, como pôde ser verificado durante a leitura contínua do *Dezenove de Dezembro* e o levantamento das correspondências de governo no período de 1854 a 1871.

QUADRO 1 – MANUAIS ESCOLARES PRODUZIDOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871)

TÍTULO	AUTOR	ANO	MATÉRIA
Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa[108]	João Baptista Brandão de Proença	1854	Português
Compêndio de Arithmetica Pratica	Manoel Augusto de Figueiredo	1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1862 e 1863.	Matemática
Grammatica da Lingua Nacional	Sebastião José Cavalcanti	1857, 1858, 1859, 1860, 1861 e 1862	Português
O Compendio da Geographia da Província do Paraná[109]	Luiz de França Almeida e Sá	1870	Geografia

FONTE: Jornal *Dezenove de Dezembro* (1854–1871), de Candido Martins Lopes; correspondências de governo e relatórios da província paranaense presentes no Arquivo Público do Paraná.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

A grafia dos títulos está aqui apresentada fiel à escrita contida no *Dezenove de Dezembro* e identificada pelos próprios autores — como, por exemplo, o compêndio de João Baptista Brandão de Proença, que escreveu o título de sua *grammatica*[110] no ofício destinado ao presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 28 de setembro de 1854.

Os anos listados são referentes àqueles em que a obra correspondente apareceu em anúncios no jornal de Candido Martins Lopes, tanto em situação de avaliação por comissão como em sugestão para adoção, venda e avaliação crítica — neste último caso, geralmente seguidos de anúncio de venda. Essas ocorrências apontam a aceitabilidade das obras pela administração da instrução pública da província, que se insere também na categoria de leitor.

As repetições dos anúncios em larga escala sugerem um indicador de

---

[106] *Dezenove de Dezembro*, ed. 040, de 30 dez. 1854, p. 3

[107] Essa é a forma encontrada na leitura contínua do *Dezenove de Dezembro* quando os solicitantes se referiam a fazer a avaliação de livro didático, na segunda metade do século XIX.

[108] A ausência de parecer no *Dezenove de Dezembro* e nas correspondências de governo indica que talvez o compêndio não tenha sido colocado em circulação.

[109] Impresso no Rio de Janeiro.

[110] Grifo meu.

demanda de divulgação do livro escolar para o mercado editorial, circunstâncias que, repetidamente postas à venda e compradas, podiam levar essas obras a reiniciarem o circuito de comunicação conforme as reedições, reimpressões, novas divulgações e distribuições, até, novamente, alcançarem o leitor ideal. Foi o que ocorreu com a *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti, que apresentou 90 ocorrências entre os anos de produção e lançamento no mercado editorial do circuito (1857) e a última passagem em anúncio (1861) dentro do recorte de 1871. O mesmo ocorreu com o *Compêndio de Arithmetica Pratica* de Manoel Augusto de Figueiredo, este aparecendo 78 vezes entre 1856 e 1860.

Observa-se que as matérias para as quais os autores locais despenderam seu investimento de erudição e tempo são as contidas no plano de ensino para a instrução primária, ausentada a doutrina cristã — matéria essa tão requerida pelos professores ao informarem os desfalques de livros sobre o assunto em seus ambientes de sala de aula[111].

Não foram encontrados manuais escolares publicados, ou ao menos enviados para a comissão de avaliação, escritos por mulheres. Em caráter especulativo, o ditame dessa ausência da presença feminina como autoras de obras de leitura para a instrução primária poderia ter sido derivada das diferenças de planos de ensino que possibilitassem seu preparo para a escrita; da falta de abertura de redes de contato junto à administração provincial; de fatores econômicos, tendo em vista o tempo que deveria ser despendido à pesquisa e escrita, situação que possivelmente requereria uma estrutura financeira para a dedicação ao desenvolvimento da obra; e por fim, do preconceito com a produção laboral feminina.

Contudo, ao observar a historiografia em busca da existência de mulheres autoras no Brasil do período imperial, o trabalho de Gisele Baptista Teixeira (2010) traz à luz uma realidade diferenciada do que se encontrava no Paraná, havendo a participação efetiva das mulheres na escrita de livros escolares. A historiadora, que desenvolveu sua tese de doutorado sobre o assunto, afirma que “em relação às professoras-autoras, é possível que a função que possuíam na sociedade — ensinar — e a mencionada prática de leitura e escrita, em meados do século XIX,

[111] Nessa época, para ensino da doutrina cristã, se usavam catecismos como o exemplo, o de Montpellier.

possibilitaram a estes profissionais se tornarem também autores de livros". (TEIXEIRA, 2010, p. 90).

Diana Gonçalves Vidal (2004), no artigo "Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar Contos infantis", apresenta — e aqui trago como exemplo — uma autora de livro escolar, Julia Lopes de Almeida, que, juntamente com sua irmã Adelina Lopes Vieira, escreveu o livro *Contos infantis* (1886). Apesar de escrito no período imperial, este "foi aprovado pela Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária, em 1891, para uso nas escolas primárias" (VIDAL, 2004, p. 32). Ela analisa

> a convicção de que Julia Lopes de Almeida, ao compor com sua irmã Adelina, seu primeiro livro, *Contos infantis*, não era uma intrusa no campo educacional. Ao contrário sua crença educativa no impresso fazia com que toda sua ação como escritora estivesse permeada de um cunho pedagógico. (VIDAL, 2004, p. 45).

Este encontro da escrita de obras didáticas por mulheres no Brasil Império reforça que havia um diferencial referente à ausência de obras escritas por autoras na província paranaense.

Conforme consta no *Dezenove de Dezembro*, o *Compêndio de Arithmetica Pratica*, foi o primeiro manual escolar confeccionado na Província do Paraná.

> Acaba de ser publicada nesta tipografia, uma aritmética prática, oferecida para o uso das escolas desta província. Esta obra, compilada pelo senhor Manoel Augusto de Figueiredo [...]. Resta, porém, que o público, atendendo aos esforços desse senhor, na confecção de um compêndio tão necessário aos rudimentos da instrução primária, lhe deem a merecida importância, não só em relação a sua utilidade, como porque, sendo ele o primeiro confeccionado, nesta província, é oferecido à mocidade paranaense, digna de um futuro lisonjeiro. Desejamos que essa obra seja acolhida com o mesmo afan com que seu autor a compilou.[112]

Cinco dias após o anúncio do primeiro manual escolar produzido na província paranaense, o periódico de Candido Martins Lopes divulgou que o livro de Manoel Augusto de Figueiredo, por Portaria nº 22 do ano de 1856, havia sido determinado para ser adotado para as escolas de ambos os sexos na província, ressaltando que daquele instante nenhum outro compêndio de aritmética deveria

---

[112] *Dezenove de Dezembro*, edição 35, 26 nov. 1856.

"ser usado no ensino sem que se ache nas mesmas condições"[113]. Esse é um apontamento de estratégia de mercado que, ao mesmo tempo em que garantia que o livro fosse adotado, possibilitava condições para a significância de sua demanda, fazendo com que se tornasse vendável.

De modo geral, foi constatado que não houve nota publicada com resultado negativo referente às obras que tinham sido submetidas às comissões de avaliação, com exceção de um caso, e este se trata de um professor integrado ao ensino público na província: o senhor João Baptista Brandão de Proença[114].

Pelo que indica a ausência do parecer final a ser publicado em edital no *Dezenove de Dezembro*, ou mesmo alguma correspondência com o veredito após a avaliação pela comissão, subtende-se que o autor do *Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa* não foi agraciado com a publicação, distribuição e muito menos com a adoção de sua obra. Contudo, essa pontual ocorrência em sua vida pública não significava que sua voz não fosse ouvida e aceita por seus homólogos e personagens integrantes da administração do Paraná oitocentista, principalmente no que tange às ideias ligadas à instrução pública da província paranaense. Vê-se, como exemplo disso, quando João Baptista Brandão de Proença escreve uma carta ao Presidente da Província, em 14 de junho de 1854, sugerindo ideias que poderiam ser adicionadas à lei da instrução pública, como segue,

> [...] É portanto profunda convicção minha que seria de mesma importância para a instrução pública adicionar-se a lei existente disposições que tornassem obrigatório o ensino para os pais de família e tutores, determinando-se por ato legislativo provincial na próxima futura sessão, que todos os pais de família e tutores, que residirem em um raio de distância de 1 légua desta capital, cidade de Paranaguá e vilas existentes, e de meia légua para as outras povoações da província, sejam obrigados a mandar seus filhos, ou pupilos, frequentarem as escolas públicas, desde que completarem a idade de 7 anos, salvo o caso de mostrarem para o Inspetor de Distrito que foram dar a seus filhos ou pupilos a necessária instrução religiosa e intelectual particularmente em suas casas, ou em aulas particulares legalmente autorizadas, devendo-se no correr dos anos ir estendendo aquele limite, segundo for a experiência mostrando a utilidade e vantagem desta medida, com a qual presumo será preenchido o preceito e fim da lei fundamental; só assim poderá a instrução primária atingir

---

[113] *Dezenove de Dezembro*, edição 40, 31 dez. 1856.

[114] Interessante observar que este caso recai na verossimilhança da narrativa histórica, em que nem tudo o que se espera ocorre de forma linear na vida humana, e o fato de João Baptista Brandão de Proença ser bem aceito pelos seus pares em suas atividades públicas não lhe garantiu a publicação de seu livro.

> paulatinamente toda a população e infiltrar-lhe por assim dizer, sua poderosa e benéfica ação.[115]

Sendo professor público da primeira cadeira de primeiras letras da capital[116], João Baptista Brandão de Proença, em suas conversas registradas por cartas, se mostrava atuante e atento ao bom funcionamento de sua escola devido às solicitações de reformas na casa em que tinha estabelecido o seu ambiente para ministrar as aulas. Conforme exemplo, em nota publicada no jornal *Dezenove de Dezembro*, houve recorrentes ressarcimentos monetários por parte da tesouraria da fazenda referente às despesas com o estabelecimento, como ocorreu quando o professor mandou fazer vidraças novas para a escola.[117] E, de igual modo, está seu zelo pelo bom funcionamento da instrução pública na província perceptível por registro também em edital de compras de "vários utensílios para a escola de primeira letras a seu cargo"[118].

Ainda em atuação no ensino, foi convidado e participou algumas vezes como avaliador de banca de concurso para professor, como exemplo da convocação publicada no *Dezenove de Dezembro* sobre o concurso de 3ª cadeira de primeiras letras para a cidade de Paranaguá, em 1855[119]. Sua voz era solicitada e ouvida também para além da instrução; exemplifica essa afirmação sua participação como mesário da mesa da irmandade da Casa da Misericórdia em Curitiba, caso que tem como curiosidade a divisão da mesa juntamente com Candido Martins Lopes, o proprietário da Typographia Paranaense[120]. Sua reputação de pessoa requisitada para assumir posição pública pode ser julgada a seu favor quando foi indicado como juiz de paz por um votante anônimo em 1856[121], sendo eleito como tal no mesmo ano[122].

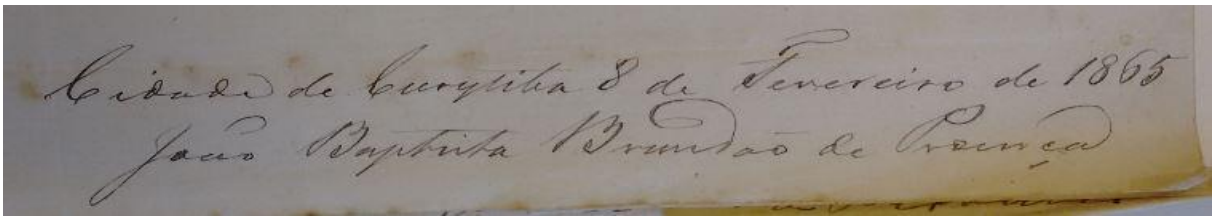
Em 1857, o *Dezenove de Dezembro* deixa claro, através da forma de tratamento, que ele exercia múltiplos cargos ao identificá-lo como "juiz de paz e

---

[115] Relatório ao Illmo e Exm. Sr. Conselheiro Presidente da Província do Paraná. João Baptista Brandão de Proença. Cidade de Curitiba, 14 jun. 1854, p. 29.
[116] *Dezenove de Dezembro*, ed. 014, 1 jul. 1854, p. 4.
[117] *Dezenove de Dezembro*, ed. 36, 2 dez. 1854, p. 2.
[118] *Dezenove de Dezembro*, ed. 49, 28 fev. 1855, p. 3.
[119] *Dezenove de Dezembro*, ed. 29, 17 out. 1855, p. 1.
[120] *Dezenove de Dezembro*, ed. 37, 12 dez. 1855, p. 3.
[121] *Dezenove de Dezembro*, ed. 20, 13 ago. 1856, p. 3.
[122] *Dezenove de Dezembro*, ed. 23, 3 set. 1856, p. 4.

presidente do 1º colegiado do distrito eleitoral desta província”[123] — além de continuar sua atuação como professor. Apesar de por vezes identificar alguns de seus cargos ao se posicionar por escrito[124], João Baptista Brandão de Proença também possuía o costume de assinar suas correspondências sem especificar a função, colocando como desfecho das cartas apenas o seu nome completo. Esse comportamento seria mais uma medição de sua notoriedade, ao ponto de somente o nome já valer-lhe respeito e autoridade.

FOTOGRAFIA 1 – ASSINATURA DE JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA



FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0220, 1865, p. 115.
NOTA: Na transcrição lê-se: “Cidade de Curitiba. 8 de fevereiro de 1865. João Baptista Brandão de Proença”.

Suplantando esse curioso caso da obra de João Baptista Brandão de Proença, as publicações das notas dos resultados da avaliação junto ao *Dezenove de Dezembro* e as cartas de governo trocadas entre os professores e autoridades levam ao entendimento de que as recorrentes notificações com o aval positivo referente às solicitações de avaliação de obras escolares demonstram que, como previsto pelos regulamentos, comumente os casos de demanda que conduziam à produção das obras partiam dos professores[125], sendo que estes assumiam também a função de autores dos manuais escolares. Por esse caminho, com o projeto de sua escrita estabelecido e/ou com os manuscritos já prontos, os autores os reportavam às autoridades da administração da instrução da Província do Paraná; em primeiro instante, aos inspetores, que verificavam a obra em relação às demandas nas escolas e aos preditos nos regulamentos para o ensino da instrução.

Em decisão favorável à confecção do livro apresentado, os inspetores

---

[123] Dezenove de Dezembro, ed. 30, 8 ago. 1857, p. 4.
[124] Sendo esta a forma padrão de assinatura das correspondências no Brasil Imperial.
[125] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 124. Conforme consta no tópico “*As alamedas do pedir: os processos de demanda pelos livros escolares previstos e constatados*”, deste trabalho.

responsáveis transmitiam o projeto ao presidente da Província do Paraná, que, em concordância, convocava a comissão de avaliação da obra. Sendo positiva a aceitabilidade de seu conteúdo, e refletindo importância de completude à instrução na província, o livro era colocado para adoção junto às escolas.[126]

Para além dos regulamentos, vê-se que a escrita das obras apresentava também a diversidade em sua estruturação quando se observa o envolvimento dos indivíduos da rede educacional no processo de produção e se percebe que os professores-autores de livros com produção local também exerciam outra função pública.

Franciele França (2014) convida a conhecer e refletir que nos "modos de existir"[127] de um professor da instrução primária no Paraná da segunda metade do oitocentos, havia, de formato intrínseco, a conexão desse sujeito a uma forma de vínculo que, na circunstância de suas atribuições, nutria com a administração pública, trazendo assim, como possíveis consequências em sua bagagem profissional, tensões que porventura viessem a existir dentre as variadas representações que o cargo público na instrução pudesse surtir.

Sem assinatura, em um relatório apresentado por um inspetor de distrito de Paranaguá, é colocado que "o professor primário deve como todos os outros, ser indivíduo de conhecimento variado, de maneiras delicadas e de costumes exemplares"[128]. Esses adjetivos, assim esperados, refletiam nesses professores que, como autores de manuais escolares de produção local, de modo irrevogável, não abriam mão de suas particularidades na expressão didática; além do mais, como condição humana na escrita, se faziam presentes as suas escolhas interpretativas para os textos conforme suas experiências da aplicabilidade do conteúdo – não muito liberais, mas adaptativas à sua realidade local – na prática do ensino em sala de aula.

1.3.1 Adotado para uso: os autores de manuais escolares para a instrução primária na província paranaense.

---

[126] Ofício de João Baptista Brandão de Proença ao presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos. Em 28 de setembro de 1854, informa sobre essas comissões julgadoras de livros escolares.
[127] Entre aspas, assim como Franciele França traz em seu texto da dissertação de mestrado.
[128] Relatório apresentado por um inspetor de distrito de Paranaguá. AP 0356, ano 1871, p. 66.

Neste viés analítico sobre os personagens atuantes na escrita dos manuais escolares paranaenses para o ensino primário de 1854 a 1871, cabe explanar quem eram esses autores. Os dizeres de Burke (1992) já resgatavam esse olhar aos indivíduos repletos de opiniões e experiências que estão inseridos nos contextos sociais — complexos e abrangentes — dos objetos de pesquisa.

De igual análise, Darnton (2008), ao discorrer sobre maneiras de direcionar o olhar — para o que venho chamando aqui de conceito — do circuito de comunicação, convida seu leitor a considerar a importância de identificar os sujeitos que claramente estão inseridos e perpassam os momentos de como os livros passam a existir, até a chegada ao leitor ideal. Deste modo, torna-se conveniente fazer uma análise de carreiras ou, como coloca Lawrence Stone (2011), a prosopografia dos autores, sendo esta

> A investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes [...] Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2011, p. 115).

A investigação, assim colocada e seguida, possibilita a tessitura de uma teia de relações, que gradativamente e sutilmente vem a indicar o contexto social dos autores dos manuais escolares, indo além da visão dos diálogos mercadológicos da produção e edição de sua obra e inserindo-os nos contextos sociais de sua posição como professores que também assumem outros cargos públicos junto à administração da província. Como meio de levantamento de informações dos personagens pesquisados — aqui, autores — Carlo Ginzburg (1991) dita que

> Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e espaço de modo a permitirmos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (GINZBURG, 1991, p. 173-174).

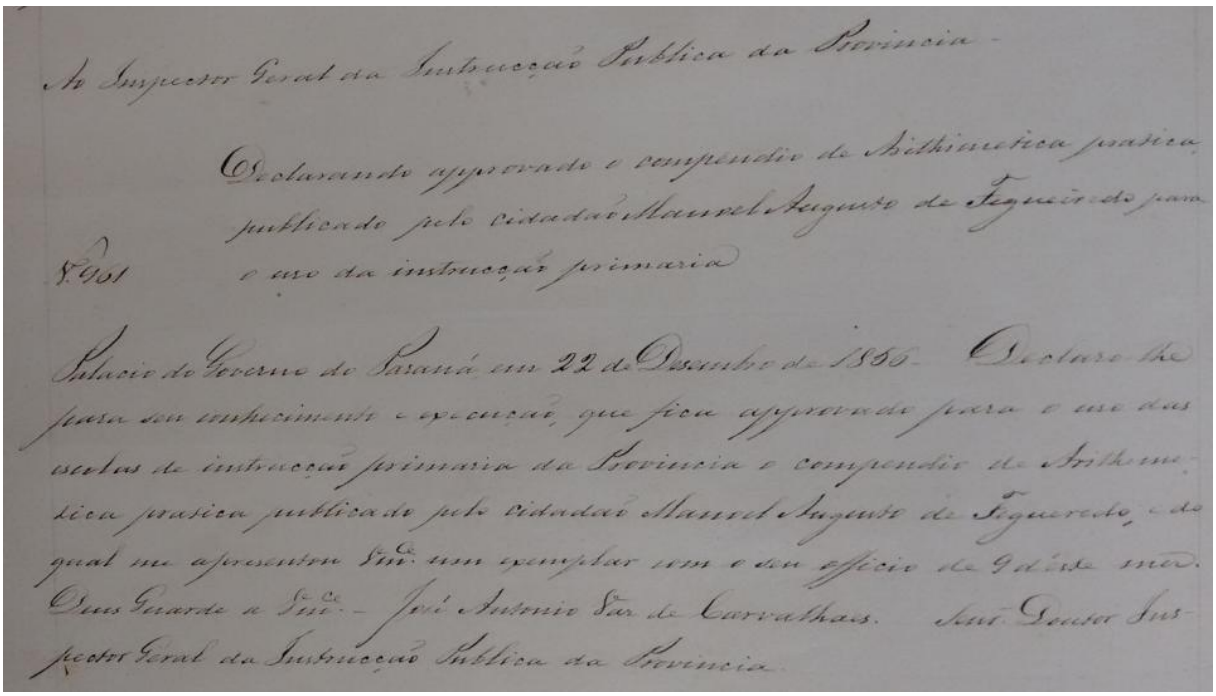
Em busca de prismas que multiplicam as variações que conduzem à possibilidade de entender e desenhar o tecido social desses autores, foram

utilizadas como luz norteadora as correspondências, os relatórios de governo e as recorrências de seus nomes mencionados no *Dezenove de Dezembro*.

Logo na edição de 8 de agosto de 1854, primeiro ano de funcionamento do periódico da Typographia Paranaense, houve uma nota que mencionava a chegada de *Manoel Augusto de Figueiredo* na cidade, sendo ele nomeado 2º escriturário para a Tesouraria de Fazenda da província paranaense[129]. Ao que as fontes encontradas indicam, o autor é o único que não atuou como professor, e apresentou, dois anos após, seu *Compêndio de Arithmética Prática* para avaliação ao inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota.

Após um exemplar da obra com a solicitação de avaliação ser reportado pelo inspetor ao vice-presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes, este, no dia 22 de dezembro de 1856, declarou aprovado o *Compêndio de Arithmética Prática* para ser adotado na instrução primária, como se vê na Fotografia 2.

FOTOGRAFIA 2 – OFÍCIO DO VICE-PRESIDENTE JOSÉ ANTONIO VAZ DE CARVALHAES APROVANDO O COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRATICA PARA USO NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA



Ao Inspector Geral da Instrucção Publica da Provincia -

Declarando approvado o compendio de Arithmetica pratica
publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo para
o uso da instrucção primaria

8961

Palacio do Governo do Paraná em 22 de Dezembro de 1856 - Declaro-lhe
para seu conhecimento e execução, que ficou approvado para o uso das
escolas de instrucção primaria da Provincia o compendio de Arithme-
tica pratica publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueredo, e de
qual me apresentou Sm. um exemplar com o seu officio de 9 deste mez.
Deus Guarde a Sm. - José Antonio Vaz de Carvalhaes. Snr. Joaquim Sup-
pector Geral da Instrucção Publica da Provincia

FONTE: Arquivo Publico do Paraná. Códice790, ofício nº 961.

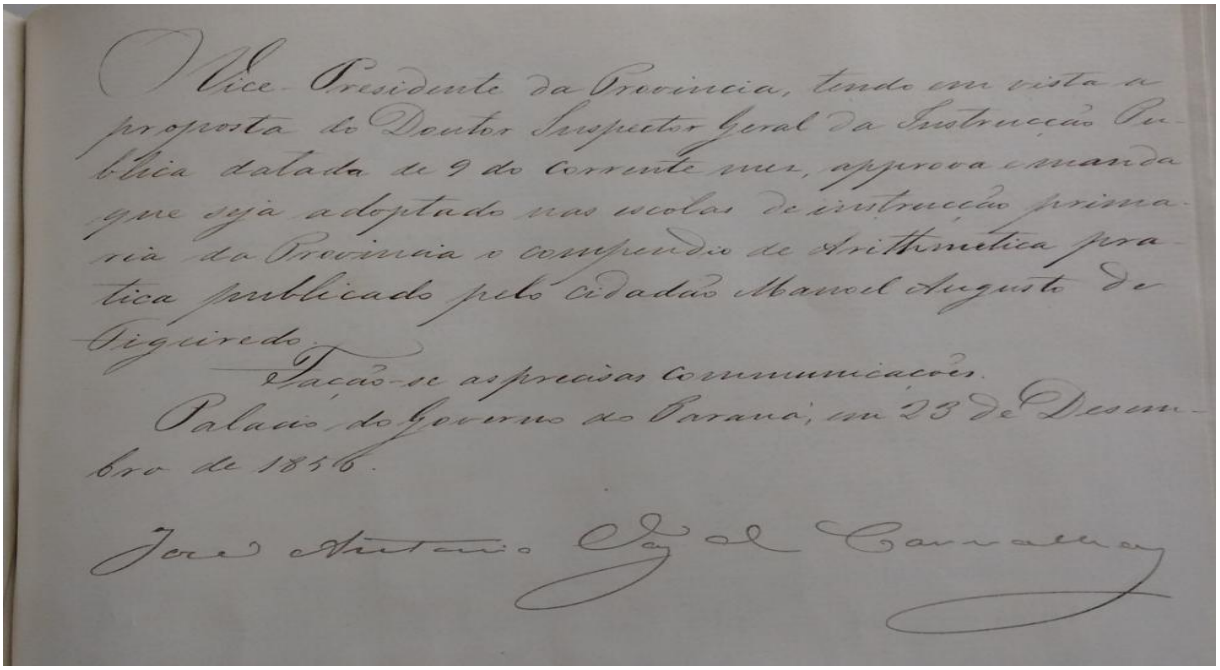
NOTA: Na transcrição lê-se: “Ao Inspetor Geral da Instrução Publica da Província. Declarando aprovado o compendio de Arithmetica Pratica publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo para o uso da instrução primária. Palácio do Governo do Paraná em 22 de Dezembro de 1856. Declaro-lhe para seu conhecimento e execução, que ficou aprovado para

[129] *Dezenove de Dezembro*, ed. 11, 8 ago. 1854, p. 3.

> o uso das escolas de instrução primária da Província o compêndio de Arithmetica Pratica publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo, e do qual me apresentou Vm.ce um exemplar com seu ofício de 09 deste mês. Deus Guarde a Vm.ce – José Antonio Vaz de Carvalhaes. (ilegível) Doutor Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná."

No dia seguinte, José Antonio Vaz de Carvalhaes ressalva sua declaração e já determina que sejam feitas as "precisas comunicações", o que implicaria, inclusive, a divulgação no *Dezenove de Dezembro*.

FOTOGRAFIA 3 – OFÍCIO DE APROVAÇÃO E QUE MANDA SER ADOTADO O COMPÊNDIO DE ARITHMÉTCA DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO E TOMADAS "AS PRECISAS COMUNICAÇÕES"


Vice-Presidente da Provincia, tendo em vista a proposta do Doutor Inspetor Geral da Instrucção Publica datada de 9 do corrente mez, approva e manda que seja adoptado nas escolas de instrucção primaria da Provincia o compendio de Arithmetica pratica publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo.
Façam-se as precisas communicações.
Palacio do Governo do Paraná, em 23 de Dezembro de 1856.
José Antonio Vaz de Carvalhaes

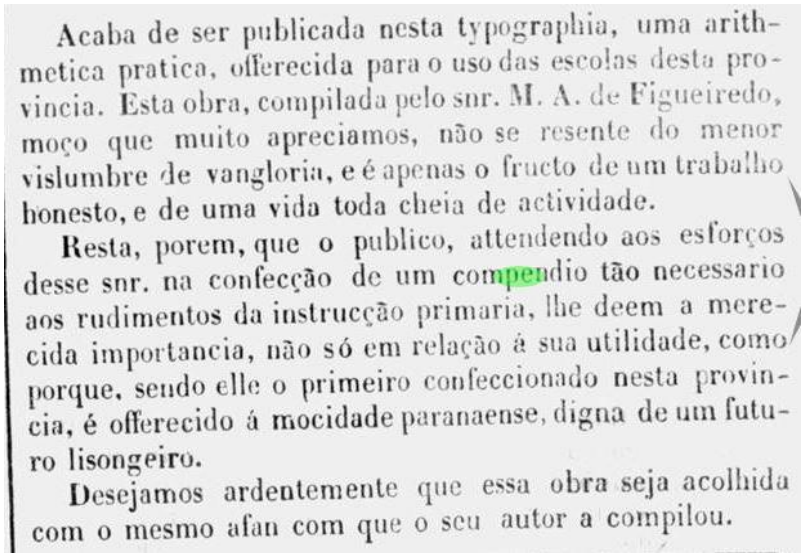
FONTE: Arquivo Público do Paraná. Códice 59.

NOTA: Na transcrição lê-se: "O Vice-Presidente da Província, tendo em vista a proposta do Doutor Inspetor Geral da Instrução Pública, datada de 09 do corrente mês, aprova e manda que seja adotado nas escolas de instrução primária da Província o Compêndio de Arithmetica Prática publicado pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo. Façam-se as precisas comunicações. Palácio do Governo do Paraná, em 23 de Dezembro de 1856. José Antonio Vaz de Carvalhaes".

Por certo Candido Martins Lopes demonstrou prontidão em cumprir a ordem, sendo que, após três dias, já publicou no seu *Dezenove de Dezembro* a notícia do primeiro manual escolar confeccionado na e para a Província do Paraná. Sua agilidade em levar a informação a público foi evidente devido ao fato de fazê-lo antes mesmo de o inspetor divulgar aos professores, professoras e inspetores sobre

o compêndio, fato que só ocorreu dia 31 de dezembro de 1856, como circular do *Dezenove de Dezembro*[130].

IMAGEM 1 – PUBLICAÇÃO NO JORNAL *DEZENOVE DE DEZEMBRO* EM QUE TORNA PÚBLICA A INFORMAÇÃO DE QUE O *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRÁTICA* DO AUTOR MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO FOI O PRIMEIRO MANUAL ESCOLAR CONFECCIONADO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ



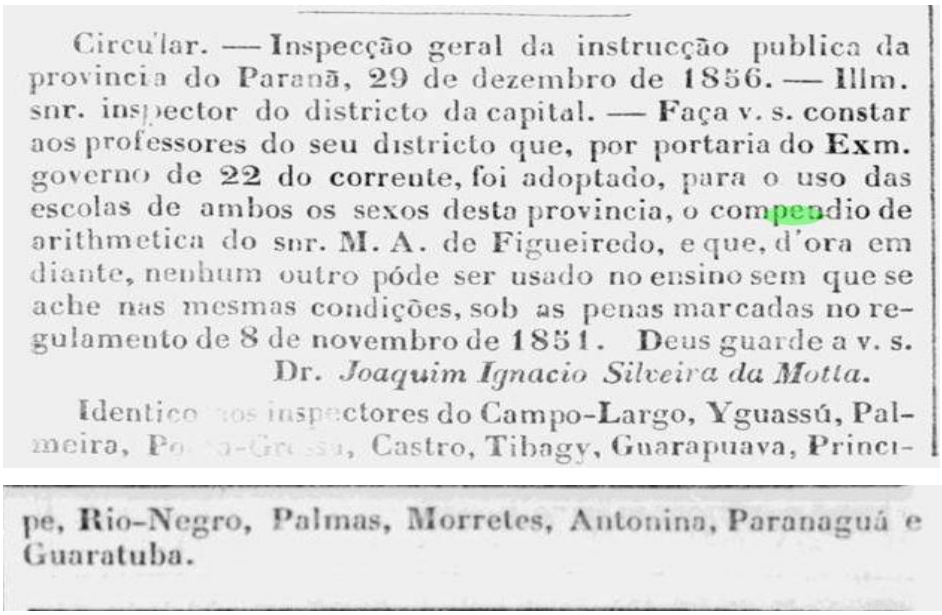
Acaba de ser publicada nesta typographia, uma arithmetica pratica, offerecida para o uso das escolas desta provincia. Esta obra, compilada pelo snr. M. A. de Figueiredo, moço que muito apreciamos, não se resente do menor vislumbre de vangloria, e é apenas o fructo de um trabalho honesto, e de uma vida toda cheia de actividade.

Resta, porem, que o publico, attendendo aos esforços desse snr. na confecção de um compendio tão necessario aos rudimentos da instrucção primaria, lhe deem a merecida importancia, não só em relação á sua utilidade, como porque, sendo elle o primeiro confeccionado nesta provincia, é offerecido á mocidade paranaense, digna de um futuro lisongeiro.

Desejamos ardentemente que essa obra seja acolhida com o mesmo afan com que o seu autor a compilou.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 35, 26 nov. 1856, p. 4.

IMAGEM 2 – O INSPETOR GERAL JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTA TORNA PÚBLICO A INFORMAÇÃO QUE O *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRÁTICA* DO AUTOR MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO FOI ADOTADO PARA USO NAS ESCOLAS



Circular. — Inspecção geral da instrucção publica da provincia do Paraná, 29 de dezembro de 1856. — Illm. snr. inspector do districto da capital. — Faça v. s. constar aos professores do seu districto que, por portaria do Exm. governo de 22 do corrente, foi adoptado, para o uso das escolas de ambos os sexos desta provincia, o compendio de arithmetica do snr. M. A. de Figueiredo, e que, d'ora em diante, nenhum outro póde ser usado no ensino sem que se ache nas mesmas condições, sob as penas marcadas no regulamento de 8 de novembro de 1851. Deus guarde a v. s.

Dr. *Joaquim Ignacio Silveira da Motta.*

Identico aos inspectores do Campo-Largo, Yguassú, Palmeira, Ponta-Grossa, Castro, Tibagy, Guarapuava, Principe, Rio-Negro, Palmas, Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 40, 31 dez. 1856, p. 3.

[130] Ver Imagem 2.

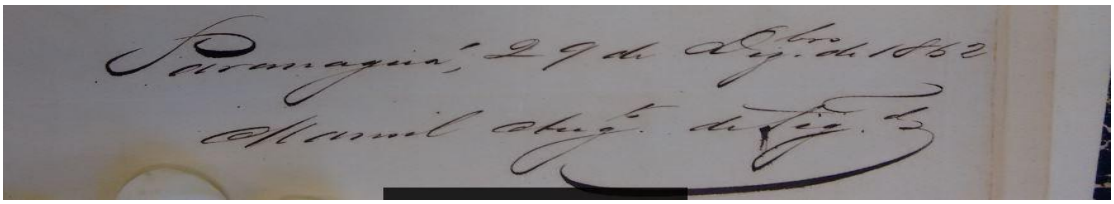
Também em 31 de dezembro, o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota declarou em seu relatório a satisfação da adoção do compêndio de Manoel Augusto de Figueiredo para a instrução pública, aproveitando o relatório para tecer elogios ao material escolar[131].

> A adoção deste livro sendo um justo galardão aos sacrifícios do autor, manifesta as boas disposições do governo de V. Ex. em estimular e fazer vingar esse meio de se efetuar uma mais perfeita disseminação de conhecimentos pela nossa mocidade e proporciona-lhe uma melhor colheita normal.[132]

Manoel Augusto de Figueiredo apresentou algumas idas e vindas em sua função como escriturário, havendo publicações no *Dezenove de Dezembro* que contam viagens, a exemplo de sua ida para a Corte em 1859, com passagem de trem a vapor à custa da administração da província[133], e quando, no mesmo ano, foi nomeado terceiro escriturário na Bahia, e seguiu para lá.[134]

Em 1862, o autor do primeiro compêndio escolar de produção local informa que entrou em exercício no lugar de Inspetor desta Alfândega de Paranaguá, sendo nomeado por decreto, e tomou posse "do dito emprego na Diretoria Geral das Rendas Públicas do Tesouro Nacional"[135]. Esse ocorrido também foi publicado no periódico da Typographia Paranaense[136], e a partir, o autor passou a assinar suas correspondências como inspetor.

FOTOGRAFIA 4 – MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO ASSINANDO CORRESPONDÊNCIA AO PASSAR A ATUAR EM PARANAGUÁ

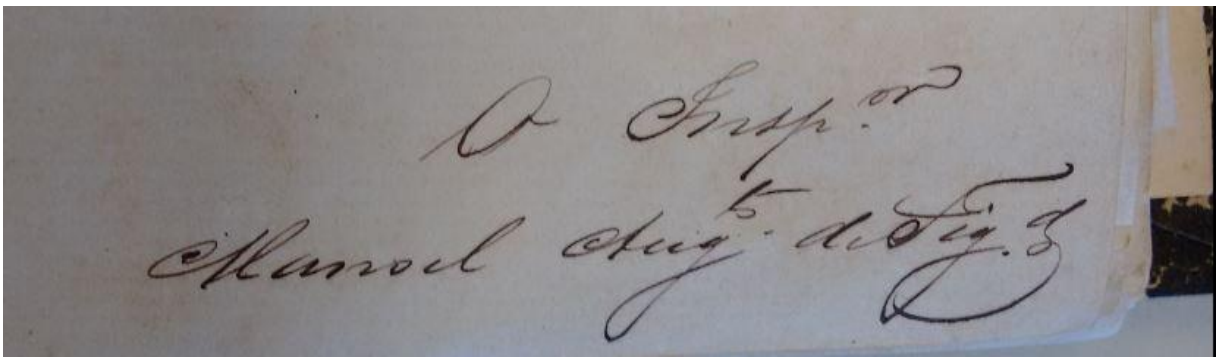


FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0151, 1862, p. 181.
NOTA: Na transcrição lê-se: "Paranaguá, 19 de dezembro de 1862".

---

[131] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 125.
[132] Relatório do inspetor geral, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província do Paraná. 31 dez. 1856, p. 125-126.
[133] *Dezenove de Dezembro*, ed. 100, 19 mar. 1859, p. 2.
[134] *Dezenove de Dezembro*, ed. 110, 23 abr. 1859, p. 2.
[135] Manoel Augusto de Figueiredo entrou em exercício no lugar de Inspetor da Alfândega de Paranaguá. AP 0136, 1862, p. 160-161.
[136] *Dezenove de Dezembro*, ed. 326, 5 nov. 1862, p. 2.

FOTOGRAFIA 5 – MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO ASSINANDO COMO INSPETOR



FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0156, 1862, p. 91.
NOTA: Na transcrição lê-se: “O Inspetor. Manoel Augusto de Figueiredo”.

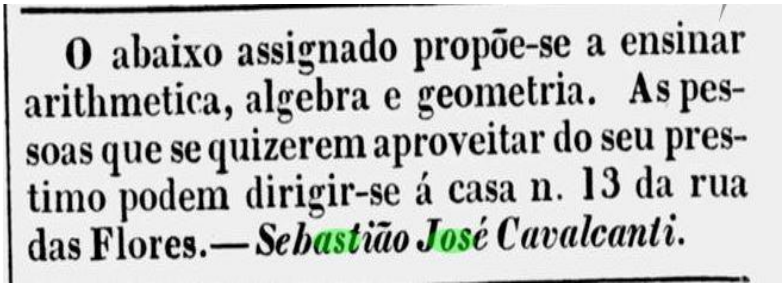
Para entender o lugar do saber matemático nas profissões comerciais no século XIX, é necessário averiguar a história da educação matemática. Wagner Rodrigues Valente (2008) afirma que esses professores-autores de matemática apresentavam “predicados que tendiam a emprestar sucesso às suas obras. Dentre eles, é possível citar: eram professores de grandes colégios, tinham penetração nos meios educacionais e bom relacionamento com instâncias oficiais da educação” (VALENTE, 2008, p. 14).

O pertencimento profissional de Manoel Augusto de Figueiredo, tanto na Tesouraria de Fazenda da Província como enquanto inspetor da Alfândega de Paranaguá, o coloca em frequente contato com os números, além de proporcionar-lhe uma rede de sociabilidade ligada à administração da província, que pode ter facilitado os contatos e indicações de seu trabalho como autor.

Ao se tratar de outro manual escolar produzido e posto em circulação na província paranaense, após averiguar os relatos registrados nas correspondências de governo, tanto enviadas como recebidas, descobre-se que o autor da *Grammatica da Língua Nacional, Sebastião José Cavalcanti*, assim que vindo do Ceará, em 1855, ao Paraná provincial, foi nomeado chefe da seção da tesouraria[137]. Em 8 de abril de 1857 publicou nota no *Dezenove de Dezembro*, informando seu intuito de ministrar aulas para quem obtivesse interesse de aderir a seus serviços como professor, como segue:

[137] *Dezenove de Dezembro*, ed. 26, 26 set. 1855, p. 3.

IMAGEM 3 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI OFERECENDO SERVIÇOS COMO PROFESSOR



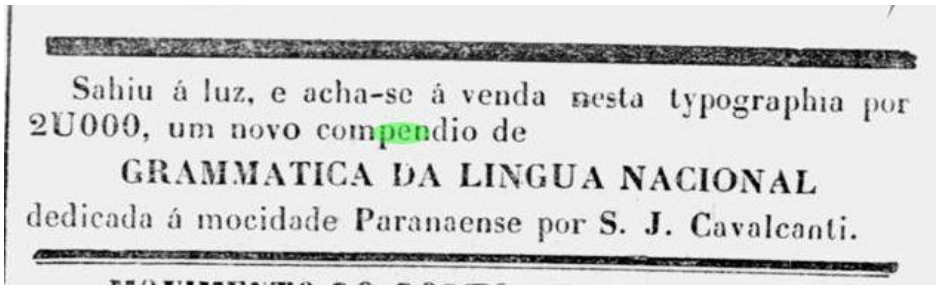
O abaixo assignado propõe-se a ensinar arithmetica, algebra e geometria. As pessoas que se quizerem aproveitar do seu prestimo podem dirigir-se á casa n. 13 da rua das Flores.— *Sebastião José Cavalcanti.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 02, 8 abr. 1857, p. 6.

No mesmo ano, o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, em relatório, informa que "fora nomeado professor interino de geometria o Senhor Sebastião José Cavalcanti que até agora não pode instalar sua aula por falta de alunos"[138]. Mas logo após sua nomeação, o professor interino da cadeira de geometria do liceu da capital informa por ofício, em escrita como terceira pessoa, que não lhe convém mais servir esse lugar e função, decidindo "de qual, até certa data, não lhe tem sido possível tomar posse e entrar em exercício, deste modo pede sua exoneração"[139].

Contudo, sem prévia divulgação de comissão de avaliação, ou solicitação de adoção da obra, ainda naquele ano de 1857, mais especificamente em 18 de novembro, na edição 059 do *Dezenove de Dezembro*, sai a publicação de venda da *Grammatica da Língua Nacional* de autoria de Sebastião José Cavalcanti.

IMAGEM 4 – DIVULGAÇÃO DE VENDA DA *GRAMÁTICA DA LÍNGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI



Sahiu á luz, e acha-se á venda nesta typographia por 2$000, um novo compendio de

GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL

dedicada á mocidade Paranaense por S. J. Cavalcanti.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 059, 18 nov. 1857, p. 4.

Newton Isaac Carneiro, em seu livro *As artes gráficas em Curitiba*, apresenta

---

[138] Relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Arquivo Público do Paraná: ano 1857, p. 45; *Dezenove de Dezembro*, ed. 20, 4 jul. 1857, p. 4.

[139] Sebastião José Cavalcanti pede exoneração do cargo de professor interino da cadeira de geometria do liceu. AP 0051, 1857, p. 176.

em poucas linhas a *Gramática da Língua Nacional*, informando que foi mais uma publicação composta pela Typographia Paranaense, trazendo a especificação de que se tratava de um livro "em formato pequeno de 15 ½ por 10 ½ centímetros" (CARNEIRO, 1976, p. 12). O mesmo anúncio de disposição da venda do livro escolar se repetiu por várias edições[140] pelos anos de 1857 a 1861.

Ainda no discorrer de sua vida pública, passível de ser verificada através de suas frequentes e bastantes correspondências de governo, tanto na posição de remetente como destinatário, e do aparecimento de seu nome no periódico *Dezenove de Dezembro*, afere-se a efetiva atuação dos deveres pertinentes a seus cargos no funcionalismo público e a boa aceitabilidade de seu comprometimento pela administração pública quando se lê, por exemplo, o que consta no relatório apresentado ao presidente José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara, em 1859: que Sebastião José Cavalcanti fora nomeado de forma interina para lecionar na cadeira de gramática filosófica do liceu, além de ser designado chefe da seção da tesouraria. O presidente aproveita a oportunidade para tecer elogios ao senhor, levando

> a consideração que de ser possível que o nomeado lecione à tarde, como ponderou o digno inspetor, me convenceu da conveniência da nomeação, tanto mais acertada, segundo creio, quanto inegável é que esse cidadão, de habilitações reconhecidas, goza de geral estima por sua probidade e circunspeção.[141]

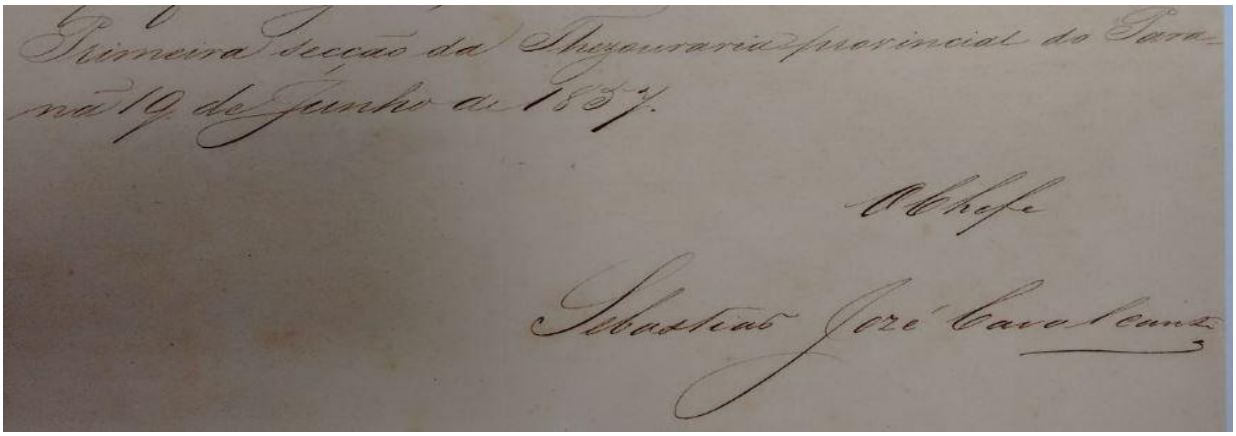
Também se fizeram presentes na vida desse senhor, devido ao cargo de inspetor da tesouraria, idas e vindas pelas províncias brasileiras, circunstância que indica sua abertura e o reconhecimento de seu trabalho para além do Paraná. O relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo presidente Luiz Francisco Cardoso, em 1860, expõe sua atuação profissional em âmbito *interprovincial*[142], quando coloca "que se retirou para a Corte o cidadão Sebastião José Cavalcanti, nomeado inspetor da tesouraria de Sergipe. [...]"[143]. Em 1863, Sebastião José Cavalcanti aparece atuando como inspetor do tesouro da fazenda, variando a forma

---

[140] Foram repetidos em 89 edições do jornal *Dezenove de Dezembro* durante o recorte 1854 a 1871.
[141] Relatório apresentado ao presidente José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província. Arquivo Público do Paraná: ano 1859, p. 20 e 21.
[142] Grifo meu.
[143] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente Luiz Francisco Cardoso. 1 mar. 1860, p. 49.

de assinatura de suas correspondências, de “o chefe” para “o inspetor”, como segue:

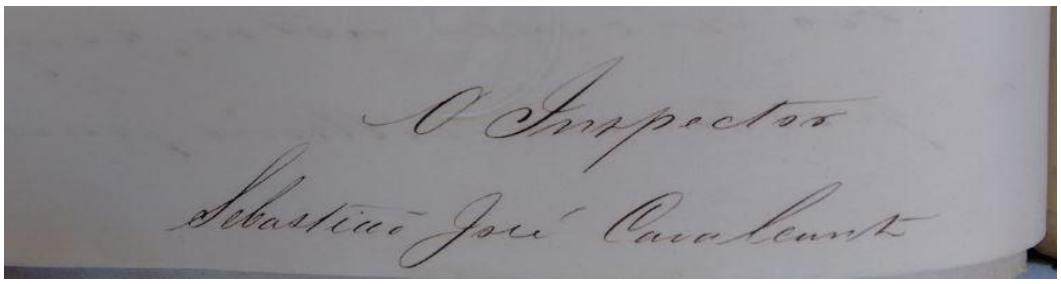
FOTOGRAFIA 6 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI ASSINANDO COMO CHEFE DA SEÇÃO DA TESOURARIA DO PARANÁ OITOCENTISTA



FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0043, 1857, p. 306.

NOTA: Na transcrição lê-se: “Primeira seção da Tesouraria provincial do Paraná. 10 de junho de 1857. O Chefe. Sebastião José Cavalcanti”.

FOTOGRAFIA 7 – SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI ASSINANDO COMO INSPETOR DA TESOURARIA DO PARANÁ OITOCENTISTA



FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0162, 1863, p. 150.

NOTA: Na transcrição lê-se: “O Inspetor. Sebastião José Cavalcanti”.

Ainda trazendo à luz a abertura e variedade de cargos com base em sua atuação profissional em intercâmbio com as outras províncias brasileiras, há o ofício, datado de 1864, em que Sebastião José Cavalcanti se identifica como capitão da segunda companhia de batalhão da reserva da guarda nacional do município da capital, e relata que vai para a Província de Minas Gerais servir na qualidade de inspetor da Tesouraria da Fazenda[144]. Três anos depois, há o informe publicado no *Dezenove de Dezembro* de que, por decreto, o autor da *Grammatica da Lingua*

[144] Sebastião José Cavalcanti se identifica como capitão da segunda companhia de batalhão da reserva da guarda nacional. Relata que iria para a Província de Minas Gerais servir de inspetor da Tesouraria da Fazenda. AP 0195, 1864, p. 30.

Nacional foi nomeado para servir o lugar de inspetor da Tesouraria do Ceará[145].

Seguindo o apresentar de seu nome no periódico da Typographia Paranaense, com intuito de conhecer o que se tornava público de sua trajetória profissional inserida na conjuntura econômica do Paraná Província, foi observado que seu nome aparece pela última vez antes do término do Brasil como Império, em 1877, já fora do recorte temporal da pesquisa desta dissertação, quando Justiniano de Mello e Silva, secretário da província, informa que concedeu "passagem para a corte ao capitão da reserva nacional desta capital", Sebastião José Cavalcanti[146].

Na busca de tentar identificar o tecido social público do autor através das fontes utilizadas no *Dezenove de Dezembro*, relatórios dos agentes atuantes na administração pública provincial e cartas enviadas e recebidas pelo governo, afere-se que, antes de vir à luz da instrução o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná*, este produzido para a província paranaense, o autor *Luiz de França Almeida e Sá* é citado pela primeira vez em publicação no periódico em 1869, em que consta que fez exame teórico pretendendo o título de agrimensor[147]. Em 1870, conforme nota da promotoria pública, é aprovado, nomeado e toma posse do cargo de promotor público interino da comarca da província paranaense[148].

Múltiplas funções e cargos continuam a serem-lhe concedidos e por ele aceitos, vindo os fatos ao conhecimento público pelo *Dezenove de Dezembro*, a exemplo de quando também foi nomeado e tomou posse dos cargos de curador geral de órfãos e promotor fiscal de capelas e resíduos[149]. Nesta circunstância foi encontrado, dentre as raras correspondências sobre Luiz de França Almeida e Sá presentes no Arquivo Público do Paraná, um ofício que ele escreve ao vice-presidente da província, Agostinho Ermelino de Leão, em 6 de setembro de 1870, informando que possuía a honra de comunicar que entrou em exercício nos cargos de Curador Geral de órfãos e "Promotor de Residências e Capelas, deste termo para que fui nomeado"[150].

Ainda em 1870, o jornal expõe nota na qual informa que o cidadão e

---

[145] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0846, 11 dez. 1867, p. 4.
[146] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1842, 19 set. 1877, p. 2.
[147] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1012, 21 jul. 1869, p. 3.
[148] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1071, 16 fev. 1870, p. 3.
[149] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1073, 23 fev. 1870, p. 04.
[150] Luiz de França Almeida e Sá entrou em exercício nos cargos de Curador Geral de órfãos e Promotor de Residências e Capelas. AP 0340, 1870, p. 21 e 22.

agrimensor Luiz de França Almeida e Sá fora nomeado como examinador de alunos que seriam habilitados nas matérias do ensino subvencionado da província, ficando responsável pelas matérias de português e aritmética[151]. Curiosamente, por este serviço, o senhor Joaquim Taborda Ribas vem pela imprensa agradecer ao empenho ao ex-professor Luiz de França Almeida e Sá, pelos esforços que empregou durante o tempo em que lecionou para seu filho, que observou resultados satisfatórios na aprendizagem[152].

Quando Luiz de França Almeida e Sá informa o seu interesse e solicita por ofício ao inspetor geral da instrução pública que lhe fosse concedida a demissão de um cargo, o de Secretário da Instrução Pública, "para o qual teve a honra de ser nomeado", é por motivo singular de vir a ausentar-se da cidade "tendo em vista imprimir na Marinha seu Compendio da Geographia desta província"[153]. Em uma pequena nota no *Dezenove de Dezembro* há a informação sobre a concessão da demissão[154].

A Fotografia 8 apresenta a assinatura de Luiz de França Almeida e Sá ao informar a necessidade de se ausentar do Paraná com o intuito de editar seu manual escolar. Vê-se que é utilizado o selo de 200 réis do Império do Brasil.

FOTOGRAFIA 8 – ASSINATURA DO AUTOR DO COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

FONTE: Arquivo Público do Paraná, 0348,1870, p. 167.

NOTA: Na transcrição lê-se: "Curitiba, 16 de novembro de 1870. Luiz de França Almeida e Sá".

[151] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1148, 12 nov. 1870, p. 03.
[152] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1151, 23 nov. 1870, p. 04.
[153] Concedida a demissão do cargo de Secretário da Instrução Pública de Luiz de França Almeida e Sá. AP 0348, 1870, p. 167.
[154] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1162, 31 dez. 1870, p. 01.

Recordando o que diz Alain Choppin (2002, p. 13), “os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada”. Ao observarmos no impresso suas diferenciações tipográficas e protocolos de leitura, foi possível identificar particularidades na exposição do autor e proposta da confecção do compêndio, informações estas que desenham o tipo de produto almejado para exposição de obras no mercado editorial nas Províncias do Rio de Janeiro e do Paraná.

O exemplar do *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, acessado pessoalmente, foi encontrado no Museu Paranaense, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e na Biblioteca Pública do Paraná, na seção Paranaense[155]. Com o livro em mãos[156], vê-se que logo na capa é identificado o autor pelo nome completo e os múltiplos cargos em que já atuou:

> Agrimensor titulado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Solicitador provisionado dos auditórios de Curitiba e S. José do Pinhais, Secretário da Instrução Pública da Província do Paraná, Curador Geral de Órfãos e Promotor Fiscal de Resíduos e Capelas do termo da capital, ex Promotor Público interino da comarca de Curitiba, ex Professor da cadeira de Português e Religião do Colégio subvencionado pela província, ex empregado da Estrada de Ferro de D. Pedro II e da Recebedoria do Município, etc.[157]

Na capa também consta a editora, que expõe que o livro não foi impresso no Paraná, mas sim na editora Eduardo & Henrique Laemmert, do Rio de Janeiro. Essa escolha de procurar uma tipografia externa pode implicar uma influência extraprovincial às obras didáticas locais, devido às marcas de impressão confeccionadas. Ainda na capa, observa-se que o tipo de letra mais utilizado foi a letra bastão, com um estilo mais rebuscado na apresentação do nome do autor. A caixa-alta é empregada apenas no título do livro e na identificação do local e nome da editora. Possui margens decorativas que simulam lanças em cruz — esse registro

---

[155] Ao qual pertence a capa do exemplar exposta neste trabalho na Fotografia 9, e a nota ao leitor na Fotografia 10. No Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o exemplar foi encontrado no acervo Júlio Estrella Moreira, uma compilação de títulos encadernados juntos, na qual o *Compendio da Geographia da Província do Paraná* era o último. Os compêndios de autoria de Luiz de França Almeida e Sá encontrados foram fotografados na íntegra apenas com o objetivo de acervo pessoal e pesquisa.

[156] Sobre as obras *Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa* de João Baptista Brandão de Proença, *Compêndio de Arithmética Prática* de Manoel Augusto de Figueiredo, e *Grammática da Língua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti, não foram encontrados exemplares após buscas realizadas pessoalmente nas bibliotecas listadas nos apêndices II e III.

[157] Capa do livro *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, 1870.

marcadamente segue os tipos das ilustrações do período imperial, que absorvem estéticas românticas, realistas e simbolistas.

Para a exposição do conteúdo no interior da obra o tipo de letra impressa utilizada também é a bastão (ou de forma). O livro possui 88 páginas. Após a dedicatória, o autor apresenta uma nota ao leitor[158], esta, particularmente, impressa em letra cursiva com estilo rebuscado, ao qual expõe o conteúdo e intenção de seu trabalho:

> Ao leitor. Não publico novidades, pelo contrário, o que se encontra neste livro é o que consta na legislação provincial e relatório da presidência, e das explorações feitas nesta esperançosa província. O que fiz foi apenas reunir todos os dados existentes, e consigná-los neste meu primeiro trabalho, facilitando assim o estudo da geografia desta importante região. Se tiver ele algum mérito e merecer a vossa aceitação, terei com isso grande prazer; se, porém, assim não acontecer, resta-me a boa vontade com que o empreendi. 11 de novembro de 1870. Luiz de França Almeida e Sá.[159]

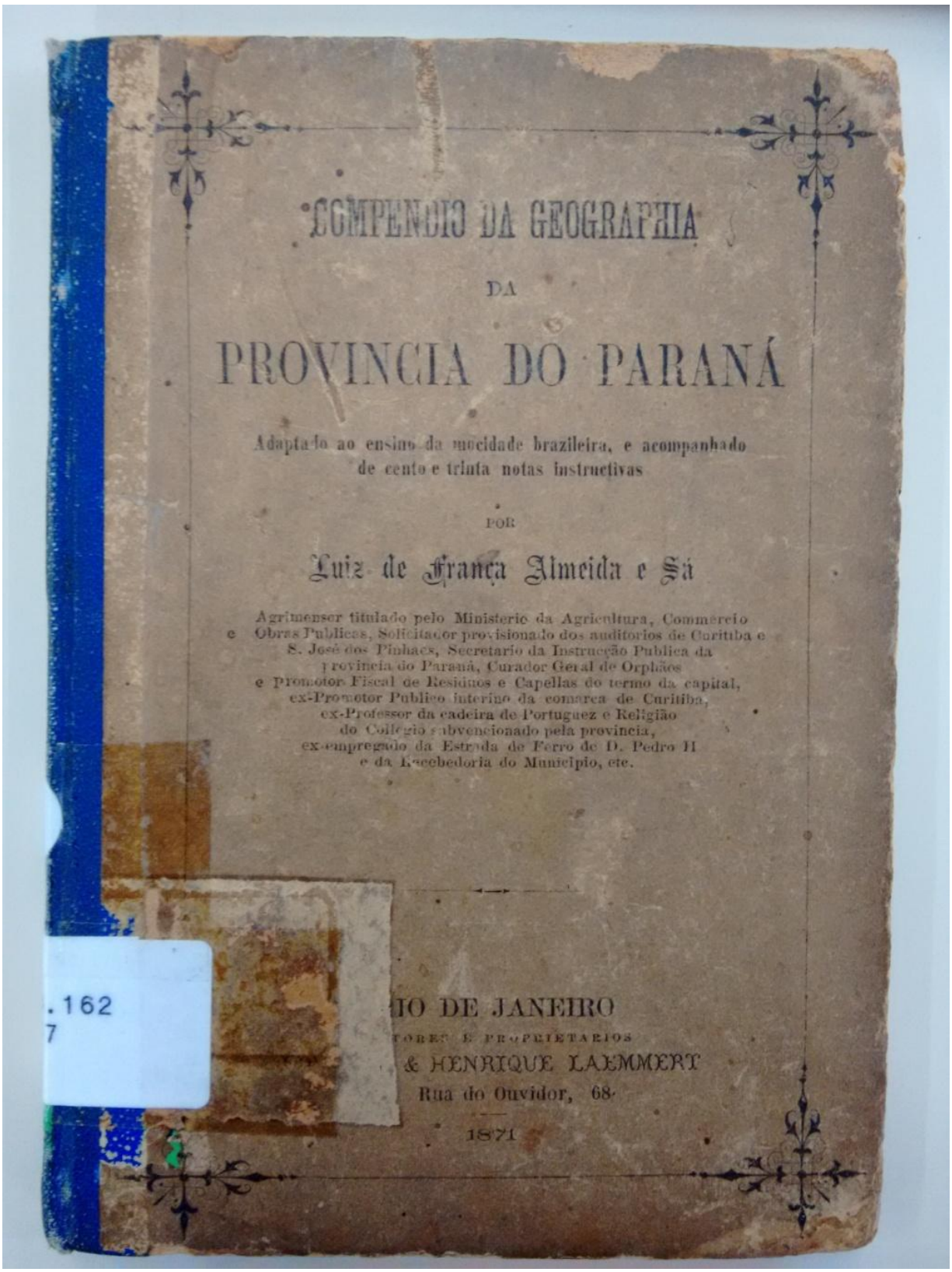
Quando o livro saiu à luz para as vendas, em 1870, foram publicadas no *Dezenove de Dezembro* as atribuições do autor e uma breve descrição de que o compêndio também possuía 130 notas instrutivas "e de uma notícia histórica da fortaleza da barra". A nota aproveita também para convidar à coleta de assinatura do autor por quem tivesse interesse de obtê-la, sendo ela distribuída na casa de Luiz de França Almeida e Sá, "em frente a tipografia deste jornal"[160].

Em 1873, uma publicação que expunha características da província paranaense, utiliza o livro escolar *Compendio da Geographia da Província do Paraná* como referência ao explanar no periódico as províncias que faziam limite com o Paraná. A publicação aproveita para subescrever pequena crítica positiva ao "Luiz de França Almeida de Sá, autor de um resumido, mas curioso e estimável Compêndio"[161].

---

[158] Exposta neste trabalho na Fotografia 10.
[159] Página "Ao Leitor" do livro *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, 1870.
[160] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1147, 9 nov. 1870.
[161] *Dezenove de Dezembro*, ed. 01429, 16 ago. 1873, p. 03.

FOTOGRAFIA 9 – CAPA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870


COMPENDIO DA GEOGRAPHIA

DA

PROVINCIA DO PARANÁ

Adaptado ao ensino da mocidade brazileira, e acompanhado de cento e trinta notas instructivas

POR

Luiz de França Almeida e Sá

Agrimensor titulado pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Solicitador provisionado dos auditorios de Curityba e S. José dos Pinhaes, Secretario da Instrucção Publica da provincia do Paraná, Curador Geral de Orphãos e Promotor Fiscal de Resíduos e Capellas do termo da capital, ex-Promotor Publico interino da comarca de Curityba, ex-Professor da cadeira de Portuguez e Religião do Collegio subvencionado pela provincia, ex-empregado da Estrada de Ferro de D. Pedro II e da Recebedoria do Municipio, etc.

.162
7

IO DE JANEIRO

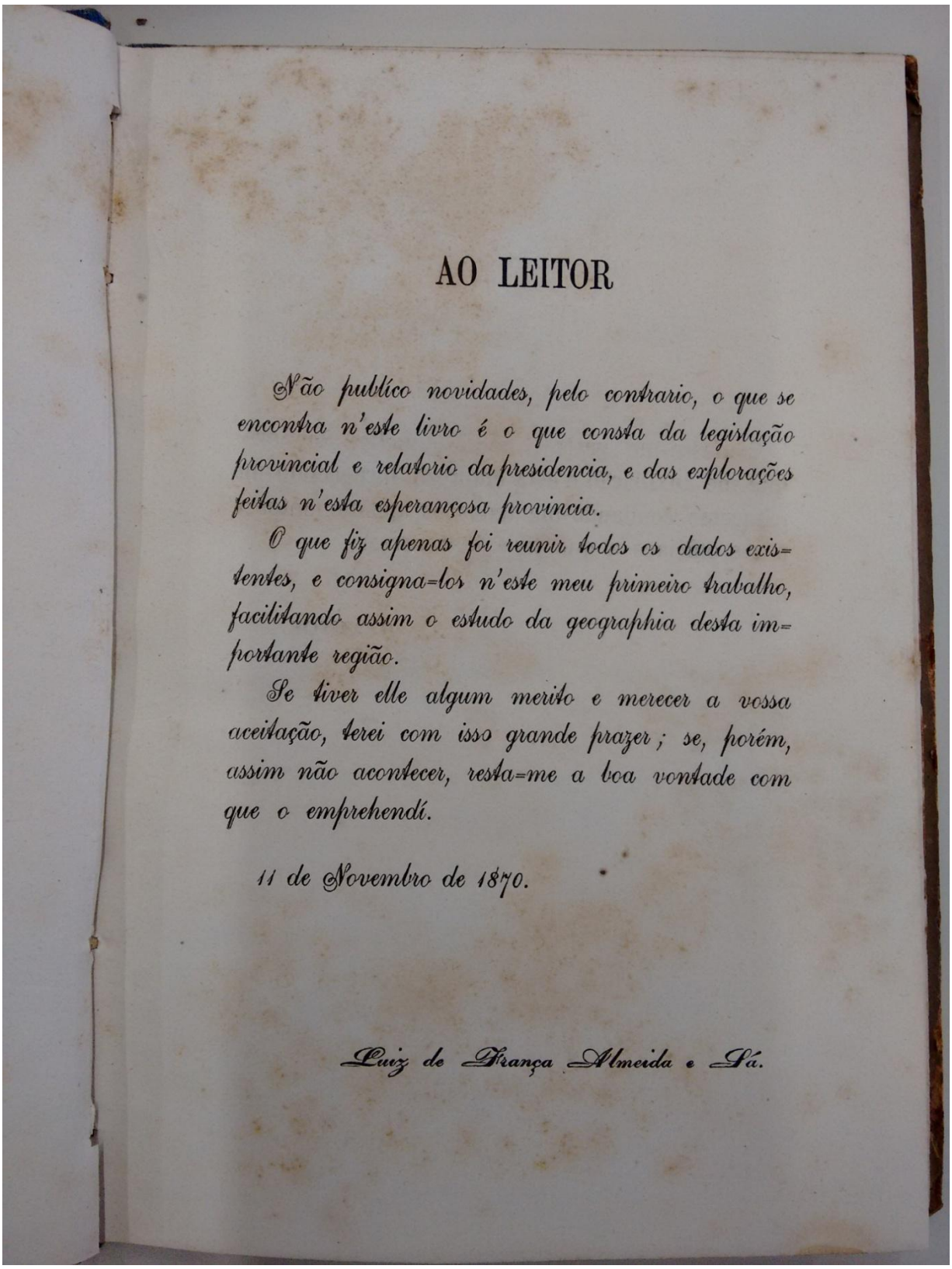
& HENRIQUE LAEMMERT

Rua do Ouvidor, 68

1871

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná — Seção Paranaense.

FOTOGRAFIA 10 – PÁGINA “AO LEITOR” DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870



AO LEITOR

Não publico novidades, pelo contrario, o que se encontra n'este livro é o que consta da legislação provincial e relatorio da presidencia, e das explorações feitas n'esta esperançosa provincia.

O que fiz apenas foi reunir todos os dados existentes, e consigna-los n'este meu primeiro trabalho, facilitando assim o estudo da geographia desta importante região.

Se tiver elle algum merito e merecer a vossa aceitação, terei com isso grande prazer; se, porém, assim não acontecer, resta-me a boa vontade com que o emprehendí.

11 de Novembro de 1870.

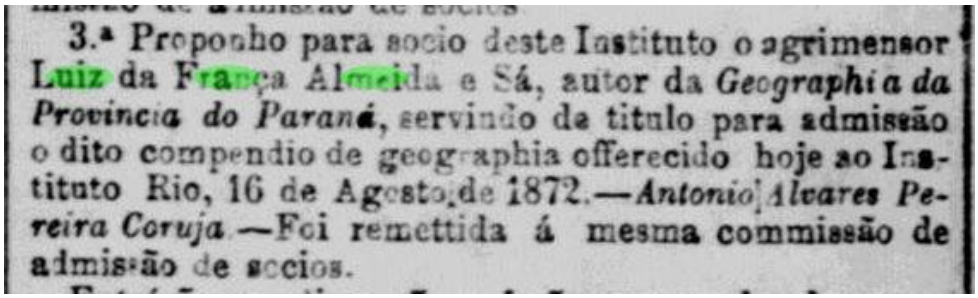
Luiz de França Almeida e Sá.

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná — Seção Paranaense.

Não foi encontrado o porquê da escolha do autor de imprimir seu compêndio fora da província, nem se visualizou essa informação na análise do exemplar do livro físico; porém, outras marcas puderam ser identificadas ao averiguar periódicos para além do *Dezenove de Dezembro* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil[162].

Tanto o *Correio do Brazil* (RJ)[163] como o *Diário do Rio de Janeiro*[164] e *Jornal do Commercio* (RJ)[165], todos com publicações na data de 26 de agosto de 1872, apresentaram o mesmo texto, no qual exibiam que em 16 de agosto daquele ano foi realizada uma sessão no Instituto Historico e Geographico Brazileiro, estando presente o Imperador e presidindo-a o Sr. Visconde de Sapucahy. Nesta circunstância foi dito que, com intuito de tornar-se sócio, e tomando a ação como proposta, Luiz de França Almeida e Sá, por intermédio do Sr. Antonio Alves Pereira Coruja[166], ofereceu ao IHGB[167] um exemplar do *Compendio da Geographia da Província do Paraná*.

IMAGEM 5 – PROPOSTA DE LUIZ DA FRANÇA ALMEIDA E SÁ PARA TORNAR-SE SÓCIO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO



3.ª Proponho para socio deste Instituto o agrimensor Luiz da França Almeida e Sá, autor da *Geographia da Provincia do Paraná*, servindo de titulo para admissão o dito compendio de geographia offerecido hoje ao Instituto Rio, 16 de Agosto de 1872.—*Antonio Alvares Pereira Coruja*.—Foi remettida á mesma commissão de admissão de socios.

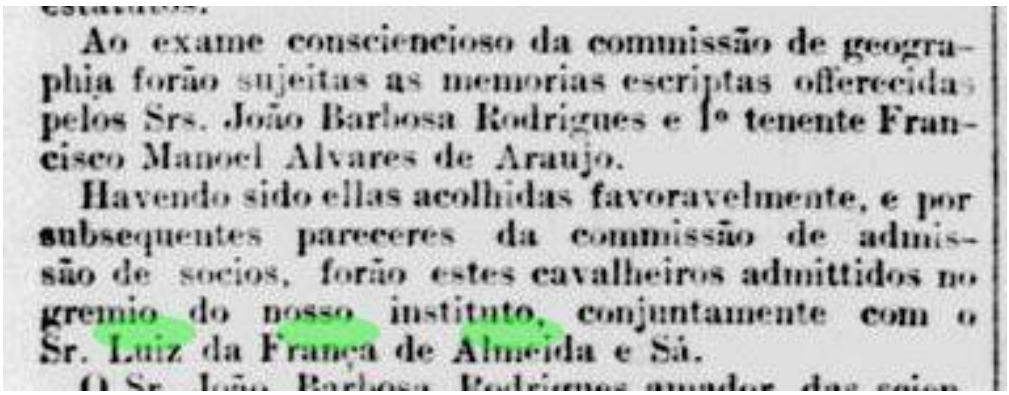
FONTE: 1872, ed. 00237, 26 ago. 1872, p. 1.

Apenas em 19 de dezembro de 1876 foi publicado no *Jornal do Commercio* que, novamente em sessão magna do IHGB, em 15 de dezembro daquele ano, tendo sido a obra aprovada, Luiz de França Almeida e Sá foi admitido como sócio.

---

[162] Realizada a busca utilizando como palavra-chave o nome do autor, Luiz de França Almeida e Sá.
[163] Ano 1872, edição 00237, 26 ago. 1872, p. 1. Encontrada na seção em destaque sobre o Instituto Historico e Geographico Brazileiro.
[164] Ano 1872, edição 00232, 26 ago. 1872, p. 2.
[165] Encontrada na seção "Gazetilha", logo na primeira página. Era distribuído para a Corte e Nitherohy, 1872, edição 00238A, 26 ago. 1872, p. 1.
[166] Autor de uma Arithmetica, História do Brasil e da Grammatica de Língua Nacional. Estes livros foram utilizados na instrução primária na Província do Paraná.
[167] Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

IMAGEM 6 – LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ É ADMITIDO COMO SÓCIO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO



Ao exame conscienciosa da commissão de geographia forão sujeitas as memorias escriptas offerecidas pelos Srs. João Barbosa Rodrigues e 1º tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo.

Havendo sido ellas acolhidas favoravelmente, e por subsequentes pareceres da commissão de admissão de socios, forão estes cavalheiros admittidos no gremio do nosso instituto, conjuntamente com o Sr. Luiz da França de Almeida e Sá.

FONTE: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1876, ed. 00352, 19 dez. 1876, p. 5.

Destarte, o livro publicado serviu-lhe de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, razão que pode, inclusive, ter pesado na sua escolha por publicá-lo na Corte e não na Província tema do seu impresso. É passível de entendimento, ainda, que tornar-se membro do IHGB era visto, pelo próprio autor, como uma honraria que poderia trazer-lhe alguma notoriedade. Essa autoafirmação de prestígio pode ser visualizada na forma como inclui na capa de um exemplar de seu compêndio, manualmente, antes de qualquer descrição de sua apresentação: “Membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro”[168].

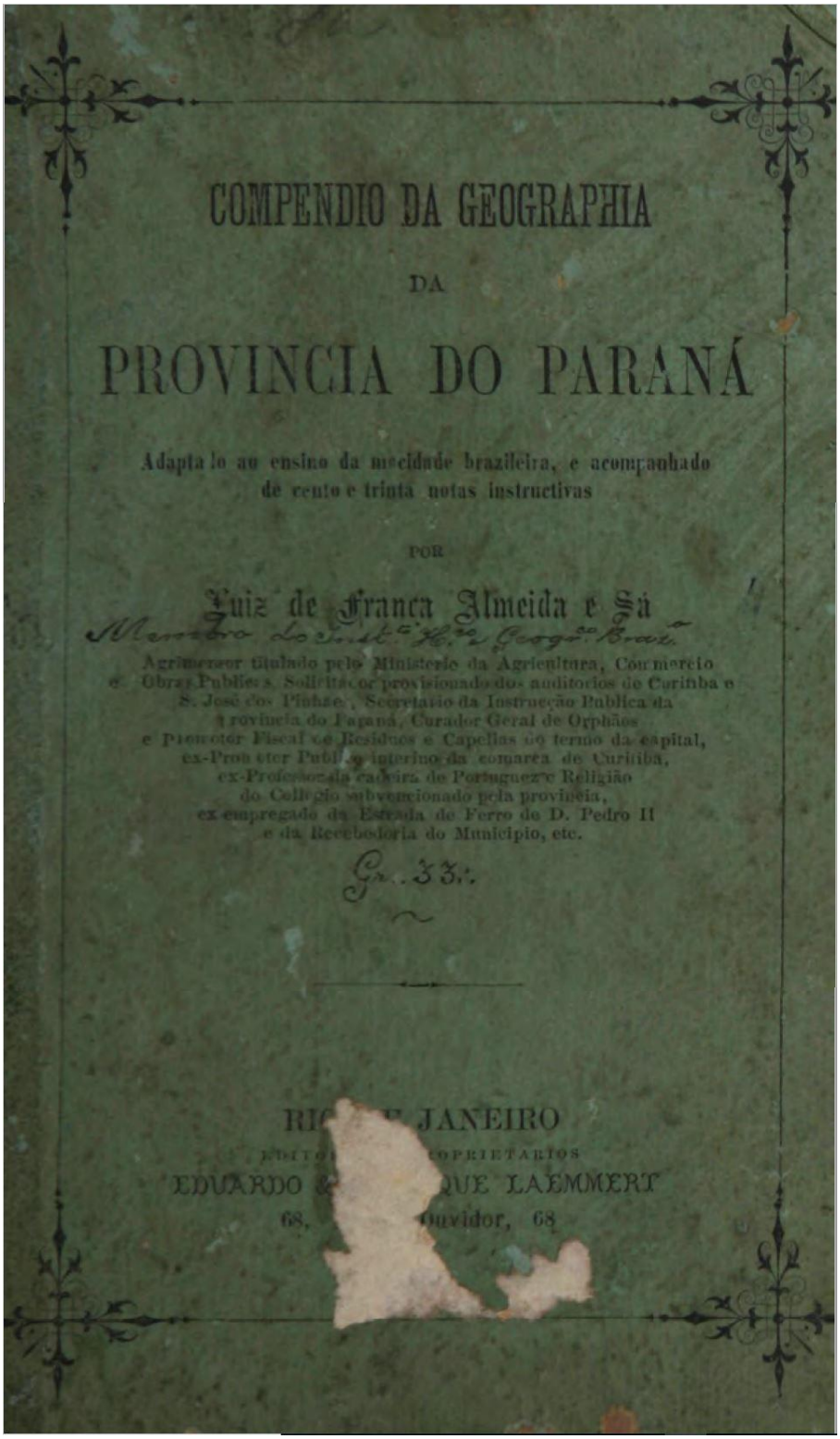
Após buscas em bibliotecas internacionais[169], através dos acervos *online* e contatos via e-mail, a La Trobe University, de Melbourne (Austrália) apresentou um exemplar com detalhes relevantes sobre a obra e o autor. Vamos a eles.

---

[168] Ver Imagem 7.

[169] Após as buscas, foi encontrado, novamente, somente o livro *Compendio da Geographia da Província do Paraná*. A maioria das bibliotecas que retornaram informando possuírem o compêndio disponibilizam um *link* de acesso que direciona ao exemplar catalogado na biblioteca de Harvard University, EUA (este com marcas tipográficas semelhantes ao da Biblioteca Pública do Paraná, já apresentado). Outras possuem apenas o exemplar impresso, não disponibilizando seu acesso virtual. A pesquisa foi realizada em países que possuem diálogos de pesquisas de diversas áreas intelectuais com o Brasil, as quais dão indícios de banco de dados e acervos de obras brasileiras. Após indicação de busca em sites de catálogos internacionais *online*, passada a mim via e-mail pelas universidades de Camberra, na Austrália, Yale University, nos EUA, Universidade de Birmingham e Universidade de Cambridge, no Reino Unido, pesquisei nos seguintes sites: http://trove.nla.gov.au/, www.worldcat.org e copac.ac.uk. Por meio dessas consultas, encontrei na La Trobe University, de Melbourne (Austrália) (ver imagem 7).
No apêndice III desta dissertação consta a lista completa das bibliotecas internacionais consultadas, com seus respectivos resultados.

IMAGEM 7 – CAPA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE AUTORIA DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1870

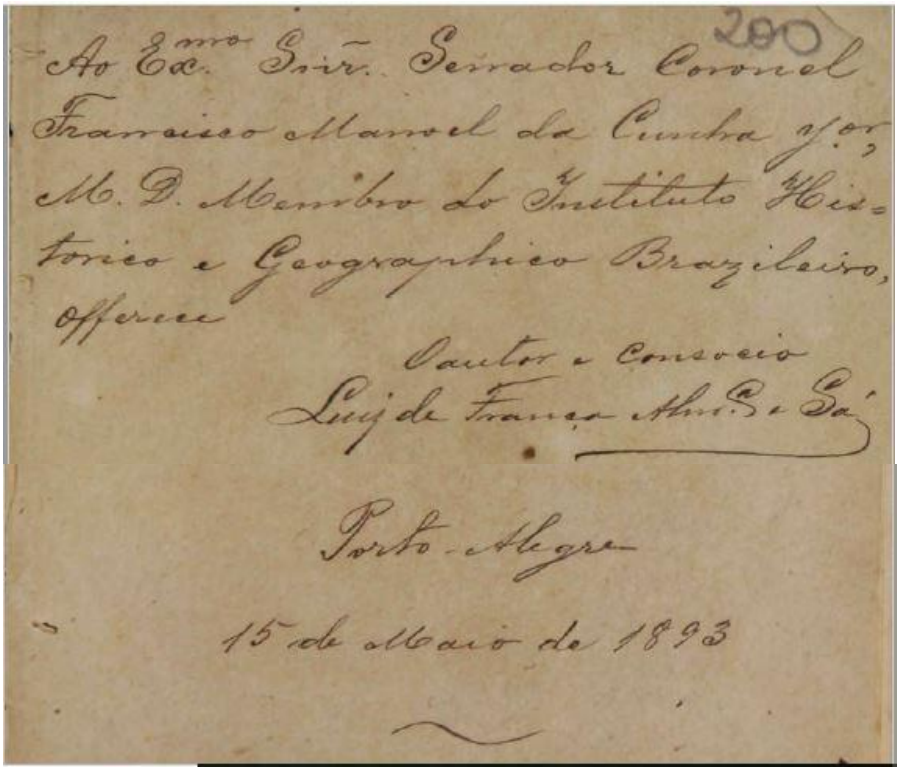


FONTE: Acervo da Biblioteca da La Trobe University, de Melbourne, Austrália.

Além da informação incluída, manuscrita, logo na capa, Luiz da França Almeida e Sá escreve, 13 anos após a publicação de sua obra, singela dedicatória[170] na página 2, que tende ao sentido de para quem se destina aquela unidade. O presenteado foi o "Exm. Sr. Senador e Coronel Francisco Manoel da Cunha Junior". Nas poucas linhas escritas manualmente, o conteúdo basicamente refere-se à saudação de um membro do IHGB. Ao fim, o destinatário assina: "O autor e Consocio".

Reitere-se que o exemplar é datado de 1893, período em que o Brasil já era uma República, e o livro já possuía duas décadas a contar da publicação. Conforme a data de admissão, publicado no *Jornal do Commercio* (RJ), desde 1876 o autor já era sócio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro; porém, apesar dos vastos anos passados, a autoestima de seu trabalho e do pertencimento de sua rede de sociabilidade permanecia.

IMAGEM 8 – DEDICATÓRIA E ASSINATURA DO AUTOR LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ, 1893



FONTE: Acervo da Biblioteca da La Trobe University, de Melbourne, Austrália.
NOTA: Na transcrição lê-se: "Ao Exm. Sr. Senador Coronel Francisco Manoel da Cunha Junior, M.D. Membro do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, offerece. O autor e consocio Luiz de França Almeida e Sá. Porto Alegre 15 de maio de 1893".

[170] Imagem 8.

Esses tecidos sociais em aspecto profissional destes autores de manuais escolares para a instrução primária da Província do Paraná na segunda metade do século XIX levam ao resgate das conclusões de Franciele Ferreira França e Etienne Baldez Louzada Barbosa (2015) de que, dentre os diálogos, o exercício de múltiplos cargos — tanto no aspecto da instrução como no funcionalismo público ligado à administração — e o ensejo de redigir obras que agregassem informação e qualidade ao ensino para a mocidade, são apontadas evidências determinantes no auxílio da "constituição de uma *cultura material escolar* por meio da determinação, adoção e apropriação destes livros" (FRANÇA; BARBOSA, 2015, p. 12, grifo das autoras), que se prolongava para além da sala de aula, sendo inserida à cultura escolar da instrução pública da província através das relações sociais desenvolvidas entre os personagens que ocupavam posições de professores, inspetores, e presidentes da província.

Segundo Diana Gonçalves Vidal (2009), a ideia da *cultura material escolar* parte do princípio do abarcamento dos artefatos que proporcionam a possibilidade da escrita e leitura, cuja ação vai além do ensino no interior das salas de aula. Considerados "em sua materialidade, os objetos da escrita permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, mas o entendimento do conjunto de afazeres ativados no interior da escola" (VIDAL, 2009, p. 31). Observando o contexto dos processos comunicativo e funcional da instrução pública paranaense, *a cultura material escolar* envolve toda uma conjuntura das práticas organizacionais e deliberativas voltadas ao ensino.

O papel do sujeito atuante na instrução pública do Paraná oitocentista certamente é o alicerce do funcionamento do ensino. Cabe dar destaque ao cargo de professor exercido temporariamente ou efetivamente pelos autores dos livros de produção local, quando mencionados publicamente, bem requisitados, que se encaixam no perfil explanado por Franciele França (2014) referente aos "modos de existir". Este professor da segunda metade do século XIX, conforme a autora, possui o vínculo profissional com a administração pública, comprovadamente exposto nas leituras contínuas dos relatórios da instrução e das cartas de correspondência do governo.

Em concordância com a colocação das autoras Teixeira e Schueler (2008) sobre livros para a escola primária no Rio de Janeiro no Brasil Imperial, com a análise dos personagens autores de manuais escolares para a instrução pública

primária paranaense na segunda metade do século XIX, vê-se que os autores, aparentemente, possuíam a característica de atuantes no ensino, com perspectiva de proporcionar através de seus trabalhos um modo de contribuição para o aperfeiçoamento e ampliação da escolarização e do acesso aos direitos e deveres dos leitores como cidadãos. Claramente foi possível avistar uma abertura à consolidação desse intuito através da escrita de impressos a partir da expansão do mercado editorial e com a consolidação de editoras e livrarias interessadas no ramo dos livros escolares, em parceria com a administração de suas referidas províncias.

1.4 UM TIPÓGRAFO PARA O CIRCUITO DO MERCADO EDITORIAL ESCOLAR DA PROVÍNCIA PARANAENSE.

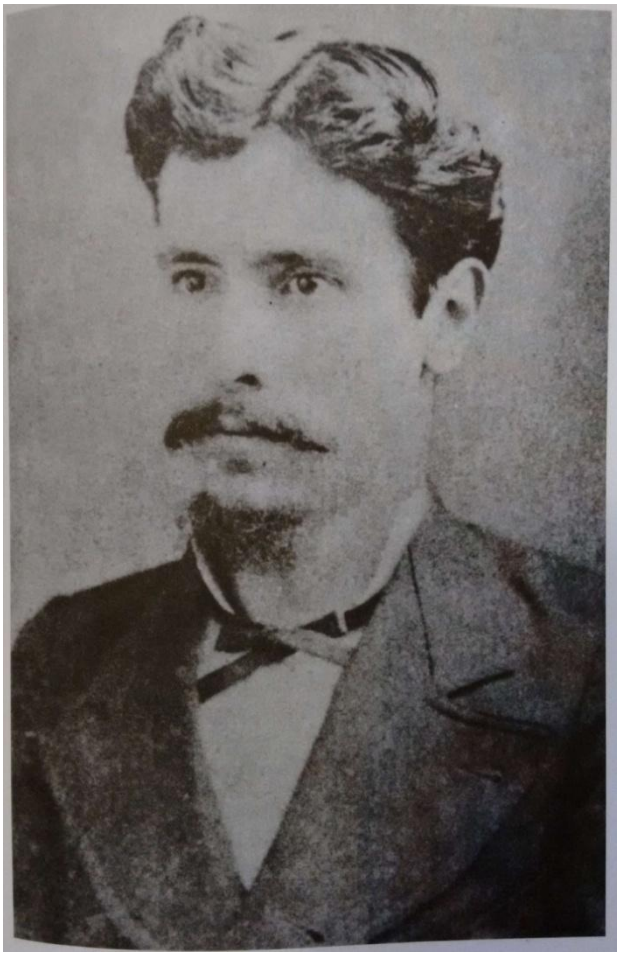
Assim como constado por Odaléia Alves da Costa (2013) em sua pesquisa sobre livros escolares na Província do Maranhão no período de 1861 a 1881, quando foi implantada a imprensa tipográfica local, percebeu-se haver a autoprodução dos manuais e também a tradução de obras universais. Assim como ocorrido no Maranhão, a governança do Paraná provincial também almejava a quebra da dependência externa de suas impressões, pretendendo o livre-arbítrio de tornar públicos, à mercê das próprias intenções políticas, os atos governamentais e obras paranaenses — entrando nestas publicações os livros escolares.

Antes da instalação da Província do Paraná, os atos do governo da 5ª Comarca de Curitiba eram publicados pelos periódicos paulistanos, já que essa pertencia à Província de São Paulo. Após o Paraná tornar-se província, em 19 de dezembro de 1853, o Conselheiro Zacarias Góes e Vasconcelos, inaugurando o governo ao ser o primeiro presidente provincial, age motivado pelo plano emancipatório de publicações — principalmente dos atos de governo, ao, conforme as falas de Osvaldo Pilotto (1976, p. 7) “incluir entre as suas primeiras providências a criação de uma impressora, a fim de atender as necessidades da administração, relativamente à publicação dos atos oficiais”. Quem atendeu essa exigência em primeira instância foi Candido Martins Lopes, ao instalar a Typographia Paranaense.

O ponto de partida foi o princípio da prosopografia apresentado por Lawrence Stone (2011), em que por meio de levantamento de informações sobre a vida do personagem editor inserido na conjuntura de meios de sua época — sendo eles políticos, sociais, culturais e econômicos — são combinados e examinados os

vários diálogos com personagens que conviveram e atuaram ativamente junto a sua vida pública. Este caminho pode levar a visualizar o possível cenário profissional em que busco apresentar o primeiro editor da Província do Paraná. Foram cotejados nesta investigação as cartas de correspondências, os relatórios da província, e as consultas em pesquisas historiográficas que já relataram a vida desse personagem, como trabalhos de Osvaldo Pilotto e Newton Isaac da Silva Carneiro, além, certamente, do jornal de autoria de Candido Martins Lopes, o *Dezenove de Dezembro*[171].

IMAGEM 9 – CANDIDO MARTINS LOPES



FONTE: LOPES (2002, p. 25).

O senhor Candido Martins Lopes nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de

[171] O *Dezenove de Dezembro* surgiu exatamente por conta dessa proposta de independência de publicação dos atos do governo da província ao firmar o seu protagonismo, como consta nos apontamentos de Carlos Eduardo Vieira (2013) e logo na primeira página da primeira edição do periódico, em 1854. Porém, abordo esse assunto no capítulo dois, ao tratar a atuação do *Dezenove de Dezembro* como “imprensa” na divulgação dos livros.

fevereiro de 1808. Casou-se com a senhora Dona Gertrudes da Silva Lopes, em 14 de maio de 1836. Mesmo antes de sua mudança para a província paranaense, dedicava-se "aos trabalhos da imprensa, ora na corte, ora na capital da província do Rio de Janeiro"[172], ou seja, em Niterói, onde residia e possuía a Typographia Lopes, "num prédio situado na praça fronteira à Estação das Barcas" (PILOTTO, 1976, p. 7).

Assim que foi decretada a criação da província paranaense, Candido Martins Lopes mudou-se com sua família para Curitiba e, logo após sua instalação, fundou um estabelecimento tipográfico, fazendo publicar o primeiro jornal do Paraná, o *Dezenove de Dezembro*, em 1 de abril de 1854[173]. Além de sua família, Lopes convidara e trouxera consigo de Niterói seu ajudante e tipógrafo, João Luiz Pereira, "que prestou serviços ao 'Dezenove de Dezembro' durante trinta e quatro anos, desde a fundação do periódico até a morte desse profissional ocorrida a 14 de fevereiro de 1888." (PILOTTO, 1976, p. 8).

Através das leituras das correspondências de governo — sendo Lopes por vezes destinatário ou remetente — e do periódico por ele publicado, vê-se que o primeiro editor da Província do Paraná possuía desenvoltura funcional para além da tipográfica, e que suas relações para com a administração pública fluíam por meio de diálogos e posições políticas, tornando-o um homem que realizou múltiplas funções. Das publicadas em edital pelo periódico de sua tipografia, podem-se elencar algumas, por exemplo, em outubro de 1855 foi nomeado promotor público interino da comarca[174], mas logo em dezembro do mesmo ano solicitou demissão deste cargo[175]. Em setembro de 1860 aparece no jornal que ele estava participando de eleições para vereador. Dos resultados, ficou como o 5º mais votado com a quantidade de 938 votos[176]. No mês seguinte da publicação de sua candidatura, o Presidente da Província, sob proposta do chefe de polícia, nomeou Candido Martins Lopes para o cargo de subdelegado de polícia da capital da província paranaense[177]. Já em abril de 1871, foi nomeado pelo Presidente da Província para

---

[172] Informações retiradas da edição 1264, do dia 3 de janeiro de 1872. Nesta, a primeira página inteira (quatro colunas) do *Dezenove de Dezembro* foi dedicada para homenagear Candido Martins Lopes, já que esta foi a edição seguinte ao de seu falecimento.
[173] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1.
[174] *Dezenove de Dezembro*, ed. 30, 24 out. 1855, p. 2.
[175] *Dezenove de Dezembro*, ed. 39, 26 dez. 1855, p. 3.
[176] *Dezenove de Dezembro*, ed. 255, 15 set. 1860, p. 3.
[177] *Dezenove de Dezembro*, ed. 261, 6 out. 1860, p. 01.

exercer o cargo de procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda[178].

Através das leituras de suas correspondências trocadas com a administração provincial, ou nas quais ele foi mencionado, hoje disponibilizadas em acervo no Arquivo Público do Paraná, é possível identificar outros cargos que esse senhor assumiu, a exemplo de julho de 1866, quando escrevem ao então vice-presidente da província, senhor Agostinho Ermelino de Leão, que Candido Martins Lopes "prestou juramento do cargo de 5º suplente do Juiz Municipal[179]. Ainda em 1866, aparecendo um novo cargo que ele assumira, o próprio Lopes escreve ao presidente da província — curiosamente, o texto é redigido em terceira pessoa — pedindo exoneração do cargo de 5º suplente do Delegado de Polícia, pelo principal motivo de problemas de saúde, quando diz que tem sido "ultimamente acometido de um ataque asthmático" e complementa que estava passando por dificuldade de tratamento, já que desconhecia quem o pudesse substituir em suas funções[180].

Mesmo assumindo a vida pública vinculado a cargos junto à política e às organizações da administração provincial, nunca deixou de estar à frente de sua tipografia, revelando em março de 1868, por ofício enviado a José Feliciano Horta de Araújo, presidente da província, estar honrado que "tem sido devidamente" cumprido o contrato firmado com a administração da província[181].

Candido Martins Lopes, haja vista os apontamentos que as fontes trazem à luz, foi um sujeito com múltiplos cargos e atuante na vida política e da administração pública junto ao governo da Província do Paraná, além de ter sido o precursor da tipografia e imprensa local, sendo ele o tipógrafo de que se trata o terceiro momento do circuito de comunicação do mercado editorial do Paraná provincial referente aos livros escolares com produção local para o ensino primário.

Ele faleceu em decorrência de um ataque apoplético, em 27 de dezembro de 1871[182]. Em homenagem realizada pela viúva, familiares e amigos publicada na primeira edição de 1872, discorrem sobre Candido Martins Lopes como sujeito de

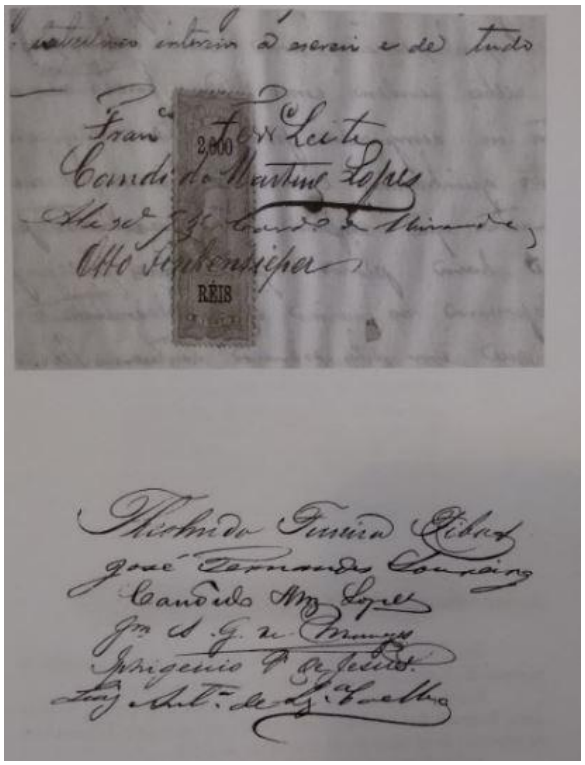
---

[178] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1190, 8 abr. 1871, p. 02.
[179] Candido Martins Lopes prestou juramento do cargo de 5º suplente do Juiz Municipal. AP 0238. Data 16 jul. 1866.
[180] Pede exoneração por problema de saúde, ataque asthmático. AP 0248. Data 19 maio 1866.
[181] Candido Martins Lopes informa que sempre cumpriu o contrato firmado com a administração da província. AP 0249, 25 mar. 1868.
[182] Informações retiradas do livro *Biografia ou Breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici* de Candido Martins Lopes, página 25, na apresentação escrita por Carlos Ravazzani e Iseu Affonso da Costa (2002, p. 23).

caráter exemplar, ao estilo de oração de despedida, apresentando aspectos de sua vida profissional e privada, a exemplo do seguinte trecho: “ainda o último brilho do astro não havia de todo desaparecido já a alma do nosso amigo caminhava para a eternidade. Pelas 06 horas da tarde, no trajeto de sua casa para a de uma de suas filhas, caiu para nunca mais erguer-se”[183].

Candido Martins Lopes teve dez filhos, dentre eles, “três do sexo masculino e sete do feminino”[184], e treze netos. De seus filhos, o seu nono, um homônimo, e autor do livro *Biografia ou Breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici*, optou por ter seu trabalho publicado no Rio de Janeiro, pela Typographia Escola de Serafim José Alves, em 1879. Esta escolha de um dos herdeiros de Lopes de editar sua obra fora da província paranaense reflete o apontamento de Newton Carneiro (1975) sobre a expressiva redução de publicação de livros no Paraná, principalmente de livros escolares para o ensino primário, após o falecimento de Candido Martins Lopes.

IMAGEM 10 – ASSINATURAS



FONTE: RAVAZZANI; COSTA (2002, p. 25).

[183] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1.
[184] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1.

NOTA: acima: assinatura de Candido Martins Lopes, fundador da Typographia Paranaense, em uma escritura de compra de uma escrava. Abaixo: assinatura de seu nono filho em uma ata da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, de 3 de agosto de 1878.

Outro de seus filhos que teve destaque na história da Typographia Paranaense foi Jesuíno da Silva Lopes, que na ocasião tinha 17 anos (PILOTTO, 1976, p. 10) e mais tarde viria a se tornar o editor, continuando o trabalho do seu pai. No entanto, logo de imediato, a viúva, Dona Gertrudes da Silva Lopes, que continuou com os trabalhos tipográficos, e conforme Osvaldo Pilotto (1976, p. 10) traz a informação, foi "auxiliada pelo já referido tipógrafo João Luiz Pereira, o qual tomou as funções de editor, até que Jesuíno Lopes considerou-se em condições de as assumir."

Candido Martins Lopes foi homenageado pela comunidade paranaense ao ter como seu nome a rua do endereço da Biblioteca Pública do Paraná, no centro da cidade de Curitiba. Além de que, como bem destaca Pilotto (1976, p.10), também teve a "sua indicação para patrono da Cadeira nº 02 da Academia Paranaense de Letras[185]".

1.4.1 A Typographia Paranaense a serviço de sua província.

[185] O fundador da cadeira foi Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938): "Destacou-se pelos excelentes conhecimentos que possuía sobre Geografia e Corografia do Paraná e do Brasil [...] Colaborou assiduamente na imprensa paranaense, publicando estudos e crônicas."; Primeiro ocupante foi Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955): "Exerceu diversos cargos públicos: procurador fiscal do Estado, procurador-geral da Justiça, diretor da Instrução Pública, professor de português na Escola Normal e no Ginásio Paranaense. Catedrático de Economia Política e Finanças na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado. Jurista de inteligência fulgurante, foi um dos autores dos códigos de processo criminal, civil e comercial. [...] Dedicou-se também à literatura, tanto em prosa quanto em verso."; O segundo ocupante foi Osvaldo Pilotto (1901-1993): "Dedicou-se inteiramente ao magistério. Professor e diretor do Instituto de Educação, catedrático da Universidade, lecionou várias disciplinas ao longo de uma profícua carreira. Dirigiu também a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Pública"; O terceiro ocupante foi: Luiz Romaguera Netto (1935-2004): "Bacharel em Direito pela UFPR, diplomado como técnico em administração de empresas, foi, por muitos anos, advogado do Banco Nacional de Habitação. Como resultado de sua especialização, publica, em 1973, o trabalho Classificação de Cargos na Administração de Recursos Humanos." O quarto e atual ocupante é Ernani Buchmann (1948): "Foi repórter da Rádio Clube Paranaense, revisor da Editora Laudes (RJ) e cronista de inúmeros jornais e revistas, como Correio de Notícias, Folha de Londrina, Panorama, Quem, Atenção, Paraná & Cia., Idéias e Gazeta do Povo, para a qual escreveu, em 2004, com Carneiro Neto e Vinicius Coelho, a série Casos e Acasos do Futebol Paranaense, em 20 fascículos. Trabalhou como produtor e comentarista em emissoras de rádio (Cultura, 96 FM e 91 Rock) e na TV (RIC, Band e SBT/PR)". (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2017).

Ao relatar sobre Candido Martins Lopes e o processo de constituição de seu trabalho tipográfico na província paranaense, Newton Carneiro (1975) coloca:

> Instado a deslocar-se para a nova província, não lhe foi difícil vender suas instalações para os seus concorrentes, os irmãos Quirino. Para Curitiba trouxera apenas, “pesada mesa de ferro com prancha para a composição e o tosco mecanismo que devia fixá-la. Por cima o rolo de correr; as caixinhas de tipo, algum material acessório, ferramentas”. Como o registra Saul Lupion Quadros (“Contribuição da Biblioteca Pública às Comemorações do 250º Aniversário de Curitiba”, Boletim da P.M.C., número 08 de março e abril de 1943). (CARNEIRO, 1975, p. 10).

A Typographia Paranaense imprimiu, em 1º de abril de 1854, a primeira edição de *O Dezenove de Dezembro*, e trouxe impresso logo no primeiro parágrafo que as publicações, de início, ocorreriam todos os sábados. Nesta apresentação também informa seu endereço: rua das Flores, número 13.

Nas controvérsias históricas — se primeiramente fora convidado para instalar a tipografia e por isso viera ao Paraná, ou se já na província se encontrava e então fora convidado — o fato que as fontes apontam é que houve um convite feito pelo Conselheiro Zacarias Góis de Vasconcelos a Candido Martins Lopes.

Cabe aqui a leitura na íntegra do tópico “Typographia” presente no relatório do presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes de Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa provincial do dia 15 de julho de 1854, em que trata justamente de uma apresentação e interesse de utilizar os serviços da tipografia da família Lopes:

> O tipógrafo Candido Martins Lopes, do Rio de Janeiro, trouxe à esta cidade uma tipografia, que, há meses, trabalha publicando um pequeno periódico, e ocupando-se de outras impressões: consta–me que pretende assentar também um estabelecimento de encadernação. Parece de grande vantagem para a nova província ter uma folha, que dê publicidade aos atos do seu governo e assembleia legislativa, uma tipografia que isente-a do ônus de recorrer a corte ou as províncias vizinhas para obter qualquer impresso. E, por certo, se a imprensa acompanha naturalmente o regime representativo, não se dirá que a nova cláusula falta à vossa nova situação. Devo dizer- vos, que tendo a tipografia vindo espontaneamente, nenhuma subvenção recebeu e nem recebe do governo da província, que limitou-se a fazer assinar uma porção de números do periódico para mandar distribuir por diversas autoridades e corporações, visto publicar o seu expediente. No terreno de neutralidade, em que vai marchando, e em fase da formal intenção que ostenta, em não envolver-se em recriminações de partidos, e insultos a pessoas e famílias do lugar, o que seria altamente oposto à

> harmonia que tanto cumpre promover, é esse vosso estabelecimento digno de vossa ilustrada consideração[186].

Vê-se que no relatório do então presidente, a recém-província apresentava a necessidade de um meio impresso para veiculação dos atos de governo, buscando a proatividade editorial ao desvincular-se da dependência externa ao Paraná para obtenção dessas publicações. Diante desse fator, a tipografia do senhor Lopes mostrou-se convir à província e abona a sua importância para o governo.

O trecho "[...] Devo dizer-vos, que tendo a tipografia vindo espontaneamente, nenhuma subvenção recebeu e nem recebe do governo da província [...]", traz em destaque o funcionamento da tipografia de forma *espontânea*, o que leva a entender que o possível convite para os serviços prestados por Candido Martins Lopes como tipógrafo ao governo da província foi realizado com a família Lopes já residindo no Paraná.

Esse tópico do relatório também referencia a respeito das intenções do senhor Lopes de fazer de sua tipografia também um local que oferece o serviço de encadernação. Para tal objetivo, a Typographia Paranaense precisaria possuir a manufatura necessária para a confecção da encadernação de seus materiais impressos. No ofício escrito ao presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira, o tipógrafo Lopes demonstra interesse ao saber que havia "uma porção de papel chegando [...] do Rio de Janeiro com destino as impressões da província". Deste modo, ele propõe "ficar com o papel pelo preço que custou à fazenda provincial e dar em pagamento a quantidade que desse (ilegível) precisa para a impressão de Relatório [...]"[187]

Outra pista sobre sua manufatura encontra-se no próprio *Dezenove de Dezembro*[188], em que o periódico revela anúncios sobre vendas de produtos que utilizam materiais de confecção de livros.

IMAGEM 11 – ANÚNCIO PUBLICADO NO EDITAL QUE FOI PARA CIRCULAÇÃO NA DATA DO FALECIMENTO DE CANDIDO MARTINS LOPES

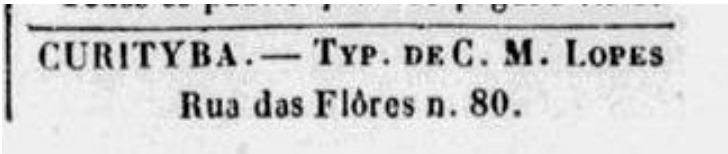
---

[186] Relatório do Conselheiro Zacarias de Góes de Vasconcellos de 15 jul. 1854, p. 45-46.
[187] Candido Martins Lopes demonstra interesse em obter uma porção de papel que haviam chegado do Rio de Janeiro. AP 0146, 13 nov. 1862.
[188] Sobre o *Dezenove de Dezembro*, será abordado mais situado no capítulo dois desta dissertação, ao ser analisado sua atuação como meio de veiculação de notícias e anúncios.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 01263, 27 dez. 1871, p. 4.

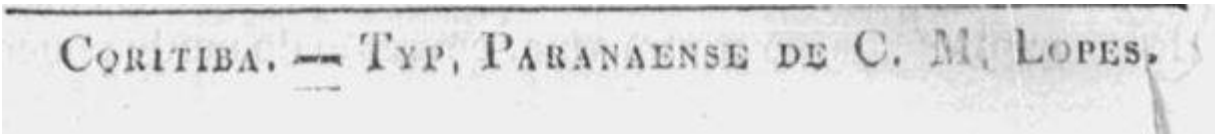
O anúncio da imagem 11 também revela que, para além do nome utilizado para firmar contrato com o governo da província, conforme informações do próprio *Dezenove de Dezembro*, por vezes a tipografia era chamada de *Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes*, outras de *Typographia de Candido Martins Lopes*, e mais uma forma era *Typographia Dezenove de Dezembro*.

IMAGEM 12 – TYPOGRAPHIA DE CANDIDO MARTINS LOPES, ABREVIADO



FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 01263, 27 dez. 1871, p. 4.

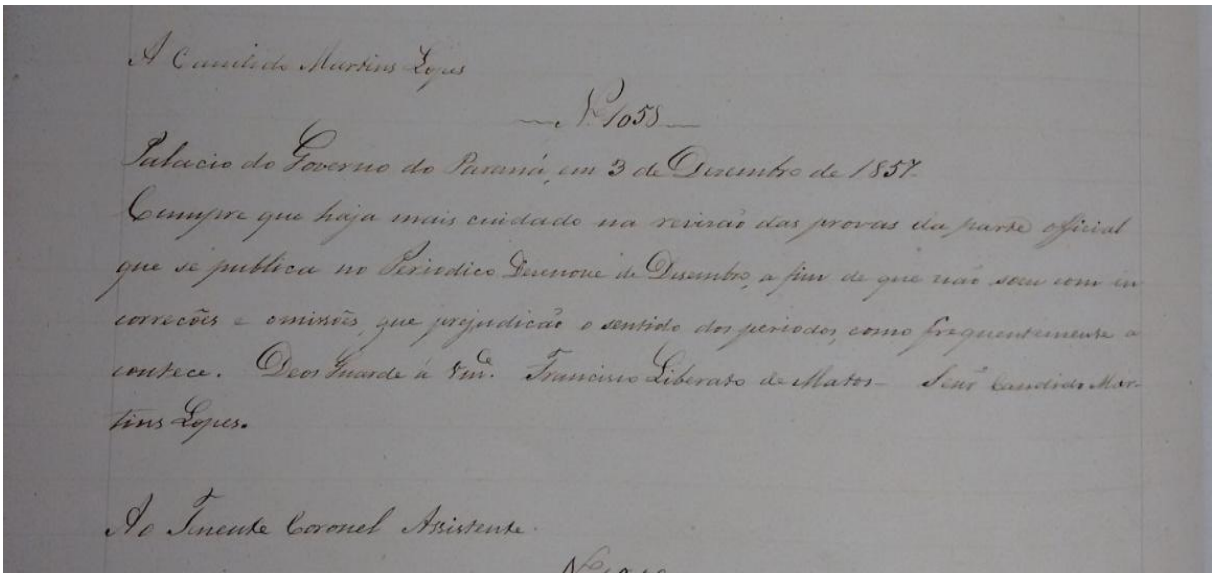
IMAGEM 13 – PRIMEIRO NOME UTILIZADO NA VEICULAÇÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*



FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 2, 8 abr. 1854, p. 4

Cabe aqui observar sobre as nomenclaturas “editor” e “tipógrafo”. Candido Martins Lopes atuava das duas formas, haja vista os serviços a ele requisitados. O ofício do então presidente da província, Francisco Liberato de Mato, direcionado ao proprietário do *Dezenove de Dezembro*, retrata que nas publicações oficiais, por vezes, eram necessárias revisões, o que o levava a atuar como editor, conforme segue:

FOTOGRAFIA 11 – CANDIDO MARTINS LOPES SENDO REQUISITADO COMO EDITOR



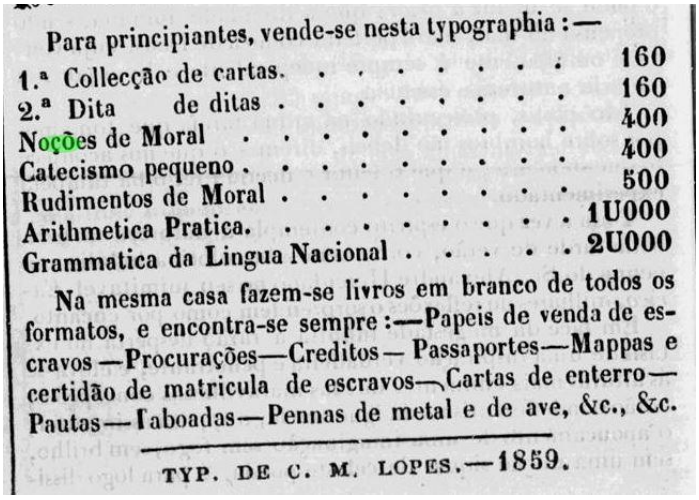
FONTE: Arquivo Público do Paraná, códice 789, n. 1058.

NOTA: Na transcrição lê-se: “A Candido Martins Lopes. Palácio do Governo do Paraná, em 03 de Dezembro de 1857. Cumpre que haja mais cuidados na revisão das provas da parte oficial que se publica no periódico Dezenove de Dezembro, a fim de que não saem com incorreções e omissões, que prejudicam o sentido dos períodos, como frequentemente acontece. Deus Guarde à Vm.ce Francisco Liberato de Matos. Sr. Candido Martins Lopes.”

Porém, não foram encontrados indícios sobre a atuação de editor por parte de Candido Martins Lopes para com os manuais escolares que imprimiu. Sendo assim, neste instante do processo de produção dos livros para a instrução, ele atuava apenas como tipógrafo.

Os anúncios expõem ainda o fato de que Candido Martins Lopes vendia em sua tipografia outros materiais didáticos para além dos livros, como tabuadas, livros em branco, bem como lápis e penas de metal e de ave. Por vezes utilizava de outro estilo de apresentação, como listagem, dando ênfase visual mais aos artefatos do que aos livros:

IMAGEM 14 – ANÚNCIO COM VARIEDADE DE MATERIAIS VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE



Para principiantes, vende-se nesta typographia :—

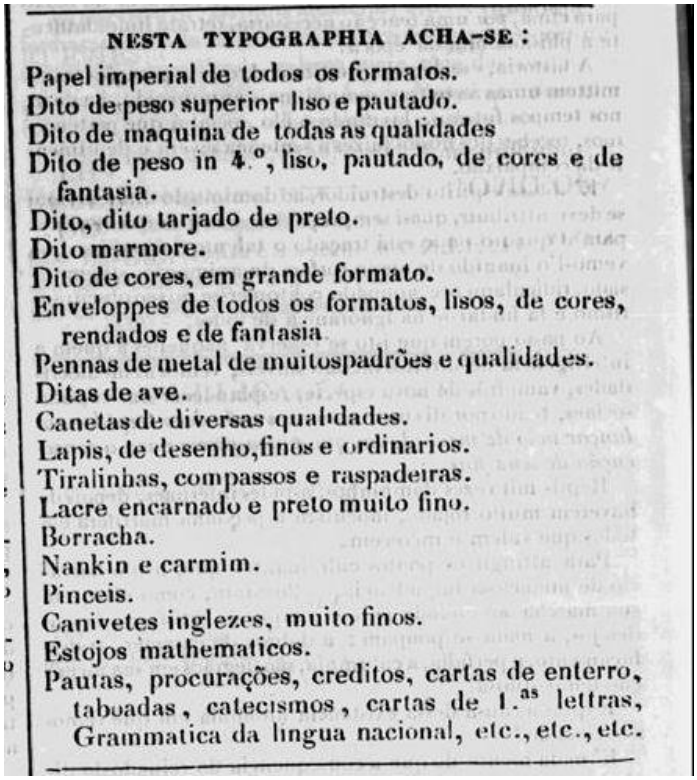
1.ª Collecção de cartas.	160
2.ª Dita de ditas	160
Noções de Moral	400
Catecismo pequeno	400
Rudimentos de Moral	500
Arithmetica Pratica.	1U000
Grammatica da Lingua Nacional	2U000

Na mesma casa fazem-se livros em branco de todos os formatos, e encontra-se sempre :—Papeis de venda de escravos —Procurações—Creditos— Passaportes—Mappas e certidão de matricula de escravos—Cartas de enterro— Pautas—Taboadas—Pennas de metal e de ave, &c., &c.

TYP. DE C. M. LOPES.—1859.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0146, 27 ago. 1859, p. 4

IMAGEM 15 – ANÚNCIO COM VARIEDADE DE MATERIAIS VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE, APRESENTADO COMO LISTA



NESTA TYPOGRAPHIA ACHA-SE :

Papel imperial de todos os formatos.
Dito de peso superior liso e pautado.
Dito de maquina de todas as qualidades
Dito de peso in 4.°, liso, pautado, de cores e de fantasia.
Dito, dito tarjado de preto.
Dito marmore.
Dito de cores, em grande formato.
Enveloppes de todos os formatos, lisos, de cores, rendados e de fantasia
Pennas de metal de muitospadrões e qualidades.
Ditas de ave.
Canetas de diversas qualidades.
Lapis, de desenho,finos e ordinarios.
Tiralinhas, compassos e raspadeiras.
Lacre encarnado e preto muito fino.
Borracha.
Nankin e carmim.
Pinceis.
Canivetes inglezes, muito finos.
Estojos mathematicos.
Pautas, procurações, creditos, cartas de enterro, taboadas, catecismos, cartas de 1.as lettras, Grammatica da lingua nacional, etc., etc., etc.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00201, 7 mar. 1860, p. 4.

Em sua atuação como tipógrafo, também explorou a impressão de livros de diversos gêneros, não somente escolares. Newton Carneiro (1975, p. 12) traz, como exemplo, a publicação em 1857 da "'Pequena Arte da Música', com apenas 12 páginas, mas em formato maior com 20 por 15 centímetros". O pesquisador também

nos convida a observar o aparente desejo por parte do primeiro editor da província paranaense na circunstância em que, logo após o lançamento do *Dezenove de Dezembro*, anuncia a "publicação do livro de versos de Fernando Amaro 'Pulsações de Minha Alma', o que lamentavelmente não chegou a efetivar-se". Outro destaque de impressão da Typographia Paranaense foi o primeiro livro de grande porte publicado em Curitiba, *Apontamento sobre Suspeições e Recusações no Judiciário...*, do Bacharel Luiz Francisco da Camara Leal, em 1863.

Essa diversificação de gêneros para além dos livros escolares aponta a existência de uma indústria tipográfica que atendia ao circuito do mercado editorial no Paraná oitocentista, além de auxiliar a compreender as relações estabelecidas pelo comércio e pelo tipógrafo com o contexto político, econômico, social, cultural e educacional na província, haja vista que as edições realizadas na Typographia Paranaense e os anúncios publicados por Candido Martins Lopes levam ao entendimento de uma preocupação pelo tipógrafo de oferecer contribuições práticas para a província através de seu trabalho, que, dentre outras funções, era destinado para a divulgação de mercadorias e livros voltados para a instrução.

Lopes, também em sua tipografia, oferecia serviços para além do tipográfico, como se lê logo na segunda edição do periódico *Dezenove de Dezembro*, em 1854, que "nesta tipografia admitem-se meninos bem morigerados para aprenderem as artes de compositor e impressor"[189]. Neste viés de treinamento de pessoal interessado pela profissão de Candido Lopes, Newton Carneiro (1975) aponta que já de Niterói, Candido trouxera seu

> ajudante, João Luiz Pereira, constituindo-se sua primeira preocupação formar pequena equipe de tipógrafos. (durante toda a atividade das oficinas, o "Dezenove de Dezembro" constituiu-se em verdadeiro centro de aprendizado tipográfico e redatorial), inclusive porque pensa imediatamente prosseguir em Curitiba sua vocação editorial. (CARNEIRO, 1975, p. 11).

Algo de destaque observa-se ao levantar as correspondências trocadas entre o senhor Lopes e o governo da província: as muitas e constantes solicitações de pagamentos, com valores variados por parte do tipógrafo. Assim como Samuel Luis Velázquez Castellanos (2012) observa nos ofícios por ele cotejados em sua pesquisa sobre o livro escolar no Maranhão Império, na província paranaense

---

[189] *Dezenove de Dezembro*, Ed. 2, 8 abr. 1854, p.4.

também se vê nas reincidências de solicitações que surtiam entre interlocutores o constrangimento, porém, com tratos respeitosos e objetivos, na forma de escritas das correspondências.

Os vários ofícios enviados à administração por Candido Martins Lopes solicitando seus pagamentos devido aos serviços prestados deixam claro que as publicações dos atos governamentais geravam um custo ao orçamento público da província, que era pago à Typographia Paranaense como empresa privada. Da edição de janeiro de 1872, ao resgatar os primórdios da vida pública de Candido Lopes em sua homenagem fúnebre, lê-se que da data de 1 de abril de 1854 "em diante, recebendo uma subvenção do governo para a publicação de seus atos, tornou oficial o seu periódico [...]"[190].

Em edital de dezembro de 1857, a secretaria de governo publica nota, perguntando qual o menor preço que ele tem feito para a secretaria para "as impressões e encadernações de livros, circulares e conhecimentos, venda de livros em branco, conforme seus diferentes formatos"[191]. Nas leituras contínuas dos ofícios enviados à administração, observa-se que Candido Martins Lopes cobrava por seus serviços valores variados, dependendo da quantidade de impressão da encomenda; de tais, comumente aparecem os valores de 70 mil réis[192], mas também havia variações de 150 mil réis[193] a 800 mil réis[194].

As sempre presentes demonstrações de respeito dentre as falas escritas dos personagens ligados à administração pública que conviviam com o editor proprietário da Typographia Paranaense levam a crer que haviam acordos bem firmados entre as partes, uma circunstância inter-relacional através do serviço prestado que, por vezes, levava o Presidente da Província a discorrer suas impressões em relatórios. Como exemplo é o escrito pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1855, quando demonstra contentamento em o tipógrafo demonstrar "indiferença absoluta a partidos", além de que, pelo fato de a tipografia existir, os custos das impressões que o governo necessitava levar a conhecimento público haviam reduzido, ao comparar "sabe Deus por que preços" trabalhos que,

---

[190] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1264, 3 dez. 1872, p. 01.
[191] *Dezenove de Dezembro*, ed. 64, 5 dez. 1857, p. 02.
[192] Candido Martins Lopes cobrava por seus serviços valores variados, comumente aparecem os valores de 70 mil réis. AP 023, 1855, p. 55.
[193] Candido Martins Lopes cobrando por seus serviços, valor de 150 mil réis. AP 0037, 1856, p. 42.
[194] Candido Martins Lopes cobrando por seus serviços, valor de 800 mil réis. AP 0233, 1866, p. 215.

sem a tipografia de Candido Lopes, deveriam ser incumbidos a tipografias externas à província paranaense[195].

Contudo, discórdias poderiam surgir quando discursos políticos envolviam-se na trama inter-relacional entre governança e editor. Ocorrência marcante à Typographia Paranaense que perpassou essa causa foi quando, em 1861, o então presidente da província José Francisco Cardoso alegou que a tipografia estava declarando oposição à administração pública. Devido a isso julgou "conveniente mandar vir, com presteza, uma oficina tipográfica"[196].

Instalou, então, o presidente, a oficina tipográfica, localizada à rua da Estrada, nº 1. Por ela foi impresso o *Correio Official*[197], na forma da Lei nº 68, de 23 de maio de 1861[198], que teve o seu primeiro número em 19 de fevereiro de 1862[199]. José Francisco Cardoso nomeia para ser seu administrador o capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas. No trabalho de dissertação de Etienne Baldez Louzada Barbosa (2012, p. 63), elucida-se que Joaquim Lourenço de Sá Ribas era Inspetor Geral no período. Pilotto (1976, p. 9) lembra que "até 1857, [...] era o 'Dezenove de Dezembro', o único periódico em circulação".

Newton Carneiro (1975, p. 12) destaca em seus apontamentos a observação de um "prolongado espaçamento na faina editorial do "Pai da Imprensa Paranaense"[200] que se observa na década de sessenta", e que o motivo de tal redução de produção editorial "foi motivado pelo seu atrito com o Presidente Francisco Cardoso", que, conforme Carneiro (1975), agiu em represália ao espírito de independência do jornalista.

Essa passagem histórica sobre a imprensa paranaense no período provincial elucida a competição mercadológica que existiu dentro da Província do Paraná, que decorria de disputas estratégicas influenciadas por viés político. Todavia, como desfecho,

---

[195] Relatório escrito pelo presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos em 08 de fevereiro de 1855. Arquivo Público do Paraná, p. 49.
[196] Relatório que o José Francisco Cardoso apresentou ao Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná, p. 43 e 44. 18 mar. 1861
[197] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Antonio Barbosa Gomes Nogueira. 15 fev. 1862, páginas 49, 50 e 159. Sobre a instalação da oficina tipográfica por onde foi impresso o Correio Official.
[198] CARNEIRO, 1975, p. 12.
[199] Informações encontradas no livro *Cem anos de imprensa no Paraná (1854 – 1954)*, de Osvaldo Pilotto (1976, p. 8).
[200] Candido Martins Lopes é considerado assim pelo historiador Newton Carneiro (1975).

> Esse novo órgão não teria longa duração, pois em novembro do ano seguinte, já presidente da província o Dr. Gomes Nogueira, procura-o Candido Lopes e propõe-lhe a publicação gratuita dos atos do governo no seu jornal por seis meses, caso este suspendesse os trabalhos da tipografia oficial. Oferecia-se ainda a prosseguir com tais serviços mediante subvenção que votasse a Assembleia Provincial, sujeitando-se a aceitá-la, fosse ela qual fosse, pois, confiava na sua sabedoria. O Correio Oficial sai pela última vez a 28 de outubro de 1862, readquirindo o jornal de Candido Lopes sua condição de órgão do governo (CARNEIRO, 1975, p. 12).

Quando volta a tomar a frente dos serviços como a tipografia oficial do governo provincial, as críticas positivas regressam, a exemplo da ocorrida em 1864, verbalizada pelo presidente Sebastião Gonçalves da Silva, onde lê-se que Candido Martins Lopes "tem fielmente cumprido as disposições do seu contrato"[201].

Com o falecimento de Candido Martins Lopes, em 27 de dezembro de 1871, a Typographia Paranaense continuou suas atividades devido aos cuidados da viúva, dona Gertrudes da Silva Lopes, e passou a se chamar "Typographia da viúva & filhos de Cândido Martins Lopes"[202]. Mais tarde, Jesuíno da Silva Lopes, o filho sucessor de Candido Martins Lopes, assume a frente do empreendimento do pai — mas, conforme Newton Carneiro (1975, p. 14) chama atenção, isto só ocorre a partir de 1875, quando atinge a maioridade.

Durante toda uma década após o falecimento do Candido Martins Lopes, "os livros escritos no Paraná são, em sua maior parte, impressos no Rio de Janeiro" (CARNEIRO, 1975, p. 13), inclusive o publicado em 1879 escrito pelo nono filho do casal Lopes, o homônimo de Candido Martins Lopes[203]. Em 1888, Ildefonso Pereira Correa, o Barão do Serro Azul, que, conforme Newton Carneiro (1975, p. 19), estava "inconformado com a estrutura incipiente de feição artesanal que prevalecia nas oficinas da cidade", decide, juntamente com Jesuíno da Silva Lopes, fundar a sucessora da Typographia Paranaense, a "Impressora Paranaense"[204].

1.5 DO INICIAR E TRILHAR O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO: O CENÁRIO DA PRODUÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES, EM REFLEXÃO.

---

[201] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura, 21 fev. 1864.
[202] *Dezenove de Dezembro*, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 04.
[203] Como já mencionado no início desta seção, o livro é o: Biografia ou Breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici. Rio de Janeiro: Typographia Escola de Serafim José Alves. 1879.
[204] Apresentação escrita por Ravazzani e Iseu Affonso da Costa (2002), do livro *Biografia ou Breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici*, p. 26.

Aspirando identificar a configuração assumida pelo circuito de comunicação do mercado editorial dos manuais escolares produzidos para o ensino primário no contexto paranaense entre os anos de 1854 e 1871, neste primeiro capítulo foram apresentados os três primeiros momentos que abrangem a *produção* das obras: demanda pelo livro, autores e tipógrafo.

No primeiro, que trata sobre a demanda pelo livro escolar, as alamedas trilhadas foram as da compreensão de como era determinada a solicitação dos impressos — pelo plano de ensino através dos regulamentos. Por meio das correspondências de governo, os professores encontravam o espaço para informar aos inspetores a realidade da escassez de material nas salas de aula, além das necessidades e avaliações dos livros escolares utilizados. Por vezes, eram os próprios inspetores que constatavam e reportavam ao presidente da província. Vê-se que, em ambos os casos, os sujeitos envolvidos — professores, professoras, inspetores e presidentes — tinham como intenção apontar as carências de livros nas salas de aula, juntamente com a demanda que atendesse a realidade local em face dos contextos, repletos de influências socioculturais, econômicas, midiáticas e políticas, que se fazem presentes no circuito de comunicação do mercado editorial de livros escolares para a instrução primária na província paranaense.

A partir da demanda, e da intenção de contribuir com o ensino, surge a segunda etapa do circuito de comunicação: os autores de manuais escolares de produção local para a instrução primária. Ao observar as fontes que apontam o revelar desses personagens, alguns dados são interessantes de constatar como: nota-se que não houve, na província paranaense, manuais escolares publicados para o ensino primário escritos por mulheres; os autores, em um primeiro instante, reportavam aos inspetores a avaliação da obra de sua autoria, e a solicitação para que ela fosse adotada à instrução pública. As autoridades da administração, então, a verificavam conforme a demanda e os prenunciados nos regulamentos para o ensino; as assinaturas dos remetentes — estes, autores de produção local — nas cartas enviadas às autoridades apontam a variedade de cargos que esses assumiam, determinados por conta do vínculo profissional com a administração do governo provincial e/ou com o ensino.

Ainda no segundo momento do circuito de comunicação foi identificado o primeiro manual escolar produzido e adotado no Paraná provincial para o ensino primário, o *Compêndio de Arithmética Prática*, do autor Manoel Augusto de

Figueiredo. Sobre os livros de produção local, o único de possível acesso encontrado após buscas em bibliotecas e acervos *online*[205] foi o *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, de autoria de Luiz de França Almeida e Sá, que trouxe pistas sobre características editoriais que perpassavam o mercado editorial tanto do Rio de Janeiro como do Paraná. Essas marcas tipográficas levam a entender a materialidade desses livros no circuito de comunicação na província paranaense, além de apontar, devido aos cuidados minuciosos de criação de suas marcas e conteúdos, a importância da notoriedade dada pelos sujeitos inseridos na teia de produção dessas obras.

Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes (2010) nos convidam a observar que,

> A produção dos materiais é um dos domínios mais estudados. A compreensão do lugar ocupado pelo escrito nas diferentes sociedades tem se enriquecido com as pesquisas sobre o papel dos editores, revisores, impressos, tipógrafos, ilustradores e tradutores na preparação do impresso. (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 48).

A terceira etapa, o *tipógrafo*, permitiu visualizar e pintar os primeiros traços do multifacetado, em funções no e do quadro do circuito de comunicação da produção de manuais escolares para a instrução primária na província paranaense, Candido Martins Lopes, que é o tipógrafo inaugurador e atuante da primeira tipografia local e, simultaneamente, ao publicar livros escolares e outros impressos, além de possuir em seu estabelecimento a manufatura para a confecção de livros, torna-se o primeiro editor do Paraná.

Acompanhando a busca pela compreensão da produção dos livros escolares mencionada por Galvão e Lopes (2010), pelo prisma do personagem Candido Martins Lopes, torna-se possível apontar para a inserção de novas cores à conjuntura provincial na perspectiva de que, com a implantação da tipografia logo após o Paraná ser elevado como província, foi proporcionado o auxílio para que esta se firmasse como tal através da produção de materiais didáticos, tornando-se a produção um meio de afirmar sua identidade.

Quando José Ricardo Pires de Almeida (1989) escreve seu livro sobre a instrução pública no Brasil, de seu descobrimento ao fim do Império, nos revela

---

[205] Ver apêndices II e III.

como o diálogo político sempre permeou o discurso da Educação, sendo esta usada até mesmo como prática da ação governamental. De forma específica, os atos que partiam dos instrumentos administrativos provinciais do Paraná também permeavam a vontade de instruir; e desse instruir se faziam entender as normas institucionais por uma maior parcela populacional — que através dos livros escolares atingia diretamente a mocidade. Candido Martins Lopes, na função de editor, e ao firmar seu compromisso tipográfico com a administração provincial, apresenta claramente seu diálogo com a administração pública da província, o que revela sua condição sobre a influência política.

O quarto momento trará as cores de preenchimento da figura do senhor Lopes, que no triângulo de suas funções — tipógrafo, divulgador e distribuidor — se mostra agora no circuito, através de seu jornal, o *Dezenove de Dezembro*, como a imprensa que divulga os livros e, com a Typographia Paranaense, como endereço referencial de onde encontrar e adquirir os livros escolares para a instrução primária na província.

CAPÍTULO 2
DIVULGAR, DISTRIBUIR E ALCANÇAR O LEITOR: A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES IMPRESSOS PARA A MOCIDADE NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1854-1871)

"Livros são produtos econômicos, além de artefatos culturais; embora veículos de ideias, cumpre mascateá-los no mercado"
(Robert Darnton, 1987)[206]

Seguindo a finalidade de identificar a configuração adquirida pelo circuito de comunicação ao averiguar os manuais escolares produzidos no contexto paranaense entre os anos de 1854 e 1871, para a escola primária, este capítulo tem como objetivo delinear a atuação da imprensa como divulgadora de livros escolares, a forma de venda e aquisição dos títulos pelas escolas e a concepção de leitor ideal presente neste processo. Deste modo, retrata os três momentos que proporcionaram a *circulação*[207] desses livros escolares[208] presentes no mercado editorial da Província do Paraná, sendo eles: a *imprensa* e *distribuição*, outros *distribuidores* e a concepção de *leitor ideal*.

Delineando a atuação da imprensa com a divulgação, tem-se Candido Martins Lopes como sujeito ativo no papel de divulgador, através de seu periódico *Dezenove de Dezembro*, e, como lócus de distribuição das obras, a sua Typographia Paranaense. Nesta etapa, será observada a materialidade do jornal, identificando suas características e a gestão da apresentação tanto do próprio *Dezenove de Dezembro* como dos anúncios. Destes, foram explorados os relativos aos impressos escolares produzidos para a instrução primária na província, ao verificar se sofreram alterações ao longo das edições, as nuances, tipo e tamanho das letras, o destaque

---

[206] Retirado do livro *Boemia literária e revolução*, p. 198.

[207] No circuito de comunicação, nesta pesquisa adaptado ao Paraná dos oitocentos, os livros escolares averiguados do processo de circulação são os que foram produzidos na província paranaense, no período de 1854 a 1871, para o ensino primário.

[208] Ao observar a configuração do circuito de comunicação em que este manual escolar passava a ser inserido, veem-se características dos autores que apresentavam múltiplas funções, que poderiam abranger, além da instrução, o papel atuante da administração pública no processo, as variadas e simultâneas posições de atuação de um único personagem sendo editor, imprensa e distribuidor, os outros espaços de distribuição que poderiam alcançar públicos para além da sala de aula, além da conjuntura econômica que abarca as influências políticas, legais, intelectuais e de publicidade em todas as etapas do circuito. Todos esses são aspectos que resultam no tornar o manual escolar em um livro escolar. Em diálogo historiográfico com semelhante recorte para com o presente trabalho, Samuel Luis Velázquez Castellanos (2016), em seus escritos sobre a História do Livro, assume o termo "livros escolares" para se referir aos livros produzidos e circulados na segunda metade do século XIX na Província do Maranhão.

e o espaço que o anúncio ocupa na página onde aparece, bem como se há diferença no modo como são divulgados os seus livros e os livros escolares de outras[209] províncias, no mesmo período. Deste modo, foi possível identificar a ”relação entre o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende” (CHARTIER, 1992, p. 221).

Foi constatado que os relatórios e regulamentos presidenciais também eram uma forma de divulgação dos livros, haja vista as determinações por parte da administração pública para a adoção e uso nas salas de aula. Deste modo, delineiam-se as influências políticas com base nas determinações do governo referentes aos livros que iam para a publicação em anúncios, com base nos que seriam de utilidade pública e, consequentemente, mais vendáveis. Simultaneamente, este aspecto reflete a influência intelectual e de publicidade, principalmente quando no próprio anúncio aparecem criticas positivas da obra e do autor, exercida pelo próprio anunciante.

Na quinta etapa do circuito de comunicação — os aqui tratados como *outros distribuidores* — foram identificados e apresentados, por meio de anúncios do *Dezenove de Dezembro*, os espaços de acesso, aquisição e venda das obras de produção local para além da tipografia de Candido Martins Lopes. Esses distribuidores viam a Typographia Paranaense como fornecedor e, através de articulações mercantis ao identificarem que o produto apresentava boa divulgação no periódico, fluxo de reedições e/ou determinações de adoção dos títulos para uso pelas instituições de ensino, disponibilizavam-no para venda em seus estabelecimentos comerciais.

Na época de condição como 5ª comarca, o Paraná dependia da vinda de livros que já circulavam em São Paulo. Com a emancipação, em 1853, e a posterior implantação de um espaço para conduzir a independência de publicação, as lojas comerciais, sendo elas secos e molhados e livrarias locais, apresentaram maior flexibilidade de aquisição de livros para venda. Contudo, continuaram a circular livros utilizados para a instrução pública provenientes de outras províncias, circunstância

---

[209] Vindos de outras províncias, mas não impressos pela Typographia de Candido Martins Lopes, com títulos internacionais e nacionais, que fizeram parte do plano de ensino para a instrução primária e foram usados em sala de aula. A título de informação, consta como apêndice I, listagem das obras e seus autores que apareceram nos anúncios no *Dezenove de Dezembro*, para uso ao ensino primário, durante o recorte desta pesquisa.

que aponta a influência intelectual e de publicidade a esses comerciantes, que precisavam constantemente se adequar à demanda dos leitores e, principalmente, às opções de ofertas dos títulos.

Com base no efeito quantitativo sobre a medida da demanda e rentabilidade das obras aos distribuidores, foi analisada a variação de preços das obras em comparação com outros materiais. Através dessas normativas de livros escolares paranaenses que deveriam ser adotados em sala de aula para o ensino primário que a influência política fez presentes, conduziu-se a busca por essas obras. Os distribuidores são a ponte de acesso dos livros para o que, no circuito de comunicação, se configura como o momento final: o *leitor ideal*.

Buscando identificar a concepção do leitor dos livros escolares produzidos no Paraná, foi desenhada a teia social que conecta indivíduos influentes na tomada de decisão na instrução pública do oitocentos, sendo eles os inspetores da instrução e, principalmente, os professores e professoras, que trazem à luz o olhar do adulto sobre a criança leitora. Contudo, a tessitura também demonstrou uma ampla possibilidade de público, já que era viável a disponibilidade de acesso no mercado para todos os cidadãos com condição financeira modesta e de interesse na obra. Esse sujeito leitor/consumidor, no aspecto de análise da conjuntura socioeconômica, recebe influência política ao adquirir obras que tiveram o aval prévio da administração pública. A publicidade e/ou indicação intelectual também configuram fios atuantes na escolha da aquisição dos livros escolares.

Todavia, a questão central observada é: a concepção do leitor ideal é o entendimento de que, por mais que qualquer indivíduo pudesse adquirir a obra, eles se voltam à própria posição da intenção de publicação para a instrução primária, ou seja, a criança. Isso leva à identificação do leitor no tempo da infância.

As fontes cotejadas neste capítulo foram a legislação (Lei nº 290 — 15 de abril de 1871), o regulamento da instrução pública primária de 13 de maio de 1871, os relatórios de presidentes da província, inspetores, professores e professoras, as correspondências de governo[210], os códices presentes no Arquivo Público do Paraná[211] e, certamente, o *Dezenove de Dezembro*, principalmente realizando a

---

[210] MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869). Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013.

[211] Códices: 059, 119, 253, 782, 789, 790, 801, 951 e 1081. Conforme Gizele de Souza et al. (2013,

averiguação das apresentações de seus anúncios.

2.1 O *DEZENOVE DE DEZEMBRO* ANUNCIA: A IMPRENSA DO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES NO PARANÁ PROVINCIAL.

> "Não sei dizer como e por quanto tempo os jornais conseguirão sobreviver. Mas certamente é a área mais sensível do trânsito do conhecimento"
> (Robert Darnton, 2010)

Candido Martins Lopes, o homem que assumiu um triângulo de funções no circuito de comunicação, completa nesta seção a pintura de sua figura; e é o seu periódico, o *Dezenove de Dezembro*, que o preenche de aquarela, sendo esse impresso o veículo de comunicação oficial, adquirindo o espaço de imprensa, e a Tyographia Paranaense, o local de distribuição dos manuais escolares produzidos para a instrução primária no Paraná do século XIX.

"No tempo da 5ª Comarca de Curitiba, os seus habitantes tomavam conhecimento dos atos do governo provincial pelos periódicos paulistanos ou então pelos editais afixados às portas da Câmara e da Igreja, ou ainda por apregoações" (MIZUTA, 2012, p. 2). Neste período, não existiam paranaenses. Com o Decreto nº 704, de 29 de agosto de 1853, que desmembrou a Província de São Paulo, e com a emancipação ocorrendo em 19 de dezembro de 1853, entende-se a possível naturalidade de uma nova sensação de busca de identidade e pertencimento que possa ter perpassado os moradores da recém-província.

Sabendo que

> A imprensa brasileira do século XIX registra as marcas do projeto de nação elaborado pela elite imperial desde o início dos oitocentos. Esta característica, presente na maioria dos jornais e periódicos do período, permite estabelecer a relação dos fatos e acontecimentos, das opiniões e difusão das ideias, dos saberes em circulação bem como o embate

---

p. 637 e 638), os códices estão "[...] no fundo *secretaria de governo* correspondências de governo, encadernadas nos APs, e os livros pertencentes às diversas secretarias do governo provincial, denominados códices.[...] Além dos APs, no mesmo fundo, existem os códices, livros avulsos que contêm documentos específicos sobre determinado assunto e que receberam essa nomenclatura. No caso da instrução, permitem a busca por leis, portarias e decretos, bem como a pesquisa de relatórios de presidentes, organização do corpo profissional da instrução, estatísticas escolares de determinados períodos e registros de professores, inspetores e presidentes sobre mobília, método, materiais escolares, licenças, mapas escolares e frequências."
Nesta pesquisa foram coletadas 190 correspondências. Após a leitura, foram transcritas 17, que foram cotejadas.

> político-econômico que direcionaram as relações estabelecidas no tempo e espaço imperial com a educação. (MIZUTA, 2012, p. 1).

Diante da criação da província, a intencionalidade e necessidade da formação de conteúdo que inculcassem a ideia de inclusão grupal e disseminação de informações se fez presente; surgiu assim, a imprensa no Paraná. Como já dito, foi Candido Martins Lopes que tomou a frente nessa empreitada de difusão de notícias e informativos no Paraná oitocentista ao criar o *Dezenove de Dezembro*. Também, já dito, este declaradamente atua como veículo de divulgação de atos governamentais, porém, em confissão logo na primeira edição, escolhe abdicar-se de questões políticas — intencionalmente.

Na leitura da primeira edição é possível entender o objetivo do jornal que conversa diretamente com essa busca de identidade provincial. Mas para tal, antes de tratar aqui do conteúdo do texto de inauguração assinado pelo editor, é necessário observar as marcas tipográficas do impresso. Vamos a elas.

IMAGEM 16 – EDIÇÃO INAUGURAL DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*

O DEZENOVE DE DEZEMBRO.

Museu Paranaense BIBLIOTECA SEM EFEITO

RG 1H 163

ANNO I. SABBADO, 1.º DE ABRIL DE 1854. N.º 1

O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todos os sabbados, e para elle subscreve-se em casa do proprietario, na cidade da Curityba, rua das Flores n. 15.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.
Pagos adiantados:
Por anno ..... 8$000
Por semestre ..... 4$000
Por trimestre ..... 2$500

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.
Governo da provincia — S. Ex.ª o snr. conselheiro presidente da provincia as audiencias todos os dias uteis, desde as 10 horas da manhã até ao meio dia.
Chefe de Policia — O Dr. chefe de policia todos os dias uteis, a todas as horas
Quarta Feira — Aud. do juiz de direito as 10 horas.
Quinta Feira — Aud. do juiz municipal as 10 horas, do juiz commercial as 11, e do delegado de policia ao meio dia.
Sexta Feira — Aud. do juiz de Orphãos as 10 h.
Sabbado — Aud. do juiz de direito as 10 h.

PARTIDA DOS CORREIOS.
Os correios no mez de abril partirão para a marinha nos dias 3, 10, 17 e 24, e para o interior nos dias antecedentes á estes. As malas fecham-se nas vesperas da partida dos correios.

LEI N.º 704 — DE 29 DE AGOSTO DE 1853.

Eleva a comarca de Curityba na provincia de S. Paulo a cathegoria de provincia, com a denominação de — Provincia do Paraná.

Dom Pedro Segundo, por graça de Deos, e unanime acclamação dos povos, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a assembléa geral legislativa decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º A comarca de Curityba na provincia de S. Paulo fica elevada á cathegoria de provincia, com a denominação de — Provincia do Paraná. — A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2.º A nova provincia terá por capital a cidade de Curityba, em quanto a assembléa respectiva não decretar o contrario.

Art. 3.º A provincia do Paraná dará um senador, e um deputado á assembléa geral, e sua assembléa provincial constará de [illegible].

Art. 4.º O governo fica autorisado para crear na mesma provincia as estações que forem indispensaveis para a arrecadação e administração das rendas geraes, submettendo depois ao que houver determinado ao conhecimento da assembléa geral para definitiva approvação.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contem. O secretario d'estado dos negocios do imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos vinte nove de agosto de mil oitocentos cincoenta e tres, trigesimo segundo da independencia e do imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellada na chancellaria do imperio, em 12 de setembro de 1853.

Antonio Alves de Miranda Varejão, official maior interino.

Publicada na secretaria d'estado dos negocios do imperio, em 12 de setembro de 1853.

Na falta do official maior, *Joaquim Xavier Garcia de Almeida.*

Registrada na mesma secretaria d'estado a fl. 242 v. do l.º 9.º de leis, alvarás e cartas. Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1853.

Estacio Maria da Costa e Abreo.

O Dezenove de Dezembro.

A imprensa, como todas as instituições e cousas humanas, tem um lado bom e outro máo, pois se é origem fecunda de vantagens sociaes, tambem com razão se lhe attribuem males gravissimos. As vezes sôlta e desenfreada como a anarchia, a imprensa atropella tudo, nada é para ella sagrado, nada inviolavel; não ha poder, que respeite, nem preceito a que submetta-se; ataca e escarnece do que é mais caro e precioso ao homem; subverte e desmorona sem nada edificar, e no lugar das illusões apenas deixa o malogro e o desespero: eis o seu lado máo. Outras vezes, porem, desveladamente occupada em investigar só a verdade util e proficua ao paiz, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de mór interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos, e serve de phanal ao poder. Debaixo desse aspecto, ella tributa profunda homenagem á moralidade, e sem

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.

IMAGEM 17 – TÍTULO DA EDIÇÃO INAUGURAL DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*

O DEZENOVE DE DEZEMBRO.

Museu Paranaense
BIBLIOTECA
R.G. 1H.H53
SEM EFEITO

ANNO I. SABBADO, 1.º DE ABRIL DE 1854. Nº 1

O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todos os sabbados, e para elle subscreve-se em casa do proprietario, na cidade de Coritiba, rua das Flôres n. 13.

Os annuncios dos srs. assignantes pagarão uma modica retribuição, e dos que o não forem 100 rs. por linha. Communicados, correspondencias e outras publicações conforme o ajuste. Folha avulsa 160 reis.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.

Pagos adiantados:

Por anno..... 8$000
Por semestre..... 4$000
Por trimestre..... 2$500

PARTIDA DOS CORREIOS.

Os correios no mez de abril partirão para a marinha nos dias 3, 10, 17 e 24, e para o interior nos dias antecedentes a estes. As malas fechão-se nas vesperas da partida dos correios.

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.

Governo da provincia—S. Ex.ª o sr. conselheiro presidente da provincia dá audiencia todos os dias uteis, desde ás 10 horas da manhã até ao meio dia.

Chefe de Policia—O Dr. chefe de policia todos os dias uteis, a todas as horas

Quarta Feira—Aud. do juiz de direito ás 10 horas.

Quinta Feira—Aud. do juiz municipal ás 10 horas, do juiz commercial as 11, e do delegado de policia ao meio dia

Sexta Feira—Aud. do juiz d'orphãos ás 10 h.

Sabbado—Aud. do juiz de direito as 10 h.

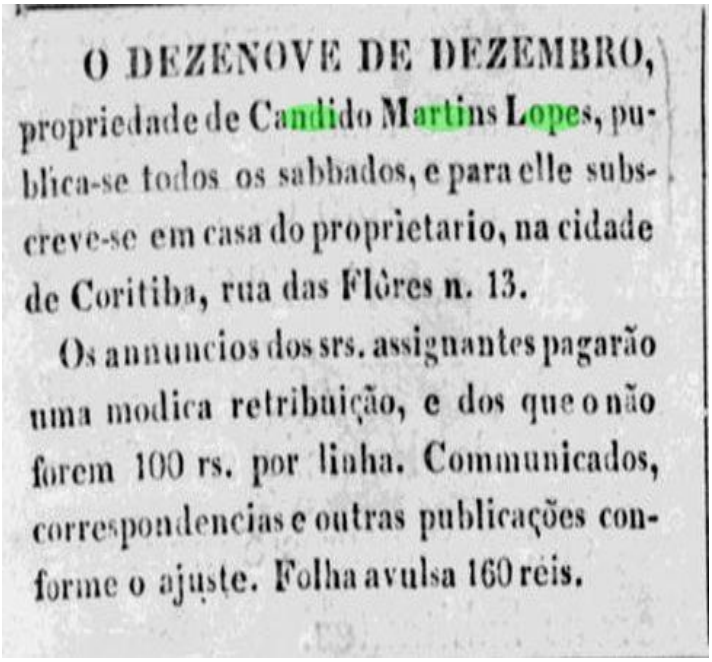
FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.

Logo no título[212] — *O Dezenove de Dezembro* — vê-se o destaque ao desbravamento da nova província, por ser a data da emancipação do Paraná. Em evidência, no topo, centralizado e ocupando todo o espaço de cabeçalho, apresenta letras em caixa-alta e possui bordas que ao mesmo tempo são uma ilustração, ao estilo de moldura simétrica e requintada, em que as formas remetem a uma coroa, tanto na borda superior como inferior, e nas pontas, lanças. Essas marcas fazem jus às características imperiais.

Logo abaixo, entre linhas, separado do título e do texto posterior, está informado o ano (I), a data com dia da semana (sábado, 1º de abril de 1854) e o número da edição (nº 1).

[212] Ver imagem 17

IMAGEM 18 – O ENDEREÇO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* E O VALOR DO ANÚNCIO



O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todos os sabbados, e para elle subscreve-se em casa do proprietario, na cidade de Coritiba, rua das Flôres n. 13.

Os annuncios dos srs. assignantes pagarão uma modica retribuição, e dos que o não forem 100 rs. por linha. Communicados, correspondencias e outras publicações conforme o ajuste. Folha avulsa 160 réis.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.

Ainda na parte superior da folha, no primeiro parágrafo, Candido Martins Lopes informa o endereço da tipografia onde era impresso o jornal: em Curitiba, rua das Flores, nº 13. Em sequência, procurou deixar claras as regras de publicação de anúncios, apresentando através deste serviço a estratégia de conquistas de assinantes — que poderiam escolher assinar pelo período trimestral, semestral e anual —, garantindo-lhe uma rentabilidade, pois “os anúncios dos senhores assinantes pagarão uma módica retribuição, e dos que o não forem 100 réis por linha”[213]. Sendo assim, o espaço informativo era aberto a quem se dispunha a pagar pela publicação, como bem é colocado na edição 394 em 1863, na primeira página, “na mesma typographia recebem-se as assinaturas e quaisquer artigos ou anúncios para serem publicados”[214].

Durante a leitura de notas assinadas pelo editor, é percebido o pedido de fidelidade para que os assinantes continuem a contratar o serviço, principalmente no seu primeiro ano de circulação, por meio de solicitações de renovação das assinaturas. Deixa-se, inclusive, claro que a folha não fazia publicações fiadas.

---

[213] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.
[214] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0394, 1 jun. 1863, p. 1.

IMAGEM 19 – INFORME SOBRE COBRANÇA DOS ANÚNCIOS A SEREM PUBLICADOS[215]

Esta folha não faz publicações *fiadas*.

TYP. DE LOPES, RUA DAS FLORES 55.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0355, 14 fev. 1863, p. 4.

A edição de 03 de abril de 1867 traz duas publicações, que apontam três curiosas aferições. A primeira refere-se aos preços diferenciados que os assinantes pagavam se residissem na capital, ou fora desta (valor mais alto), demonstrando, mesmo que não relatada, a existência de taxas de entrega.

IMAGEM 20 – PREÇO PARA ASSINANTES NA CAPITAL

ASSIGNATURAS

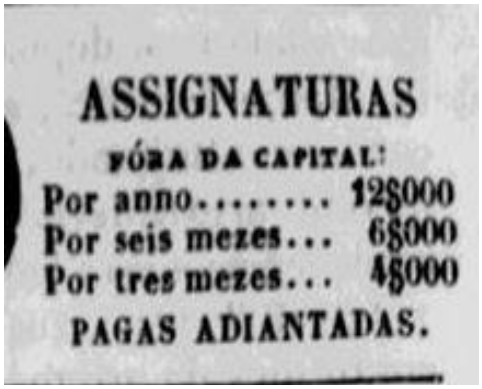
NA CAPITAL :

Por anno..... 10$000
Por seis mezes... 5$000
Por tres mezes... 3$000

PAGAS ADIANTADAS.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 1

IMAGEM 21 – PREÇO PARA ASSINANTES FORA DA CAPITAL


ASSIGNATURAS

FÓRA DA CAPITAL:

Por anno..... 12$000
Por seis mezes... 6$000
Por tres mezes... 4$000

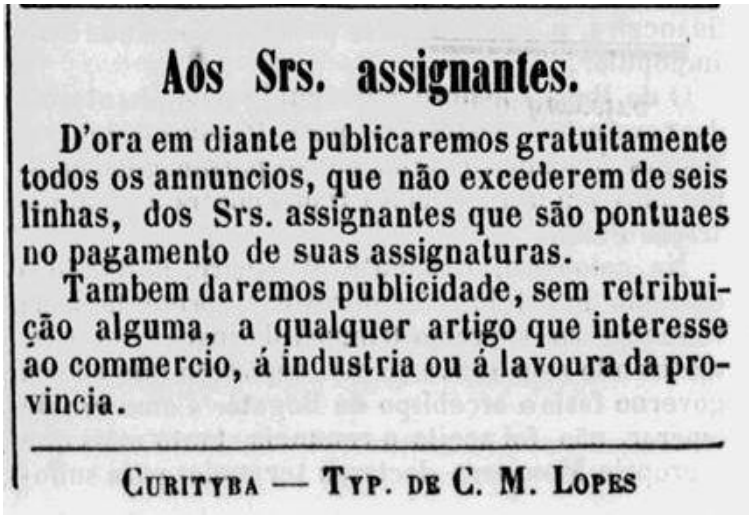
PAGAS ADIANTADAS.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 1.

[215] Este anúncio apresenta destaque ao finalizar essa edição. Lê-se que a tipografia havia mudado seu endereço do número 13 para o 55.

A segunda trata-se do aparecimento de uma estratégia de venda de espaço para publicação exclusivo para assinantes pontuais nos pagamentos. Claramente o objetivo era evitar a inadimplência e, em conjunto, apresentar uma regalia que poderia garantir as renovações de assinaturas. Como terceira observação está a circunstância de livre e gratuita publicação dos que, a julgo do editor, trouxessem retornos positivos em contribuição ao comércio, à indústria e à lavoura na província paranaense. Esta decisão aponta o interesse, por parte de Candido Martins Lopes, de que seu periódico apresentasse um diferencial ativo e qualitativo à conjuntura socioeconômica no Paraná. Dentre essas publicações, sendo ele mesmo o tipógrafo de manuais escolares produzidos no Paraná, encontram-se assuntos voltados à educação.

IMAGEM 22 – INFORME SOBRE A COBRANÇA DOS ANÚNCIOS A SEREM PUBLICADOS



Aos Srs. assignantes.

D'ora em diante publicaremos gratuitamente todos os annuncios, que não excederem de seis linhas, dos Srs. assignantes que são pontuaes no pagamento de suas assignaturas.

Tambem daremos publicidade, sem retribuição alguma, a qualquer artigo que interesse ao commercio, á industria ou á lavoura da provincia.

CURITYBA — TYP. DE C. M. LOPES

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 1.

Voltando à primeira edição do *Dezenove de Dezembro*, a estrutura destinada ao corpo do texto era dividida em duas colunas[216] e continha quatro páginas. A seção de anúncios vinha na última, sendo que nesta edição inaugural — provavelmente pelo ainda não conhecimento dos cidadãos sobre o periódico que viria entrar em circulação — foi destinado pequeno sítio. Ao final da última página, todas as edições continham o nome da tipografia em que o *Dezenove de Dezembro* era confeccionado e posto em circulação e de seu proprietário.

[216] Anos à frente, foi dividida em quatro colunas e continha até seis páginas.

IMAGEM 23 – QUARTA PÁGINA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO*

4 O DEZENOVE DE DEZEMBRO.

ANNUNCIOS.

ALERTA!

RUA DA CARIOCA N.° 20.

SOARES & AZAMBUJA, com loja de fazendas inglezas, francezas e armarinho, tudo pelos preços do Rio de Janeiro, participão ao respeitavel publico que acabão de receber um grande sortimento de fazendas modernas, roupa feita e generos de armarinho, e que tudo venderão por preços muito modicos.

ULTIMA HORA.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 4.

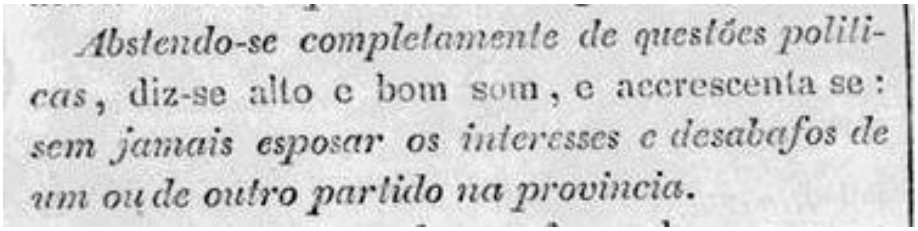
O conteúdo de apresentação do jornal, situado logo na primeira página da edição de 1 de abril de 1854, objetivava esclarecer as intenções de sua criação, e o desejo de que sua atuação como imprensa pudesse render qualitativamente à recém-província. Nesse viés de cotejamento analítico, o texto aponta uma imprensa operando em prol da sociedade, que, sendo espaço informativo de conteúdo sobre o Paraná oitocentista, auxiliava na definição da identidade e pertencimento, realizando assim, a inter-relação da imprensa com a educação no circuito de comunicação. Embora Candido Martins Lopes dissesse abdicar-se de tomar partido político, Pilotto (1976, p. 8) identifica uma inclinação neste aspecto do papel do *Dezenove de Dezembro* como imprensa, com base nesta declaração do editor:

> O *Dezenove de Dezembro* não hesita, pois, um momento na vereda, que deve trilhar: o patriotismo tanto como seu próprio interesse, traça-lhe em alto brado, o programa, que, em sua carreira, longa, ou breve, próspera, ou não afortunada, cumpre-lhe desempenhar. Este programa é: informar o público do procedimento do governo da província, e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de seus atos oficiais, apontar e discutir com a devida circunspecção as medidas que mais consentâneas

> forem ao engrandecimento da província, aceitando neste sentido, para dar à luz da imprensa, escritos e informações de quem quer que esteja no caso de lh'os ministrar, *abstendo-se completamente de questões políticas*.[217]

E segue, colocando a fonte do trecho em itálico, claramente em tom de destaque e chamativo à leitura, declarando não assumir questões políticas.

IMAGEM 24 – "ABSTENDO-SE COMPLETAMENTE DE QUESTÕES POLÍTICAS"


Abstendo-se completamente de questões políticas, diz-se alto e bom som, e accrescenta se: *sem jamais esposar os interesses e desabafos de um ou de outro partido na provincia.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.

Contudo, suas publicações estavam repletas de conteúdo que informava a sociedade paranaense sobre o "procedimento do governo da província", o que aponta sua condição de sofrer e causar influência política, intelectual e publicitária, mesmo que almejando, em confesso, a neutralidade. Conforme Celina Midori Murasse Mizuta (2012, p. 3) esta condição estava "camuflada sob a forma de imparcialidade político-partidária".

> Em verdade, quando os esforços do governo, e todos os passos que ele dá, revelam a benéfica intenção, que nutre, de chamar à concórdia ânimos dos paranaenses, quando essa é, na opinião dos homens imparciais, a mais vital necessidade da província, que deseja ardentemente ver cicatrizadas, com o bálsamo sagrado da conciliação, as chagas sangrentas e profundas das passadas discórdias, fora da parte de um estabelecimento tipográfico, *vindo da corte, por sua própria inspiração*, para o fim de trazer uma pedra, senão angular, mui ajustada, ao menos, ao edifício magnífico da criação desta província, fora, dizemos, um erro imperdoável e rematada imprudência excitar com questões de partido, e artigos de política, esses ódios inveterados, que convém a todo custo atenuar e mesmo desvanecer. E, por outro lado, a própria conveniência desta publicação a desvia de envolver-se em polêmicas de partido, porque não há *expediente mais seguro para ter uma folha vasto círculo de assinantes*, e, consequentemente, *dilatados anos de existência*, do que essa formal abstenção de política partidária.[218]

Para Candido Martins Lopes, adotar a conduta apartidária diminuiria possíveis rivalidades ou apatia com relação ao seu impresso e provocaria

---

[217] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1.
[218] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1, grifos meus.

reconhecimento e motivação nos leitores. Como estratégia de venda e obtenção de público fidelizado, acreditava que essa conduta, consequentemente, passaria confiança da veracidade das publicações, garantindo-lhe um “expediente mais seguro para ter uma folha vasto círculo de assinantes”, e, consequentemente, “dilatados anos de existência”, ou seja, melhor retorno financeiro.

Ainda nesse relato do editor, identifica-se a afirmação de que a família Lopes em primeira instância, mudara-se para o Paraná, e somente após atenderam o pedido de servir à administração ao publicar os atos oficiais, quando diz: “fora da parte de um estabelecimento tipográfico, vindo da corte, por sua própria inspiração”.

Após um ano e três dias da publicação da edição inaugural, o jornal sofreu uma pequena alteração no nome, sendo retirado o artigo “o”, e enfim, passando a ser nomeado *Dezenove de Dezembro*.

IMAGEM 25 – ALTERAÇÃO DO NOME PARA *DEZENOVE DE DEZEMBRO*

Dezenove de Dezembro

ANNO II. QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1855. N.º 1.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todas as quartas-feiras, e para elle subscreve-se em casa do proprietario, na cidade de Curityba, rua das Flôres n. 8.

Os annuncios dos srs. assignantes pagarão uma modica retribuição, e dos que o não forem 100 rs. por linha. Communicados, correspondencias e outras publicações conforme o ajuste. Folha avulsa 160 reis.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.

Pagos adiantados:

Por anno..... 3$000
Por semestre..... 4$000
Por trimestre..... 2$500

PARTIDA DOS CORREIOS.

Os correios no mez de abril, partirão para marinha nos dias 2, 9, 16, 23 e 30, e para o interior nos dias 6, 13, 20 e 27. As malas fechão-se nas vesperas da partida dos correios.

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.

Governo da provincia—S. Ex.ª o sr. conselheiro presidente da provincia dá audiencia todos os dias uteis, desde ás 10 horas da manhã até ao meio dia.
Chefe de Policia—O Dr. chefe de policia todos os dias uteis, a todas as horas
Quarta Feira—Aud. do juiz de direito ás 10 horas.
Quinta Feira—Aud. do juiz municipal ás 10 horas, do juiz commercial ás 11, e do delegado de policia ao meio dia.
Sexta Feira—Aud. do juiz d'orphãos ás 10 h.
Sabbado—Aud. do juiz de direito ás 10 h.

MUSEU PARANAENSE BIBLIOTECA

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 4 abr. 1855, p. 1.

Outra mudança é notória, e aponta a preocupação do editor em aperfeiçoar o seu veículo de comunicação: a moldura. Agora, é ainda mais elaborada, o que demonstra um investimento para com a ilustração e potencialidade de impressão por parte da Typographia Paranaense.

Assim como realizar a análise dos registros tipográficos da edição inaugural do veículo de comunicação que representa a imprensa no circuito de comunicação, faz-se interessante observar as marcas da última edição de 1871, a mesma que foi publicada na data do falecimento de Candido Martins Lopes, e delineia o período de

recorte desta dissertação.

IMAGEM 26 – EDIÇÃO VINDA A PÚBLICO NA DATA DO FALECIMENTO DE CANDIDO MARTINS LOPES

Anno XVIII. **DEZENOVE DE DEZEMBRO** N. 1263.

Propriedade de C. MARTINS LOPES.

QUARTA-FEIRA — 27 DE DEZEMBRO DE 1871.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO GERAL.

MINISTERIO DA AGRICULTURA.

GOVERNO PROVINCIAL.

MANCHADO

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 1.

O título já não vem acompanhado de bordas, mas apresenta-se ainda em destaque no cabeçalho e centralizado na página. Esse aspecto traz limpeza visual e equilíbrio à folha, já que o conteúdo no corpo do texto aumenta, ocupando agora quatro colunas. Dividido em sessões, eram na primeira página que os atos governamentais eram expostos. Na última página, como de praxe do *Dezenove de Dezembro*, continha a seção de anúncios, que nessa edição, ocupava três colunas, permitindo espaços para que alguns textos pudessem conter ilustração.

IMAGEM 27 – SEÇÃO DOS ANÚNCIOS

ANNUNCIOS.

AVISO.

Lembramos aos Srs. assignantes desta folha o pagamento de suas assignaturas.

João Pereira Jorge agradece cordialmente a todos os seus parentes e amigos que se dignarão acompanhar os restos mortaes de seu presado irmão Francisco Pereira Jorge; e desde já convida-os para assistirem a missa por alma do mesmo que terá logar sexta feira 29 do corrente as 8 horas da manhã na igreja matriz.

Curityba, 27 de Dezembro de 1871.

Nova typographia se dirá quem precisa alugar um cosinheiro ou cosinheira.

Flôr do Paraná.

Por autorisação do Sr. presidente convido os Srs. socios para a partida de installação da sociedade, que terá logar no dia 1.° de Janeiro proximo, na casa á rua do Aquidaban n. 17, para onde foi transferida.

Roga aos Srs. socios e convidados que não levem criados, os quaes não serão admittidos. A sociedade fornece o serviço de que precisarem.

Curityba, 27 de Dezembro de 1871.—O 1.° secretario, *Ferdinando C. Marques.*

APROVEITEM.

Vende-se em casa de Domingos Correa Pinto, 10 sacos de feijão a 12$000 o saco, e gelatina a 540 a lata

---

COLLEGIO MUELLER

Annuindo ao desejo de alguns paes de familia, admittirei um numero limitado de alumnos externos, que estiverem promptos para as materias do ensino secundario, ou que, no fim do anno lectivo, poderem fazer o exame de 1.° lettras. A esta ultima classe offerece-se um curso de francez.

As aulas abrir-se-hão no dia 8 de Janeiro de 1872.

1871.—*Jacob Mueller.*

Cartas de enterro

para anjos e adultos, vendem-se nesta typographia.

Pilulas de Holloway

Unguento de Holloway

Creditos modernos

a 4U000 o cento, vendem-se nesta typographia.

Salsaparrilha de Ayer

S. A. JOLIVEIRA

unicos agentes em Curityba

E — LARGO DA MATRIZ — E.

TYPOGRAPHIA

DEZENOVE DE DEZEMBRO,

Nesta officina imprimem-se facturas, circulares, contas, creditos, guias, etc., com nitidez e por preço commodo.

AUDIENCIAS.

PARTIDA DOS CORREIOS.

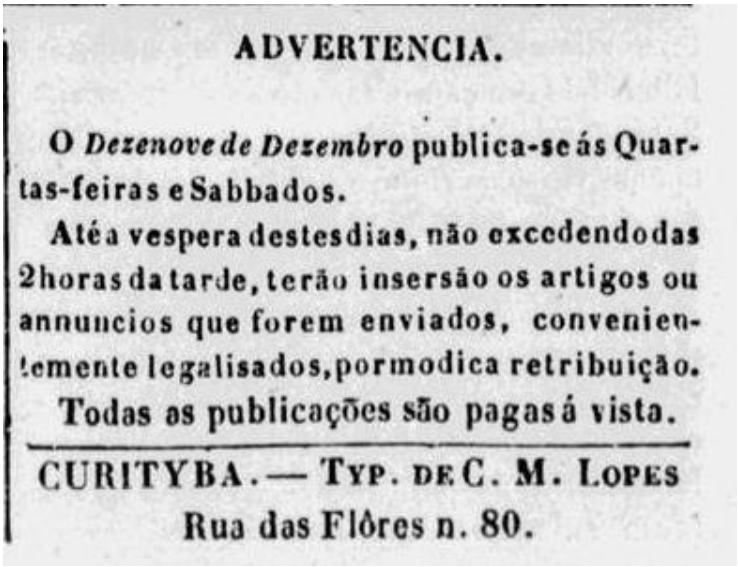
CHEGADA DOS CORREIOS.

ADVERTENCIA.

CURITYBA. — Typ. de C. M. Lopes
Rua das Flores n. 30.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 4.

IMAGEM 28 – PROGRAMAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE ANÚNCIOS PARA A EDIÇÃO



ADVERTENCIA.

O *Dezenove de Dezembro* publica-se ás Quartas-feiras e Sabbados.

Até a vespera destes dias, não excedendo das 2 horas da tarde, terão insersão os artigos ou annuncios que forem enviados, convenientemente legalisados, por modica retribuição.

Todas as publicações são pagas á vista.

CURITYBA. — Typ. de C. M. Lopes
Rua das Flôres n. 80.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 4.

Na última seção que trata de advertência, vindo pequena, no canto inferior direito, sentido de quem lê, o *Dezenove de Dezembro* traz o diferencial de não apresentar preços, dizendo apenas “por módica retribuição”, mas destaca a programação de horário limite para submissão de novo texto. Também consta a informação de que mais uma vez havia mudado a numeração do endereço da Typographia Paranaense.

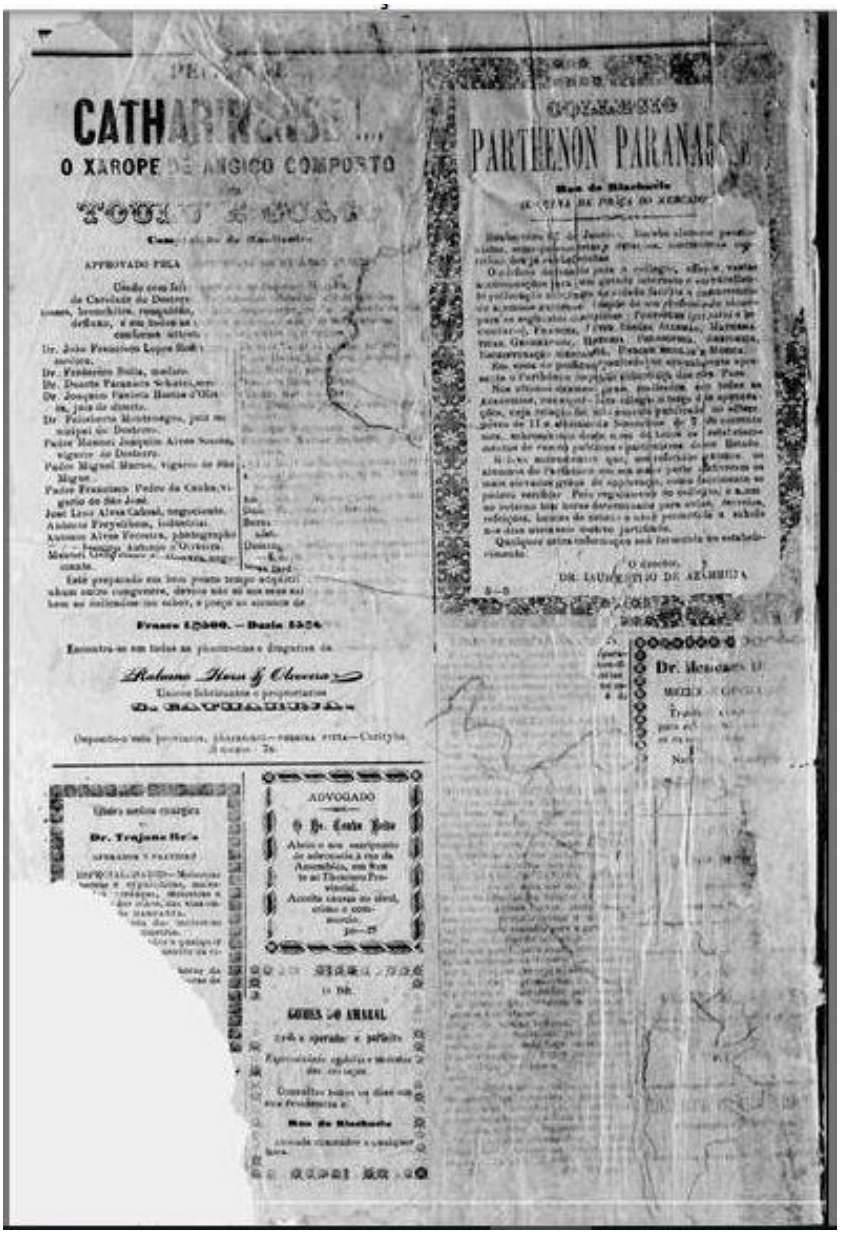
Avançamos o recorte quase duas décadas, a título de busca pela identificação da atuação do *Dezenove de Dezembro*, no aspecto de seu valor histórico para o Paraná como primeiro e importante veículo de comunicação utilizado como imprensa no século XIX na província — compondo a quarta etapa da configuração do circuito de comunicação dos manuais escolares produzidos na Província do Paraná para a instrução primária: assim como sua origem, cabe relatar o seu fim.

A sua última edição, encontrada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é a de número 12, da data de 15 de fevereiro de 1890. Nesta, o título, centralizado e de tamanho maior, apresenta a fonte cursiva, com caligrafia aprimorada. O corpo do texto é dividido em quatro colunas e dispõe de quatro páginas, sendo que a seção dos anúncios encontra-se naquela que finda a edição, ocupando a página inteira.

IMAGEM 29 – CAPA DA ÚLTIMA VERSÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* DISPONÍVEL NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00012, 15 fev. 1890, p. 1.

IMAGEM 30 – SEÇÃO DE ANÚNCIOS DA ÚLTIMA VERSÃO DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* DISPONÍVEL NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL



FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00012, 15 fev. 1890, p. 4.

Conforme Pilotto (1976), na data de 02 de abril de 1890, o então editor Jesuíno da Silva Lopes, lembra que no dia anterior o periódico completara trinta e seis anos de existência e circulação, e que o sentimento de orgulho e satisfação se fazia presente ao recapitular sua atuação e concluir que perdurou longo período e que foi firmado o importante papel que representou à imprensa do Paraná.

No dia 09 de abril de 1890, veio à luz o exemplar de despedida “com a primeira página ocupada com o longo teor do decreto de 19 de março, que sujeitava a imprensa ao regime do decreto nº 88, de 23 de dezembro de 1889, limitando-lhe

assim, a liberdade" (PILOTTO, 1976, p. 21). Em sequência, havia a seguinte nota explicativa: "A vista desse decreto, o *Dezenove de Dezembro* suspende temporariamente a sua publicação, até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa."[219]

Os anos que perdurou o *Dezenove de Dezembro*, desde sua criação até seu término (1854-1890), praticamente coincidem com o período desde a emancipação da Província do Paraná até a Proclamação da República. Essa quase simultânea existência conduz à conclusão de que "suas páginas podem conter registros preciosos que permitiriam ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a história do Paraná e também sobre a história da educação paranaense" (MIZUTA, 2012, p. 4).

Certamente, os relatórios de governo servem também como espaço de divulgação dos livros escolares ao delinearem as obras que deveriam ser adotadas para uso na instrução primária no Paraná da segunda metade do oitocentos. A divulgação por relatório também ocorre, mesmo que indiretamente, no instante em que tece a importância da existência de uma imprensa local, sendo esta a divulgadora dos livros. As falas do presidente Antonio Luiz de Carvalho, no relatório de 15 de fevereiro de 1870, exemplificam a dedicação de valor à imprensa local, sendo que: "Em toda parte do Império a imprensa é cara, e não pode deixar de ser enquanto os seus fornecimentos vierem do estrangeiro por súbitos preços sujeitos às oscilações dos mercados".

O códice 119[220], nos registros, expõe os livros escolares, dentre outros materiais para a instrução primária que foram entregues para adoção e uso nas escolas. Esta ocorrência também leva a uma propaganda das obras que deveriam circular.

2.1.1 "Vende-se nesta typographia": divulgando e distribuindo os livros escolares para a instrução da mocidade.

Completando as funções que Candido Martins Lopes desenvolveu no circuito de comunicação, sua Typographia Paranaense apresenta-se agora como

---

[219] *Dezenove de Dezembro*, em 09 abr. 1890.
[220] Trago exemplos de registros presentes no códice 119 ao tratar a atuação da administração pública como distribuidor, na subseção 2.2, nesta dissertação.

local de distribuição de manuais escolares produzidos na província paranaense para o ensino primário. A oferta dessas obras era tanto para a administração provincial — que as repassava para o uso nas escolas —, como para compra direta a quem interessasse a aquisição do produto.

Por certo, Candido Martins Lopes, com sua tríplice função no circuito de comunicação — tipógrafo, divulgador e distribuidor — firma-se como um indivíduo alicerce para a História da Educação, tendo contribuído, em destaque nesta pesquisa, para a instrução primária.

Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira Lima, em sua tese publicada em 2015, que tinha como objetivo identificar relações socioculturais da Loja do Livro Verde na segunda metade do oitocentos, identifica como os anúncios publicados em Campos dos Goytacazes[221] por José Vaz Correa Coimbra, que eram destinados à divulgação de mercadorias e livros, revelavam, assim como observado na província paranaense, o funcionamento da instituição de ensino — que no caso do circuito de comunicação do Paraná percebe-se pela existência de produção local de manuais escolares para a mocidade. Para a autora, "significava que bons ventos acenavam para o comércio livreiro e de materiais escolares — o comércio da instrução." (LIMA, 2015, p. 51).

Na análise das marcas tipográficas, aqui desenvolvida, buscou-se explorar a materialidade nos reincidentes anúncios do mesmo produto, identificando se sofreram alterações, explorando as nuances, tamanho e tipo das fontes, espaço utilizado na página, bem como se houve diferenças entre o modo como Candido Martins Lopes divulgava os manuais escolares produzidos na província e como eram divulgados os livros provenientes de outros lugares no mesmo período.

Durante o cotejamento dos anúncios no recorte de 1854 a 1871, foi identificado que não houve ilustrações para as propagandas dos manuais escolares de produção local para o ensino primário.

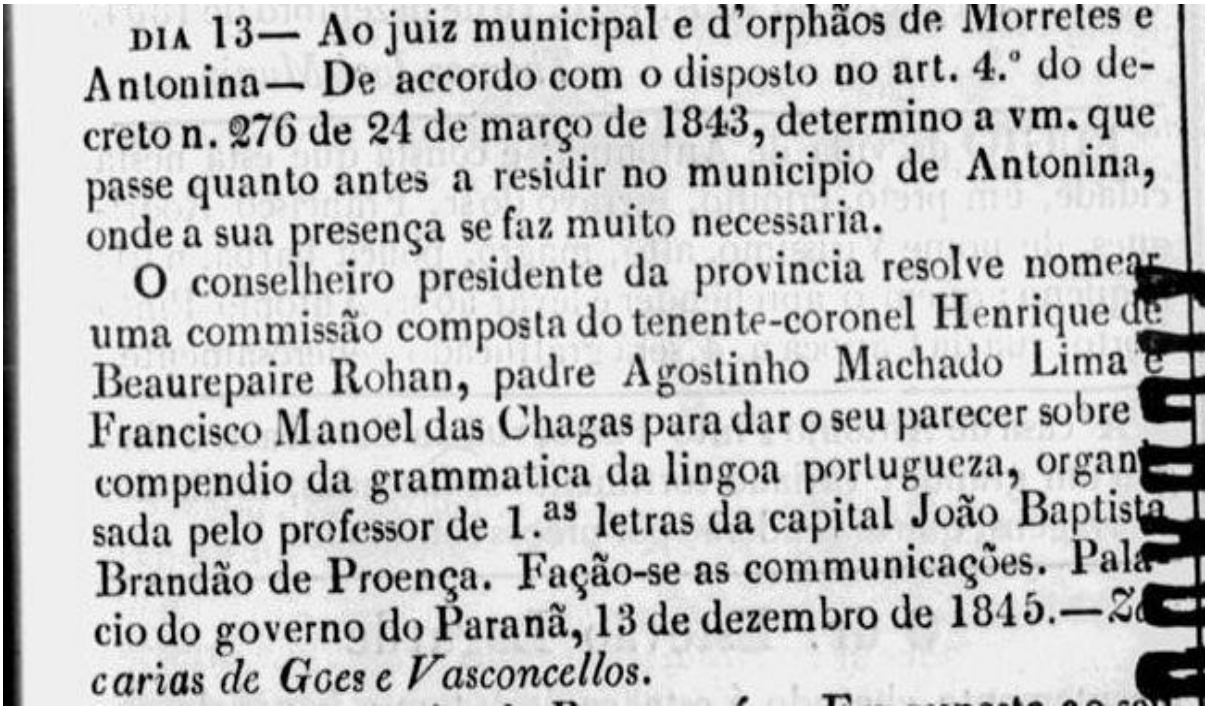
O *Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa*, de João Baptista Brandão de Proença, apareceu uma única vez no *Dezenove de Dezembro*, sendo a ocasião na edição 40 de 1854, na primeira coluna da página 3, na seção nomeada como "expediente do dia 9 de dezembro", entre informativos de assuntos judiciários.

---

[221] Rio de Janeiro.

A publicação foi escrita pelo então presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcellos.

IMAGEM 31 – PUBLICAÇÃO SOBRE O *COMPÊNDIO DE GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUESA* DE JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA



DIA 13— Ao juiz municipal e d'orphãos de Morretes e Antonina— De accordo com o disposto no art. 4.º do decreto n. 276 de 24 de março de 1843, determino a vm. que passe quanto antes a residir no municipio de Antonina, onde a sua presença se faz muito necessaria.

O conselheiro presidente da provincia resolve nomear uma commissão composta do tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, padre Agostinho Machado Lima e Francisco Manoel das Chagas para dar o seu parecer sobre o compendio da grammatica da lingoa portugueza, organisada pelo professor de 1.as letras da capital João Baptista Brandão de Proença. Fação-se as communicações. Palacio do governo do Paraná, 13 de dezembro de 1845.—*Zacarias de Goes e Vasconcellos.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00040, 30 dez. 1854, p. 3.

Nela é instituída a comissão de avaliação para dar o parecer do compêndio de João Baptista Brandão de Proença. O resultado não pôde ser encontrado, tendo em vista não haver mais publicações sobre essa obra no periódico, assim como há ausência do encaminhamento desta avaliação após averiguação das correspondências de governo e relatórios.

Já com relação ao *Compêndio de Arithmetica Pratica*, de Manoel Augusto de Figueiredo, o primeiro manual escolar para a instrução primária produzido na Província do Paraná, este aparece em 77 anúncios durante os anos de 1856 a 1860, e uma vez na segunda coluna da página 3, no espaço reservado para publicações de autoria do próprio *Dezenove de Dezembro*, sendo este o primeiro momento em que foi mencionado, em 26 de novembro de 1856[222]. Nessa aparição, a Typographia Paranaense informa que a obra acabara de ser publicada e deseja acolhida vindoura

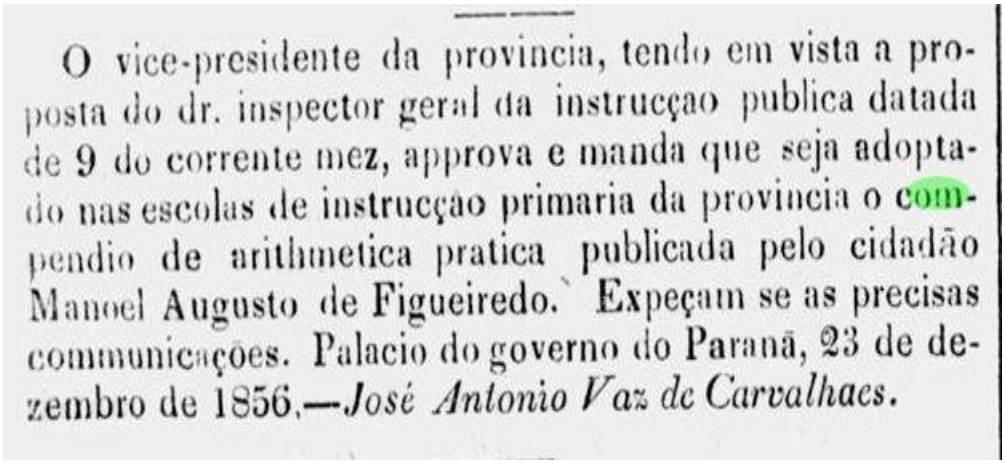
[222] Ver Imagem 1.

por parte da população.

Pouco mais de um mês depois, é publicado informativo como circular que inicia solicitando o fazer “constar aos professores”[223] que fora adotado o livro didático de Manoel Augusto de Figueiredo. No mesmo texto, há declaração do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, determinando que as condições do compêndio fossem tomadas como modelo para outros livros destinados ao ensino. Essa publicação aponta uma possível estratégia de divulgação e garantia de espaço no mercado.

Mesmo assinado com data de dezembro de 1856, foi em fevereiro de 1857 que o *Dezenove de Dezembro*, mais uma vez na seção de avisos, publicou que o *Compêndio de Arithmetica Pratica* havia sido aprovado e que o vice-presidente da província determinara que fosse “adotado nas escolas de instrução primária” (Imagem 32).

IMAGEM 32 – PUBLICAÇÃO QUE INFORMA SOBRE A ADOÇÃO PARA O ENSINO DO *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*, EM FEVEREIRO DE 1857



O vice-presidente da provincia, tendo em vista a proposta do dr. inspector geral da instrucçao publica datada de 9 do corrente mez, approva e manda que seja adoptado nas escolas de instrucçao primaria da provincia o compendio de arithmetica pratica publicada pelo cidadão Manoel Augusto de Figueiredo. Expeçam se as precisas communicações. Palacio do governo do Paraná, 23 de dezembro de 1856.—*José Antonio Vaz de Carvalhaes.*

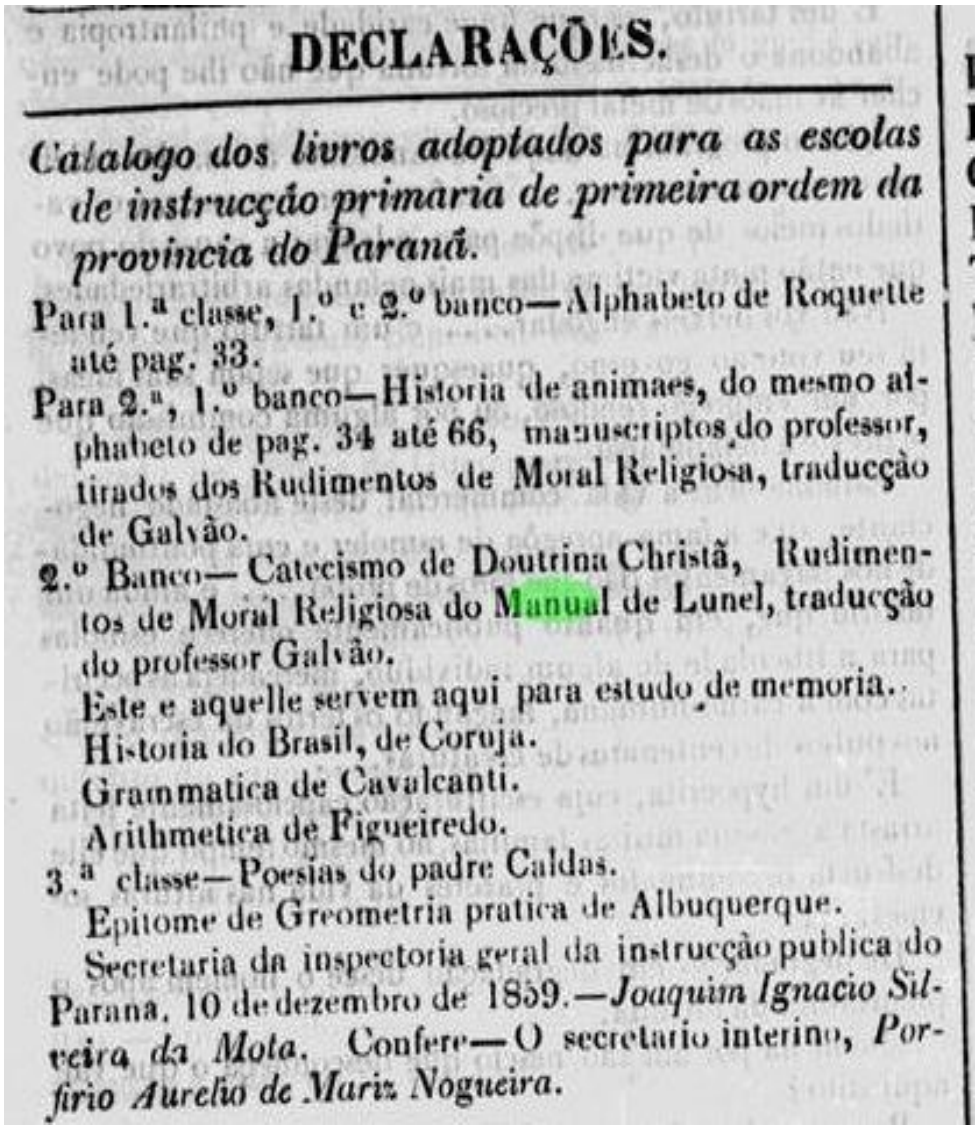
FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00046, 11 fev. 1857, p. 4.

Dentre os vários anúncios e circulares, houve duas formatações de apresentação, que se repetiam ou alteravam-se em pequenos detalhes: como listagem, juntamente com outros títulos de manuais escolares produzidos no Paraná e/ou de livros de fora da província, como também outros materiais de utilidade para o ensino. Como exemplo, a Imagem 33, em que aparece em uma declaração de livros adotados para a instrução primária, já que as determinações por parte do

[223] Ver Imagem 2, por Silveira da Mota.

governo, principalmente as publicadas em espaço de grande circulação e acesso como o *Dezenove de Dezembro*, podem ser vistas como estratégia de destaque do título e, consequentemente, divulgação.

IMAGEM 33 – DECLARAÇÃO DE CATÁLOGO DE LIVROS ADOTADOS, DENTRE ELES ANÚNCIO DE PUBLICAÇÃO SOBRE O *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*



DECLARAÇÕES.

Catalogo dos livros adoptados para as escolas de instrucção primaria de primeira ordem da provincia do Paraná.

Para 1.ª classe, 1.º e 2.º banco—Alphabeto de Roquette até pag. 33.

Para 2.ª, 1.º banco—Historia de animaes, do mesmo alphabeto de pag. 34 até 66, manuscriptos do professor, tirados dos Rudimentos de Moral Religiosa, traducção de Galvão.

2.º Banco—Catecismo de Doutrina Christã, Rudimentos de Moral Religiosa do Manual de Lunel, traducção do professor Galvão.

Este e aquelle servem aqui para estudo de memoria.

Historia do Brasil, de Coruja.

Grammatica de Cavalcanti.

Arithmetica de Figueiredo.

3.ª classe—Poesias do padre Caldas.

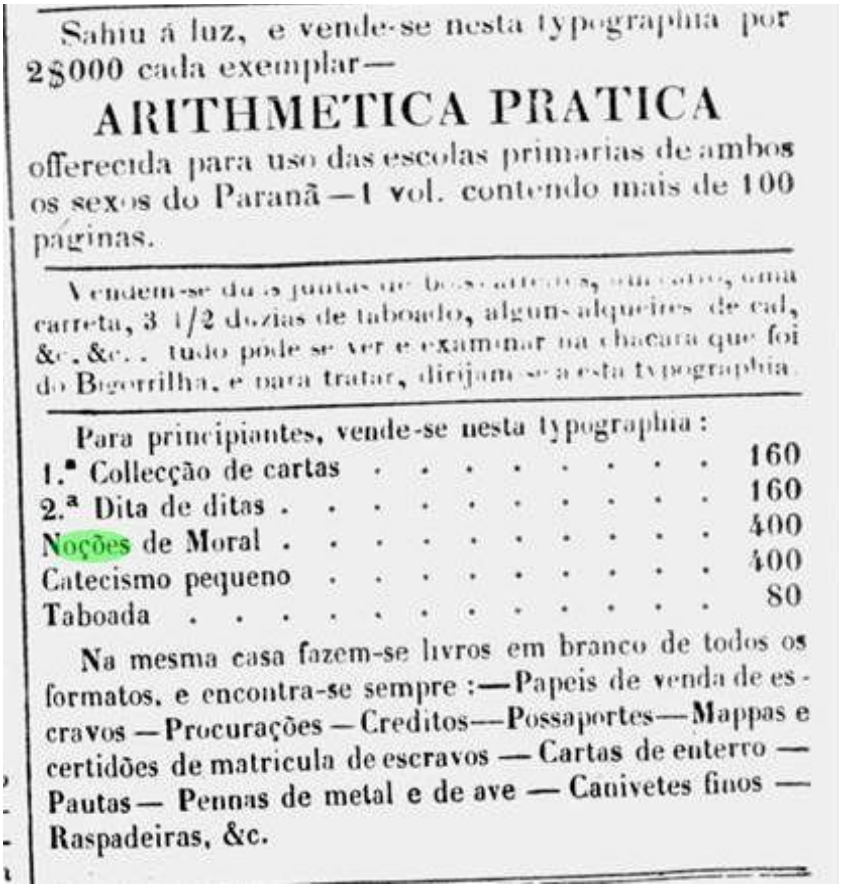
Epitome de Geometria pratica de Albuquerque.

Secretaria da inspectoria geral da instrucção publica do Parana, 10 de dezembro de 1859.—*Joaquim Ignacio Silveira da Mota.* Confere—O secretario interino, *Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00201, 7 mar. 1860, p. 4.

O segundo modelo é o que consta na Imagem 34, colocando em evidência o nome da obra com fonte em caixa-alta e no topo do anúncio, tornando-se assim mais chamativo em comparação com os outros livros. Muitas vezes, não aparecia acompanhado com outros textos e produtos.

IMAGEM 34 – ANÚNCIO DE “VENDE-SE NESTA TYPOGRAPHIA” O *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*



Sahiu á luz, e vende-se nesta typographia por 2$000 cada exemplar—

ARITHMETICA PRATICA

offerecida para uso das escolas primarias de ambos os sexos do Paraná—1 vol. contendo mais de 100 paginas.

Vendem-se duas juntas de bois ardidos, um cabo, uma carreta, 3 1/2 duzias de taboado, alguns alqueires de cal, &c. &c. tudo pode se ver e examinar na chacara que foi do Bigorrilha, e para tratar, dirijam-se a esta typographia.

Para principiantes, vende-se nesta typographia:

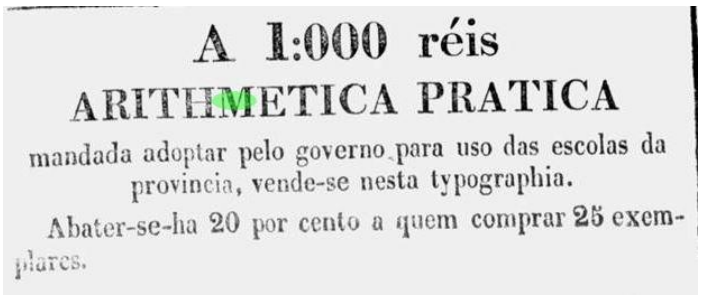
1.ª Collecção de cartas	160
2.ª Dita de ditas	160
Noções de Moral	400
Catecismo pequeno	400
Taboada	80

Na mesma casa fazem-se livros em branco de todos os formatos, e encontra-se sempre:—Papeis de venda de escravos—Procurações—Creditos—Possaportes—Mappas e certidões de matricula de escravos—Cartas de enterro—Pautas—Pennas de metal e de ave—Canivetes finos—Raspadeiras, &c.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00036, 3 dez. 1856, p. 4.
NOTA: O anúncio ocupa grande espaço na última coluna da p. 4.

Ao informar, por meio de anúncios no *Dezenove de Dezembro*, que “vende-se nesta typographia” manuais escolares produzidos na província para a instrução pública, Candido Martins Lopes se fez conhecer como distribuidor de livros no circuito de comunicação.

IMAGEM 35 – ANÚNCIO DE OPÇÃO DE DESCONTO NA COMPRA DE EXEMPLAR DO *COMPÊNDIO DE ARITHMETICA PRATICA*



A 1:000 réis

ARITHMETICA PRATICA

mandada adoptar pelo governo para uso das escolas da provincia, vende-se nesta typographia.

Abater-se-ha 20 por cento a quem comprar 25 exemplares.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0001, 1 abr. 1857, p. 4.

Na primeira coluna da página 4, claramente em destaque ao se comparar com outros anúncios, exatos três anos após a inauguração do *Dezenove de Dezembro*, aparece uma promoção do primeiro manual escolar para a instrução primária no Paraná, “20% para quem comprar mais de 25 exemplares”[224]. Este desconto pode ser percebido como plano para atrair grandes compras e incentivar o seu fornecimento para outros distribuidores, sendo eles lojas comerciais, livrarias, bibliotecas e a própria administração pública.

TABELA 3 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA *ARITHMETICA PRÁTICA* (1854–1871)[225]

Livro	**Anos**				
***Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo**	**1856**	**1857**	**1857**	**1858**	**1859**
Preço	2$000	1$600	1$000 (há desconto pra compras acima de 25 exemplares).	1$000 (há desconto pra compras acima de 25 exemplares).	1$000 (há desconto pra compras acima de 25 exemplares).

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, jornal *Dezenove de Dezembro* (1854–1871).
NOTA: Tabela elaborada pela autora.

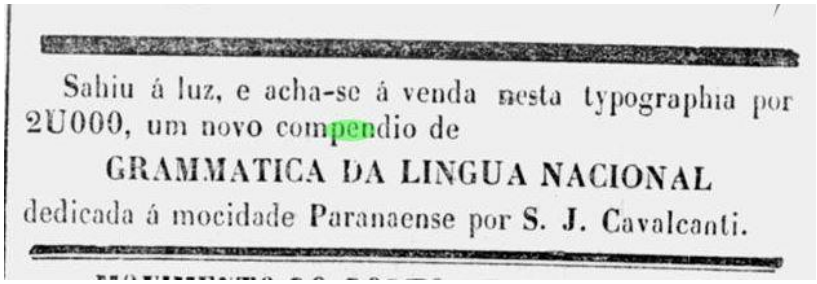
Percebe-se que em 1856, ano de lançamento da obra, o preço de capa era de 2$000; se comparado com outros livros e impressos para a instrução[226], a *Arithmética* apresenta um valor acima dos demais. Porém, no ano seguinte, o preço reduz para 1$600[227], e nos conseguintes até o último anúncio do compêndio, em 1859[228], é vendida por 1$000. Um indicativo para essa redução de 50% é o fato de que essa obra era comprada pelo governo para distribuição e utilização na instrução primária. Neste viés, muitos anúncios com o valor dos descontos para compras acima de 25 exemplares podem ser entendidos no sentido de aumentar as triagens de venda e dar maior acessibilidade para a instrução pública com relação à obra.

A *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti, surge 90 vezes durante os anos de 1857 e 1861, dentro do recorte de 1854 a 1871. Na edição

[224] O valor reduzido já começa a ser concedido uma semana antes, em 25 de março de 1857.
[225] Nas Tabelas 3 a 5, tratam-se dos anos em que apareceram anúncios com informação de valores da obra na Typographia de Candido Martins Lopes. Sobre tabela completa de materiais distribuídos pela tipografia, ver apêndice VI.
[226] Ver Tabela 5.
[227] *Dezenove de Dezembro*, ed. 00044. Data 28 jan. 1857, p. 4.
[228] Contendo a divulgação do preço, no período de 1854 a 1871.

de 4 de novembro de 1857, aparece o primeiro anúncio, no qual lê-se que “sairá à luz, nesta typographia — Grammática da Língua Nacional, dedicada à mocidade paranaense por S. J. Cavalcanti”[229]. Na edição de 18 de novembro de 1857, a gramática é colocada à venda, assim como o *Compêndio de Arithmética Pratica*, ao preço de 2$000.

IMAGEM 36 – DIVULGAÇÃO DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI[230]


Sahiu á luz, e acha-se á venda nesta typographia por 2U000, um novo compendio de
GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL
dedicada á mocidade Paranaense por S. J. Cavalcanti.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00059, 18 nov. 1857, p. 4.

Contudo, a *Gramática de Língua Nacional* difere da *Arithmética* de Manoel Augusto de Figueiredo por não apresentar redução de preços, tornando-se assim a obra com maior valor para compra ofertada pela Typographia de Candido Martins Lopes para a instrução primária.

TABELA 4 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA *GRAMMATICA DA LÍNGUA NACIONAL* (1854–1871)[231]

Livro	**Anos**				
***Grammatica da Língua Nacional*, por Sebastião José Cavalcanti.**	**1857**	**1858**	**1859**	**1860**	**1861**
Preço	2U000	-	2U000	-	-

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, jornal *Dezenove de Dezembro* (1854–1871).
NOTA: Tabela elaborada pela autora.

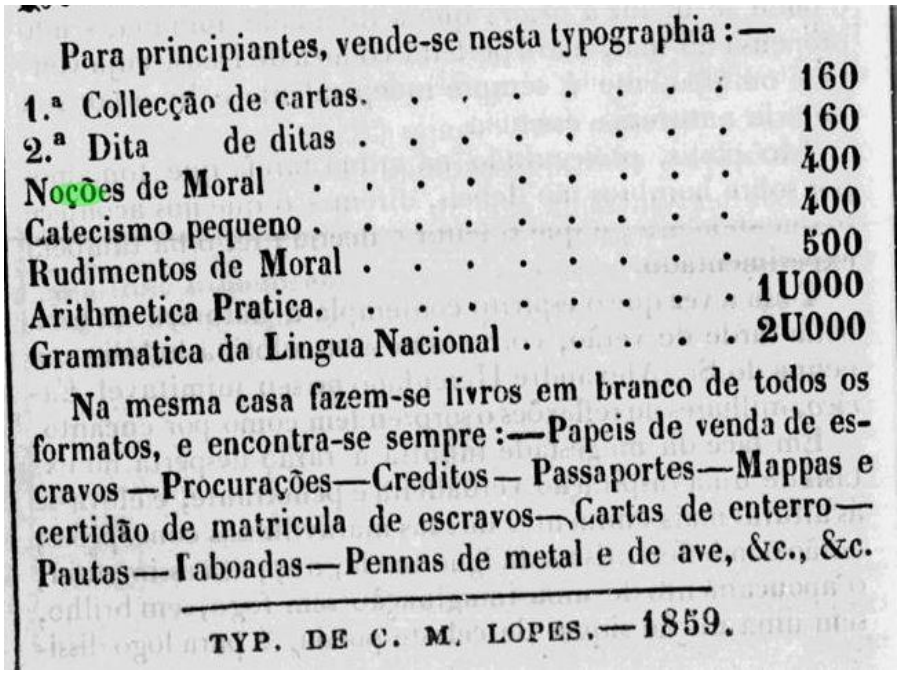
Os constantes anúncios comumente repetem uma formatação, vindo no *Dezenove de Dezembro* na segunda coluna da quarta página, com tamanho razoável, de tal modo que não se tornam tão chamativos em comparação com

[229] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0055. Data 04 nov. 1857, p. 4.
[230] Imagem recortada do *Dezenove de Dezembro*, ed. 00059, 18 nov. 1857, p. 4. É observado que o jornal utiliza símbolos diferenciados para referir-se ao mesmo valor ($, : e U), como consta nos anúncios apresentados nas imagens 34 (dezembro de 1856), 35 e 36 (estes ambos do ano de 1857).
[231] Os hífens referem-se a não divulgação do preço do determinado produto em nenhum anúncio sobre a venda na Typographia Lopes, naquele ano.

outros anúncios. À primeira vista, é o nome da gramática que mais capta atenção na publicidade.

Outra forma de apresentação da obra de Sebastião José Cavalcanti, mas vinda com menor frequência de repetições, foi a listagem seguida de preço (Imagem 37) e acompanhada de outros títulos de livros escolares, além de outros artefatos que eram vendidos na tipografia de Candido Martins Lopes[232].

IMAGEM 37 – ANÚNCIO DE VENDA DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, DE SEBASTIÃO JOSÉ CAVALCANTI



Para principiantes, vende-se nesta typographia :—

1.ª Collecção de cartas.	160
2.ª Dita de ditas	160
Noções de Moral	400
Catecismo pequeno	400
Rudimentos de Moral	500
Arithmetica Pratica.	1U000
Grammatica da Lingua Nacional	2U000

Na mesma casa fazem-se livros em branco de todos os formatos, e encontra-se sempre :—Papeis de venda de escravos —Procurações—Creditos— Passaportes—Mappas e certidão de matricula de escravos—Cartas de enterro— Pautas—Taboadas—Pennas de metal e de ave, &c., &c.

TYP. DE C. M. LOPES.—1859.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 00145, 24 ago. 1859, p. 4.

Ao comparar as obras impressas pela tipografia com outros materiais e livros para a instrução que o senhor Lopes vendia, é expressivo como as de produção local possuíam valores mais elevados[233], principalmente ao ser comparadas com o preço de um volume com 5 textos de romances e novelas, vendido por 1U500. Conforme os anúncios, em matéria de valor, logo após o volume mencionado, está o título *Fáceis Lições, sobre matérias de dinheiro*, colocado à venda por 1U000, preço este da *Arithmética* após a redução de 50% do valor de lançamento. Em sequência, apresenta-se uma considerável redução de preço para 500 réis, valor este para o

[232] Ver apêndice VI.
[233] Com relação à *Arithmética Pratica* de Manoel Augusto de Figueiredo, referente ao preço de lançamento.

Rudimentos de Moral, seguido de 400 réis para a *Noções de Moral* e *Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier*. Depois, há as *Ditas de Phitagoras* de 320 réis, *1ª e 2ª coleção de cartas*, por 160 réis, *Linguagem das folhas, flores, frutos, etc* (100 réis) e, por fim, as *Taboadas pequenas*, por 80 réis. Nenhum desses outros livros e materiais que Candido Martins Lopes vendia apresentou variação de preços durante os anos.

Uma possível razão dos livros impressos na tipografia do Lopes serem mais caros poderia derivar do ineditismo das obras, sendo elas as primeiras confeccionadas na província paranaense, juntamente com a circunstância de custo de produção, haja vista serem todas confeccionadas no Paraná, onde além do serviço de criação na elaboração gráfica da capa, eram usados manufaturas locais, no ainda artesanal processo tipográfico existente na província.

TABELA 5 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS DE LIVROS E MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, VENDIDOS NA TYPOGRAPHIA PARANAENSE DE CANDIDO MARTINS LOPES (1854–1871)[234]

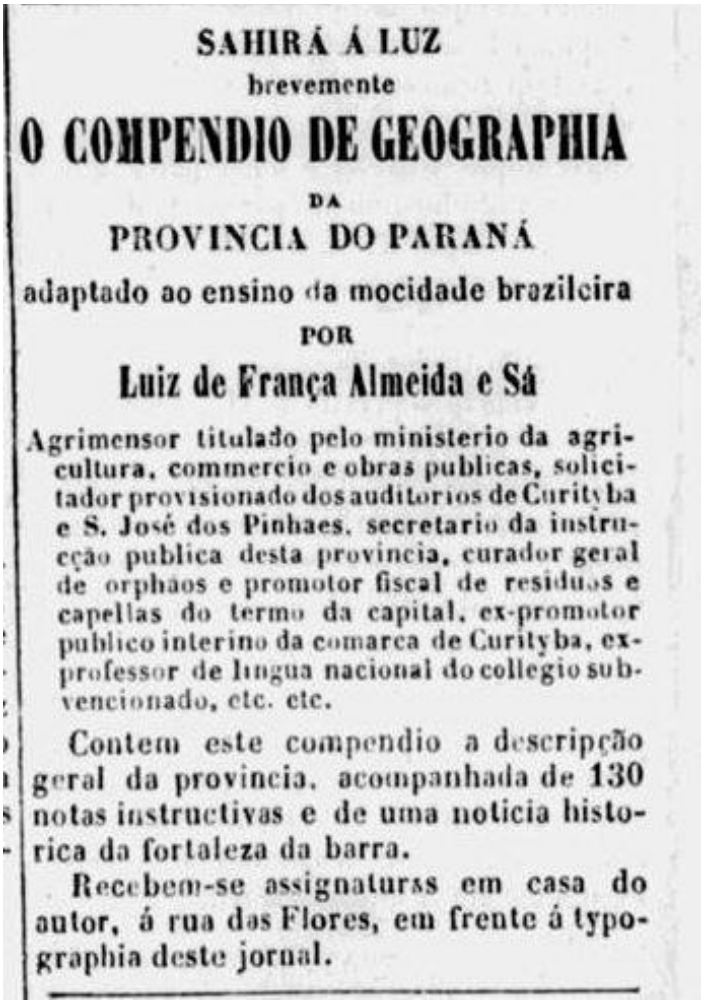
Livros e materiais	**Anos/Preços**					
	1854	**1855**	**1856**	**1857**	**1858**	**1859**
- 1ª e 2ª coleção de cartas	160	160	160	160	160	160
- Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier	400	400	400	400	400	400
- Ditas de Phitagoras	320	320	-	-	-	-
- Fáceis Lições, sobre matérias de dinheiro	1U000	1U000	-	-	-	-
- Linguagem das folhas, flores, frutos, etc.	100	100	-	-	-	-
- Noções de Moral	400	400	400	400	400	400
***- Romances e novelas* (*Maria ou vinte anos depois*; *Januario Garcia*; *As duas órfãs*; *O testamento falso*. Dois belos romances e duas interessantes novelas em 1 volume).**	1U500	1U500	-	-	-	-
- Rudimentos de Moral	-	-	-	-	-	500
- Taboadas pequenas	80	80	80	80	80	-

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, jornal *Dezenove de Dezembro* (1854–1871).
NOTA: Tabela elaborada pela autora.

O *Compendio da Geographia da Província do Paraná*[235], de Luiz de França Almeida e Sá, apresentou publicação no *Dezenove de Dezembro* — até a edição do falecimento do editor Candido Martins Lopes — apenas no ano de 1871.

[234] Os hífens referem-se a não divulgação do preço do determinado produto em nenhum anúncio sobre a venda na Typographia Lopes, naquele ano.
[235] Não houve preços divulgados nos anúncios do *Dezenove de Dezembro* sobre o *Compendio de Geographia da Província do Paraná*.

IMAGEM 38 – ANÚNCIO DE VENDA DO *COMPENDIO DA GEOGRAPHIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ*, DE LUIZ DE FRANÇA ALMEIDA E SÁ



SAHIRÁ Á LUZ

brevemente

O COMPENDIO DE GEOGRAPHIA

DA

PROVINCIA DO PARANÁ

adaptado ao ensino da mocidade brazileira

POR

Luiz de França Almeida e Sá

Agrimensor titulado pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, solicitador provisionado dos auditorios de Curityba e S. José dos Pinhaes, secretario da instrucção publica desta provincia, curador geral de orphãos e promotor fiscal de residuos e capellas do termo da capital, ex-promotor publico interino da comarca de Curityba, ex-professor de lingua nacional do collegio subvencionado, etc. etc.

Contem este compendio a descripção geral da provincia, acompanhada de 130 notas instructivas e de uma noticia historica da fortaleza da barra.

Recebem-se assignaturas em casa do autor, á rua das Flores, em frente á typographia deste jornal.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 01147, 9 nov. 1870, p. 4.

Assim como com o *Compendio de Arithmetica Pratica* de Manoel Augusto de Figueiredo, o autor é descrito positivamente, com a exposição de uma breve apresentação de seus cargos buscando demonstrar ao consumidor a seriedade e a qualificação do autor. Esta é uma estratégia para agregar valor ao livro didático posto à venda.

No cotejamento dos anúncios, observa-se que, sobre a divulgação de livros, é dado um privilégio de espaço, descrição e repetição aos que são catalogados no gênero escolar. O mesmo pode-se dizer de outros artefatos, em que os de caráter educacional, a exemplo de penas, folhas e tabuadas, sofrem reincidências de publicação, indicando que a Typographia Paranaense, por meio do comércio, agia em prol da difusão do ensino, fazendo-se presente nas etapas da imprensa e de distribuidor/fornecedor do circuito de comunicação, e atendendo o acesso ao que o

plano de ensino previa e, principalmente, ao que a necessidade da instrução pública na província paranaense clamava.

Partindo da premissa de entender a configuração do circuito de comunicação dos manuais escolares produzidos na Província do Paraná para o ensino primário, volta-se o olhar para o papel do *Dezenove de Dezembro* como imprensa, e a Typographia Paranaense como lócus de aquisição de objetos escolares para a instrução pública, na perspectiva de que estes refletem, através do que o periódico expunha como publicidade, suas relevâncias à História da Educação.

A seção “anúncios”, como pesquisa, passa a ser um instrumento de cotejamento histórico que disponibiliza horizontes de análise que englobam a cultura material da escola e a difusão do produzir e adquirir os manuais escolares para a instrução primária, e ainda expõem e exploram a diversidade de distribuidores. Eis mais um passo para o vislumbre da configuração do mercado editorial da instrução pública no Paraná do século XIX.

2.2 OS DISTRIBUIDORES DE LIVROS ESCOLARES: VENDENDO PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ.

Havia espaços na Província do Paraná onde os livros escolares de produção local eram postos em circulação para além da tipografia de Candido Martins Lopes. Estes atuavam como pontos de venda direta ao interessado, sendo que alguns até mesmo disponibilizavam para compra outros materiais que eram utilizados para a instrução primária.

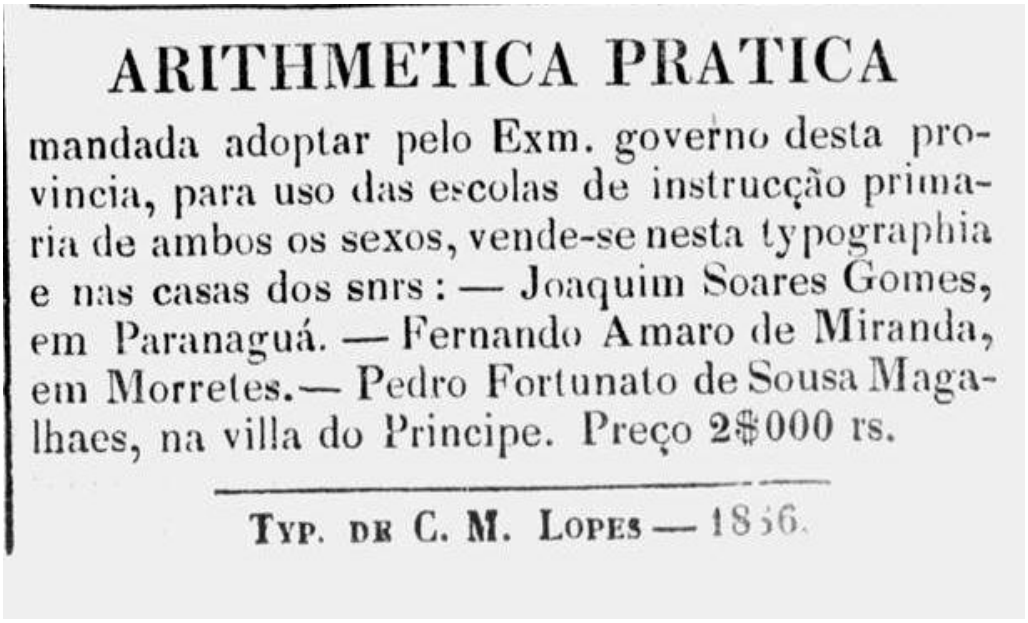
Os distribuidores da província, quando comercializavam os livros que não foram impressos pela Typographia Paranaense, deparavam-se com uma concorrência externa que enviava para o Paraná suas obras, adquiridas por compras feita por professores e pela própria administração da instrução pública do Paraná provincial. Nesta perspectiva, revela-se outro importante distribuidor das obras escolares: o governo, que, com base na demanda levantada pelos inspetores e principalmente pelos professores, procurava cumprir seu papel de providenciar recursos que dessem suporte à educação pública.

Não há como não vislumbrar o quinto momento do circuito de comunicação sem aplicá-lo à tela do comércio do Paraná provincial, explorando a diversidade de

negócios existentes através dos anúncios do periódico *Dezenove de Dezembro* e das correspondências e relatórios do governo[236], que contêm informações das distribuições de materiais e livros escolares para as escolas públicas.

Rocha (2010, p. 31) lembra que "os anúncios publicitários se constituem, pois, num foco de estudo rico de possibilidades como via de acesso a determinadas questões da sociedade que os produz". A variedade de comerciantes que colocavam à venda livros que foram impressos pela tipografia de Candido Martins Lopes, informação esta encontrada nos anúncios do próprio *Dezenove de Dezembro*, trouxe à luz que a Typographia Paranaense atuava, nesta circunstância, também como fornecedor. Um anúncio publicado em 1856 revela essa ocorrência e divulga os nomes das localidades de venda do *Compendio de Arithmetica Pratica*, de Manoel Augusto de Figueiredo.

IMAGEM 39 – DISTRIBUIDORES DO *COMPENDIO DA ARITHMÉTICA PRATICA*, DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM 1856



ARITHMETICA PRATICA

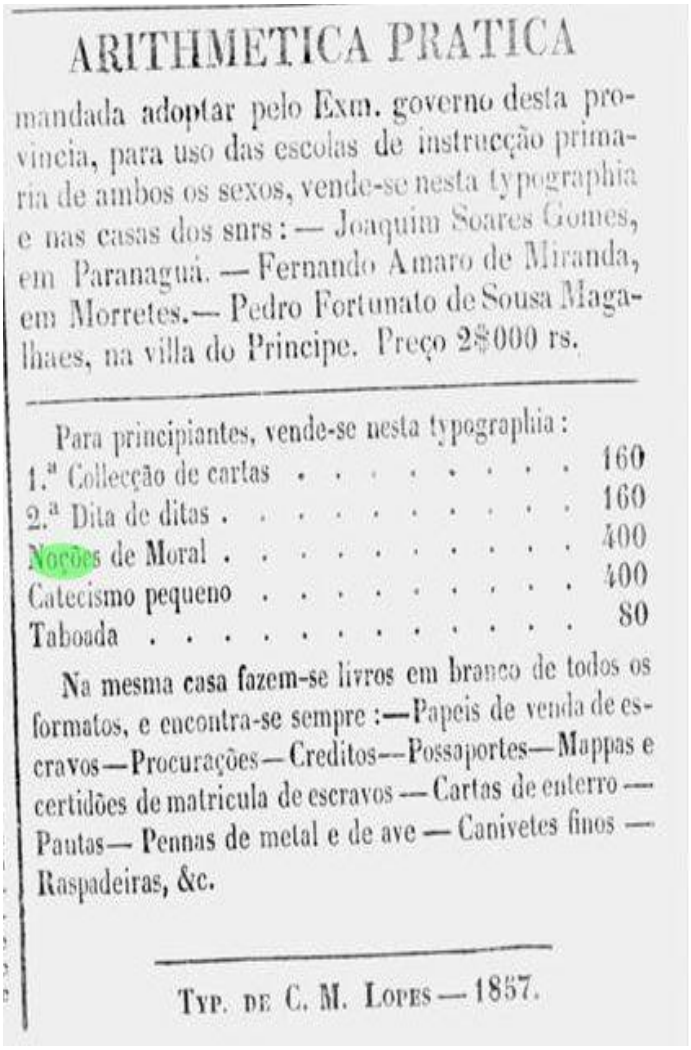
mandada adoptar pelo Exm. governo desta provincia, para uso das escolas de instrucção primaria de ambos os sexos, vende-se nesta typographia e nas casas dos snrs: — Joaquim Soares Gomes, em Paranaguá. — Fernando Amaro de Miranda, em Morretes. — Pedro Fortunato de Sousa Magalhaes, na villa do Principe. Preço 2$000 rs.

Typ. de C. M. Lopes — 1856.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 040, 31 dez.1856, p. 4.

[236] Após colher as informações no periódico *Dezenove de Dezembro* e nos códices e relatórios do governo no Arquivo Público do Paraná, essas foram tabuladas, levantando os seguintes dados: distribuidor, endereço, manuais produzidos na Província do Paraná para a instrução primária, outros livros colocados à venda ou distribuídos, e outros materiais igualmente utilizados na instrução, quantidade, valor e fonte. Após análise, foram elaboradas as tabelas apresentadas nesta dissertação.

IMAGEM 40 – DISTRIBUIDORES DO *COMPENDIO DA ARITHMÉTICA PRATICA*, DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM 1857



ARITHMETICA PRATICA

mandada adoptar pelo Exm. governo desta provincia, para uso das escolas de instrucção primaria de ambos os sexos, vende-se nesta typographia e nas casas dos snrs: — Joaquim Soares Gomes, em Paranaguá. — Fernando Amaro de Miranda, em Morretes. — Pedro Fortunato de Sousa Magalhaes, na villa do Principe. Preço 2$000 rs.

Para principiantes, vende-se nesta typographia:

1.ª Collecção de cartas	160
2.ª Dita de ditas	160
Noções de Moral	400
Catecismo pequeno	400
Taboada	80

Na mesma casa fazem-se livros em branco de todos os formatos, e encontra-se sempre: — Papeis de venda de escravos — Procurações — Creditos — Possaportes — Mappas e certidões de matricula de escravos — Cartas de enterro — Pautas — Pennas de metal e de ave — Canivetes finos — Raspadeiras, &c.

Typ. de C. M. Lopes — 1857.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 058, 14 nov. 1857, p. 4.

Nota-se que a venda era também feita diretamente na casa dos Senhores Joaquim Soares Gomes, de Paranaguá, Capitão Pedro Fortunato Magalhaes, na Vila do Príncipe e Fernando Amaro de Miranda, em Morretes, sendo que este último era reconhecido pelos seus próximos como um homem da poesia, ele chegou a escrever um livro chamado “Pulsações de minha alma”, que seria vendido na tipografia de Candido Martins Lopes por 2$500[237].

Deste modo, averiguando os livros produzidos na Província do Paraná,

[237] *Dezenove de Dezembro*, ed. 00031, 28 out. 1854, p. 6. Porém, até o seu falecimento em 15 de novembro de 1857, não fora publicado, como divulgado em 18 de novembro de 1857, na edição 00059, p. 4, e não se sabe sobre a publicação, haja vista o periódico não comentar mais sobre o título.

configura-se a seguinte exposição de vendas:

QUADRO 2 – DISTRIBUIDORES DOS MANUAIS ESCOLARES QUE FORAM PRODUZIDOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871)

Distribuidor	Livros	Ano	Preço
Administração Pública da Província do Paraná (i)	- *Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo.	1857, 1858, 1862 e 1863	(iii)
	- *Grammatica da Lingua Nacional*, por Sebastião José Cavalcanti	1859 e 1862	(iii)
Fernando Amaro de Miranda (ii)	- *Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo	1857	2$000/ 1$600
Joaquim Soares Gomes (ii)	- *Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo	1857	2$000/ 1$600
Pedro Fortunato de Sousa Magalhaes (ii)	- *Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo	1857	2$000/ 1$600
Typographia de Candido Martins Lopes (ii)	- *Compêndio de Arithmética Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo	1856, 1857, 1858, 1859 e 1860	2$000/ 1$600/ 1$000
	- *Grammatica da Lingua Nacional*, por Sebastião José Cavalcanti	1857, 1858, 1859, 1860 e 1861	2U000
	- *O Compendio Da Geographia da Província do Paraná*	1870	(iii)

FONTES: (i) Arquivo Público do Paraná, Códice 119; (ii) *Dezenove de Dezembro*; (iii) não há informação de preço.

NOTA: Período pesquisado de 1854 a 1871. Os anos apresentados são referentes ao aparecimento no jornal. Quadro elaborado pela autora.

Conforme os anúncios, não são apresentados esses comerciantes vendendo outros materiais para a instrução; contudo, revela-se que os preços deviam ser tabulados, de tal forma que não estimulasse uma concorrência. Outro aspecto possível de observação é o fato de terem participado das vendas — ou ao menos divulgado seus nomes como localidades de encontro dos livros — apenas nos anos de 1856 e 1857, ficando antes disso a Typographia Paranaense como único ponto comerciante das obras, porém dividindo espaço com o próprio governo da província com relação à distribuição[238].

A administração pública do Paraná distribuiu esses livros escolares pela província, adquirindo ela mesma os exemplares da tipografia e enviando às escolas. Essa assertiva pode ser feita ao ser cotejado, *a priori*, os ofícios de envio e recebimento sobre controle e distribuição de materiais realizada e arquivada como códice 119[239].

---

[238] Nota-se que a administração pública apresentava-se apenas como distribuidora. As outras localidades que vendiam esses livros são chamadas aqui de comerciantes.

[239] Encontrado no Arquivo Público do Paraná. O trabalho com essa fonte foi desenvolvido em três

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO *COMPÊNDIO DE ARITHMÉTICA PRATICA*, FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)

	Ano	**Local**	**Quantidade**
Compêndio de Arithmética Pratica, por Manoel Augusto de Figueiredo	1857	Antonina	30
		Curitiba	30
		Curitiba	6
		Guarakessába	6
		Guaratuba	15
		Rio Negro	20
		Vila do Príncipe	20
	1858	Colônia Theresa	10
		Curitiba	16
		Palmas	6
	1862	Ponta Grossa	10
	1863	Curitiba	10
	Total		179

FONTE: Arquivo Público do Paraná, códice 119.

NOTA: Quadro elaborado pela autora. Os dados da distribuição do códice 119 foram elaborados com base nos registros em que estavam escritos o nome do livro e não somente aritmética.

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA *GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL*, FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)

	Ano	**Local**	**Quantidade**
Grammatica da Lingua Nacional, por Sebastião José Cavalcanti	1859	Porto de Cima	03
		Rio Negro	01
	1862	Ponta Grossa	10
		Total	14

FONTE: Arquivo Público do Paraná, códice 119.

NOTA: Quadro elaborado pela autora. Os dados da distribuição do códice 119 foram elaborados com base nos registros em que estavam escritos o nome do livro e não somente gramática.

Como já dito, por ser o primeiro manual escolar produzido na província e ter sido tomado como modelo, haja vista que "nenhum outro pode ser usado no ensino sem que se ache nas mesmas condições"[240], entende-se um possível motivo que dos manuais produzidos na e para a província, o *Compêndio de Arithmética Prática*

---

etapas: primeiramente fotografei todo o códice; no segundo momento, foi realizada a leitura completa ao mesmo tempo em que realizei a terceira etapa, tabulação. Na tabulação foram levantados os dados referentes ao ano, local, livros escolares, outros materiais para a instrução primária e quantidade.

[240] *Dezenove de Dezembro*, ed. 40, 31 dez. 1856, p. 3.

do autor Manoel Augusto de Figueiredo foi o mais distribuído pela administração, apresentando o total de 179 exemplares em 4 anos.

Já a *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti, apresenta pouco índice com base no códice 119, sendo ao total 14, distribuídas em dois anos, além de apenas três localidades receberem esse manual através da disponibilidade da administração. Uma possibilidade dessas poucas unidades poderia ter ocorrido devido a utilização de outras obras que circularam no mesmo período em que a gramática de Calvacanti foi utilizada, como o *Novo método de gramática latina* pelo padre A. Pereira, *Alphabeto portuguez ou novo methodo para aprender a ler em pouco tempo* por JF Roquette (ambos em 1858) e o *Compêndio de Grammatica Philosophica da lingua nacional*, pelo padre Antonio da Costa Duarte (1860).

Embora aparentemente os números demonstrem um tímido alcance dos livros escolares pela província, ela existia. Isso indica que o plano da independência de imprensa e produção de obras locais estava em ação, situação esta que se refere aos processos anteriores do circuito de comunicação — a escrita da obra, impressão, aprovação do governo para a adoção na instrução, compra, e claro, distribuição — dos títulos para a instrução primária paranaense.

Mas não somente os livros de produção local foram distribuídos na instrução. Em verdade, na grande maioria, foram títulos de autores de fora do Paraná e outros materiais para o ensino que mais circularam.

A própria Typographia Paranaense, em muitos anúncios, divulgava e colocava à venda esses outros materiais, conforme listagem presente no Apêndice VI desta dissertação. Seus preços variavam de 80 a 2$000 réis, sendo os de menor valor as *Taboadas pequenas* e os de maior, os manuais impressos pela própria tipografia.

Foram também distribuidores que compunham o quadro de venda do mercado para a instrução primária os elencados no Quadro 5.

QUADRO 5 – DISTRIBUIDORES DE LIVROS E OUTRAS MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)

Distribuidor	**Anos**	**Endereço**
Administração Pública da Província do Paraná.	1858, 1863, 1865 e 1867	(i)
Antiga fábrica de licores	1858	Rua direita, nº 19 (i)
Antônio Gonçalves Ribeiro	1855	Casa dele em Curitiba

Casa nº12	1869	Na rua do Comercio (i)
Encardenação de Cardoso & C.ª	1862, 1863 e 1864	Largo da Matriz (i)
João Manoel de Paula	1860	Casa do distribuidor, Largo da Matriz (i)
Philippe Sarty	1859	Casa do distribuidor, Rua Direita, nº 19 (i)

FONTE: *Dezenove de Dezembro*.
LEGENDA: (i) Não informada a localidade na província.
NOTA: Os anos apresentados são referentes ao aparecimento no jornal. Elaborado pela autora.

A listagem que traz à luz os materiais vendidos por cada comerciante encontra-se no Apêndice VII, nesta dissertação. Vale lembrar que esses são os comerciantes que residiam na província. Nota-se que os anúncios que apresentavam a *Antiga fábrica de licores, como a Casa nº 12*, *Encardenação de Cardoso & C.ª*, *João Manoel de Paula* e *Philippe Sarty* não traziam informação sobre a quantidade disponível para venda ou até mesmo o valor dos produtos.

A análise desses comerciantes, em conjunto com o *Dezenove de Dezembro*, foi desenvolvida com as correspondências de governo. Neste viés, foi possível identificar apenas em 1855, quando o professor João Baptista Brandão de Proença solicita ao Presidente da Província — porque estava ausente no momento o inspetor — materiais. O professor diz que a maioria "pode-se encontrar na casa de Antônio Gonçalves Ribeiro"[241]. Três dias depois[242], o professor informa que estava com dificuldade de achar os livros de *Catecismo* de Montepellier e de Fleury; sendo assim comprou a *Doutrina Cristã*.

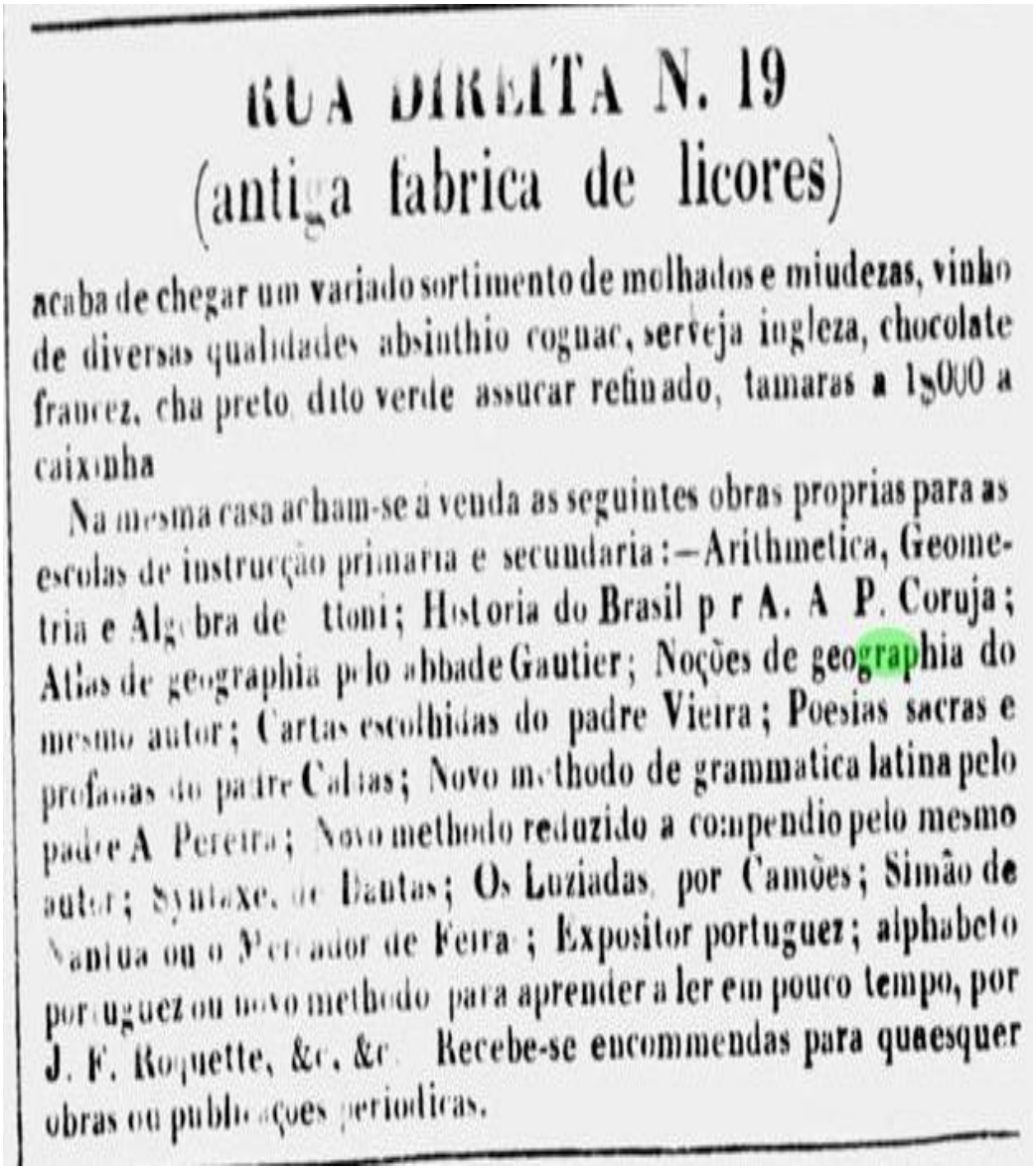
Em geral, os materiais destes comerciantes variavam de tesoura, réguas, taboadas, cartas de ABC a catecismos pequenos, noções de moral, dicionários e até livros, como o *Catecismo* de Montpellier, *Os Lusíadas* por Camões, *Arithmetica, Algebra e Geometria* de Ottoni, *Historia do Brasil* por A.A.P Coruja, *Noções de Geographia* de Gautier, *Poesias Sacras e Profanas* do padre Caldas, *Alphabeto Portuguez ou Novo Methodo para aprender a ler em pouco tempo* por JF Roquette e outros[243].

Nota-se, tomando como exemplo a publicação referente à *Antiga fabrica de licores*, um típico modelo de anúncio desses comerciantes, no qual, em pequeno

[241] Ofício de João Baptista Brandão de Proença para Exm. Sr. Conselheiro Presidente desta Província. 13 fev. 1855. AP 013, 1855, p. 81.
[242] Ofício de João Baptista Brandão de Proença para Exm. Sr. Conselheiro Presidente desta Província. 16 fev. 1855. AP 013, 1855, p. 82.
[243] Ver apêndice VII.

espaço, procuravam expor as variedades de seus produtos à venda. Percebe-se que tinham como propósito alcançar um público consumidor que ia além dos que procuravam artefatos para a instrução, haja vista anunciarem “vinhos de diversas qualidades”, “cerveja inglesa, chocolate francez”, “chá preto”, dentre outros artefatos, como mostra a Imagem 41, que inclui em sua listagem “lâmpadas solares de diversas formas, lampiões econômicos”, “óculos de teatro” e etc. (Imagem 42).

IMAGEM 41 – ANÚNCIO DE VARIAÇÃO DE PRODUTOS À VENDA DA ANTIGA FABRICA DE LICORES, COM MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ



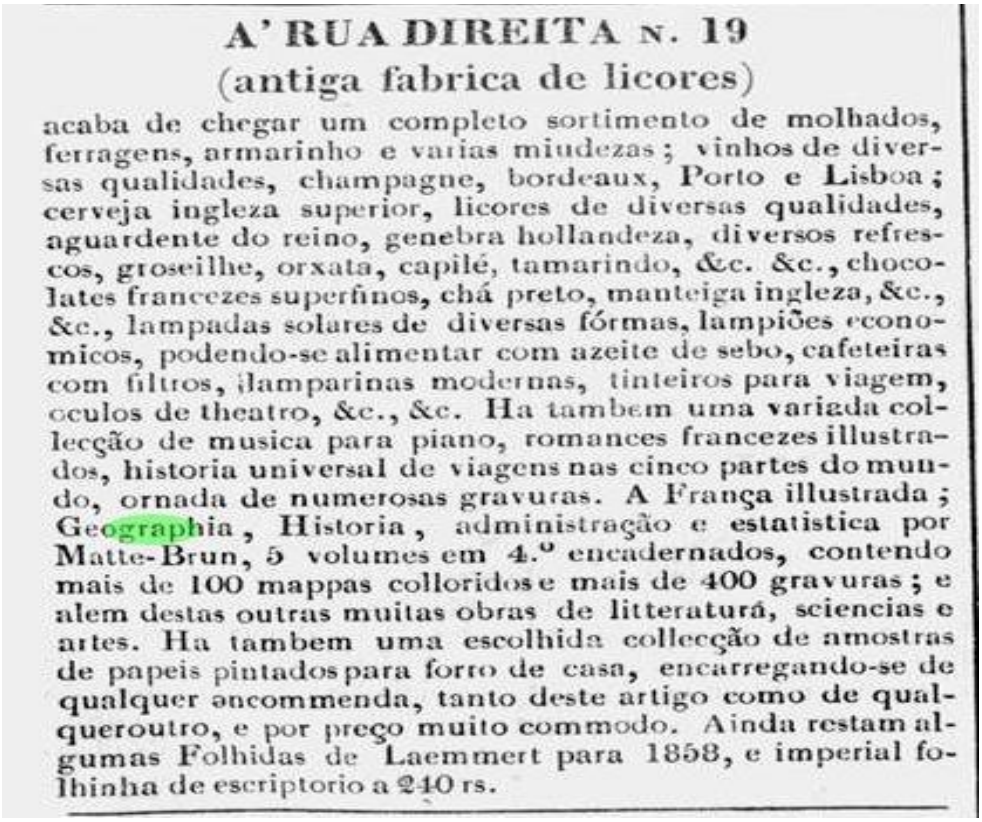
RUA DIREITA N. 19
(antiga fabrica de licores)

acaba de chegar um variado sortimento de molhados e miudezas, vinho de diversas qualidades absinthio coguac, serveja ingleza, chocolate francez, cha preto dito verde assucar refinado, tamaras a 1$000 a caixinha

Na mesma casa acham-se á venda as seguintes obras proprias para as escolas de instrucção primaria e secundaria:—Arithmetica, Geometria e Algebra de ttoni; Historia do Brasil p r A. A P. Coruja; Atlas de geographia pelo abbade Gautier; Noções de geographia do mesmo autor; Cartas escolhidas do padre Vieira; Poesias sacras e profanas do padre Calias; Novo methodo de grammatica latina pelo padre A Pereira; Novo methodo reduzido a compendio pelo mesmo autor; Syntaxe de Dantas; Os Luziadas por Camões; Simão de Nantua ou o Pescador de Feira; Expositor portuguez; alphabeto portuguez ou novo methodo para aprender a ler em pouco tempo, por J. F. Roquette, &c. &c. Recebe-se encommendas para quaesquer obras ou publicações periodicas.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0067, 20 nov. 1858, p. 4.

IMAGEM 42 – ANÚNCIO DE VARIAÇÃO DE PRODUTOS À VENDA DA ANTIGA FABRICA DE LICORES



A' RUA DIREITA N. 19

(antiga fabrica de licores)

acaba de chegar um completo sortimento de molhados, ferragens, armarinho e varias miudezas; vinhos de diversas qualidades, champagne, bordeaux, Porto e Lisboa; cerveja ingleza superior, licores de diversas qualidades, aguardente do reino, genebra hollandeza, diversos refrescos, groseilhe, orxata, capilé, tamarindo, &c. &c., chocolates francezes superfinos, chá preto, manteiga ingleza, &c., &c., lampadas solares de diversas fórmas, lampiões economicos, podendo-se alimentar com azeite de sebo, cafeteiras com filtros, lamparinas modernas, tinteiros para viagem, oculos de theatro, &c., &c. Ha tambem uma variada collecção de musica para piano, romances francezes illustrados, historia universal de viagens nas cinco partes do mundo, ornada de numerosas gravuras. A França illustrada; Geographia, Historia, administração e estatistica por Matte-Brun, 5 volumes em 4.º encadernados, contendo mais de 100 mappas colloridos e mais de 400 gravuras; e alem destas outras muitas obras de litteratura, sciencias e artes. Ha tambem uma escolhida collecção de amostras de papeis pintados para forro de casa, encarregando-se de qualquer encommenda, tanto deste artigo como de qualqueroutro, e por preço muito commodo. Ainda restam algumas Folhidas de Laemmert para 1858, e imperial folhinha de escriptorio a 240 rs.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0070, 26 dez. 1857, p. 4.

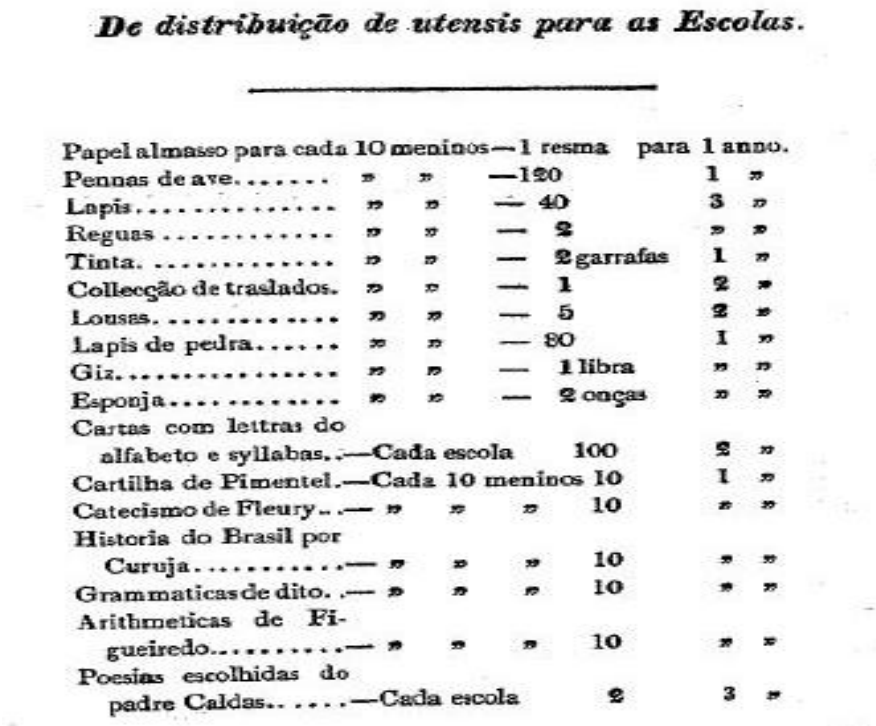
Assim como o professor João Baptista Brandão de Proença agiu proativamente ao comprar a *Doutrina Cristã* e depois o reportar à administração, também o fez o Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá[244], no verão e início do ano letivo de 1855, comprando e remetendo ao professor de Palmas 12 lousas com lápis, canetas e esponjas, 12 *Catecismos* de Montpellier e 24 cartas impressas para rudimentos de leitura. Em seguida, escreveu ao conselheiro presidente da província solicitando o ressarcimento do valor investido.

O governo da província também distribuía outros livros escolares que não eram produzidos localmente. Ao que determina a norma de distribuição de utensílios, escrita por Theolindo Ferreira Ribas, mas ordenada pelo então Inspetor Geral da Instrução Pública, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 31 de janeiro de 1857, referente à Imagem 43, havia na listagem as *Cartas com letras do alfabeto e syllabas*, *Cartilha* de Pimentel, *Catecismo* de Fleury, *História do Brasil* por Coruja,

[244] Ofício de Ofício do Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para a administração da Província do Paraná. 27 jan. 1855. AP 012. 1855, p. 113.

Grammaticas de Dito, *Arithmetica* de Figueiredo e *Poesias escolhidas* do padre Caldas. Os livros marcados com duração de um ano eram “dados uma vez embora o aluno permaneça por mais tempo na leitura dele só poderá ter outro no caso que se tenha mutilado ou perdido, contra cujos acidentes deve sempre se acautelar o professor.”[245] Ao final, determinou que aqueles alunos ou alunas que no fim do ano tivessem terminado a leitura dos livros recebidos deveriam entregá-los ao “professor, que lhes dará contas, não obstante a duração que lhe é marcada.”

IMAGEM 43 – LISTA DETERMINADA POR JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTA, EM 31 DE JANEIRO DE 1857, PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS NAS ESCOLAS



De distribuição de utensis para as Escolas.

Papel almasso para cada 10 meninos	—	1 resma		para 1 anno.	
Pennas de ave.....	»	»	—120	1	»
Lapis.....	»	»	— 40	3	»
Reguas.....	»	»	— 2	»	»
Tinta.....	»	»	— 2 garrafas	1	»
Collecção de traslados.	»	»	— 1	2	»
Lousas.....	»	»	— 5	2	»
Lapis de pedra.....	»	»	— 80	1	»
Giz.....	»	»	— 1 libra	»	»
Esponja.....	»	»	— 2 onças	»	»
Cartas com lettras do alfabeto e syllabas..—Cada escola			100	2	»
Cartilha de Pimentel.—Cada 10 meninos			10	1	»
Catecismo de Fleury..—	»	»	» 10	»	»
Historia do Brasil por Curuja.....—	»	»	» 10	»	»
Grammaticas de dito..—	»	»	» 10	»	»
Arithmeticas de Figueiredo.....—	»	»	» 10	»	»
Poesias escolhidas do padre Caldas.....—Cada escola			2	3	»

FONTE: Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa provincial, 7 jan. 1857.

Para realizar o feito de captação dos livros escolares para a distribuição de forma regulamentada, utilizavam-se do instrumento de abertura de espaço para concorrência de vendedores das obras, em que os interessados deveriam apresentar as descrições dos produtos e serviços previamente elaboradas pela administração pública, com a carta onde expunha seu valor de venda. Assim, os

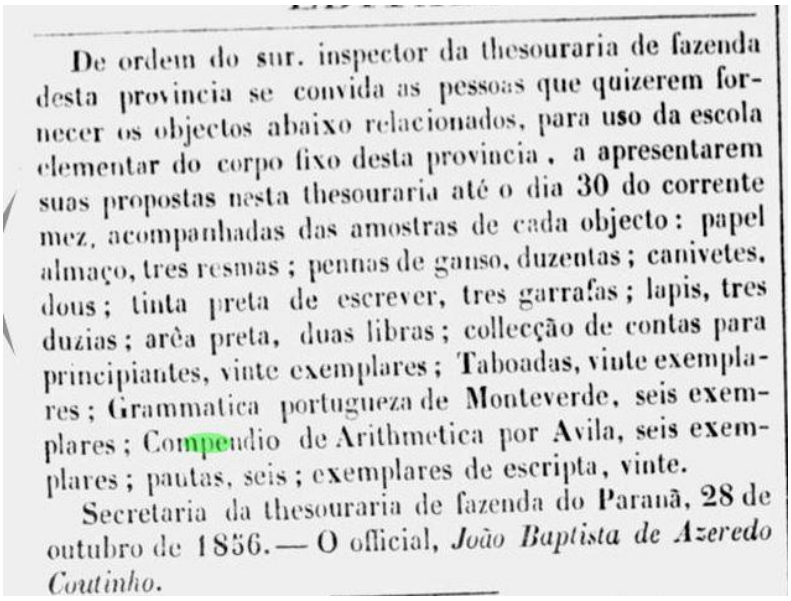
[245] Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa provincial. 7 jan. 1857.

gestores públicos da instrução poderiam saber e selecionar qual comerciante possuía melhor preço e efetuar a compra para posteriormente distribuir pela província. A divulgação da abertura do edital era realizada no *Dezenove de Dezembro*, ou seja, abertamente e de ampla exposição ao público, demonstrando que o governo poderia adquirir os livros de qualquer loja interessada naquele instrumento de venda.

Os exemplos das Imagens 44 e 45 evidenciam normas que os comerciantes deveriam seguir, em que, por vezes, era necessária uma amostra do produto solicitado, com prazo de entrega da proposta pelos interessados, em cartas fechadas das declarações dos preços. Nos editais não é especificado se o vencedor deveria se responsabilizar pela venda de todos os produtos da listagem ou se poderia haver vários distribuidores ganhadores das propostas. Contudo, nestes dois exemplos fica evidente que a compra dos materiais utilizados para a instrução não era realizada apenas pela Secretaria da Tesouraria da Fazenda do Paraná, mas também diretamente pela Secretaria da Instrução Pública.

Outra observação é que essa abertura para propostas era apresentada de forma geral para todo e qualquer tipo de instrução que a administração se propunha distribuir, não sendo específico para o ensino primário, como exemplo, o edital referente à escola do Corpo da Guarda da Província (Imagem 44).

IMAGEM 44 – EDITAL DE LEVANTAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇO PARA PRODUTOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO, REALIZADA PELA SECRETÁRIA DA TESOURARIA DA FAZENDA DO PARANÁ

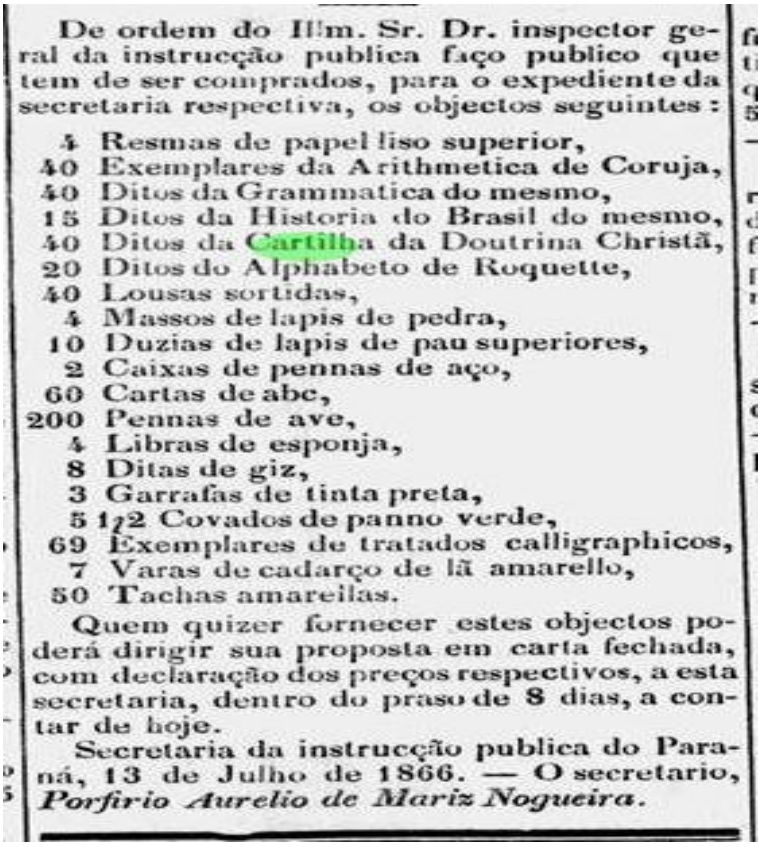


De ordem do snr. inspector da thesouraria de fazenda desta provincia se convida as pessoas que quizerem fornecer os objectos abaixo relacionados, para uso da escola elementar do corpo fixo desta provincia, a apresentarem suas propostas nesta thesouraria até o dia 30 do corrente mez, acompanhadas das amostras de cada objecto: papel almaço, tres resmas; pennas de ganso, duzentas; canivetes, dous; tinta preta de escrever, tres garrafas; lapis, tres duzias; arêa preta, duas libras; collecção de contas para principiantes, vinte exemplares; Taboadas, vinte exemplares; Grammatica portugueza de Monteverde, seis exemplares; Compendio de Arithmetica por Avila, seis exemplares; pautas, seis; exemplares de escripta, vinte.

Secretaria da thesouraria de fazenda do Paraná, 28 de outubro de 1856. — O official, *João Baptista de Azeredo Coutinho.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 031, 29 out. 1856.

IMAGEM 45 – EDITAL DE LEVANTAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇO PARA PRODUTOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO, REALIZADA PELA SECRETARIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ



De ordem do Illm. Sr. Dr. inspector geral da instrucção publica faço publico que tem de ser comprados, para o expediente da secretaria respectiva, os objectos seguintes:

4 Resmas de papel liso superior,
40 Exemplares da Arithmetica de Coruja,
40 Ditos da Grammatica do mesmo,
15 Ditos da Historia do Brasil do mesmo,
40 Ditos da Cartilha da Doutrina Christã,
20 Ditos do Alphabeto de Roquette,
40 Lousas sortidas,
4 Massos de lapis de pedra,
10 Duzias de lapis de pau superiores,
2 Caixas de pennas de aço,
60 Cartas de abc,
200 Pennas de ave,
4 Libras de esponja,
8 Ditas de giz,
3 Garrafas de tinta preta,
5 1/2 Covados de panno verde,
69 Exemplares de tratados calligraphicos,
7 Varas de cadarço de lã amarello,
50 Tachas amareilas.

Quem quizer fornecer estes objectos poderá dirigir sua proposta em carta fechada, com declaração dos preços respectivos, a esta secretaria, dentro do praso de 8 dias, a contar de hoje.

Secretaria da instrucção publica do Paraná, 13 de Julho de 1866. — O secretario, *Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira.*

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 0702, 14 jul. 1866.

Após a aquisição dos livros, o governo encarregava-se de distribuí-los pela província, conforme as demandas apresentadas principalmente pelos professores e professoras. Essa distribuição pode ser observada pelo códice 119[246]. Nele averigua-se que, dentre os anos registrados no período de 1854 a 1871, em 1857 o livro mais distribuído foi a *Cartilha* de Pimentel (134 exemplares), seguido da *Arithmética* de Figueiredo, com 127. A localidade que mais recebeu materiais da administração foi Curitiba.

No ano seguinte, os alfabetos é que foram mais entregues (total de 147), e em segundo lugar ficou a aritmética, porém não especificada o autor (111 unidades). Desta vez, a localidade mais contemplada foi Paranaguá (153), ficando Curitiba em segundo (com 95). Em 1859, os alfabetos continuam sendo os materiais mais

[246] Tabelas dos materiais e livros escolares que foram distribuídos pela administração pública da Província do Paraná, para a instrução primária (1854–1871) presente no Apêndice VIII desta dissertação.

distribuídos, com 68 unidades, seguidos de cartilhas (21), e apresentam-se Morretes (49) e Porto de Cima (48) com maior recebimento de materiais para a instrução.

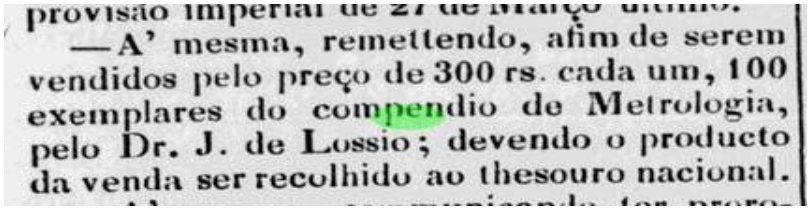
Curitiba volta a ser a localidade que mais recebeu em 1860 (109), sendo o *Rudimento de Moral* (98) o mais distribuído por toda a província. Neste ano, Paranaguá surge em segundo lugar (106 materiais recebidos no total). No ano seguinte e em 1863, pouco foi distribuído, englobando apenas Castro e Rio Negro em 1861, e Ilha do Mel e Ponta Grossa em 1862. Em ambos os anos, o catecismo foi o material mais distribuído. E é em 1862 que aparece pela primeira vez a administração pública distribuindo a *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti.

Em 1863, conforme a correspondência de governo enviada pelo Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas a Sebastião Gonçalves da Silva, vice-presidente, é informado o envio de 200 unidades — de modo geral na província — do *Epítome da História do Brasil*. E, de acordo com os registros da administração no códice 119, a *Arithmética* de Figueiredo foi distribuída apenas para Curitiba (10 exemplares). Nos anos de 1864 e 1865, novamente foram poucas as localidades que receberam do governo os materiais para a instrução, sendo Curitiba — em ambos os anos – a mais contemplada. O *Rudimento de Moral Religiosa* foi o mais distribuído no total na província (1864 com 39, e 1865 com 24 unidades).

O *Catecismo da Doutrina Cristã* foi o que teve destaque na distribuição pelo governo em 1866, e Ponta Grossa foi o local que mais recebeu utensílios para a instrução da administração pública.

Não há registros sobre os anos seguintes, até 1871, no códice 119; porém, sobre 1867 foi encontrado no *Dezenove de Dezembro* nota da administração colocando à venda o *Compendio de Metrologia* pelo Dr. J. de Lossio pelo valor de 300 réis. Contudo, o valor da venda deveria ser “recolhido ao thesouro nacional”.

IMAGEM 46 – ADMINISTRAÇÃO COLOCANDO À VENDA O *COMPÊNDIO DE METROLOGIA PELO DR. J. DE LOSSIO*


provisão imperial de 27 de Março ultimo.
— A' mesma, remettendo, afim de serem vendidos pelo preço de 300 rs. cada um, 100 exemplares do compendio de Metrologia, pelo Dr. J. de Lossio; devendo o producto da venda ser recolhido ao thesouro nacional.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 795, 12 jun. 1867.

Em 1868, a Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná escreve ao presidente da província, José Feliciano Horta de Araújo, informando que remeteu para Curitiba singelas 3 aritméticas, 2 *Catecismo* de Pinheiro, 1 coleção de leituras, 2 *História do Brasil*, 2 manuais de ortografia, 1 resma de papel florete e 5 pautas caligráficas.

Sendo assim, ao todo no período (1854 a 1871), o material para a instrução mais distribuído pela administração para a Província foi o alphabeto (323 unidades), seguido de 298 cartilhas. Com relação ao *Compendio de Arithmética Pratica* de Figueiredo, foram 192 exemplares, e apenas 14 *Grammatica da Língua Nacional* de Cavalcanti. Já o local que mais recebeu materiais do governo foi Curitiba (550 no total, no período), seguido por Paranaguá (289 unidades). Já o ano em que o governo mais distribuiu para a Província do Paraná foi 1856 (638 materiais para a instrução). O ano que menos supriu as escolas paranaenses foi 1868 (16 unidades)[247].

Todos os distribuidores mencionados até agora foram comerciantes que residiam na província; porém, havia distribuidores de outras localidades do Império — principalmente Rio de Janeiro — que também forneciam livros escolares para a instrução pública paranaense.

2.2.1 Importando livros escolares de outras províncias.

Por mais que houvesse um mercado editorial para livros didáticos funcionando na província paranaense, as produções e distribuições não eram o suficiente para cobrir as necessidades nas escolas — necessidades estas, como já mencionado, reportadas à administração pública e trazidas à luz na história principalmente pelas falas dos professores e professoras.

Deste modo, com intuito de abastecer e amenizar a carência de materiais, surge a necessidade de recorrer aos comerciantes de outras províncias. Em 1868, o professor José Cleto da Silva, de Paranaguá, sugere a Ernesto Francisco de Lima Santos, o então Inspetor Geral da Instrução Pública, que a obra indicada para adoção poderia ser encontrada e importada através da compra interprovincial, no

[247] Com base nos anos em que foram encontrados dados sobre a distribuição de livros e outros materiais para a instrução primária da Província do Paraná, pela administração pública.

caso, trazida da Província do Rio de Janeiro, como segue:

> Relevar-me-á V. Sª que usando das atribuições que pelo já citado art.55 me são conferidas, proponha a adoção de certos livros que me parece serem de muito proveito à instrução e educação da juventude. São estes: a Constituição Política do império do Brasil e o Compêndio de Civilidade Cristã por Antônio Maria Barker. Quanto ao primeiro há o exemplo de ser adotado na Província do Rio de Janeiro, quanto ao segundo a prática demonstrará quão útil será a sua introdução nas escolas primárias[248].

O professor ainda lembra que, "não havendo também mais um só volume da *Arithmética* de Figueiredo" e não tendo conhecimento se havia outra já autorizada para adoção e uso na instrução, propõe a utilização do *Compêndio de Aritmética* de Coruja, por ser, segundo ele, "a que com mais facilidade se presta a débil inteligência da adolescência".

Outra característica auferida das correspondências de governo é a tendência da tentativa de normatização do ensino, no sentido de ser colocada a proposta de seguir uma unificação dos livros a serem utilizados, como aponta uma circular do Ministério dos Negócios do Império, encaminhada do Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1871, assinada por José A. Correa, para o presidente da Província do Paraná. O documento afirma ser "conveniente uniformizar, quando for possível, em todo Império o ensino primário e secundário, usando-se dos mesmos compêndios nas respectivas aulas"[249]. Em seguida, recomenda a adoção, para as aulas de geografia na província do Paraná, do *Atlas do Império do Brasil* organizado pelo Doutor Candido Mendes de Almeida, pois o estão "já adotando desde 1869 no Imperial Colégio de Pedro 2º".

O Ministério dos Negócios do Império, também como circular do Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1871, remete ao presidente da Província do Paraná "exemplares das cartas e taboadas para o ensino primário [...] oferecidos pelo seu autor Antonio Pinheiro d' Aguiar"[250], com o intuito de serem utilizados no ensino.

O palácio do governo do Maranhão, em 1 de junho de 1871, com assinatura do Presidente da Província de Santa Catharina, o Dr. João da Silva Maya, também se utilizou de correspondências entre os governos para divulgar e colocar como proposta de adoção dos livros nas aulas de instrução primária no Paraná o *Primeiro*

---

[248] Professor José Cleto da Silva, 30 nov. 1868. AP 291, v. 18, 1868, p. 294.
[249] Códice 253, em 31 jan. 1871.
[250] Códice 253, em 21 nov. 1871.

[ilegível] elementar de matemática e as *Primeiras Noções de Cálculo*, do Dr. João Antonio Coqueiro[251], enviando junto dois exemplares de cada para apreciação.

Mas não eram só os governos das províncias que enviavam propostas de livros e outros materiais. Também editoras o faziam, como é o caso da Eduardo e Henrique Laemmert, que em 2 de novembro de 1871, divulga a obra "*Iris classica*, composta pelo Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, e já adotada pelo Conselho da Instrução Pública do Município da Corte"[252]. A editora envia à província dois exemplares, "sendo um para o respectivo Presidente, e outro para o Diretor da Instrução pública", e recomenda a adoção alegando "considerá-la como manifestamente útil ao ensino". Para completar o despertar do interesse pelos livros, complementam suas marcas de impressão, colocando que estava "à disposição das províncias um livro de 340 páginas adornadas com estampas por preços inferiores ao da venda pública, isto é 1$000 por volume brochura, e 1$500 por encadernado".

Além da proposta de unificação do ensino, esses diálogos com editoras de outras províncias demonstraram a existência de concorrência no mercado editorial, como se pode ver, por exemplo, na proposta encaminhada pelo livreiro e editor Baptista Luis Garnier, em 16 de janeiro de 1869, do Rio de Janeiro, em que apresenta, além da variedade de títulos ofertados, uma promoção através de abatimento de preços e complementa como justificativa que essa sua atitude também é aplicada para outras províncias, quando escreve:

> [...] cujas edições tem-se tornado possuídos por contratos feitos com os respectivos autores, ou possuidores, oferecendo-se para fazer, a diretoria da Instrução Pública da mencionada Província do Paraná, os abatimentos que costuma conceber as das outras províncias de que se presa de ser fornecedor.[253]

Juntamente com a apresentação, o editor traz a listagem de suas ofertas:

IMAGEM 47 – LISTA DE LIVROS E OUTROS MATERIAIS PARA A INSTRUÇÃO OFERECIDOS PELO LIVREIRO E EDITOR BAPTISTA LUIS GARNIER, DO RIO DE JANEIRO

---

[251] O palácio do governo do Maranhão, 1 jun. 1871.AP 0359, 1871, p. 163.
[252] Códice 253, 2 nov. 1871. Grifo meu.
[253] Ofício de Baptista Luis Garnier, do Rio de Janeiro, em 16 jan. 1869, para Dr. Antonio Luis Afonso de Carvalho, presidente da província. Curitiba. AP 331. 1869.

Primeira coleção de cartas para aprender a ler, preço:

	Preço 80Rs	abatimento	50%
Método frª para aprender a ler	"500	" "	40%
V. Renault. Método pª aprender a ler em 15 lições	"1000	" "	40%
Taboada exata	"40	" "	50%
Contas do Cônego Schmidt	"1000	" "	40%
V. Renault, sistema métrico	"1000	" "	40%
J. de Lóssio, Compêndio de Metodologia	"640	" "	25%
J. B. de Azevedo Coimbra, sistema métrico	"2000	" "	50%
Estácio de Sá e Meneses, lições elementares de geografia	"2000	" "	25%
J. C. Fernandes Pinheiro, catecismo da doutrina cristã	"2000	" "	25%
"Episódios da História Pátria	"1000	" "	25%
"Gramática da infância	"1000	" "	25%
"História Sagrada ilustrada	"3000	" "	25%
Compêndio da História do antigo e novo testamento com as razões com que se prova a verdade de Nossa religião, P.A.J. das Neves M. Bandeira	"1000	" "	40%
Ant. Perª, Novo método de Gramática latina, reduzida a compêndio, com a sintaxe de Francisco B. de Szª	"1000	" "	40%
Dunny. Compêndio da História universal 1v	"4000	" "	25%
Trinocy, Primeiro livro de leitura 1v	"1000	" "	40%

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1869 - Baptista Luis Garnier.

FONTE: Arquivo Público do Paraná, n. 331, 1869, p. 42.

No mesmo ano, o também editor do Rio de Janeiro, Felippe José Alberto Junior, disponibilizou obras para compra por parte da Província do Paraná, alegando que sua listagem fazia jus a uma "coleção junta do curso completo da instrução primária [...] cuidadosamente organizada não só enquanto a doutrina, como enquanto economia de seu custo"[254]. Sua relação de livros era composta pela 1ª leitura, "desde o alphabeto até a formação de frases sobre uma cartilha", pelo preço de 200 réis, 2ª leitura, "em um discurso de máximas práticas da vida econômica", por 300, 3ª leitura, sobre a História Sagrada (700 réis), Arithmética, "desde os algoritmos até as regras práticas das quatro operações fundamentais sobre inteiros, decimais e frações ordinárias terminando pelo sistema métrico sumariamente exposto" (200 réis), Gramática rudimentar "acomodada a todas as idades", por 500 réis, Catecismo da Doutrina Cristã (500 réis), Desenho linear "elementarmente tratado ao alcance de puerícia", por 200 réis, e Manual prático das escolas primárias (400 réis).

[254] AP 331, v. 008, 1870, p. 043.

Como complementação da divulgação, o distribuidor afirma que a coleção apresentada geralmente era aceita em outras Províncias, “e particularmente na Corte e na Província do Rio de Janeiro”. Ainda como estratégia de venda, lembra que, devido à importância do papel da administração em providenciar a instrução primária gratuita, torna-se necessária “a prática salutar de comprar livros da instrução primária, para os distribuir pelas escolas públicas aos alunos que as frequentam”. Finaliza sua apresentação informando uma promoção ao oferecer “a compra para a Província de duas mil coleções, a preço de três mil réis, no caso que elas tenham a felicidade de merecer a aprovação”.

Esta proposta de títulos e preços aparentemente agradou a administração da Província do Paraná, pois em 2 de março de 1870 o inspetor da tesouraria provincial, M. Eufrasio Correia, informa ciência do interesse do Presidente da Província, Antonio Luiz de Afonso de Carvalho[255], na compra da Corte de 500 exemplares de cada compêndio referente às listagens apresentadas pelos ofertantes. Porém, a Província do Paraná não constava de recurso financeiro suficiente para cobrir a despesa, fazendo com que o inspetor solicitasse por parte do presidente “a abertura de um crédito suplementar ao art. 1º §6º”[256] da lei do orçamento de crédito especial.

Este exemplo demonstra como as barreiras para amenizar a carência dos materiais em sala de aula por vezes provinham de fatores econômicos. Esses contatos por correspondência diretamente com o governo, ao mesmo tempo em que informavam o que era aplicado para as instruções em outras províncias, ditavam comportamentos de compra, venda, consumo e aplicação de obras didáticas por todo o Império.

A prática de trazer livros escolares provenientes de outras províncias para a instrução pública no Paraná é encontrada desde a emancipação. No relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná do dia 31 de dezembro de 1856, Joaquim Ignácio Silveira da Mota já informava a ocorrência da importação interprovincial quando escreve que “para o ensino da caligrafia, mandei vir as coleções de traslados caligraphicos de Ciryllo Dilermando da Silveira e recomendo a

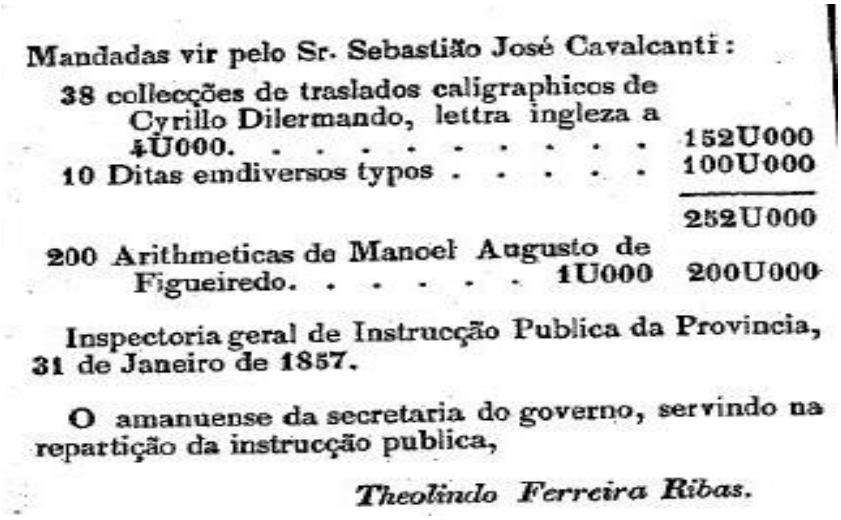
---

[255] A solicitação por parte do Presidente foi informada ao Inspetor da Tesouraria em ofício nº55 de 08 de fevereiro de 1870.
[256] AP 331, v. 008, 1870, p. 042.

adoção do compendio de Ventura."[257]

O relatório de janeiro de 1857[258], escrito por Theolindo Ferreira Ribas, novamente ordenado pelo Joaquim Ignácio Silveira da Mota, também confirma a prática sempre presente ao apresentar uma relação de objetos vindos do Rio de Janeiro "da casa do Senhor Adriano Corrêa Bandeira & Cª para a inspetoria geral da instrução pública da província". Nela são apresentadas desde lousas de escrever, ditas de gis e resmas de papel almaço, até a *Grammatica* de Coruja, *Cartilhas da Doutrina* e *Arithmetica* de Ottoni, com os respectivos valores de aquisição[259]. Na mesma listagem, o relator informa que foram adquiridos 200 exemplares da *Arithmetica* de Manoel Augusto de Figueiredo, com preço unitário de 1U000, dentre outros materiais. Este complemento demonstra que a administração efetuava simultaneamente uma mescla de compras e distribuição de materiais para a instrução produzidos na província, com produtos que vinham de fora do Paraná.

IMAGEM 48 – LISTA DE MATERIAIS COM PRODUTOS IMPORTADOS DE OUTRAS PROVÍNCIAS, E SIMULTANEAMENTE COM OBRA PRODUZIDA NO PARANÁ



Mandadas vir pelo Sr. Sebastião José Cavalcanti:

38 collecções de traslados caligraphicos de Cyrillo Dilermando, lettra ingleza a 4Ũ000.		152U000
10 Ditas emdiversos typos		100U000
		252U000
200 Arithmeticas de Manoel Augusto de Figueiredo.	1U000	200U000

Inspectoria geral de Instrucção Publica da Provincia, 31 de Janeiro de 1857.

O amanuense da secretaria do governo, servindo na repartição da instrucção publica,

Theolindo Ferreira Ribas.

FONTE: Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa provincial, 7 jan. 1857, p. 159-160.

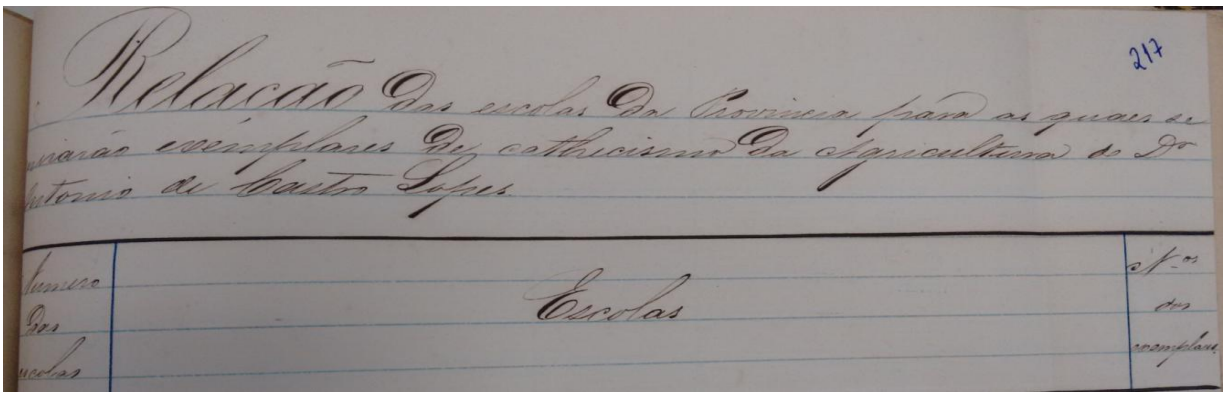
Mais um exemplo das aquisições do governo de obras escolares provindas de outras províncias e que chegavam até as escolas de instrução primária é o caso

[257] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, no dia 31 dez. 1856, p. 127.
[258] Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa provincial. 7 jan. 1857, p159 e 160.
[259] Ver apêndice VII.

do *Cathecismo d'agricultura* do Dr. Antonio de Castro Lopes, em que no dia 14 de março de 1863 o presidente da Província do Paraná, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, é informado sobre a confirmação de sua solicitação de que mandasse vir do Rio de Janeiro 80 exemplares do livro[260].

No mês seguinte, o então Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, José Lourenço de Sá Ribas, confirma o recebimento de um volume contendo oitenta exemplares e afirma que faria "distribuir pelas escolas da instrução primária do sexo masculino da província, em cumprimento ao determinado por V. Exª no supra citado ofício"[261]. No dia seguinte, o inspetor já emite outro ofício destinado ao presidente da província informando que fez "distribuir pelas escolas de instrução primária do sexo masculino do primário — 66, pelo modo que consta da lista junta"[262].

FOTOGRAFIA 12 – CABEÇALHO DA RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES



FONTE: AP, n. 0159, p. 216-217.

NOTA: Na transcrição lê-se: "Relação das escolas da Província para as quais receberão exemplares do Cathecismo d'Agricultura do Dr. Antonio de Castro Lopes".

QUADRO 6 – RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES EM 1863

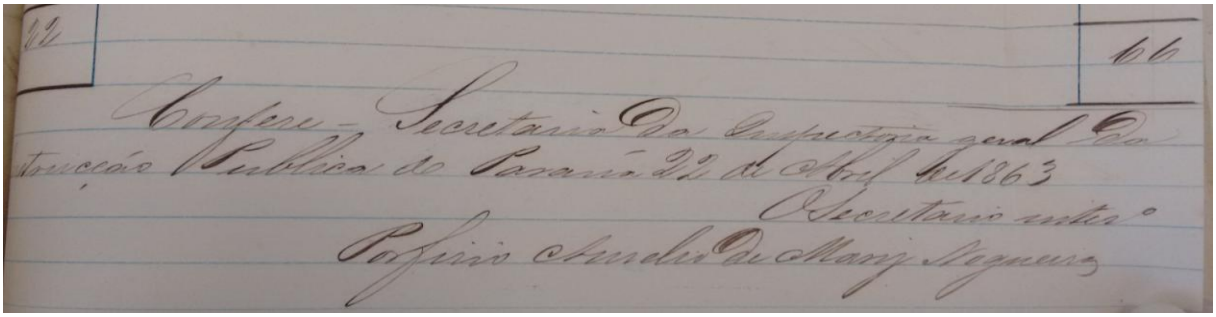
Número de escolas	Escolas	Números de exemplares
02	Da Capital	08
03	De Paranaguá	12
01	De Morretes	03
01	De Antonina	04

[260] De Antonio Barbosa Gomes Nogueira, Presidente desta Província para o negociante Manuel (ilegível). AP. 0158, p. 203, Paranaguá, 14 mar. 1863.
[261] De José Lourenço de Sá Ribas, para Antonio Barbosa Gomes Nogueira. AP. 0159, p. 159 e 218. Curitiba, 21 abr. 1863.
[262] Relação das escolas que receberam o *Cathecismo d'Agricultura* do Dr. Antonio de Castro Lopes. AP 0159, p. 216 e 217, 22 abr. 1863.

01	De Porto de Cima	02
01	De Guaratuba	03
01	De Guarakesaba	02
01	Da Ilha do Mel	02
01	De São José dos Pinhais	03
01	De Campo Largo	02
01	Iguassú	02
01	Do Príncipe	03
01	De Palmeira	02
01	De Ponta Grossa	04
01	De Castro	04
01	Do Tibagy	02
01	Do Rio Negro	02
01	De Guarapuava	04
01	De Votuverava	02
22		66

Fonte: Arquivo Público do Paraná, AP 0159, p.217.

FOTOGRAFIA 13 – RODAPÉ DA RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM O *CATHECISMO D'AGRICULTURA* DO DR. ANTONIO DE CASTRO LOPES



FONTE: AP, n. 0159, p. 216-217.

NOTA: Na transcrição lê-se: "Confere – Secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná 22 de abril de 1863. Secretário interino. (ilegível) Aureles de May Nogueira".

Os 14 exemplares que restaram foram reservados na Secretaria da Instrução para, conforme o inspetor, "serem distribuídos quando e como melhor convier."

Mesmo com toda a logística e a proatividade na distribuição de livros escolares e outros materiais para o ensino, não foi o suficiente para suprir a necessidade da recente província emancipada e de sua expansão. Contudo, certamente o papel da imprensa como divulgadora desses pontos de vendas posiciona-se como uma das condições primordiais para o bom funcionamento da distribuição das obras, buscando afirmar nessas ações a identidade da província, como o próprio jornal assinala em suas páginas de 14 de setembro de 1871:

> A imprensa fazendo chegar até nós os acontecimentos mais notáveis da história da humanidade em todos os tempos, cumpre não só os preceitos

> impostos a sua criação, como realiza o sonho de glória de Guttemberg. A emancipação dos povos, deve-se em grande parte a imprensa. Foi ela que, espalhando por toda a parte a resolução dos problemas dos grandes pensadores, fora despertar nas mais obscuras oficinas os direitos dos homens.[263]

Chamam atenção tanto a diversidade de obras e temas publicados para atrair clientes em geral e, em especial, os leitores, quanto a presença de outras mercadorias. Esse mercado foi adensando de tal forma que serviu como registro dos hábitos e costumes sobre o que era utilizado para a educação da criança e institucionalizou-se não só por leis, mas pela escola. Afinal, acima de todas as forças motrizes para que os materiais fossem divulgados, distribuídos e utilizados, estava a vontade e ação dos professores e professoras, em suas lutas diárias pela melhor condição do ensino, para garantir a presença dos livros na sala de aula. Deste modo, foram os professores os agentes que deram suporte para essa institucionalização.

2.3 OS LEITORES IDEAIS DO LIVRO ESCOLAR DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PARANÁ DO OITOCENTOS: AS CRIANÇAS E OS PROFESSORES.

> "O manual escolar não é nada sem o *uso* que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor."
> (Dominique Julia, 2001, p. 26)

Por certo, deve-se convir que os livros nada são se não houver quem os leia. Sem o leitor, serão meros objetos de único espectador — o autor. Entendo que a etapa primordial no circuito de comunicação é a quem o livro escolar se dedica, afinal, é o leitor o motivo da existência do livro, haja vista a vontade de que seja lido, além do fato de que é o leitor quem, ao fim e ao cabo, define através da aceitabilidade e aplicação ao ensino se a vida útil da obra terá continuidade ou se findará o circuito. Sendo assim, foi observado que é o perfil do leitor que define o valor — aqui em grau de importância, não de preço — da obra. Por certo, o grande propósito do circuito de comunicação é alcançar o leitor ideal.

Para a sexta etapa do circuito de comunicação, a busca foi por indícios nos relatórios dos inspetores e presidentes da província que tratam do que esperavam

---

[263] *Dezenove de Dezembro*, 14 set. 1871, p. 4.

do perfil do leitor com relação à obra adotada, assim como nas correspondências de governo enviadas à administração pelos professores e professoras solicitantes de livros escolares, e que aproveitavam a oportunidade, por vezes, para relatar quem e como eram seus alunos, indicando pistas que auxiliaram a formular a concepção de um leitor ideal do circuito de comunicação.

Sabe-se que o livro escolar colocado à venda em casas de comerciantes abria espaço para que qualquer indivíduo pudesse adquirir a obra e assim tornar-se seu leitor, porém o livro escolar tem suas particularidades na produção, com seu processo tipográfico e formas de venda e uso voltados para a educação – e, neste caso, todo o seu desenvolvimento recai para um principal público: as crianças.

Isto posto, vão-se desenhando as representações que este leitor dos livros escolares no segundo século do período provincial do Paraná possuía, sendo que as representações sobre a infância que precisava desses livros ditam que os personagens são crianças (meninos e meninas), comumente pobres e de escolas públicas.

Pela falta dos impressos dos manuais escolares produzidos na Província do Paraná, que possibilitariam a análise das marcas tipográficas que poderiam proporcionar pistas sobre o perfil do leitor ideal, o principal meio para encontrar relatos desses personagens é através da fala dos agentes mais próximos que vivenciavam, no dia a dia da sala de aula, a utilização dos livros, presenciando as dificuldades e avanços da aprendizagem dessas crianças: os professores e professoras.

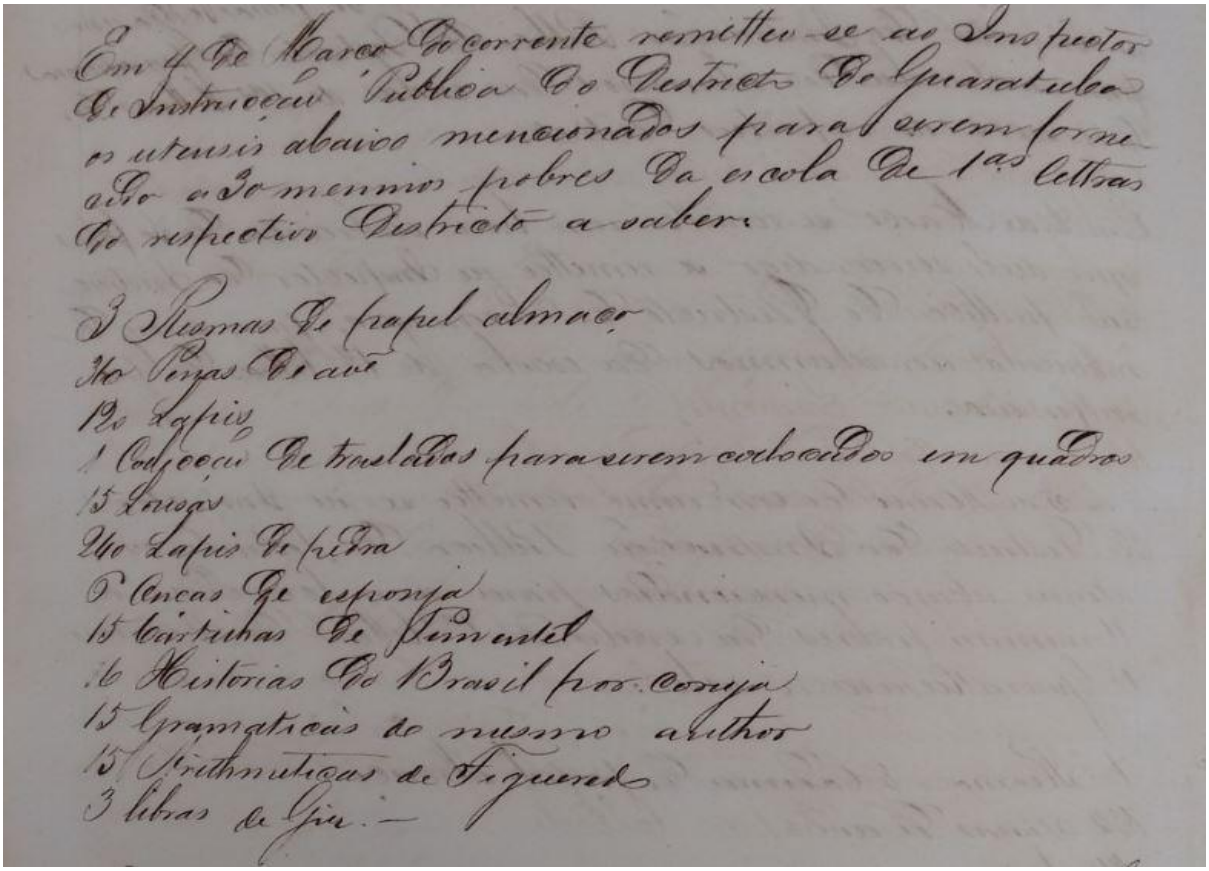
Claro que, nesta perspectiva, escreve-se uma história do leitor através do prisma da representatividade da infância pelo olhar do adulto. Porém, o adulto aqui observado é aquele que comumente possuía inculcada uma crença na educação, buscando, até os mais descrentes, uma previsibilidade do *habitus* social (VEIGA, 2005) de seus alunos e alunas — e consequentemente utilizando dos livros escolares como ferramenta de auxílio à conduta da moral. De acordo com Cynthia Greive Veiga (2005, p. 27), este "*habitus* social demandou uma especificidade nos cuidados físicos e morais das crianças, como maneira de prever o seu desenvolvimento e o seu futuro como um adulto civilizado, honesto, trabalhador".

Um caminho a se trilhar para entender esse perfil do leitor ideal do circuito de comunicação dos manuais escolares na Província do Paraná foi desenhando a trama com base na exposição da criança da sala de aula. No primeiro momento é

observado que o leitor é um aluno visto como pobre e carente e, por essa razão, precisa ser provido materialmente pelo governo. Sendo assim, buscam-se nos livros características adequadas para instrução dessa infância por meio de obras que vinham de fora da província.

No códice 119 — que expõe a lista de envio de livros e outros materiais para as escolas por parte da administração pública — lê-se que no registro da quantidade de crianças nas localidades havia uma identificação que acompanhava a numeração: “meninos pobres” e/ou “meninas pobres”. Nesta perspectiva é possível entender que, para a visão do Presidente da Província e Inspetores, a distribuição para as crianças nesta específica condição econômica e social de escolas públicas era um meio de lançar luz à instrução — no caso, pelo acesso aos livros distribuídos. Para essas crianças, também foram entregues a *Arithmética* de Figueiredo, como consta, por exemplo, no relatório feito no dia 4 de março de 1857, para Guaratuba (15 aritméticas).

FOTOGRAFIA 14 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IDENTIFICANDO CRIANÇAS NO CÓDICE 119 COMO “MENINOS POBRES”


Em 4 de Março do corrente remetteu-se ao Inspetor
de Instrucção Publica do Destricto de Guaratuba
os utensis abaixo mencionados para serem forne
cidos a 30 meninos pobres da escola de 1as lettras
do respectivo Destricto a saber:

3 Resmas de papel almaço
3 Centos de aço
12 Lapis
1 Collecção de taboadas para serem collocadas em quadros
15 Lousas
2 Lapis de pedra
6 Canetas de esponja
15 Cartilhas de Lemmotte
15 Historias do Brasil por Conja
15 Grammaticas do mesmo author
15 Arithmeticas de Figueiredo
3 Libras de Giz. —

FONTE: Arquivo Público do Paraná, códice 119.

NOTA: Na transcrição, lê-se: “Em 4 de março do corrente remeteu-se ao Inspetor da

> Instrução Pública do Distrito de Guaratuba os utensis abaixo mencionados para serem fornecidos a 30 meninos pobres da escola de primeiras letras do respectivo distrito a receber. 3 resmas de papel almaço; 310 penas de ave; 120 lápis; 1 Coleção de translados para serem colocados em quadros; 15 lousas; 240 lápis de pedra; 6 onças de esponja; 15 Cartilhas de Pimentel; 16 História do Brasil por Coruja; 15 Gramáticas do mesmo autor; 15 Arithmética de Figueiredo; 3 libras de giz".

O perfil sócio econômico dessas crianças também é visto pelos professores e professoras como fator que dificultava o aprender, como coloca o professor Domingos Carneiro da Silva Braga, de Paranaguá, em 1862, em autodefesa do mau rendimento dos alunos, alegando que "a escola não tem provimento aos meninos pobres"[264]. De igual teor foi o dito pelo professor interino José Cleto da Silva ao inspetor geral da instrução Ernesto Francisco de Lima Santos sobre os faltantes de suas aulas, "quase a metade muito pobres" e desprovidos dos materiais de utilização nas salas de aula, necessitando de "elementos próprios a desenvolvê-los como sejam — livros, papel, lousas, [...] visto acharem-se seus pais em posição precária"[265]. Certamente, para esses docentes, a condição precária refletia, consequentemente, de forma negativa no rendimento escolar dos alunos.

Soma-se neste aspecto a visão por parte dos docentes da negligência dos pais dessas crianças, que resultava na redução da frequência em sala de aula. O professor de Ponta Grossa Aparígio Guilherme Antônio, em sua carta de demissão do dia 15 de julho de 1854, relata que "os pais privam seus filhos de frequentarem a aula Nacional, e antes tem o prazer de os ver vagarem em uma completa vadiação pelas ruas, já por causas defasas, já por tavernas, e outras causas, criadas pelos pais em uma vida perversa"[266].

E pairou a pergunta que permeava os docentes da instrução pública do Paraná oitocentista ao se tratar da questão da educação: "o que será destes jovens no futuro?!". Muitos desses educadores viam a condição social do aluno como um impasse ao processo de aprendizagem da criança justamente pela razão dos pais utilizarem seus filhos como mão de obra no complemento da renda familiar, como alega o educador: "os meninos cometem imensas faltas, os pais os tiram por um e dois meses empregando-os já na roça, já no campo". Em frequentes depoimentos

---

[264] AP 144, v. 015, p. 90, 6 set. 1862.
[265] Inspetor Geral Ernesto Francisco de Lima Santos. AP 266, v. 16, p. 234, 28 nov. 1867.
[266] AP 006, v. 005, Ponta Grossa, em 15 jul. 1854, p. 31.

reportados aos inspetores da instrução, os professores e professoras pedem que os pais responsabilizem-se pelos filhos quando estes estão na idade escolar.

Sobre a sala, também alegam que o espaço — em questão de tamanho e suprimentos materiais — não proporcionava o rendimento escolar. Os poucos espaços provocavam superlotação, subordinando as crianças/leitoras a pouca disponibilidade de ensino mais próximo, em sala, pelo professor, devido à concorrência de muitos alunos pela atenção. Em Porto de Cima, o inspetor Manoel Francisco Corrêa Junior, em 4 de julho de 1854, expõe que

> Todavia na do sexo masculino achei meninos sem a subordinação devida nas aulas, e fiz surtir ao professor, o que lá me representou-lhe ser impossível discipliná-lo melhor, em razão do acanhado espaço da sala de ensino, assim mal cabiam os 56, e quando vinham mais, era necessário lecionar no corredor.[267]

O trecho acima corrobora a reflexão de Dominique Julia (2001, p. 24) de que para o "[...] trabalho do professor [...] primário existe uma espécie de corpo a corpo físico com a aula do qual seria preciso reconstituir as modalidades históricas". O inspetor Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá vai pelo mesmo caminho de análise da condição da instrução e do espaço disponibilizado para tal, informando ser impossível "um eficaz aproveitamento, visto que nosso método imperfeito mal consente que um mestre seja útil a mais de trinta alunos"[268].

Esta fala emenda outro aspecto da necessidade de recursos materiais, em que o livro escolar entra como o complemento que atenua e supre a distância entre aluno e professor, afinal, "a única restrição exercida sobre o professor é o grupo de alunos que tem diante de si, isto é, os saberes que funcionam e os que 'não funcionam' diante deste público" (JULIA, 2001, p. 25).

Em Castro, o professor Custódio Cardoso Netto afirmava que a morosidade do ensino da criança era a falta de livros, já que "não terem os alunos em que estudarem" fazia com que fosse "difícil classificar os alunos e impossível o ensino simultâneo"[269].

Todos esses relatos para delinear essa criança leitora foram encontrados

---

[267] AP 006, v. 005, p. 32-33.
[268] AP 015, v. 004, Curitiba, 13 abr. 1855, p. 50-51.
[269] AP 169, v. 018, Castro, 02 out. 1863, p. 111.

nas observações dos docentes, refletindo sua lente ao tempo da criança.[270] Conforme coloca Egle Becchi (1994),

> A infância nasce e existe "para outro". Não só a nível do real, onde ela existe em função de seres diferentes (os adultos que a governam e a quem ela será enfim assimilada), mas também a nível do discurso, uma vez que ela é descrita e denotada através de realidades diferentes dela mesma. (BECCHI, 1994, p. 1).

Para muitos professores, a educação desse leitor ideal dos livros escolares na Província do Paraná era devida à ação do adulto. O professor José Rodrigues da Costa Guimarães, de Ponta Grossa, havia afirmado em seu relatório sobre o estado da aula que, além de os pais serem responsáveis pela frequência das crianças, o próprio professor confessava esgotar-lhe formas de persuadir as famílias a estimularem seus filhos à escola, correndo o risco de que seus pupilos pudessem perder "aquilo que aprenderam e o amor ao estudo"[271]. "Dessa maneira, podemos dizer que a constituição da infância civilizada se fez em meio às alterações das funções sociais dos adultos, à racionalização das atitudes e à produção de expectativas sobre o lugar do futuro adulto." (VEIGA, 2005, p. 26).

É neste viés de necessidade de auxílio ao professor para alcançar o aluno, com base à instrução, que o livro escolar e o seu provimento passam a serem consideradas ferramentas indispensáveis para a escolarização dessa infância. Em 1868, Antônio Martins de Araújo — professor de Ponta Grossa — ressalva ao governo do aviso de como os livros e outros materiais ajudam na educação da criança, principalmente dos alunos pobres.

> Mais uma vez chamar a atenção de V. Sª para a pobreza desvalida, que tendo seus filhos nas escolas tiram-nos por falta de meios, na ocasião com que podem aproveitar alguma coisa. Fornecer com livros, papel, tinta, (ilegível) estes desvalidos da fortuna é uma providência cujos efeitos benéficos ao próprio governo é tão útil como ao país.[272]

Antonio Augusto da Fonseca, em 6 de abril de 1869, começa seu relatório destacando a importância da instrução primária para o futuro, sendo essa "iniciação

---

[270] "Compreendo o tempo da infância como uma produção sociocultural. [...] importância de problematizar sobre as dinâmicas relacionais e as relações de interdependência entre as gerações para avançarmos na discussão da constituição de uma geração". (VEIGA, 2010, p. 21).
[271] AP 148, v. 019, 3 dez. 1862, p. 107.
[272] AP 291, v. 18, 30 nov. 1868, p. 295

indispensável ao exercício de todas as profissões literárias, e a todo o cultivo da inteligência"[273], além de proporcionar, por vezes, o primeiro acesso aos livros e à leitura.

Como nos alerta Bittencourt (2004, p. 1), "o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural"; haja vista ser um objeto inserido no circuito de comunicação que demonstra toda uma lógica de mercado através das etapas, desde sua produção até alcançar o leitor, além de atuar "como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais".

Conforme estabelecido na Lei nº 27, de 7 de março de 1857, havia outros espaços de leitura que poderiam ser utilizados para acesso aos livros escolares para além da sala de aula, não só de produção do Paraná, mas também dos títulos adotados de outras províncias: as bibliotecas.

> Art. 2º – Com a primeira compra de livros para a biblioteca e arranjo material da sala para ela destinada, é o governo autorizado a despender até a quantia de 1:200$ RS, devendo ao princípio dar preferência, na aquisição deles à aquelas obras que mais convierem para o estudo das matérias ensinadas no liceu.
> Art. 4º – Será enviado para a biblioteca um exemplar de todas as publicações feitas por ordem do governo, o qual solicitará das outras Províncias e do governo geral igual remessa de todos os documentos de qualquer natureza, que disserem respeito à administração pública, das artes, indústria e a história do país.[274]

Ficara estabelecido em lei que todos os livros, tanto de produção local como provenientes de fora da Província do Paraná deveriam possuir exemplares na biblioteca.

2.3.1 Indícios do perfil do leitor no tempo da infância nas intenções dos livros que circularam na Província do Paraná.

Após a constatação da carência dos livros escolares e a identificação da criança da instrução primária desprovida economicamente de tal forma que se respalda em sua condição social, fica evidente que o leitor ideal é um aluno que precisa ser equipado materialmente com livros pelo governo.

---

[273] Antonio Augusto da Fonseca. 06 abr. 1869, p. 345.
[274] Lei nº 27. 1857, p. 50.

Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes (2010) colocam que “uma das maneiras que o pesquisador tem de se aproximar do leitor e da leitura nas sociedades passadas é investigar os objetos de leitura em sua materialidade: o texto de um lado, e o impresso de outro.” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 51). Com relação ao circuito de comunicação dos manuais escolares produzidos na Província do Paraná, não foram encontrados exemplares físicos para que a análise das marcas tipográficas pudesse ser realizada — com exceção do *Compêndio da Geographia da Província do Paraná* — porém, outros meios foram utilizados como cotejo com relação à *Grammatica de Lingua Nacional* de Sebastião José Cavalcanti — através do *Dezenove de Dezembro* — e do *Compendio de Arithmética Pratica* de Manoel Augusto de Figueiredo — também pelo periódico de Candido Martins Lopes e através de uma nota do Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 1856. A análise foi realizada mesmo que as fontes tratassem do olhar do adulto para com o leitor ideal.

Sobre o *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, o próprio autor traz uma página na obra destinada ao leitor[275]. Percebe-se que tinha como propósito que o leitor obtivesse mais facilidade com o “estudo da geografia desta importante região”[276].

Em uma edição de novembro de 1858 do *Dezenove de Dezembro*, a gramática de Sebastião José Cavalcanti ganhou extensa nota de exposição do trabalho pela equipe de avaliação, que fez questão de expor elogios e almejos de seu alcance para as crianças, que se beneficiariam da produção em seus estudos. Dentre os ditos, lê-se logo no início que a obra “satisfaz [...] a todas as condições de um compêndio elementar”.

Vendo-a como “um trabalho cheio de merecimento”[277], reconheceram a obra como um material que teria grande proveito para o leitor e que foi escrito no intuito de permitir informações que contribuíssem com o avanço de conhecimento das crianças, fazendo com que, uma vez aprendido, não houvesse de seu leitor a necessidade de “serem obrigados a recomeçar, por assim dizer, esse estudo, sem ficarem expostos às perplexidades e aos desânimos que são quase sempre o fruto

---

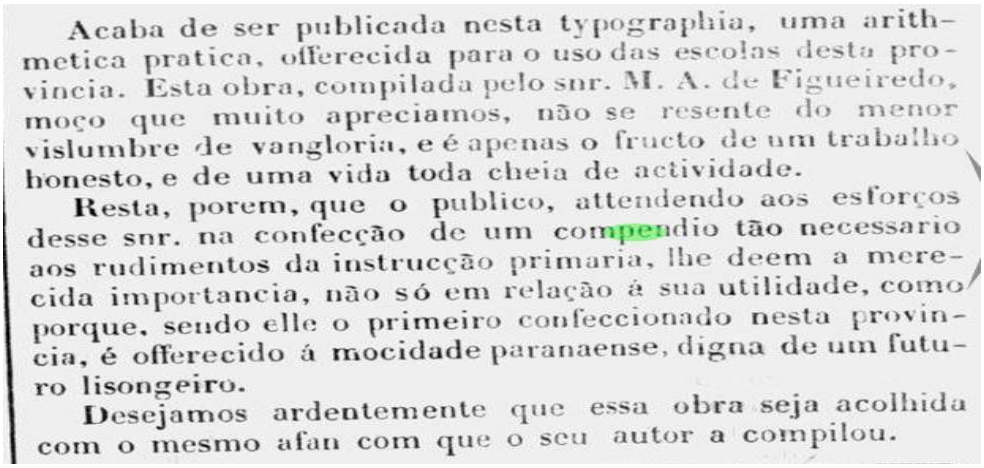
[275] Ver Fotografia 10.
[276] Luiz de França Almeida e Sá. Página “Ao Leitor” do livro *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, 11 nov. 1870.
[277] *Dezenove de Dezembro*, ed. 0064. Data: 10 nov. 1858.

de uma instrução vaga e abstrata, e que nada ensina do quanto é e do quanto deve ser na realidade."

Sobre o *Compendio de Arithmética* do Sr. Manoel Augusto de Figueiredo, o Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, no dia 31 de dezembro de 1856, declara sua satisfação com o manual escolar produzido na província, principalmente "sobre conter ele os rudimentos necessários para o ensino nas escolas primárias", e descreve o ânimo de "sentir a conveniência de acoroçoar a publicação de livros próprios para o ensino escolar, visto como temos grande pobreza de obras adaptadas à educação da mocidade"[278]. Sobre o público a quem o livro destinava-se, a fala do inspetor leva a entender que a obra serve para "estimular e fazer vingar esse meio de se efetuar uma mais perfeita disseminação de conhecimentos pela nossa mocidade e proporcionar-lhe uma melhor colheita normal".

O *Dezenove de Dezembro* também traz nota, em sequência de um elogio e exposição de valor da obra, por ser o primeiro confeccionado na Província do Paraná, ressalvando que esperavam que o trabalho do autor chegasse a um leitor — mocidade paranaense — que o utilizasse no seu preparo para um "futuro lisonjeiro"[279].

IMAGEM 49 – NOTA DO *DEZENOVE DE DEZEMBRO* SOBRE O *COMPENDIO DE ARITHMÉTICA* DE MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO, EM QUE DECLARA QUE A OBRA ERA DESTINADA À MOCIDADE PARANAENSE



Acaba de ser publicada nesta typographia, uma arithmetica pratica, offerecida para o uso das escolas desta provincia. Esta obra, compilada pelo snr. M. A. de Figueiredo, moço que muito apreciamos, não se resente do menor vislumbre de vangloria, e é apenas o fructo de um trabalho honesto, e de uma vida toda cheia de actividade.

Resta, porem, que o publico, attendendo aos esforços desse snr. na confecção de um compendio tão necessario aos rudimentos da instrucção primaria, lhe deem a merecida importancia, não só em relação á sua utilidade, como porque, sendo elle o primeiro confeccionado nesta provincia, é offerecido á mocidade paranaense, digna de um futuro lisongeiro.

Desejamos ardentemente que essa obra seja acolhida com o mesmo afan com que o seu autor a compilou.

FONTE: *Dezenove de Dezembro*, ed. 035, 26 nov. 1856.

[278] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125 e 126.
[279] *Dezenove de Dezembro*, ed. 035, 26 nov. 1856.

O Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, no dia 31 de dezembro de 1856[280], escreve sobre a *Arithmética* de Manoel Augusto de Figueiredo, informando que foi sob sua proposta que a obra foi adotada e expondo sua visão da importância do livro e de seu direcionamento para com o leitor, da seguinte forma: “Falta-nos algum livro que instrua a mocidade com noções claras de moral civil. Estas ideias precisam os meninos aprender na escola, porque elas completam o fim de um plano geral de educação nacional [...]”[281].

No mesmo relatório, o inspetor fala dos outros livros que circularam na Província do Paraná para a instrução pública. Devido à escassez de exemplares dos manuais produzidos no Paraná na segunda metade do século XIX, os quais, através do cotejo de sua materialidade, poderiam indicar pistas sobre o leitor ideal, e tendo como intuito identificar o perfil desse público, optou-se aqui por recorrer às falas de Silveira da Mota, que, em suas orientações, podem revelar indícios da representação desse leitor, ou seja, da infância inserida na instrução pública do oitocentos.

Sobre a *Gramática de Coruja*, o inspetor relata que mesmo “que se ressinta de alguns defeitos, foi a que mais adaptada achei para dar as primeiras noções, para ligar e combinar as palavras e saber delas fazer uso e emprego”[282]. Ainda sobre o mesmo autor, Silveira da Mota menciona o livro *História do Brasil*, informando que este servia para a leitura e que foi adotado “no intuito de auxiliar o progresso intelectual dos alunos com a moral”.

Em 1859, um subinspetor — infelizmente com nome ilegível —, informa ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Ernesto Francisco de Lima Santos, que não lhe agradou a *Gramática de Coruja*, relatando que esta “ressente de muitas faltas”, e indica a adoção da gramática de Policarpo José Dias da Cruz, alegando que “muito lucrará a instrução”, pois nesta obra, conforme o subinspetor, as faltas da de Coruja estão supridas, “tornando-se, por essa razão, mais fácil a débil compreensão da infância”[283].

Com a proposta de também incentivar a leitura — no caso, nas falas de

---

[280] Escrito pelo Inspetor no dia 31 de dezembro de 1856, mas com publicação no relatório do dia 07 jan. 1857.
[281] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125.
[282] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125.
[283] AP 318, v. 021, Em 1859, p. 334.

Joaquim Ignácio Silveira da Mota — de “leitura animada”, devido à “entonação e metrificação da voz” relata que adotou “para as classes mais adiantadas” as *Poesias escolhidas* do padre Caldas[284]. Justifica ainda o uso das fábulas, revelando que, pelo olhar do adulto, esses textos seriam entendidos pelos alunos e alunas e assim, seria feito o seu melhor uso para a aprendizagem. Sobre as “epístolas particulares”, indicou-as “para exercícios de leitura de manuscrito”.

Para o ensino religioso, Silveira da Mota sugere a adoção do *Catecismo* de Fleury — traduzido pelo conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel —, revelando que esse catecismo e a *Cartilha* de Pimentel eram obras que tinham em seu uso a intenção de informar sobre a moral e a doutrina religiosa. Neste viés, ele complementa o porquê da utilização da obra na instrução, revelando o que se esperava da criança para com a sua leitura e do papel da escola para com a sociedade, além de vir a servir como complementação e afirmação das falas do professor em sala de aula.

> Convém dirigir o ensino na parte religiosa de modo que o professor não só faça um ensino geral de moral cristã, como outro positivo moral e dogmático — só assim a educação atingirá seu maior grau de perfectibilidade promovendo a propagação das luzes e de virtudes pela fé e crença religiosa, porque se as escolas populares se preocuparem do desenvolvimento do espírito, sem levá-lo aos sentimentos de amor e justiça para com seu Criador e Redentor, próprio a dirigi-lo em suas ações; estas escolas fariam mais mal do que bem.[285]

Auferido do cotejamento das falas do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota, tem-se que o ensino era alicerçado pela moral e dogmas cristãos, estes firmemente estabelecidos na instrução. Assim como observa Elaine Cátia Falcade Maschio (2015, p. 6), “essa infância necessitava ser escolarizada para adquirir as primeiras aprendizagens, mas acima de tudo, para ser moralizada”[286].

Apenas para especificar o uso dos títulos, o inspetor foi sucinto ao tratar das noções gerais da obra de Ottoni, ao colocar: “para o ensino da geometria prática”.

---

[284] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125.
[285] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, no dia 31 de dezembro de 1856, p. 125.
[286] No artigo, a autora analisa a escrituração escolar das colônias italianas em Curitiba, entre o final do século XIX e início do século XX.

De igual modo fez com as coleções de traslados caligráficos de Ciryllo Dilermando da Silva e com o compêndio de Ventura: “para o ensino da caligrafia”[287].

Com relação ao livro *Fáceis Lições sobre matéria de dinheiro*, disse que era “para uso da mocidade” e justifica seu parecer no uso para “leitura da última classe porque, embora pareça sugerido pelo industrialismo britânico adaptado aos seus hábitos, ele fornece noções econômicas exatas e certas que a todos convém saber”[288], expondo que sua intenção para com o leitor da infância era facilitar o entendimento com os números.

Por certo, todo o processo de produção e circulação do livro escolar que resulta no circuito de comunicação do mercado editorial foi estabelecido na perspectiva de atender a demanda de seu leitor ideal: a criança. “Mas sempre, vigilância ou empatia, controle ou acompanhamento, a infância é dita não por si, mas por outros” (BECCHI, 1994, p. 2), e esse outro são primordialmente os professores e professoras. Neste sentido, como já dito, reafirmo que, no registro histórico, a criança é uma retórica nas falas dos adultos.

Será preciso reconhecer que, de fato, a imagem que nos chega do leitor ideal está bastante distorcida e anuviada, por conta da empiria disponível. Porém, do conjunto das evidências, no mais das vezes indiciárias e fragmentadas, o que mais emerge na fala do adulto é a representação da prática do acesso ao livro em prol da moral, ou seja, enxergavam o livro escolar como um artefato pelo qual fosse possível resgatar a criança dos atributos negativos que viessem a possuir, no qual ressaltavam – aos olhos dos adultos– a carência de moralidade determinada pela escassez de saberes. Sendo assim, procuravam pelo livro inculcar a ideia da educabilidade da criança.

2.4 DO TRILHAR AO FINALIZAR O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO: O CENÁRIO DA CIRCULAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES, EM REFLEXÃO.

Neste segundo capítulo foram desenhados e pincelados de cores os três últimos momentos da configuração assumida pelo circuito de comunicação do mercado editorial dos manuais escolares produzidos para o ensino primário no

[287] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125.
[288] Relatório do Joaquim Ignácio Silveira da Mota, 31 dez. 1856, p. 125.

contexto paranaense entre os anos de 1854 e 1871, sendo eles os que abrangeram a *circulação* dos livros escolares: a imprensa, os distribuidores e o indício de perfil do leitor ideal.

A atuação da *imprensa* na divulgação dos livros escolares configura-se na quarta etapa do circuito, sendo que o *Dezenove de Dezembro*, de Candido Martins Lopes, é o veículo para tal. Sobre o jornal, foi analisada a sua materialidade desde a edição inicial, a de 1871 – que delineia o fim do recorte desta pesquisa – e a sua última, em 15 de fevereiro de 1890. Os anúncios analisados foram os que apresentavam livros e outros materiais para a instrução, em destaque aqueles produzidos na e para a Província do Paraná.

Nas aferições de suas características e nuances, para além de espaço e preço, foi constatado estratégias de divulgação para garantir tempo prolongado de interesse do público para com a obra e conseqüentemente, venda, a exemplo do anúncio de fevereiro de 1857, no qual o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota menciona a aprovação e a determinação da adoção do *Compêndio de Arithmetica Pratica* de Manoel Augusto de Figueiredo, por meio de elogio e enfatizando que o livro deveria ser recebido como modelo para uso no ensino.

Outro meio de divulgação dos livros foram os relatórios e regulamentos presidenciais, quando estes determinavam os títulos adotados para a instrução na província. Neste aspecto, elucidasse as influências políticas, intelectual e de publicidade haja vista nas determinações da administração, além das críticas desses dirigentes sobre as obras que por vezes eram publicadas no periódico.

Analisando a configuração tipográfica dos espaços de divulgação no jornal, nota-se destaque, em comparação aos outros anúncios, àqueles que tratavam de itens para a instrução, tanto de livros como de outros artefatos escolares. Este aspecto indica que a Typographia Paranaense buscava atender o aceso de conhecimento geral da província sobre os materiais escolares que condiziam com o plano de ensino.

A quinta etapa do circuito compõe-se dos *distribuidores*. Estes eram comerciantes que vendiam os livros escolares, uns residiam no Paraná e outros provenientes de outras províncias. Para os distribuidores, a Typographia de Candido Martins Lopes era vista como fornecedora das obras de produção local.

Quando esses comerciantes - ou a administração pública, que atuava apenas como distribuidora - colocavam à disposição títulos que atendiam aos

regulamentos da instrução, vê-se nesta estratégia de venda as influências política, intelectual e de publicidade, pois os livros disponibilizados - tanto da província como provenientes de fora - precisavam se adequar ao que demandava a instrução. Sendo assim, se fez presente uma dependência do mercado de livros escolares para com o que a administração pública determinava no plano de ensino.

No cenário de acessibilidade das obras, os livros disponibilizados, em aspecto quantitativo, que alcançaram o leitor, não supriram a carência que demandava a instrução. Contudo, a distribuição existia, o que implica que foi posto em prática o plano de autonomia e identidade da província por meio da imprensa e produção de obras escolares locais. A etapa dos distribuidores traz à luz um mercado editorial que institucionalizou a província não só através das leis, mas pelas escolas, pois deixa clara a dedicação dos professores e professoras pela melhor condição do ensino através do ordenamento de materiais. São os distribuidores que proporcionavam acesso ao livro escolar por aquele que se configura no circuito de comunicação como sexta etapa: o *leitor ideal*.

Buscando identificar a concepção do leitor dos livros escolares produzidos no Paraná, a tessitura demonstrou uma ampla possibilidade de público através da disponibilidade de acesso de compra dos livros por qualquer cidadão que obtivesse o interesse de aquisição. Todavia, pela própria intenção de produção do manual escolar, ele se volta para a instrução da mocidade, ou seja, a criança. As influências que esses sujeitos leitores recebiam para a aquisição do livro derivavam das ações políticas e intelectuais, através das publicações e determinações da administração pública sobre os títulos a serem inseridos na instrução.

O livro escolar é mostrado pelos depoimentos dos adultos (professores, professoras e inspetores) como aquele que, na carência de acesso mais próximo da criança com o docente, auxilia-o com as informações para a caminhada do saber. Também é o material escolar que proporciona o inculcar da moral, além de servir como instrumento guia aos professores e professoras na sala de aula.

Revela-se que o livro é a ferramenta indispensável para a escolarização da infância. O valioso objeto didático do século XIX.

CONCLUSÃO

"As variedades mais instigantes e inovadoras da história são as que tentam escavar sob os fatos, para descobrir a condição humana tal como foi vivida por nossos antepassados[289]". Quando Darnton (1990) proferiu essa frase mencionava sobre os variados ramos da história cultural, porém identifico que também cabe às outras vertentes do estudo histórico - como exemplo nesse trabalho da história da educação e história do livro – sendo que a pretensão do historiador é, através das problemáticas levantadas em suas pesquisas, ao fim e ao cabo, "entender o sentido da vida [...] oferecendo um acesso a respostas dadas por outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas ideias, séculos atrás" (p.16).

A problemática levantada que norteou o trilhar desta pesquisa - *teria existido na Província do Paraná um circuito de comunicação de produção de manuais escolares para a escola primária?* - corrobora o que Darnton (1990) intencionou elucidar em sua afirmação, pois como historiadora da educação, busco entender o que move a humanidade no processo de incentivo à educação da mocidade, olhando para as marcas deixadas na história daqueles artefatos culturais que faziam parte do cotidiano da criança; em especial, o manual escolar. Por essa razão, ao iniciar a caminhada, procurei identificar quais foram os primeiros livros produzidos na Província do Paraná. Assim que os identifiquei, aqueles que no passado viveram, através de seus registros, como pistas em um mapa, me *mostraram* como atuavam no processo de produção e circulação do manual escolar até chegar ao seu leitor ideal, passando pela demanda do livro, o diálogo com os autores, a ação do tipógrafo, o divulgador e os distribuidores. Estava ali o tesouro; avistei ali o circuito de comunicação.

Logo que constatei sua existência, elegi como objetivo geral identificar a configuração assumida por esse circuito no contexto paranaense entre os anos de 1854 e 1871, com relação aos manuais escolares.

Na retrospectiva da pesquisa, noto que o objetivo foi alcançado pela própria exposição sobre a produção de manuais escolares na Província do Paraná, como

---

[289] Retirado do livro *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, por Robert Darnton, p.16.

esse circuito funcionou, quais livros foram impressos e colocados em circulação. Durante o trajeto, considerações foram identificadas, recapitulemos algumas.

A começar pela distinção das terminologias *manual escolar* e *livro escolar* [290], sendo aquela quando o objeto livro é produzido com a intenção de uso à instrução, já esta quando o livro passa para a etapa de circulação e sofre, consequentemente, influências na sua configuração durante o processo.

Foi identificada a exposição de necessidade de obras escolares para a instrução primária, o que justificava a demanda. Contudo, mesmo com a carência dos livros que, quantitativamente, não alcançavam a todos, as escolas funcionavam - estavam abertas - e o plano de distribuição dos objetos para a instrução era articulado. Para a solicitação dos livros, a história apresentou duas realidades: uma prevista em lei, e a outra como de fato acontecia, aparecendo o diálogo entre os professores, professoras, inspetores e a administração pública.

Os manuais escolares produzidos para a instrução primária no Paraná oitocentista foram: o *Compêndio de Grammatica da Língua Portuguesa*, por João Baptista Brandão de Proença, ao qual, devido à ausência de parecer no *Dezenove de Dezembro* e nas correspondências de governo, indica que o compêndio não foi colocado em circulação; *Grammatica da Lingua Nacional*, por Sebastião José Cavalcanti; *Compêndio de Arithmetica Pratica*, por Manoel Augusto de Figueiredo, sendo este, conforme o jornal da Typographia de Candido Martins Lopes, o primeiro manual escolar produzido no Paraná; por fim, *O Compendio da Geographia da Província do Paraná*, por Luiz de França Almeida e Sá, impresso no Rio de Janeiro, este foi o único localizado fisicamente, possibilitando a análise de sua materialidade.

Os autores apresentavam múltiplos cargos, tanto em aspecto da instrução como do funcionalismo público ligado à administração. A relação social obtida entre os personagens e o ensejo de redigir obras demonstra uma *cultura material escolar,* que dialoga entre o meio escolar e o meio da gestão provincial, nas etapas da demanda, adoção e uso do livro. Não foram encontrados manuais escolares escritos por mulheres no Paraná oitocentista, para a instrução primária. Mas havia autoras no século XIX em outras províncias.

Candido Martins Lopes é o sujeito multifacetado que assume proatividade em

---

[290] Assumo aqui as definições propostas por Gabriela Ossenbach Sauter e José Miguel Somoza Rodriguez (2009).

três etapas do circuito, sendo o tipógrafo, divulgador e distribuidor. Em sua Typographia Paranaense, ele imprimia o jornal *Dezenove de Dezembro* sendo este o meio de divulgação dos livros. A forma de anunciação no periódico traz à luz estratégias de mercado, como exemplo as primeiras divulgações do *Compendio de Arithmetica Pratica*, de Manoel Augusto de Figueiredo em que expõe a definição, por Portaria nº 22 do ano de 1856, de que outros livros só poderiam ser usados no ensino se estivessem na mesma condição deste.

Os distribuidores/comerciantes, que colocavam à venda os livros escolares de produção local, residiam no Paraná, mas havia comerciantes de outras províncias que ofertavam diversas obras que circularam. Já a administração pública atuava apenas como distribuidora, e todos os distribuidores buscavam disponibilizar títulos que atendiam aos regulamentos da instrução.

Por fim, na busca pela concepção do leitor ideal, mesmo com a sutil empiria disponível pelo motivo de haver apenas os relatos dos adultos, que expõem a representação da prática do acesso dos livros em prol da moral, identifica-se que as obras eram escritas para as crianças.

É observada a interconexão das etapas do circuito de comunicação, no qual, dependendo da aceitabilidade do título, poderia haver continuação cíclica da produção e circulação, ou findava-se após o leitor ideal (ver figura 1).

Ao rever o trajeto trilhado, são percebidas algumas oportunidades para aprofundamento nas abordagens de pesquisa. Infelizmente, essas foram inviáveis de serem apresentadas devido ao limitado tempo cronológico para a pesquisa e escrita deste texto. Darnton (1990) defende que “as linhas de pesquisa podem levar a vários rumos, mas, em última análise, todas devem permitir entender melhor como a palavra impressa moldou as tentativas dos homens de compreender a condição humana” (p.129). Deste modo, havendo fontes para tal, delineio aqui cinco possibilidades de investigações futuras.

A primeira trata sobre os distribuidores, aprofundando nos espaços onde os livros escolares eram postos à venda, questionando: eles já tinham um tempo de existência como comerciantes de obras didáticas que se estendia antes do Paraná se tornar província? Ou eram estabelecimentos novos implantados pós-emancipação? Eram próximos das escolas? Quem eram os proprietários, possuíam algum vínculo com a instrução, assim como os autores? Robert Darnton, em 1990, já defendia que “é preciso estudar melhor o livreiro enquanto agente cultural, o

intermediário entre a oferta e a demanda em seu principal ponto de conexão" (p.125).

Como segunda possibilidade, levanto a questão de como foi o mercado editorial de manuais escolares após o falecimento de Candido Martins Lopes, com o seu filho, Jesuíno Lopes, assumindo a tipografia. Havia outros espaços tipográficos?

A terceira questão pode complementar a segunda, na busca por outros manuais escolares que foram publicados depois de 1871. Conforme relata Newton Carneiro (1975) "a década que se inicia em 1880 seria da mais alta significação para as atividades gráficas paranaenses" (p.15) por motivo da introdução da máquina a vapor e a litografia.

Ampliando o recorte espacial da pesquisa, como quarta sugestão faz-se a pergunta: houve a circulação dos manuais escolares produzidos no Paraná em outras províncias do Brasil no período imperial? Há como exemplo a constituição da disciplina de geografia, que ligada ao nacionalismo, buscava demarcar claramente os limites concretos e imaginários da sociedade, inculcando nas crianças uma afirmação territorial. É na diversidade de demarcações motivadas por interesses econômicos e religiosos que surgiram conflitos, como a guerra do Contestado. A exportação de livros de produção local poderia amenizar desacordos e esclarecer sobre condições sociopolítico-econômicas que o Paraná oitocentista vivenciava.

Assim como enfatiza Alain Choppin (2002) sobre a pesquisa dos manuais escolares, estes

> podem igualmente constituir um indicador precioso da atividade dos alunos: o historiador pode assim interrogar-se sobre os usos dos manuais, estudando, por exemplo, as anotações ou os grafites que pode comportar; pode interrogar-se, mais detalhadamente, sobre a delicada questão de sua recepção, até mesmo de sua suposta "eficácia". Enfim, os manuais constituem um objeto de pesquisa (CHOPPIN, 2002, p. 11).

A quinta colocação é: quem foram os autores de livros escolares no Brasil do século XIX? No intuito de ampliar e aprofundar as biografias e redes de sociabilidade dos sujeitos que eram autores de manuais escolares no Brasil Imperial, possibilitando maior reflexão sobre a função do autor nessa produção específica e bastante diversa que é o livro escolar.

Sobre o circuito de comunicação dos manuais escolares produzidos para a instrução primária na Província do Paraná, pode-se dizer que os professores são os narradores da história da educação em que os protagonistas são as crianças que

precisavam ser iluminadas à luz da instrução.

E sobre esses adultos, além dos professores e professoras, havia outros que estavam diretamente presentes na elaboração do produto livro para o leitor aluno. Eles são, como bem lembram Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes (2010, p. 49), "os autores, os editores e os livreiros, que criam e põem em prática estratégias de divulgação do escrito".

Toda essa rede, que envolviam estratégias, matérias primas, planejamento, publicidade, distribuição, orçamento do governo, utilização da obra na sala de aula, e etc., são os componentes do circuito que implicam na representação social que estava estabelecida para a instrução pública do século XIX na Província do Paraná. Chamo as conexões dos componentes do circuito de comunicação de rede, pois todas eram interligadas: conectavam-se e "alimentavam-se" em um círculo, por vezes autopoiético (havendo reedições e/ou, reimpressões), ou findava-se após a decisão dos adultos, haja vista a posterior averiguação dos efeitos do livro na utilização para com a educação das crianças.

Como coloca Roger Chartier (1991) "os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos." Eis aqui a especificidade da escrita de uma obra, eis o valor do circuito de comunicação; o conjunto de etapas de produção e circulação que tem como resultado, o livro. Chartier convida a refletir que as formas materiais que o livro toma depois de pronto, por certo, não podem diagnosticar "o efeito" no leitor[291], já que envolvem particularidades psicossocioculturais nesta apropriação. Porém, "também contribuem amplamente para dar feição às antecipações do leitor em relação ao texto e para avocar novos públicos ou usos inéditos." Nessa perspectiva, o livro escolar não está mais na tipografia, mas sim no ensino.

"Agora vamos contemplar o professor, com os aparelhos de que dispõe, no seu trabalho de edificação"[292] da instrução. Certamente, os primeiros leitores e utilizadores do livro escolar eram os professores e professoras, a julgar que os livros também eram instrumentos de seu ofício que os ajudavam no lecionar. São os

---

[291] Não contemplei nesta dissertação sobre a apropriação das obras, devido não ter encontrado exemplares dos livros escolares produzidos na Província do Paraná dentre 1854 e 1871, com exceção do Compendio da Geographia. Além do motivo da escassez de fontes que proporcionassem uma elaboração plausível sobre o tema.

[292] Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em relatório ao José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da Província, no dia 31 de dezembro de 1856, p.128.

professores os primeiros avaliadores das obras, que reportavam aos inspetores da instrução se os títulos acatavam as particularidades do aprendizado. Afinal, por estarem mais próximos do aluno, eram automaticamente munidos “de um conhecimento psicológico sobre as crianças extremamente detalhado para reconhecer não somente o nível intelectual em que se encontra cada uma delas, mas também a sua natureza” (JULIA, 2001, p.14).

Os discursos dos professores e professoras são os discursos dos sujeitos determinantes do retrato da instrução primária pública da Província do Paraná. É a partir da sua análise de demanda que o livro era produzido, era a partir da sua avaliação no rendimento educacional das crianças que determinam se o livro continuaria em uso.

Enxerga-se já no século XIX que a escola também se institucionaliza pelo o que faz, e os professores e professoras são os agentes que dão o suporte para tal. Sendo o mediador em sala de aula do acesso à informação, este profissional sempre trabalhou com o conteúdo e estimulou o aprendizado da criança, utilizando contra a precariedade do acesso à educação, de espada sua pena, e de escudo o objeto fundamental que sustenta todo alicerce da instrução primária, que é o livro.

FONTES

BCEB-PR

ASSINATURAS de Candido Martins Lopes, e de seu nono filho e homônimo. Imagem. In: LOPES, Candido Martins. **Biografia ou Breve Notícia Sobre a Vida do Muito Humanitário Médico Dr. José Cândido da Silva Murici**. [S. l.]: Imprensa Oficial, 2002. p. 25. Recortada pela autora em: 22 maio 2017.

CANDIDO Martins Lopes. Fotografia. In: LOPES, Candido Martins. **Biografia ou Breve Notícia Sobre a Vida do Muito Humanitário Médico Dr. José Cândido da Silva Murici**. [S. l.]: Imprensa Oficial, 2002. p. 25. Recortada pela autora em: 22 maio 2017.

BNDIGITAL

ADMINISTRAÇÃO colocando à venda o *Compêndio de Metrologia pelo Dr. J. de Lossio*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 795, 12 jun. 1867. Imagem recortada pela autora em: 25 out. 2017.

ALTERAÇÃO do nome para *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 4 abr. 1855, p. 1. Arquivo digital.

ANÚNCIO com variedade de materiais vendidos na Typographia Paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0146, 27 ago. 1859, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO com variedade de materiais vendidos na Typographia Paranaense, apresentado como lista. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00201, 7 mar. 1860, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO de livros novos, promptuario comercial, civil e militar por Luiz de França Almeida e Sá. **Jornal de Recife**, Recife, ed. 00249, 30 out. 1895, p. 1. Arquivo digital.

ANÚNCIO de opção de desconto na compra de exemplar do *Compêndio de Arithmetica Pratica*. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1857, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO de publicação do *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 035, 26 nov. 1856, p. 3. Arquivo digital.

ANÚNCIO de variação de produtos à venda da Antiga fabrica de licores. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0070, 26 dez. 1857, p. 4. Imagem recortada pela autora

em: 20 nov. 2017.

ANÚNCIO de variação de produtos à venda da Antiga fabrica de licores, com materiais para a instrução pública da Província do Paraná. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0067, 20 nov. 1858, p. 4.

ANÚNCIO de venda da *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00145, 24 ago. 1859, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO de venda do *Compendio da Geographia da Província do Paraná*, de Luiz de França Almeida e Sá. **Dezenove de Dezembro**, Cuiritiba, ed. 01147, 9 nov. 1870, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO de "vende-se nesta typographia" o *Compêndio de Arithmetica Pratica*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00036, 3 dez. 1856, p. 4. Arquivo digital.

ANÚNCIO sobre a venda da *Grammática da Língua Nacional*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0055, 4 nov. 1857, p. 4. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes expõe abster-se completamente de questões políticas. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes informa que a abstenção política partidária contribui para o "vasto círculo de assinantes". **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes mudou-se com sua família para Curitiba, e logo após de sua instalação, fundou um estabelecimento tipográfico, fazendo publicar o primeiro jornal do Paraná, o *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes nomeado pelo o presidente da província para exercer o cargo de procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 014, 1 jul. 1854, p. 4. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes nomeado promotor público interino da comarca. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1190, 8 abr. 1871, p. 2. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes para o cargo de subdelegado de polícia da capital da província paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 261, 6 out. 1860, p. 1. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes recebe uma subvenção do governo para a publicação de seus atos. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1264, 3 dez. 1872, p. 1. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes resultados das eleições, ficou como o 5º maior votado com a quantidade de 938 votos. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 255, 15 set. 1860, p. 3. Arquivo digital.

CANDIDO Martins Lopes solicitou demissão do cargo de promotor público interino da comarca. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 039, 26 dez. 1855, p. 3. Arquivo digital.

CAPA da última versão do *Dezenove de Dezembro* disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00012, 15 fev. 1890, p. 1. Arquivo digital.

CATÁLOGO de livros adotados para as escolas de instrução primária de primeira ordem da Província do Paraná, dentre eles encontra-se a *Grammatica da Lingua Nacional* do autor Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 201, 7 mar. 1860, p. 4. Arquivo digital.

CATÁLOGO de livros adotados para as escolas de instrução primária de primeira ordem da Província do Paraná, dentre eles encontra-se o *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 201, 7 mar. 1860, p. 4. Arquivo digital.

CHEGADA de Manoel Augusto de Figueiredo na cidade, sendo ele nomeado 2º escriturário para a tesouraria de fazenda da província paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 011, 8 ago. 1854, p. 3. Arquivo digital.

COMISSÃO de avaliação para dar o parecer sobre o compêndio de *Grammatica da Língua Portuguesa* do autor João Baptista Brandão de Proença. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 040, 30 dez. 1854, p. 3. Arquivo digital.

COMPENDIO da Geographia da Província do Paraná, de Sebastião José Cavalcanti, visto como “um trabalho cheio de merecimento. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0064, 10 nov. 1858, p. 4. Arquivo digital.

COMPRAS de utensílios para a escola de primeira letras a cargo de João Baptista Brandão de Proença. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 049, de 28 de fevereiro de 1855, p.03, arquivo digital.

CONCEDIDA a demissão do cargo de secretário da instrução pública ao Luiz de França Almeida e Sá. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1162, 31 dez. 1870, p. 1. Arquivo digital.

DECLARAÇÃO de catálogo de livros adotados, dentre eles Anúncio de Publicação sobre o Compêndio de Arithmetica Pratica. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00201, 7 mar. 1860, p. 4. Arquivo digital.

DEFINIÇÃO do *Dezenove de Dezembro* sobre a distinção de jornal e periódico.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, ed. 306, 13 mar. 1861, p. 2-3. Arquivo digital.

DISTRIBUIDORES do *Compendio da Arithmética Pratica*, de Manoel Augusto de Figueiredo, em 1856. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 040, 31 dez. 1856, p. 4. Imagem recortada pela autora em: 28 nov. 2017.

DIVULGAÇÃO da *Grammatica da Lingua Nacional*, de Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00059, 18 nov. 1857, p. 4. Arquivo digital.

DIVULGAÇÃO de adoção do *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 40, 31 dez. 1856, p. 3. Arquivo digital.

DIVULGAÇÃO de venda da *Gramática da Língua Nacional*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 59, 18 nov. 1857, p. 4. Imagem recortada pela autora em: 2 abr. 2016.

DIVULGAÇÃO de venda do *Compêndio de Geographia da Província do Paraná*, do autor Luiz de França Almeida e Sá. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1147, 9 nov. 1870, p. 4. Arquivo digital.

EDIÇÃO inaugural do *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

EDIÇÃO vinda a público na data do falecimento de Candido Martins Lopes. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 1. Arquivo digital.

EDITAL de levantamento de propostas de preço para produtos destinados à instrução, realizada pela secretária da tesouraria da fazenda do Paraná. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 031, 29 out. 1856. Imagem recortada pela autora em: 25 nov. 2017.

EDITAL de levantamento de propostas de preço para produtos destinados à instrução, realizada pela secretaria da instrução pública do Paraná. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0702, 14 jul. 1866. Imagem recortada pela autora em: 25 nov. 2017.

EDITAL de ordem de adoção do *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 046, 11 fev. 1857, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda da *Grammatica da Lingua Nacional* do autor Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 059, 18 nov. 1857, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda da *Grammatica da Lingua Nacional* do autor Sebastião José

Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 082, 6 fev. 1858, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda da *Grammatica da Lingua Nacional* do autor Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 145, 24 ago. 1859, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda da *Grammatica da Lingua Nacional* do autor Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 293, 26 jan. 1861, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda do *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 074, 9 jan. 1858, p. 4. Arquivo digital.

EDITAL de venda do *Compêndio de Arithmetica Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 145, 24 ago. 1859, p. 4. Arquivo digital.

IDA de Manoel Augusto de Figueiredo para a Corte em 1859, com passagem de trem a vapor as custas da administração da província. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 100, 19 mar. 1859, p. 2. Arquivo digital.

INDICAÇÃO de João Baptista Brandão de Proença como juiz de paz por um votante anônimo em 1856. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 020, 13 ago. 1856, p. 3. Arquivo digital.

INFORMAÇÃO sobre a adoção para o ensino do *Compêndio de Arithmetica Pratica*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00040, 31 dez. 1856, p. 3. Arquivo digital.

INFORMAÇÃO sobre a publicação do *Compêndio de Arithmetica Pratica*, pela Typographia Paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00035, 26 nov. 1856, p. 3. Arquivo digital.

INFORME sobre cobrança dos anúncios a serem publicados no *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0355, 14 fev. 1863, p. 4. Arquivo digital.

INFORME sobre cobrança dos anúncios a serem publicados no *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 4. Arquivo digital.

JOÃO Baptista Brandão de Proença, como professor público da primeira cadeira de primeiras letras da província do Paraná. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 014, 1 jul. 1854, p. 4. Arquivo digital.

JOÃO Baptista Brandão de Proença, eleito como juiz de paz. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 023, 03 set. 1856, p. 4. Arquivo digital.

JOAQUIM Taborda Ribas vem pela impressa agradecer ao empenho ao ex-professor Luiz de França Almeida e Sá, pelos esforços que empregaram durante o tempo em que lecionaram para seu filho. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 014, 1 jul. 1854, p. 4. Arquivo digital.

JUSTINIANO de Mello e Silva, secretário da província, informa que concedeu "passagem para a corte ao capitão da reserva nacional desta capital", Sebastião José Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1151, 23 nov. 1870, p. 4. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá apresenta seu *Compendio da Geographia da Província do Paraná* como proposta de admissão como sócio no Instituto Historico e Geographico Brazileiro. **Correio do Brazil**, Rio de Janeiro, ed. 00237, 26 ago. 1872, p. 1. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá apresenta seu *Compendio da Geographia da Província do Paraná* como proposta de admissão como sócio no Instituto Historico e Geographico Brazileiro. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ed. 00232, 26 ago. 1872, p. 2. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá apresenta seu *Compendio da Geographia da Província do Paraná* como proposta de admissão como sócio no Instituto Historico e Geographico Brazileiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed. 00238A, 26 ago. 1872, p. 1. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá consta que fez exame teórico pretendendo ao título de agrimensor. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1012, 21 jul. 1869, p. 3. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá é admitido como sócio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed. 00352, 19 dez. 1876, p. 5. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá foi nomeado e tomou posse dos cargos de curador geral de órfãos e promotor fiscal de capelas e resíduos. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1071, 16 fev. 1870, p. 3. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá foi nomeado e tomou posse ao cargo de promotor público interino da comarca da província paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 014, 1 jul. 1854, p. 4. Arquivo digital.

LUIZ de França Almeida e Sá fora nomeado como examinador de alunos que seriam habilitados nas matérias do ensino subvencionado da província, ficando responsável pelas matérias português e aritmética. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1148,

12 nov. 1870, p. 3. Arquivo digital.

MANOEL Augusto de Figueiredo foi nomeado 3º escriturário na Bahia. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 110, 23 abr. 1859, p. 2. Arquivo digital.

MANOEL Augusto de Figueiredo entrou em exercício no lugar de Inspetor da Alfândega de Paranaguá. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 326, 5 nov. 1862, p. 2. Arquivo digital.

NENHUM outro compêndio pode ser usado no ensino sem que se ache nas mesmas condições do *Compêndio de Arithmética Prática* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00040, 31 dez. 1856, p. 3. Arquivo digital.

NESTA edição o Dezenove de Dezembro foi dedicada para homenagear Candido Martins Lopes, já que está foi a edição subsequente de seu falecimento. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1. Arquivo digital.

NOTA da secretaria de governo perguntando qual o menor preço que Candido Martins Lopes tem feito para a secretaria. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 064, 5 dez. 1857, p. 2. Arquivo digital.

O ANÚNCIO foi publicado no edital na data do falecimento de Candido Martins Lopes. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 01263, dez. 1871, p. 4. Imagem recortada pela autora em: 25 maio 2017.

O ENDEREÇO do *Dezenove de Dezembro* e o valor do anúncio. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

O INSPETOR Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota torna público a informação que o *Compêndio de Arithmética Prática* do autor Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0040, 31 dez. 1854, p. 3. Arquivo digital.

PÁGINA que contém os anúncios da primeira edição do *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 4. Arquivo digital.

PARTICIPAÇÃO de João Baptista Brandão de Proença como avaliador de banca de concurso para professor no concurso de 3ª cadeira de primeira letras para a cidade de Paranaguá. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 029, 17 out. 1855, p. 1. Arquivo digital.

PARTICIPAÇÃO de João Baptista Brandão de Proença como mesário da mesa da irmandade da Casa da Misericórdia em Curitiba. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 037, 12 dez. 1855, p. 3. Arquivo digital.

PREÇO de anúncios diferenciado para assinantes do *Dezenove de Dezembro*.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

PREÇO de capa do *compêndio de Arithmétca* de Manoel Augusto de Figueiredo. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00044, 28 jan. 1857, p. 4. Arquivo digital.

PREÇO do *Dezenove de Dezembro* para assinantes fora da capital. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 1. Arquivo digital.

PREÇO do *Dezenove de Dezembro* para assinantes na capital. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00775, 3 abr. 1867, p. 1. Arquivo digital.

PRIMEIRA edição do periódico, onde Candido Martins Lopes explica não assumir partidos. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0001, 1 abr. 1854, p. 1. Arquivo digital.

PRIMEIRO anúncio da *Grammática da Língua Nacional*, de S. J. Cavalcanti. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00055, 4 nov. 1857, p. 4. Arquivo digital.

PRIMEIRO nome utilizado na veiculação do *Dezenove de Dezembro*. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 02, 08 abr. 1854, p. 4. Imagem recortada pela autora em: 28 maio 2017.

PROGRAMAÇÃO para a inclusão de anúncios para a edição. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 4. Arquivo digital.

PUBLICAÇÃO no *Dezenove de Dezembro* em que torna pública a informação que o *Compendio de Arithmética Pratica* do autor Manoel Augusto de Figueiredo foi o primeiro livro didático confeccionado na província do Paraná. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 035, 26 nov. 1856, p. 4. Arquivo digital.

PUBLICAÇÃO que informa que a typographia recebe quaisquer artigos ou anúncios para serem publicados. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0394, 1 jun. 1863, p. 1. Arquivo digital.

PUBLICAÇÃO sobre a adoção para o ensino do *Compêndio de Arithmetica Pratica*, em fevereiro de 1857. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00046, 11 fev. 1857, p. 4. Arquivo digital.

PUBLICAÇÃO sobre o Compêndio de *Grammatica da Língua Portuguesa* de João Baptista Brandão de Proença. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00040, 30 dez. 1854, p. 3. Arquivo digital.

QUE UTILIZASSE o *Compendio de Arithmética* do Sr. Manoel Augusto de Figueiredo para um futuro lisonjeiro da mocidade paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 035, 26 nov. 1856. Arquivo digital.

RESSARCIMENTOS monetários por parte da tesouraria da fazenda referente as despesas vidraças novas para a escola. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 036, 2 dez. 1854, p. 2. Arquivo digital.

SEBASTIÃO José Cavalcanti, vindo do Ceará, foi nomeado chefe da seção da tesouraria da província paranaense. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 026, 26 set. 1855, p. 3. Arquivo digital.

SEBASTIÃO José Cavalcanti foi nomeado para servir o lugar de inspetor da Tesouraria do Ceará. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 0846, 11 dez. 1867, p. 4. Arquivo digital.

SEBASTIÃO José Cavalcanti fora nomeado professor interino de geometria. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 020, 4 jul. 1857, p. 4. Arquivo digital.

SEBASTIÃO José Cavalcanti oferecendo serviços como professor. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 02, 08 abr. 1857, p. 6. Imagem recortada pela autora em: 25 maio 2017.

SEÇÃO de anúncios da última versão do *Dezenove de Dezembro* disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 00012, 15 fev. 1890, p. 4. Arquivo digital.

SEÇÃO dos anúncios. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1263, 27 dez. 1871, p. 4. Arquivo digital.

TEXTO publicado na primeira edição de 1872 do *Dezenove de Dezembro*, em que discorrem sobre o Candido Martins Lopes como sujeito de caráter exemplar, ao estilo de oração de despedida. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1264, 3 jan. 1872, p. 1. Arquivo digital.

TYPOGRAPHIA Paranaense aos cuidados da viúva, dona Gertrudes da Silva Lopes, e passou a se chamar “Typographia da viúva & filhos de Cândido Martins Lopes”. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 1264, 03 jan. 1872, p. 4. Arquivo digital.

VICE-PRESIDENTE José Antonio Vaz de Carvalhaes, atende a proposta do inspetor geral, aprovando e expedindo ordem para que o *Compendio de Arithmética Pratica* fosse adotado nas escolas de instrução primária da província. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ed. 040, 31 dez. 1856, p. 4. Arquivo digital.

BPPR/ DDP

ALMEIDA E SÁ, Luiz de França. **Compêndio da Geographia da Província do Paraná**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

DEAP-PR

ADMINISTRAÇÃO pública identificando crianças no códice 119 como “meninos pobres”. Curitiba, Códice 1119. Fotografado pela autora em: 16 out. 2017.

ASSINATURA de João Baptista Brandão de Proença. Curitiba, AP 0220, p. 115, 1865. Fotografado pela autora em: 12 maio 2017.

ASSINATURA do autor do Compendio da Geographia da Província do Paraná. Curitiba, AP 0348, p. 167, 1870. Fotografado pela autora em: 12 maio 2017.

CANDIDO Martins Lopes cobrando por seus serviços, valor de 150 mil réis. AP 0037, 1856, p. 42.

CANDIDO Martins Lopes cobrando por seus serviços, valor de 800 mil réis. AP 0233, 1866, p. 215.

CANDIDO Martins Lopes cobrava por seus serviços valores variados, comumente aparecem os valores de 70 mil réis. AP 023, 1855, p. 55.

CANDIDO Martins Lopes demonstra interesse em obter uma porção de papel que haviam chegado do Rio de Janeiro. AP 0146, 13 nov. 1862.

CANDIDO Martins Lopes informa que sempre cumpriu o contrato firmado com a administração da província. AP 0249. 25 mar. 1868.

CANDIDO Martins Lopes pede exoneração por problema de saúde ataque asthmático. AP 0248. 19 maio 1866.

CANDIDO Martins Lopes prestou juramento do cargo de 5º suplente do Juiz Municipal. AP 0238. 16 jul. 1866.

CANDIDO Martins Lopes sendo requisitado como editor. Curitiba, Códice 789, n. 1058, 1857. Fotografado pela autora em: 30 out. 2017.

CÓDICE 253. Ofício de José A. Correa para Presidente da Província do Paraná, enviado por Circular Rio de Janeiro, do Ministério dos Negócios do Império. Curitiba, 31 jan.1871.

CÓDICE 253. Ofício para Presidente da Província do Paraná, enviado por Eduardo e Henrique Laemmert, do Rio de Janeiro. Curitiba, 2 nov. 1871.

Códice 253. Ofício para Presidente da Província do Paraná, enviado por Circular Rio de Janeiro, do Ministério dos Negócios do Império. Curitiba, em 21 de novembro de 1871.

CONCEDIDA a demissão do cargo de secretário da instrução pública de Luiz de França Almeida e Sá. AP 0348, 1870, p. 167.

DOCUMENTOS a que se refere o vice-presidente da província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa provincial. 7 jan. 1857. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1857. Documento on-line.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa provincial do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura, a 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1864. Documento on-line.

JOÃO Miguel de Mello, para o presidente da província Zacarias de Goés de Vasconcellos. Curitiba, AP 002, v. 001, p. 20-21, 1854.

LEI nº 27, de 1857. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1857. p. 50. Documento on-line.

LUIZ de França Almeida e Sá entrou em exercício nos cargos de Curador Geral de órfãos e Promotor de Residências e Capelas. AP 0340, 1870, p. 21-22.

MANOEL Augusto de Figueiredo assinando como inspetor. Curitiba, AP 0156, p. 091, 1862. Fotografado pela autora em: 12 maio 2017.

MANOEL Augusto de Figueiredo assinando correspondência ao passar a atuar em Paranaguá. Curitiba, AP 0151, p. 181, 1862. Fotografado pela autora em: 12 maio 2017.

MANOEL Augusto de Figueiredo entrou em exercício no lugar de Inspetor da Alfândega de Paranaguá. Curitiba, AP 0136, 1862, p. 160-161.

O PALÁCIO do governo do Maranhão. 1 jun. 1871. AP 0359, 1871. p. 163.

OFÍCIO de aprovação e que manda ser adotado o *Compêndio de Arithmética* de Manoel Augusto de Figueiredo e tomadas “as precisas comunicações”. Curitiba, Códice 59. Fotografado pela autora em: 30 out. 2017.

OFÍCIO de Exm. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira Presidente desta Província, para o negociante Manuel (ilegível). Paranaguá, AP 0158, p. 203, 14 mar. 1863.

OFÍCIO de José Lourenço de Sá Ribas, para Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Presidente da Província. Curitiba, AP 0159, p. 159; 218, 21 abr. 1863.

OFÍCIO de um subinspetoir que informa ao inspetor geral da instrução Pública, Ernesto Francisco de Lima Santos, que não lhe agradou a gramática do Coruja. AP 318, v. 021, 1859, p. 334.

OFÍCIO do inspetor Manoel Francisco Corrêa Junior. Porto de Cima, AP 006, v. 005, 4 jul. 1854, p. 32-33.

OFÍCIO do professor Aparígio Guilherme Antônio para presidente da Província, Zacarias de Goés e Vasconcellos. Ponta Grossa, em 15 de julho de 1854. AP 006, v. 005, p. 31.

OFÍCIO do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes aprovando o *compêndio de Arithmética Pratica* para uso na instrução primária. Curitiba, Códice 790, ofício nº 961. Fotografado pela autora em: 30 out. 2017.

OFÍCIO para inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos. Paranaguá. AP 0266, v. 16, p. 234, 28 nov. 1867.

RELAÇÃO das escolas que receberam o *Cathecismo d'agricultura* do Dr. Antonio de Castro Lopes. Curitiba, AP 0159, 22 abr. 1863. p. 216-217. Fotografado pela autora em: 16 out. 2017.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso. 1 mar. 1860. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1860. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente Luiz Francisco Cardoso. Em 1 mar. 1860. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1860. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Antonio Barbosa Gomes Nogueira. 15 fev. 1862. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1862. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da província do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura. 21 fev. 1864. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1864. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1 de março de 1856, pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 1ª

sessão da 9ª legislatura pelo presidente o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. 15 fev. 1870. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1870. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1867. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos muito digno Presidente da província do Paraná pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes sobre o estado de administração da mesma província no ano de 1857. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1858. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado ao presidente José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província. 1859, p. 20-21. Documento on-line.

RELATÓRIO apresentado por um inspetor de distrito de Paranaguá, em que diz que “o professor primário deve [...] ser indivíduo de conhecimento variado, de maneiras delicadas e de costumes exemplares”. Curitiba, AP 0356, 1871, p. 66.

RELATÓRIO de Theolindo Ferreira Ribas, apresentado como anexo à Assembleia Legislativa Provincial da província do Paraná no dia 07 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. 31 jan. 1857. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1857. Documento on-line.

RELATÓRIO do estado da província do Paraná apresentado ao vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal pelo presidente Francisco Liberato de Mattos por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província. 26 fev. 1859. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1859. Documento on-line.

RELATÓRIO do estado da província do Paraná apresentado ao 2º vice-presidente coronel Manoel Antonio Ferreira pelo presidente Antonio Barbosa Gomes nogueira por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província. 31 maio 1863. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1863. Documento on-line.

RELATÓRIO do Inspetor Geral da instrução pública do Paraná, Ernesto Francisco de Lima Santos, no dia 15 de março de 1867 ao presidente da província o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1867. Documento on-line.

RELATÓRIO do Inspetor Geral da instrução pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao Ilm. E Exm. Sr. Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da província, no dia 31 de dezembro de 1856. Curitiba: Typographia

Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1856. Documento on-line.

RELATÓRIO do Inspetor Geral da instrução pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota. In: Documentos a que se refere o vice-presidente da Provincial do Paraná na abertura da Assembleia legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1857. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857. Documento on-line.

RELATÓRIO do Inspetor Geral da instrução pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao Ilm. E Exm. Sr. Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da província, no dia 31 de dezembro de 1856. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1856. Documento on-line

RELATÓRIO do Inspetor Geral da instrução pública do Paraná, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ao Ilm. E Exm. Sr. Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes, vice-presidente da província, no dia 7 de novembro de 1857. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1857. Documento on-line

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná, Antonio Luiz de Carvalho. 15 fev. 1870. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. Documento on-line.

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa provincial. 15 jul. 1854. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. Documento on-line.

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa provincial. 8 fev. 1855. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1855. Documento on-line.

RELATÓRIO do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typographia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1857, p. 45. Documento on-line.

RELATÓRIO do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial de governo, André Augusto de Pádua Fleury. 15 fev. 1866. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1866.

RELATÓRIO que ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Francisco Cardoso apresentou ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. 18 mar. 1861. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1861. Documento on-line.

SEBASTIÃO José Cavalcanti assinando como chefe da seção da tesouraria do Paraná oitocentista. Curitiba, AP 0043, 1857, p. 306. Fotografado pela autora em: 12

maio 2017.

SEBASTIÃO José Cavalcanti assinando como inspetor da tesouraria do Paraná oitocentista. Curitiba, AP 0162, 1863, p. 150. Fotografado pela autora em: 12 maio 2017.

SEBASTIÃO José Cavalcanti se identifica como capitão da segunda companhia de batalhão da reserva da guarda nacional. Relata que iria para a província de Minas Gerais servir de inspetor da Tesouraria da Fazenda. AP 0195, 1864, p. 30.

SEBASTIÃO José Cavalcanti pede exoneração do cargo de professor interino da cadeira de geometria do liceu. AP 0051, 1857, p.176.

LLTU- AU

ALMEIDA E SÁ, Luiz de França. **Compêndio da Geographia da Província do Paraná**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1871.

ESTADO DO PARANÁ

PARANÁ. Instrução Geral de 27 de dezembro de 1856 contendo o plano e a divisão do ensino nas escolas. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 44. Arquivo digital.

PARANÁ. Instrução Pública de 11 de fevereiro de 1858 sobre o plano e a divisão do ensino nas cadeiras de instrução primária de segunda ordem para o sexo feminino. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 83. Arquivo digital.

PARANÁ. Lei nº 27 de 07 de março de 1857. Cria uma biblioteca pública anexa ao Liceu. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 50. Arquivo digital.

PARANÁ. Lei nº 290 de 15 de abril de 1871. Reforma a instrução pública da Província, e inclui as despesas. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 178. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Santos Lima. Castro, 30 nov. 1860. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 244, v. 16, p. 190. Arquivo

digital.

PARANÁ. Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná José Lourenço de Sá Ribas. Castro, 30 nov. 1863. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 170, v. 19. p. 117. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício da professora Emília de Faria Erichsen ao Subinspetor das escolas de Castro. Castro, 30 abr. 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 343, v. 20. p. 69. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de Baptista Luis Garnier, confere J. Pamplona de Menezes ao presidente da Província do Paraná Antônio Luiz Afonso de Carvalho. Rio de Janeiro, 16 jan. 1869. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 331, v. 08. p. 42. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de Cleto da Silva ao Inspetor Geral da Instrução Pública Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos. 30 nov. 1868. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 291, v. 018. p. 294. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de Felippe José Alberto Junior, do Rio de Janeiro, disponibilizou obras para a compra por parte da Província do Paraná. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 331, v. 008. p. 043. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de J. Pamplona de Menezes ao presidente da Província do Paraná Antônio Luiz Afonso de Carvalho. Rio de Janeiro. 16 jan. 1869. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 331, v. 08. p. 43. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de João Batista Brandão de Proença ao presidente da província do Paraná. Curitiba, 14 jun. 1854. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 005, v. 04. p. 28. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de João Batista Brandão de Proença ao presidente da província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba, 28 set. 1854. In: MIGUEL, Maria

Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 002, v. 01. p. 20. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de João Baptista Brandão de Proença ao Presidente desta Província. Curitiba, 13 fev. 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 013, v. 002. p. 81. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de João Baptista Brandão de Proença ao Presidente desta Província. Curitiba, 16 fev. 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 013, v. 002. p. 82. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de João de Oliveira Franco, subinspetor ao inspetor geral da instrução pública Ernesto Francisco de Lima Santos. Rio Negro, 15 maio 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 335, v. 012. p. 54. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de José Celestino de Oliveira ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos. Morretes, 2 maio 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 335, v. 12. p. 54. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de M. Eufrasio Correia para o presidente da Província Antonio Luiz de Afonso de Carvalho. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 331, v. 008. p. 042. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do Antonio Augusto da Fonseca. Curitiba, 6 abr. 1869. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). Identificação: 353.0313 1869. p. 345. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública A. L. Afonso de Carvalho ao presidente da província do Paraná. Curitiba, 5 jan. 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 324, v. 001. p. 19. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do inspetor Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba, 13 abr. 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução**

Pública do Paraná provincial (1854-1869). Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 015, v. 004. p. 50-51. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ao presidente da província do Paraná Teófilo Ribeiro de Resende. Curitiba, 23 maio 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 015, v. 04. p. 54. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para a administração da província do Paraná. Curitiba, 27 jan. 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 012, v. 001. p. 113. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do inspetor M. Eufrasio Correia ao presidente da Província do Paraná Antônio Luiz Afonso de Carvalho. Tesouraria provincial do Paraná. Curitiba, 2 mar. 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 331, v. 08. p. 43. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Antonio Ferreira da Costa ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Santos Lima. Curitiba, 29 nov. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 266, v. 16. p. 230. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Antônio Martins de Araújo. Ponta Grossa, 30 nov. 1868. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 291, v. 018. p. 295. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Carlos Moricofer ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná José Lourenço de Sá Ribas. Núcleo colonial do Assunguí, 8 dez. 1862. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 147, v. 18. p. 102 e 103. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Custódio Cardoso Netto ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná. Curitiba, 2 out. 1863. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação

Brasileira). AP 169, v. 18. p. 110-111. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício de professor Domingos Carneiro da Silva Braga. Paranaguá, 6 set. 1862. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 144, v. 015. p. 090. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Florindo Ferreira França ao Inspetor do Distrito. Vila de Guaratuba, 30 nov. 1862. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 147, v. 18. p. 104. Arquivo digital

PARANÁ. Ofício do professor Honório Décio da Costa Lobo ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná, Sr. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos. Paranaguá, 20 nov. 1856. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 244, v. 16. p. 193. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor José Cleto da Silva ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Santos Lima. Paranaguá, 28 nov. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 266, v. 16. p. 234. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor José Rodrigues da Costa Guimarães. Ponta Grossa, 3 dez. 1862. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 148, v. 019. p. 107. Arquivo digital.

PARANÁ. Ofício do professor Manoel (ilegível) Dias da Costa ao presidente da província do Paraná. Freguesia da Palmeira, 20 mar. 1855. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 014, v. 03. p. 50. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública Primária de 13 de maio de 1871. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 184. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento de 27 de dezembro de 1856. Que trata das instruções contendo o plano e a divisão do ensino nas escolas de primeira ordem. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da**

Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Brasília: INEP, 2004, p. 44-45. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento de 08 de abril de 1857. De ordem geral para as escolas da Instrução Primária. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 52-53. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento de 24 de abril de 1857. De inspeção da Instrução Pública. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 66. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento de 30 de outubro de 1857 contendo o plano e a divisão do ensino nas escolas. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 76. Arquivo digital.

PARANÁ. Regulamento nº 02 de 23 de abril de 1858. Manda estabelecer uma biblioteca pública na capital. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, p. 86. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí sobre seu estado pertencente ao ano de 1864, pelo João Francisco de Santana Neves. Colônia do Superaguí, 2 dez. 1864. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 194, v. 19. p. 153. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí sobre seu estado pertencente ao ano de 1865, pelo João Francisco de Santana Neves. Guaratuba, 1 dez. 1865. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 218, v. 22. p. 166. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório da Escola Nacional de primeiras Letras da colônia do Superaguí sobre seu estado pertencente ao ano de 1867, pelo João Francisco de Santana Neves. Colônia de Superaguí, 1 dez. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 267, v. 17. p. 242. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1866, ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.).

Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869). Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 244, v. 16. p. 189. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1867, ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos. Guaratuba, 30 nov. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 266, v. 16. p. 231. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Anna Joaquina de Santana sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1869, ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco da Silva Santos. Guaratuba, 30 nov. 1869. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 317, v. 20. p. 322. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Caetano Alves de Paula. Morretes, 01 dez. 1866. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 246, v. 18. p. 205-206. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Caetano Alves de Paula. Morretes, 1 dez. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 268, v. 18. p. 244 e 245. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório de Manoel Libâneo de Sousa ao Subinspetor Manoel José de Sousa. Antonina, 1 dez. 1868. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 293, v. 20. p. 307 e 308. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos, ao presidente da província do Paraná Polidoro César Burlamarque. Curitiba, 31 jan. 1867. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 353.0313, p. 268. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos, ao presidente da província do Paraná Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Curitiba, 24 jan. 1870. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação

Brasileira). AP 324, v. 001, p. 21-22. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná José Lourenço de Sá Ribas, ao presidente da província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury. Curitiba, 31 dez. 1864. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 183, v. 08. p. 127, 133 e 144. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório do professor Antônio Ferreira da Costa ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná. Curitiba, 28 nov. 1865. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 219, v. 23. p. 170. Arquivo digital.

PARANÁ. Relatório do professor Joaquim Cândido da Rocha sobre o estado da escola pertencente ao ano de 1866, ao Inspetor Geral da instrução pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos, com visto do Subinspetor Antônio José da Rocha. Guaratuba, 30 nov. 1866. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1869)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). AP 244, v. 16. p. 192-193. Arquivo digital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Tradutor: Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC, 1989.

ANGELO, Maria Deusia Lima. **Livros didáticos de Geografia e seus autores**: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. Historiografia sobre a institucionalização da escola primária na província do Paraná: uma problematização a partir da empiria. In: FRANÇA, Franciele Ferreira; SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da; SACRAMENTO, Cristina Carla (Org.). **História da Educação, infância e cultura material**: os estudos produzidos pelos grupos de pesquisa da UDESC, UFPR, UNICAMP. Florianópolis: Editora da UDESC, 2015. p. 31-42.

_____. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. In.: SILVA, Eliane Paganini da; SILVA, Sandra Salete de Camargo (Org.). **Metodologia da pesquisa científica em educação**: dos desafios emergentes a resultados iminentes. Curitiba: Íthala, 2016. p. 100-113.

_____. Um balanço da produção recente sobre a institucionalização da escola primária na província do Paraná (2000-2015). **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 749-771, set./dez. 2017.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856-1857). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 152-177, 2013.

ARAÚJO, Marta Maria de; FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de. Livros escolares à educação primária homogênea (Rio Grande do Norte, Século XIX). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 348-377, jun./abr. 2016.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto. Uma história da leitura: os livros didáticos na Paraíba no segundo reinado.In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 17., 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Leitura, 2009. não p.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854 – 1883)**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BECCHI, Egle. Retórica de infância. Tradutora: Ana Gomes. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 63-95, ago./dez. 1994.

BENCOSTTA, Marcus Levy; VIDAL, Diana Gonçalves. A historiografia da educação paranaense no cenário da História da Educação Brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999–2008). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 38, p. 295-315, set./dez. 2010.

BICCAS, Maurilane S.; GALVÃO, Ana Maria O.; GONDRA, José G.; MORAES, Dislane Z. **Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 16, p. 171-234, jan./abr. 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 3. ed. Lisboa: Publicações Europa- América, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUFFA, Ester. Os 30 anos do GT de História da Educação: sua contribuição para a construção do campo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Trabalhos encomendados**. Florianópolis: UFSC/ANPEd, 2015. p. 1-23.

BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradutora: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARNEIRO, Newton Isaac da Silva. **As artes gráficas em Curitiba**: Surto e desenvolvimento dos processos tipográficos e litográfico, arte editorial e comércio de livros na capital paranaense. Curitiba: Edições Paiol, 1975.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão Império**: produção, circulação e prescrições. 2012. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, Araraquara, 2012.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradutor: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

_____. Escutar os mortos com olhos. Tradução de Jean Briant. **Revista Estudos Avançados/USP**, São Paulo, n.69, 2010.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Tradutora: Maria Helena Camara Bastos. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradutora: Maria Adriana C. Cappello. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abril. 1991.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Ciclo de vida dos livros escolares: breves notas sobre os mecanismos de controle e difusão implementados no circuito educacional amazonense (1852-1890). In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 15., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Leitura, 2005. não p.

_____. Entre idas e vindas: o trajeto dos livros escolares destinados ao ensino primário amazonense (1880-1900). In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Leitura, 2007. não p.

COSTA, Odaléia Alves da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O que é a história do livro? Revisitado. Tradutora: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008.

_____. O guardião dos livros: pesquisador do iluminismo, Robert Darnton lança coletânea de artigos e virá para a próxima Flip. Entrevistadora: Sylvia Colombo. **Folha de São Paulo**, 18 jun. 2010. Entrevista.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradutor: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

FALCADE MASCHIO, Elaine Cátia. A escrituração escolar como prática e como lugar indiciário de representações da infância. **Acta Scientiarum. Education**,

Maringá, v. 37, n. 2, p. 141-150, abr./jun. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In:_____ (Org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. **Escola, política e cultura**. Belo Horizonte: Argumentum/CNPQ, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Suportes, instrumentos e textos de alunos e professores em Minas Gerais: indicações sobre usos da cultura escrita nas escolas no final do século XIX e início do século XX. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 29, p. 29-56, set./dez. 2009.

FRANÇA, Franciele Ferreira. Os métodos de ensino na História da Educação Pública Paranaense no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: SBHE, 2011. p. 1-15.

_____. **A arte de ensinar**: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FRANÇA, Franciele Ferreira; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. E pois, que valem escolas sem bons livros? Materiais utilizados para o ensino da leitura nas escolas primárias da Província Paranaense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira at al. Livros escolares de leitura: caracterização e usos (Pernambuco, século XIX). **Relatório Final da Pesquisa**. Recife, UFPE, 82 p. 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. 1 CD-ROM.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 1 [16], p. 171-234, jan./abr. 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991. p. 169-178.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota. **Educação, poder e sociedade no Império**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 2 [8], p. 265-289, jul./dez. 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradutor: Paulo Meneses. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradutora: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, jan./jun. 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Tradutores: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisor da tradução: César BenjamIn. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História – ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Cadeira 2 — Ernani Buchmann**. Patrono: Cândido Martins Lopes. © 2017. Disponível em: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-2/>. Acesso em: 28 maio 2017.

LIMA, Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira. **Uma livraria entre o solar e a escola**: educação, livros e leitores na história de Ao Livro Verde. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LOPES, Candido Martins. **Biografia ou Breve Notícia Sobre a Vida do Muito Humanitário Médico Dr. José Cândido da Silva Murici**. [S. l.]: Imprensa Oficial, 2002.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854-1889)**. Vitória: SBHE, 2013. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Imprensa e educação no Paraná durante o governo de Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1853-1855. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9.,

2012, João Pessoa. **História da Educação Brasileira**: experiências e peculiaridades. João Pessoa: Universitária UFPB, 2012. v. 1, p. 1-8.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854–1954**). Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense – Estante Paranista, 1976.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAVAZZANI, Carlos; COSTA, Iseu Affonso da. Apresentação. In: LOPES, Candido Martins. **Biografia ou Breve Notícia Sobre a Vida do Muito Humanitário Médico Dr. José Cândido da Silva Murici**. [S. l.]: Imprensa Oficial, 2002.

ROCHA, Everardo. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SAUTER, Gabriela Ossenbach; SOMOZA RODRÍGUEZ, José Miguel. **Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina**. Madrid: Editorial UNED, 2009.

SILVA, Alexandra Lima da. Andanças de Clio: intelectuais, intercâmbios e circulação de livros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015.

SILVA, Fabiana Cristina da. **Concepções educacionais**: um confronto entre as representações contidas nos livros e em outras fontes documentais do período. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, abr. 2003.

SOUZA, Gizele de; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O Arquivo Público Paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 627-643, 2013.

SOUZA, Gizele de; PERES, Eliane Teresinha. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (Org.). Cultura material escolar: a escola e seus artefatos. São Luís: Edufma/Café e Lápis, 2011. p. 43-68.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia Política** [online], v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, 2002.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O Grande Mestre da Escola**: os livros de leitura para a

Escola Primária da Capital do Império Brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 81-96, 2. sem. 2010.

TEIXEIRA, Giselle Baptista; SCHUELER, Alessandra Frota de. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 9, n. 2 [20], p. 137-164, maio/ago. 2009.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Livro didático e educação matemática: uma história inseparável. **Zetetiké**, Campinas, v. 16, n. 30, p. 139-162, jul./dez. 2008.

VECHIA, Ariclê. O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 1 [7], p. 135-160, jan./jun. 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 1 [9], p. 73-108, 2005.

_____. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010. v. 1, p. 21-40.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2. ed. arg. de uma introd. e de um cap. novos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

VIDAL, Diana Gonçalves. Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar Contos infantis. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 17, n. 1, p. 29-45, 2004.

_____. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Imprensa, educação e esfera pública na década de 1920. In: SUASNÁBAR, Claudio; CAMPOS, Névio de (Org.). **Educação no Brasil e na Argentina**: escritos de história intelectual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 199-225.

APÊNDICE I – TÍTULOS DE OBRAS NÃO PRODUZIDAS NA PROVÍNCIA PARANAENSE, MAS QUE CIRCULARAM E FORAM USADAS PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871)

(continua)

Ano/Códice/Regulamento[293]	Título	Autor
Dezenove de Dezembro: 1871.	*1º tomo do Curso Elementar de Mathematicas*	Dr. João Antonio Coqueiro
Dezenove de Dezembro: 1870.	*A ciência do bom homem Ricardo*	Benjamin Franklin
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Algebra*	Christiano Benedito Ottoni
Dezenove de Dezembro: 1858, 1860, 1866.	*Alphabeto portuguez ou novo methodo para aprender a ler em pouco tempo*	José Ignácio Roquette
Dezenove de Dezembro: 1866. *Códice 119*: 1866.	*Arithmetica*	Antonio Alves Pereira Coruja
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Atlas de Geographia (Lições)*	Abbade Gaultier
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Cartas escolhidas*	Padre Antônio Vieira
Códice 119: 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1864, 1865 e 1866. Relatório de 1857.[294]	*Cartilhas*	Pimentel
Dezenove de Dezembro: 1869. *Códice 119*: 1864.	*Catecismo d'Agricultura*	Dr. Antônio de Castro Lopes
Dezenove de Dezembro: 1860. *Códice 119*: 1859, 1860, 1862, 1863, 1864, 1865 e 1866.	*Catecismo de Doutrina Cristã*	José Antonio Galvão (tradutor)
Relatório de 1857.	*Catecismo de Fleury*	Manoel Joaquim do Amaral Grugel (trazido por este conselheiro)
Dezenove de Dezembro: 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1862, 1863 e 1864.	*Catecismo de Montpellier*	François Aimé Pouget
Dezenove de Dezembro: 1856.	*Compêndio de Arithmetica*	José Joaquim de Avila
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Compêndio de Arithmetica*	Christiano Benedito Ottoni
Códice 119: 1860 e 1861.	*Compêndio de Moral*	Sem autor.
Dezenove de Dezembro: 1870.	*Compêndio de Dezenho linear*	Sem autor.
Dezenove de Dezembro: 1865.	*Compendio ensino do systema metrico*	Candido Baptista de Oliveira (conselheiro)
Dezenove de Dezembro: 1860.	*Epitome de geometria pratica*	Salvador Henrique de Albuquerque
Dezenove de Dezembro: 1858. Relatório de 1857.	*Geometria*	Christiano Benedito Ottoni

[293] Anos que aparecem nas fontes *Dezenove de Dezembro* (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional), Códice 119 e relatórios da presidência, vice-presidência e inspetoria da instrução da Província do Paraná.

[294] Item escrito pelo inspetor geral da instrução Pública, Sr. Joaquim Inácio Silveira da Mota, em 31 de dezembro de 1856, porém publicado no relatório de 1857. O destinatário era o vice-presidente da Província do Paraná, Sr. José Antonio Vaz de Carvalhaes.

(conclusão)

Ano/Códice/Regulamento	Título	Autor
Dezenove de Dezembro: 1866 e 1867. *Códice 119*: 1857, 1858 e 1865. Relatório de 1857.	*Grammatica de Língua Nacional*	Antonio Alves Pereira Coruja
Dezenove de Dezembro: 1866.	*Grammatica latina*	Dr. Antônio de Castro Lopes
Dezenove de Dezembro: 1860.	*Grammatica Philosophica da lingua nacional*	Antonio da Costa Duarte (padre)
Dezenove de Dezembro: 1856.	*Grammatica portugueza*	Emílio Achilles Monteverde
Dezenove de Dezembro: 1858, 1860 e 1866. *Códice 119*: 1857. Relatório de 1857.	*Historia do Brasil*	Antonio Alves Pereira Coruja
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Noções de geographia*	Abbade Gaultier
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Novo methodo de grammatica latina*	Antônio Pereira de Figueiredo
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Novo methodo reduzido a compêndio de grammatica latina*	Antônio Pereira de Figueiredo
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Os Luzíadas*	Luís Vaz de Camões
Dezenove de Dezembro: 1860. *Códice 119*: 1859. Relatório de 1857.	*Poesia*	Antônio Pereira Sousa Caldas (padre)
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Poesias sacras e profanas*	Antônio Pereira Sousa Caldas (padre)
Dezenove de Dezembro: 1871.	*Primeiras Noções de Cálculo*	Dr. João Antonio Coqueiro
Dezenove de Dezembro: 1859 e 1860. *Códice 119*: 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865 e 1866.	*Rudimentos de Moral Religiosa do Manual de Lunel (manuscritos do professor)*	J. A. Galvão (tradutor)
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Simão de Nantua ou o Mercador de feiras*	Laurent Pierre de Jussieu (também encontrado como Lourenço Pedro Jussieu)
Dezenove de Dezembro: 1858.	*Syntaxe*	Dantas
Relatório de 1857.	*Translados calligraphicos*	Cyrillo Dilermando da Silveira

FONTE: Jornal *Dezenove de Dezembro*; Códice 119; relatórios da presidência, vice-presidência e inspetoria da instrução da província do Paraná.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

APÊNDICE II – BIBLIOTECAS NACIONAIS CONSULTADAS[295]

(continua)

Local	Resultado
Biblioteca de obras raras da Câmara dos Deputados	(III)
Biblioteca de obras raras do Senado	(III)
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	(III)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	(I)
Universidade Federal do Ceará (UFC)	(I)
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	(I)
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	(I)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	(I)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET)	(I)
Fundação João Pinheiro (governo de Minas Gerais)	(I)
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	(I)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	(I)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	(I)
Biblioteca da Casa da Memória de Curitiba – Fundação Cultural	(II) (IV) Encontrado o livro *Volatas* (1887, foi impresso na Typographia Dezenove de Dezembro).
Biblioteca do Arquivo Público do Paraná	(II)
Biblioteca do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná	(II)
Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba/PR)	(II) Encontrado o livro *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Candido da Silva Murici*, de autoria de Candido Martins Lopes (nono filho do tipógrafo Lopes).
Biblioteca do Museu Paranaense	(II)
Biblioteca Pública do Paraná – Seção Paranaense	Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá. Consulta *in loco.*
Descendente de Newton Carneiro	Encaminhado e-mail perguntando se possui as obras da biblioteca do Newton Carneiro. Não houve resposta.
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá. A obra pertence ao acervo do Júlio Estrella Moreira. Consulta *in loco.*
Instituto Neo-Pitagórico	(II)(IV)

[295] Busca das obras produzidas na província paranaense para a instrução primária e que foram impressas pela Typographia de Candido Martins Lopes (1854–1871).

(conclusão)

Local	**Resultado**
Universidade Federal do Paraná	(I)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	(I)
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	(III)
Real Gabinete Português de leitura no Rio de Janeiro	(III)
Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina	(III)
Coleção de Macedo Soares – USP	(IV) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá. Não possui o livro digitalizado, somente impresso.
Coleção Paulo Bourroul – USP	(IV) Não possui os títulos pesquisados.
Universidade de São Paulo (USP)	(I)
Instituto Federal de Sergipe	(I)
Universidade Federal de Sergipe	(I)

FONTE: A autora (2017).

NOTA: Foram realizadas as buscas em bibliotecas dos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe, por haver ocorrências de passagem dos autores por essas localidades no tempo provincial. As buscas realizadas em Santa Catarina, São Paulo, Câmara dos Deputados, obras raras do Senado e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro decorreram dos importantes acervos que possuem esses locais, os quais poderiam ter exemplares das obras pesquisadas.

LEGENDA: (I) Consulta *online*. Busca feita no acervo de todas as bibliotecas. Usadas como palavras-chave o nome do autor e o título da obra. Não foram encontrados os livros. (II) Consulta *in loco*. Não possui os livros pesquisados. (III) Consulta *online*. Usadas como palavras-chave o nome do autor e o título da obra. Não foram encontrados os livros. (IV) Entrei em contato por e-mail.

APÊNDICE III – BIBLIOTECAS INTERNACIONAIS CONSULTADAS[296]

(continua)

Local	Resultado
Staatsbibliothek zu Berlin – Preußischer Kulturbesitz (Alemanha)	(I) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá. Não possui o livro digitalizado, somente impresso.
Universidad de Buenos Aires (Argentina)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Universidad Del Salvador (Argentina)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
La Trobe University (Austrália)	(I) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá.
University of Canberra (Austrália)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Australian National University (Austrália)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
McGill University Library (Canadá)	(I) (III)
American University of Sharjah (Emirados Árabes)	(I) (III)
Universitat de Barcelona (Espanha)	(II) (IV) Não possui os títulos pesquisados.
Universidad de León (Espanha)	(IV) Não possui os títulos pesquisados.
Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Universitat de València (Espanha)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Goucher College (Estados Unidos)	(I) (III)
Hathi Trust Digital Library (Estados Unidos)	(I) (III)
Harvard University (Estados Unidos)	(II) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá.
High Point University (Estados Unidos)	(I) (III)
Princeton University (Estados Unidos)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Stanford University (Estados Unidos)	(II) (IV) Não possui os títulos pesquisados.
The Claremont Colleges (Estados Unidos)	(I) (III)
Columbia University (Estados Unidos)	(II) Não possui os títulos pesquisados.

[296] Busca das obras produzidas na província paranaense para a instrução primária e que foram impressas pela Typographia de Candido Martins Lopes (1854–1871).

(conclusão)

Local	**Resultado**
New York University (Estados Unidos)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Yale University (Estados Unidos)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Bibliothèque Nationale et Universitaire (França)	(I) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná,* do autor Luiz de França Almeida de Sá. Não possui o livro digitalizado, somente impresso.
The British Library (Reino Unido)	(I) (II) (III)
University of Birmingham (Reino Unido)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
University of Cambridge (Reino Unido)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Durham University (Reino Unido)	(II) (IV) Não possui os títulos pesquisados.
University of London (Reino Unido)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
The University of Manchester (Reino Unido)	(II) (III) (IV)
University of Oxford (Reino Unido)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Universidade de Coimbra (Portugal)	(II) Não possui os títulos pesquisados.
Universidade de Lisboa (Portugal)	(III) (IV)
Universidade do Porto (Portugal)	(II) Não possui os títulos pesquisados.

FONTE: A autora (2017).

LEGENDA: (I) Consulta *online* no *link* www.worldcat.org. Foram utilizadas como palavras-chave o nome do livro, ao autor na categoria autor, depois, o nome do autor em buscas gerais. (II) Entrei em contato por e-mail. (III) Encontrado o *Compêndio de Geographia da Província do Paraná*, do autor Luiz de França Almeida de Sá, porém, a mesma versão de Harvard. (IV) Consulta *online*. Usadas como palavras-chave o nome do autor e o título da obra.

APÊNDICE IV – LISTA DE PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1856

Local	Cadeira	Professor
Curitiba	1ª	João Baptista Brandão de Proença
Curitiba	2ª	Vago
Votuverava	1º	Antonio Lassio Cortes
Castro	1ª	Vago
Castro	2ª	Ignacio Moreira Villela
Jaguariahiva	1ª	Vago
Tibagy	1ª	Fidencio Borges de Oliveira
Ponta-Grossa	1ª	Joaquim José de Camargo
Guarapuava	1ª	Fortunato José de Carvalho Lima
Palmas	1ª	Pedro Ribeiro de Sousa
Rio-Negro	1ª	Antonio Joaquim de Oliveira
Principe	1ª	Vicente José de Oliveira
Principe	2ª	Vago
Palmeira	1ª	Manoel José Dias da Costa
Campo-Largo	1ª	José Pinto Ribeiro Nunes
Yguassu	1ª	José Francisco de Madeiros
São José dos Pinhaes	1ª	Manoel Gonçalves de Oleiveira
Porto de Cima	1ª	Antonio José Leite Bastos
Morretes	1ª	Francisco da Silva Neves
Morretes	2ª	Vago
Antonina	1ª	Joaquim Alves da Silva
Guarakessába	1ª	Antonio Ferreira da Costa
Paranaguá	1ª	Francisco Antunes Teixeira Padre Albino José da Cruz Honorio Decio da Costa Lobo
Guaratuba	1ª	João Francisco de Sant'Anna Neves

FONTE: Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Paraná no dia 1 de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856. p. 2.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

APÊNDICE V – LISTA DE PROFESSORAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1856

Local	Cadeira	Professora
Curitiba	1ª	D. Maria do Carmo de Moraes
Curitiba	2ª	D. Constança Felicidade Perpetua Borges
Castro	1ª	D. Maria Candida de Oliveira Mascarenhas
Ponta-Grossa	1ª	D. Angelica Maria Ferraz
Guarapuava	1ª	D. Anna Joaquina da Purificação
Principe	1ª	D. Gertrudes Margarida de Magalhães
Palmeira	1ª	D. Francisca Antonia de (ilegível)
Campo-Largo	1ª	D. Claudina Cecília de Azevedo Borba
São José dos Pinhaes	1ª	D. Anna Joaquina Alves de Jesus
Morretes	1ª	D. Rita Clara das Neves
Antonina	1ª	D. Maria Joaquina Soares da Rocha
Paranaguá	1ª	D. Maria Prudencia da Luz
Paranaguá	2ª	D. (ilegível) Paula da Costa Lobo

FONTE: Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Paraná no dia 1 de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856. p. 2.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

APÊNDICE VI – MATERIAIS E LIVROS COLOCADOS À VENDA PELA TYPOGRAPHIA PARANAENSE, DE CANDIDO MARTINS LOPES, PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)

(continua)

Ano	Livros escolares e outros materiais para a instrução primária	Preço
1854	- 1ª e 2ª coleção de cartas; - Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier; - Ditas de Phitagoras; - Fáceis Lições, sobre materiais de dinheiro; - Linguagem das folhas, flores, frutos, etc; - Noções de Moral; - Romances e novelas (Maria ou vinte anos depois; Januario Garcia; As duas órfãs; O testamento falso. Dois belos romances e duas interessantes novelas em 1 volume);. - Taboadas pequenas.	160 400 320 1U00 100 400 1U500 80
1855	- Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier; - Ditas de Phitagoras; - Fáceis Lições, sobre materiais de dinheiro; - Linguagem das folhas, flores, frutos, etc; - Noções de Moral. - Romances e novelas (Maria ou vinte anos depois; Januario Garcia; As duas órfãs; O testamento falso. Dois belos romances e duas interessantes novelas em 1 volume).	400 320 1U00 100 400 1U500
1856	- 1ª coleção de cartas; - Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas); - Catecismo pequeno; - Noções de Moral; - Taboadas pequenas.	160 2$000 400 400 80
1857	- 1ª coleção de cartas; - Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas); - Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier. - Grammatica da Língua Nacional, de Sebastião José Cavalcanti; - Noções de Moral; - Taboadas pequenas.	160 1$000 400 2U000 400 80
1858	- 1ª e 2ª coleção de cartas; - Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas); - Catecismo pequeno, extrahido do Catecismo de Montpellier. - Compêndio de Philosophia, de Frei Francisco de Mont'Alverne; - Grammatica da Língua Nacional, de Sebastião José Cavalcanti; - Noções de Moral; - Taboadas pequenas.	160 1$000 400 (I) (I) 400 80
1859	- 1ª coleção de cartas; - Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas); - Catecismo pequeno; - Grammatica da Língua Nacional, por Sebastião José Cavalcanti; - Noções de Moral; - Rudimentos de Moral.	160 1U000 400 2U000 400 500

(conclusão)

Ano	Livros escolares e outros materiais para a instrução primária	Preço
1860	- Grammatica da Língua Nacional, de Sebastião José Cavalcanti.	(I)
1861	- Grammatica da Língua Nacional, de Sebastião José Cavalcanti.	(I)
1870	- Compêndio de Geographia da Província do Paraná, Luiz de França Almeida e Sá	(I)

FONTE: Anúncios do *Dezenove de Dezembro*.

NOTA: Tabela elaborada pela autora.

LEGENDA: (I) não há informação de preços nos anúncios daquele ano.

APÊNDICE VII – DISTRIBUIDORES DOS MATERIAIS E LIVROS ESCOLARES QUE FORAM COLOCADOS À VENDA PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854–1871)[297]

(continua)

Ano	Distribuidor	Livro e/ou materiais para a instrução primária	Quantidade	Valor da unidade
1855	Antônio Gonçalves Ribeiro	- Doutrina Cristã	25	(II)
1857	Adriano Corrêa Bandeira & Cª	- Lousas de escrever	200	240
		- Maços de lápis de pedra	10	380
		- Penas de ave	1000	735
		- Ditas de gis	32	60
		- Resmas de papel almaço	30	3U400
		- Grammaticas de Coruja	50	1U000
		- Histórias do Brasil	50	2U000
		- Cartilhas de doutrina	200	240
		- Grammaticas latinas	02	5U000
		- Bibliothecas Juvenis	02	2U000
		- Cartas selectas do padre Vieira	02	3U000
		- Arithmeticas de Ottoni	06	3U000
		- Methodo de leitura repentina	01	2U000
		- Poesias escolhidas do padre Caldas	01	3U000
1857	Fernando Amaro de Miranda	- Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas)	(I)	2$000
	Joaquim Soares Gomes	- Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas)	(I)	2$000
	Pedro Fortunato de Sousa Magalhaes	- Arithmética Pratica (1 vol. Contendo mais de 100 páginas)	(I)	2$000

[297] São também distribuidores a Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes (lista presente no apêndice VI), e a administração pública da Província do Paraná (apêndice VIII). Os anos são aqueles que possuem os anúncios de venda dos livros escolares e materiais para a instrução.

(continuação)

Ano	Distribuidor	Livro e/ou materiais para a instrução primária	Quantidade	Valor da unidade
1858	Antiga fábrica de licores	- Arithmética de Ottoni; - Geometria de Ottoni; - Algebra de Ottoni; - Historia do Brasil por A.A.P Coruja; - Atlas de georhaphia pelo abade Gautier; - Noções de geographia de Gautier; - Cartas escolhidas do padre Vieira; - Poesias sacras e profanas do padre Caldas; - Novo método de gramática latina pelo padre A. Pereira; - Novo método reduzido a compendio pelo padre A. Pereira; - Syntaxe de Dantas; - Os Lusíadas por Camões; - Simão de Nantua ou o Mercador de Feira; - Expositor Portuguez; - Alphabeto portuguez ou novo methodo para aprender a ler em pouco tempo por JF Roquette.	(I)	(II)
1859	Casa nº 12	- Catecismo de instrução moral e religiosa	(I)	(II)
	Philippe Sarty	- O livro dos estudantes da lingua francesa, por Burgain; - Gramática francesa por Sevene (02 volumes); - Novo méthodo prático e teórico da lingua francesa, por Burgain; -Dicionário francês-português e português-francês por Fonseca Roquette (2 volumes); - Guia da conversação português-francês; - Os Lusíadas por Camões; - Arithmética do D'Ottoni; - Cartas Seletas do padre Antonio Vieira; - Catecismo de Montpellier; - Simão de Nantua ou o Mercador de Feira; - Lições de geographia pelo abbade Gaulher, com atlas; - Histoire de l'Amerique, por W. Robertson (02 volumes).	(I)	(II)
1860	João Manoel de Paula	- Compêndio de Grammatica Philosophica da lingua nacional, pelo padre Antonio da Costa Duarte.	(I)	(II)

(continuação)

Ano	Distribuidor	Livro e/ou materiais para a instrução primária	Quantidade	Valor da unidade
1862	Encadernação de Cardoso & C.ª	- Catecismos pequenos; - Noções de Moral; - Resumo da Doutrina Cristã; - Cartas de ABC; - Taboadas; - Pautas; - Canivetes; - Tesouras; - Reguas.	(I)	(II)
1863	Encadernação de Cardoso & C.ª	- Catecismos pequenos; - Noções de Moral; - Resumo da Doutrina Cristã; - Cartas de ABC; - Taboadas; - Pautas; - Canivetes; - Tesouras; - Reguas.	(I)	(II)
1864	Encadernação de Cardoso & C.ª	- Catecismos pequenos; - Noções de Moral; - Resumo da Doutrina Cristã; - Cartas de ABC; - Taboadas; - Pautas; - Canivetes; - Tesouras; - Reguas.	(I)	(II)
1869	Baptista Luis Garnier	- Primeira coleção de cartas para aprender a ler;	(I)	80
		- Método frª para aprender a ler;	(I)	500
		- V. Renoult. Método pª aprender a ler em 15 lições;	(I)	1000
		- Taboada exata;	(I)	40
		- Contas do Cônego Schmidt;	(I)	1000
		- V. Renoult, sistema métrico;	(I)	1000
		- J. de Lossio, Compêndio de Metodologia;	(I)	640
		- J. B. de Azevedo Coimbra, sistema métrico;	(I)	2000
		- Estácio de Sá e Meneses, lições elementares de geographia;	(I)	2000
		- J. C. Fernandes Pinheiro, catecismo da doutrina cristã;	(I)	2000
		- Episódios da História Pátria;	(I)	1000
		- Gramática da Infância;	(I)	1000
		- História Sagrada Ilustrada;	(I)	3000
		- Compendio da História do antigo e novo testamento com as razões com que se prova a verdade de Nossa religião, P. A. J. da Neves M. Bandeira;	(I)	1000
		- Ant. Perª, Novo método de Gramática latina, reduzida a compêndio, com a sintaxe de Francisco B. de Szª;	(I)	1000
		- Dunny. Compêndio da História universal 1 vol.;	(I)	4000
		- Trinocy, Primeiro livro de leitura 1 vol.	(I)	1000

(conclusão)

Ano	Distribuidor	Livro e/ou materiais para a instrução primária	Quantidade	Valor da unidade
1870	B. L. Garnier e Felippe José Alberto Junior	- Cathecismo e história pátria;	500	(II)
		- Systema métrico;	500	(II)
		- Manual prático das escolas;	500	(II)
		- A sciencia do bom homem Ricardo;	500	(II)
		- Compêndio de desenho linear;	500	(II)
		- Cartas de abc.	500	(II)
	Felippe José Alberto Junior	- 1 ª Leitura, desde o alphabeto até a formação de frases sobre uma cartilha;	(I)	200
		- 2ª leitura, em um discurso de máximas práticas da vida econômica;	(I)	300
		- 3ª leitura, sobre a História Sagrada explanando na linguagem a mais clara e (ilegível);	(I)	700
		- Arithmética desde os algaritmos até as regras práticas das quatro operações fundamentais sobre inteiros, decimais e frações ordinárias terminando pelo sistema métrico sumariamente exposto;	(I)	200
		- Gramática rudimentar acomodada a todas as idades;	(I)	500
		- Catecismo da Doutrina Cristã;	(I)	500
		- Desenho linear, elementarmente tratado ao alcance de puerícia;	(I)	200
		- Manual prático das escolas primárias.	(I)	400
1871	Hugo A. Gruber.	- Méthodo de Ahn: francês-português 1 e 2ª edição;	(I)	1$000
		-Méthodo de Ahn: inglês-português I;	(I)	1$000
		*Méthodo de Ahn:inglês-português II	(I)	1$000
		*Méthodo de Ahn: alemão-português I e II;	(I)	2$000
		*Méthodo de Ahn: Deutsch/portugiesisch I e II;	(I)	2$000
		*Jahn, arithmética elementar.	(I)	1$200

FONTE: Anúncios do *Dezenove de Dezembro*; correspondência de governo presente no Arquivo Público do Paraná.

NOTA: Elaborado pela autora.

LEGENDA: (I) não há informação de quantidade nos anúncios daquele ano. (II) não há informação de preços nos anúncios daquele ano.

APÊNDICE VIII – TABELAS DOS MATERIAIS E LIVROS ESCOLARES QUE FORAM DISTRIBUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1854–1871)[298]

1857

Local **Livro escolar ou material**	Antonina	Castro	Curitiba	Guarakessába	Guaratuba	Rio Negro	Vila do Príncipe	Total
Arithméticas	-	31	-	-	-	-	-	31
Arithméticas de Figueiredo	30	-	36	06	15	20	20	127
Cartilhas	-	31	-	-	-	-	-	31
Cartilhas de Pimentel	30	-	53	06	15	10	20	134
Gramáticas de Língua Nacional por Coruja	03	-	22	06	15	-	03	49
Histórias do Brasil por Coruja	02	04	31	04	16	-	02	59
Total	65	66	142	22	61	30	45	431

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

[298] Os anos são aqueles que possuem registro no códice 119, anúncios de distribuição no *Dezenove de Dezembro* e correspondência de governo sobre os livros escolares e materiais para a instrução, enviados para as escolas, no período de 1854 a 1871.

1858														
Local **Livro escolar ou material**	Antonina	Castro	Colônia Theresa	Curitiba	Guarakessába	Guarapuava	Morretes	Paranaguá	Palmas	Ponta Grossa	Rio Negro	Vila do Príncipe	Voluverava	Total
Alphabetos	11	28	-	-	11	14	18	38	-	14	2	5	6	147
Arithméticas	16	11	-	9	6	4	6	43	-	4	3	7	2	111
Arithméticas de Figueiredo	-	-	10	16	-	-	-	-	6	-	-	-	-	32
Cartilhas	16	11	15	40	6	12	6	43	-	12	3	10	4	178
Cartilhas de Pimentel	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	6
Compêndio de Arithmética de Ottoni (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compêndios de Moral Religiosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Gramáticas de Língua Nacional por Coruja									3					3
Grammática	4	11	16	30	4	4	2	22	-	4	3	7	2	109
História do Brasil	-	9	6	-	-	4	4	7	-	4	3	7	-	44
Total	47	70	47	95	27	38	36	153	15	38	14	36	16	632

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná. LEGENDA: (I) um anúncio do *Dezenove de Dezembro*.

1859								
Local **Livro escolar ou material**	Guarakessába	Guarapuava	Guaratuba	Morretes	Porto de Cima	Vila do Príncipe	Rio Negro	Total
Alphabetos Portugueses	-	-	06	-	-	06	-	12
Alphabetos	07	10	07	12	19	06	07	68
Arithméticas	03	04	-	08	04	-	-	19
Cartilhas	01	-	05	12	03	-	-	21
Cartilhas de Catecismo	-	-	-	-	08	-	-	08
Catecismo	-	10	-	-	-	-	-	10
Catecismo da Doutrina Cristã	-	-	-	-	-	-	04	04
Compêndios de Moral Religiosa	05	-	11	09	-	12	-	37
Grammaticas	01	-	03	08	01	-	-	13
Grammatica de Cavalcanti	-	-	-	-	01	-	03	04
História do Brasil	03	04	01	-	06	-	-	14
Poemas de Caldas	-	-	-	-	01	-	-	01
Rudimentos de Moral religiosa	-	10	-	-	05	-	04	19
Total	20	38	33	49	48	24	18	230

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1860								
Local **Livro escolar ou material**	Antonina	Colônia Teresa	Curitiba	Palmeira	Paranaguá	São José	Votuverava	Total
Alphabetos	-	16	23	-	22	11	06	78
Arithméticas	-	10	21	02	-	-	02	35
Cartilhas	-	-	-	-	11	-	-	11
Catecismo	-	20	03	-	04	05	06	38
Catecismo da Doutrina Cristã	-	-	10	01	-	03	-	14
Compêndios de Moral Religiosa	-	-	-	-	-	-	03	03
Grammaticas	03	09	13	-	18	03	-	46
História do Brasil	-	02	06	-	10	02	-	20
Rudimentos de Moral religiosa	07	12	33	02	41	03	-	98
Total	10	69	109	05	106	27	17	343

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1861			
Local Livro escolar ou material	Castro	Rio Negro	Total
Arithméticas	04	02	06
Cartilhas	06	04	10
Catecismo	04	06	10
Compêndios de Moral Religiosa	-	04	04
Grammaticas	04	02	06
Rudimentos de Moral religiosa	04	-	04
Total	22	18	40

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1862			
Local Livro escolar ou material	Ilha do Mel	Ponta Grossa	Total
Alphabetos	10	-	10
Arithméticas	04	-	04
Arithmética de Figueiredo	-	10	10
Cartilhas de Pimentel	-	10	10
Catecismo da Doutrina Cristã	10	15	25
Grammaticas	04	-	04
Gramática de Cavalcanti	-	10	10
Rudimentos de Moral religiosa	05	15	20
Total	33	60	93

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1863				
Local **Livro escolar ou material**	Curitiba	Geral	Yguassu	Total
Arithméticas	17	-	-	17
Arithmética de Figueiredo	10	-	-	10
Catecismo da Doutrina Cristã	25	-	10	35
Epítome da História do Brasil (I)	-	200	-	200
Compêndio (ilegível)	90	-	-	90
Rudimentos de Moral religiosa	13	-	06	19
Total	155	200	16	371

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

LEGENDA: (I) correspondência de governo. Remetente: Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas. Destinatário: Sebastião Gonçalves da Silva. 1º vice-presidente da Província. Curitiba, 4 de agosto de 1863.

1864				
Local **Livro escolar ou material**	Curitiba	Votuverava	Yguassu	Total
Arithméticas	04	-	-	04
Cartilhas	09	-	06	15
Catecismo de Agricultura	-	01	-	01
Catecismo da Doutrina Cristã	14	10	-	24
Compêndio de Pimentel	03	-	-	03
Grammática	16	-	06	22
Resumo da Doutrina	10	-	-	10
Rudimentos de Moral religiosa	14	10	15	39
Total	70	21	27	118

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1865				
Local **Livro escolar ou material**	Curitiba	Rocio de Paranaguá	Porto de Cima	Total
Cartilhas	18	-	04	22
Catecismo da Doutrina Cristã	08	10	-	18
Grammática	-	-	03	03
Grammática de Coruja	13	-	-	13
História do Brasil	11	05	02	18
Resumo da Doutrina	-	-	06	06
Resumo de Arithmética, por Coruja	-	05	04	09
Rudimentos de Moral religiosa	08	10	06	24
Total	58	30	25	113

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1866							
Local **Livro escolar ou material**	Botuatuva	Campo Largo	Colônia Teresa	Guarapuava	Palmeira	Ponta Grossa	Total
Alphabetos	-	-	-	05	05	10	20
Arithméticas	01	-	-	-	02	04	07
Cartilhas	01	-	04	02	02	04	13
Catecismo da Doutrina Cristã	06	-	12	08	08	16	50
Grammática	01	02	04	02	02	04	15
História do Brasil	-	01	01	-	01	02	05
Resumo de Arithmética, por Coruja	-	03	04	-	-	-	07
Rudimentos de Moral religiosa	04	-	12	08	06	16	46
Total	13	06	37	25	26	56	163

FONTE: Códice 119, Arquivo Público do Paraná.

1867	
Compêndio de Metrologia, pelo Dr. J. de Lossio	100
Grammática portuguesa, por Coruja	(I)
1868	
Livro/ material	Curitiba
Arithméticas	03
Catecismo de Pinheiro	02
Coleção de Leituras	01
História do Brasil	02
Manuais de ortografia	02
Resma de papel florete	01
Pautas caligráficas	05

FONTE: 1867: *Dezenove de Dezembro*, ed. 795, 12 jun. 1867. 1868: Correspondência de governo, Arquivo Público do Paraná. Remetente: Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná. Destinatário: Exm. Sr. Dr. José Feliciano Horta de Araújo. Presidente da Província. Curitiba, 20 jan. 1868.

LEGENDA: (I) não há especificação de quantidade.